



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PPGEDUC – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

**O legado da militância negra pós-64 para a
democratização das relações étnico-raciais**

Marize Conceição de Jesus

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PPGEDUC – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais

Marize Conceição de Jesus

Sob a orientação do Professor Dr. **Ahyas Siss**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

**Nova Iguaçu, RJ
Junho de 2015**

305.896081

J581

T

Jesus, Marize Conceição de.

O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais / Marize Conceição de Jesus. – 2015.

174 f. : il.

Orientador: Ahyas Siss.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 166-174.

1. Negros - Brasil - Condições sociais, 1964-1985 - Teses. 2. Brasil - Política e governo, 1964-1985 - Teses. 3. Relações raciais - Teses. 4. Relações étnicas - Teses. 5. Movimentos estudantis - Teses. 6. Negros - Identidade racial - Teses. I. Siss, Ahyas. 1953-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.

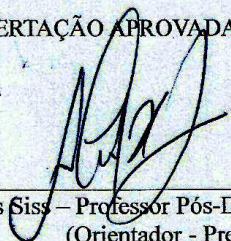
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PPGEDUC – PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

Marize Conceição de Jesus

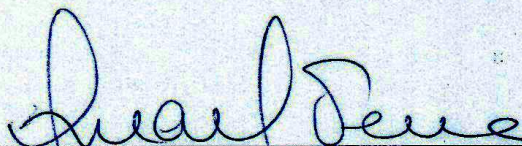
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Pesquisas Educacionais


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/06/2015



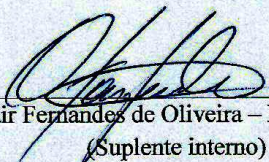
Ahyas Siss – Professor Pós-Doutor – IM – UFRRJ
(Orientador - Presidente)



Amauri Mendes Pereira – Professor Doutor – UFRRJ
(Membro Interno)



Rosana Batista Monteiro – Professora Doutora – UFSCar
(Membro Externo)



Otair Fernandes de Oliveira – IM-UFRRJ
(Suplente interno)

A minha mãe Josefa, pela vida, pela força que emana de sua natureza, por sua presença constante, por sempre ter acreditado nos meus ideais - incentivadora como sempre foi.

Meu amor maior!

AGRADECIMENTOS

- A minha mãe, sempre!
- Ao Jurandir e ao Raimundo, meus irmãos, que se foram no princípio dessa empreitada. Em especial, a você Jurandir, que, mesmo sem entender direito o processo, a razão de se estudar tanto... já doente me disse: - “Vai minha irmã, segue lutando por nosso povo, que só a gente sabe o que sofre.” A ausência de vocês me balançou!
- As minhas irmãs Vera e Tereza e as minhas sobrinhas e sobrinhos. É muito bom ter pra onde voltar.
- A você, Éle Semog, amor maduro que chegou à minha vida num momento totalmente inesperado e me impulsionou à vida, à construção desse momento. Pela compreensão com a minha ausência, ainda que ali por perto. Por seu incentivo, pela força, pela troca imprescindível..., por me mostrar que a felicidade é leve... Sou toda amor e carinho.
- Ao Ahyas, meu orientador, amigo e encorajador. Obrigada, Ahyas, pelos incentivos (que foram muitos), pelo acolhimento na chegada, por tantas leituras e discussões que tantas dúvidas trouxeram, mas que ajudaram a dar uma forma à pesquisadora. Tarefa nada fácil, mas que você, com carinho, seriedade e bom humor, foi aos poucos me ajudando nessa construção. Valeu!
- À Banca Examinadora, tão querida, Rosana Monteiro, Amauri Mendes, Otair Fernandes e Ahyas Siss pela receptividade ao tema e pela indicação das leituras; vocês mostraram os caminhos, percorrê-los foi um exercício de crescimento intelectual imensurável.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares desta universidade.
- Kelly, minha companheira de mestrado, pelas trocas, pelo compartilhamento das incertezas, das angústias diante do conhecimento que se mostrava tão vasto e tão inalcançável. Companheira de congressos, de artigos, de noites, de manhãs e de madrugadas aflitas e divertidas. Foi muito bom caminharmos juntas.
- Às também companheiras de jornada e da turma do mestrado: Fernanda e Leila, parceiras de angústias e promessas, das longas conversas e trocas – sempre me deixaram menos “pilhada”. Crescemos juntas!
- Aos demais companheiros da turma de mestrado 2013, seus pareceres tão carinhosos e elucidativos me ajudaram a caminhar com mais segurança diante do objeto da pesquisa. Valeu!
- Às meninas (Ana Paula, Sandra, Marluce, Joana, Ana Emília e Isabel Costa) “queridaaaas” da turma 2012, pelo acolhimento e pelas trocas, foram os momentos mais divertidos do processo.
- Às amigas, irmãs, Lilia e Lana que esperaram, pacientemente, para que eu tivesse serenidade para prosseguir.
- À Carminha (Maria do Carmo Gregório), amiga, irmã e companheira de todas as lutas e de todas as vitórias. Obrigada por me ajudar a chegar! Você é parte de tudo isso.
- À Marize Oliveira, amiga e companheira de tantas lutas, de tantas trocas, de tanta vida.
- Ao amigo querido e sempre presente, Luiz Bruno, que leu e releu o projeto e trabalhos iniciais, contribuindo com sua visão crítica e conhecimento histórico político. Me ajudou a dar forma àquelas ideias confusas e embaralhadas no processo de construção do projeto desta dissertação.
- À Conceição Corrêa das Chagas, por nossa amizade nascida no GESTAR e alimentada com carinho, respeito e admiração. Pela força e incentivo que vem me dando ao longo desta

caminhada. Sua luta contra o racismo, sua força na e pela vida, sua determinação são e sempre serão, para mim, um exemplo a ser seguido.

– À Marta Nogueira, amiga e companheira de tantos calços e percalços, pelas risadas, pela força, incentivo e pela leitura minuciosa do texto inicial me ajudando a transformar parágrafos intermináveis noutros menores, porém com objetividade e clareza, algo tão necessário a um texto acadêmico!

– À Neusa, querida, que com seu olhar lá na frente, com sua energia e amizade me ajudou a sair da ostra para poder dar este salto.

– Aos amigos queridos do GT de Itaguaí: Isa, Lúcio, Sônia, irmã Geralda, Eduvirges (*in memoriam*) pela compreensão e espera paciente. Saibam que vocês também fazem parte desse processo.

– À Cândida, amiga querida, pela ajuda, carinho e força constante.

– À Dalva e Ney Alberto (*in memoriam*) por tudo!

– Ao D. Vital (*in memoriam*) pelo abraço fraterno e firme, pela paz que o acompanhava e pela força. Obrigada por ter feito parte de minha vida.

– Às companheiras do Fórum do RJ, instância de formação e atuação política. Espero que este trabalho possa contribuir com nossa luta.

– Às amigas do CEPAENI, pelos momentos de crescimento pessoal, intelectual e profissional.

– À Jana Guinond, pela força inicial, ajuda e paciência diante de minha ignorância tecnológica e, claro, por ainda assim manter o bom humor que fizeram aqueles momentos mais leves. Contigo aprendi que "poder" e "podar" fazem parte do percurso.

– À Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE – DAPIBGE (na figura de Benedito Sérgio), à Livraria Cultura (Senador Dantas) e ao Renascença Clube, pela cessão do espaço para as entrevistas.

– À CLIO, àqueles companheiros de chegada, por terem aberto os caminhos da pesquisa e horizonte acadêmico.

– Aos militantes que colaboraram com seus depoimentos, por me receberem com afeto e por toda contribuição que trouxeram à pesquisa e à pesquisadora, em especial ao Sr. Astrogildo pelo material que enviou para minha pesquisa que trouxe consigo tantas possibilidades para outra caminhada.

– A todos os amigos que torceram por mim e que compreenderam minha ausência e, às vezes, até desistência diante da impossibilidade de dispor de tempo para chegar junto.

– E por fim, mas por se fazer o primeiro, agradeço a Deus pelo amparo de todos os dias, e a todas as boas energias do universo pela força e determinação que me fizeram chegar até aqui.

Não olhe pra mim pensando que sou um negro e só. Olhe outra vez, e veja: sou negros.

RESUMO

JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais.** Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. RJ, 2015.

Os documentos que analisam o período do governo militar no Brasil (1964-1988), não costumam analisar o movimento negro e sua militância, que atuaram neste período lutando contra o racismo e engajando-se, enquanto movimento social, na luta pela redemocratização do país. Esses militantes, alguns oriundos de uma pequena classe média negra, em boa parte eram jovens universitários, ligados aos movimentos estudantis, aos movimentos culturais e aos partidos de esquerda. O objeto desta pesquisa é a análise da presença e das ações da militância negra durante este período e sua contribuição para os estudos das relações raciais e para a democratização da educação. A pesquisa, com o auxílio dos documentos encontrados no Arquivo Nacional, faz uma análise da atuação dessa intelectualidade na construção do movimento negro e na instituição de uma sociedade democrática. A análise se dá a partir de seus relatos sobre as estratégias de atuação do movimento negro dentro deste período de repressão política, apontando e analisando o legado da atuação política desses intelectuais para o movimento negro contemporâneo e para a educação brasileira.

Palavras chaves: Movimento negro, Ditadura militar, Relações raciais, Educação.

ABSTRACT

JESUS, Marize Conceição de. **The legacy of the black militancy in the post-64 period for the democratization of ethnic racial relations.** Thesis (Master's in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands) – Institute of Education and Multidisciplinary Institute, Rural Federal University of Rio de Janeiro, UFRRJ. RJ, 2015.

The documents that examine the period of military government in Brazil (1964-1988) do not usually examine the black movements and their militancy, which acted in this period fighting against racism and engaging in the fight for redemocratization process in the country. These militants, some of them from a small black middle-class, were mostly young university students connected to student movements, cultural movements and leftist parties. The object of this research is the analysis of the presence and actions of black militancy during this period and its contribution to the studies of race relations and the democratization of education. This research, with the aid of the documents found in the National Archives, conducts an analysis of the performance of this intellectuality in the construction of black movements and the institution of a democratic society. The analysis starts from its report about the strategies of the performance of black movements in this period of political repression, pointing out and analyzing the legacy of the political performance of these intellectuals for the contemporary black movements and the Brazilian education.

Keywords: Black movement, Military dictatorship, Race relations, Education.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ACD	Análise Crítica do Discurso
AIB	Ação Integralista Brasileira
AI	Ato institucional
ALN	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APN	Agente de Pastorais Negros
APPH-CLIO	Associação de Professores Pesquisadores de História
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEBA	Centro de Estudos Brasil África
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPC	Centro Popular de Cultura
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOI-COD	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social ou Departamento de Ordem Política e Social
ENE	Encontro Nacional dos Estudantes
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FNB	Frente Negra Brasileira
FEUDUC	Fundação Educacional de Duque de Caxias
GPESURER	Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-raciais
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra
IAN	Imprensa Alternativa Negra

IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDN	Liga de Defesa Nacional
LEAFRO	Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros
MAB	Federação das Associações de Bairros
MMC	Movimento por um Mundo Cristão
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
POLOP	Política Operária
PPGEduc	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PVNC	Pré-Vestibulares para Negros e Carentes
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINBA	Sociedade Intercambio Brasil-África
SNI	Serviço Nacional de Informações

TEN	Teatro Experimental do Negro
TPB	Teatro Popular Brasileiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação
UDN	União Democrática Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Instrumento de coleta de dados	1
ANEXO II - Fotos	
Foto 1 – Medeiros – cadete da Força Aérea Brasileira	1
Foto 2 – Jornal A cidade de Santos	2
Foto 3 – Jornal SINBA	3
Foto 4 – Jornal A Tribuna	4
Foto 5 – Jornal Versus	5

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
Da pesquisa inicial ao final da pesquisa: um longo caminho	16
1.1 Dos objetivos à relevância da pesquisa	18
1.2 Percorso Metodológico	20
1.3 Do interesse pelo tema aos labirintos da pesquisa	22
1.4 Apresentação dos Capítulos	34
2 A QUESTÃO RACIAL E A DIALÉTICA RAÇA E CLASSE SOB O OLHAR DA DIREITA E DA ESQUERDA	42
2.1 As concepções políticas “esquerda” e “direita”: breve histórico	42
2.2 Visões da “esquerda” e da “direita” quanto à questão racial	49
2.3 A esquerda e a questão racial: algumas considerações	60
2.4 O regime militar e a questão racial: o interdito	64
3 A NEGRITUDE EM MOVIMENTO NO CONTEXTO DA DITADURA E A PLURALIDADE DO MOVIMENTO NEGRO	74
3.1 O movimento negro no contexto dos movimentos sociais	76
3.2 A reorganização do movimento negro contemporâneo no Rio de Janeiro: se movimentando sob pressão	91
3.3 O movimento negro e a esquerda	97
3.4 Movimentando a Igreja	100
3.5 Entre a cultura e a política	102
3.6 Classe média negra	105
3.7 Movimento negro e a demanda por educação: breve abordagem	118
4 QUE LEGADO? O QUE DIZEM OS SUJEITOS?	116
4.1 Relação com a ditadura militar	120
4.2 A <i>intelligentsia</i> negra	128
4.3 Uns poucos negros nas universidades	132
4.4 Outros poucos no movimento estudantil	134
4.5 Consciência racial	136
4.6 O Movimento negro e a questão cultural	137
4.7 Esquerda volver?	144
4.8 O legado da luta do movimento negro	148

CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
ANEXOS	1

1 INTRODUÇÃO

Da pesquisa inicial ao final da pesquisa: um longo caminho.

*Pertenço a uma história que existe
Na memória dos tempos,
Saturada no útero desse povo,
Ao modo de ferro e fogo,
Que o próprio tempo pariu.
E pelo tempo que há de vir
Se expandirá sem fronteira
Tal qual a gênese de um orixá.
Não me curvo ao silêncio
Dessa versão perversa e lúcida,
Que torna invisível tudo que estou, como se o que penso pudesse ser
Desconstruído, pela expressão estúpida
Desses alcoviteiros cheios de estórias,
Que roubam detalhes, fingem fatos,
E inumanos desfiguram vidas e verdades.
Busco no tempo um tempo
Maior que ele mesmo,
Que se abra em inevitável caos,
E deixe florir a fúria da História,
E deixe fluir toda a insurreição do silêncio
Como uma eufórica sangria na memória.
Pertenço a uma História
Feita pelo meu povo
E penso como o meu povo,
Que pertence e perturba a estória dos donos e seus danos,
E que por isso está muito além
De seu próprio construir-se
Sou um negro como tantos outros
Negros e negras que esbanjam respeito
Mas que também ataçam o seu medo.
E é melhor assim.¹*

O ano de 2014 possibilitou inúmeras ações em torno do cinquentenário do golpe militar no Brasil. Apesar de não se ousar falar em comemorações, vimos acontecer palestras, seminários, conferências, edição de artigos e livros trazendo novas abordagens a respeito do assunto, livros antigos sendo reeditados, sites e páginas na internet sendo criados, além de outras ações em diversos setores que demonstraram a intenção de não se permitir o esquecimento dessa data – o período antidemocrático e repressivo de nossa história.

¹As poesias que aparecem na epígrafe de cada capítulo são de autoria do poeta Éle Semog.

Para garantir que este fato não seja ignorado, o governo e instituições interessadas no assunto vêm criando, por todo Brasil, “lugares de memória”² dos anos mais recentes (1964), de autoritarismo militar, também conhecidos como ditadura militar³.

Após a redemocratização do país, algumas ações governamentais vêm sendo implementadas no sentido de buscar informações e encontrar mecanismos para elucidar os casos de violações dos direitos humanos que ocorreram durante a ditadura civil-militar brasileira. Assim, em 1995, foi criada a **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** (Lei nº. 9.140/1995), que localizou e identificou mortos e desaparecidos políticos e, a partir daí, reconheceu e deferiu centenas de pedidos de reparação e reconhecimento de pessoas e famílias atingidas pela repressão.

Já em 2012, o Governo Federal criou a **Comissão da Verdade**⁴, integrada, dentre outros, por pesquisadores, professores e juristas que puderam, através de pesquisas nos arquivos oficiais – até então fechados – averiguar os crimes ocorridos durante o regime ditatorial no Brasil, promovendo a abertura dos arquivos da ditadura. O governo federal também assinou, em 2014, acordos bilaterais com o Uruguai e a Argentina no intuito de trocar informações que garantam a elucidação de crimes contra os direitos humanos durante as ditaduras que se instalaram nesses países. Com o material do livro disponibilizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos⁵, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR) publicou um catálogo⁶ que trazia uma relação de afro-brasileiros mortos e desaparecidos na luta contra a ditadura militar no Brasil. A maioria dos negros militantes ou envolvidos com a guerrilha era de operários, sindicalistas, funcionários públicos, estudantes secundaristas e universitários.

O texto sobre essa parcela da população que, se levantou em armas contra o governo militar, identificados como revolucionários, que constam do Arquivo da Verdade, traz, para alguns deles, a identificação racial. Por vezes usa o termo negro – somente para aqueles de

²NORA, Pierre. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993, p. 12-13.

³Segundo Gorender e Carlos Fico, de acordo com as bases sociais do regime, as análises historiográficas e jornalísticas têm caracterizado o golpe de 64 como “cívico-militar” em função do apoio recebido pelos militares de expressivos setores da classe média brasileira.

⁴A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei nº. 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Fonte: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>>. Acessado em: dez. de 2014.

⁵**Direito à Memória e à Verdade:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁶**Direito à Memória e à Verdade:** Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar.

pele preta, como é o caso do guerrilheiro Osvaldão; noutras, afrodescendente. No entanto, ao se verificar as fotos de muitos outros, constata-se seus traços afro-brasileiros, como é o caso de Marighella, onde, o texto que o identifica, dizendo ser ele filho de imigrante italiano e mãe descendente de escravos, não faz alusão à cor da sua pele ou referência a sua afrodescendência. Cabe ressaltar também que nem todos os negros constantes no livro são definidos como afrodescendentes e que parte daquela pesquisa só foi possível devido à lei⁷ que possibilitou a abertura dos arquivos da repressão.

Há, portanto, nesse documento da **Comissão da Verdade** uma indefinição conceitual, pois não explica os termos preto, negro e afrodescendente. Esse documento não usa a categoria adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que unifica as categorias pretos e pardos na categoria negro. Também não emprega a categoria afrodescendente, na perspectiva do senso comum, para designar aqueles que não são brancos, indígenas ou asiáticos, quando se refere aos descendentes de africanos.

Da produção que tivemos acesso, que diz respeito aos 50 anos do golpe militar de 1964, raras são aquelas que abordam a presença do negro entre os protagonistas deste momento da História Republicana, fato que preocupa, uma vez que neste período o movimento negro reemergiu no cenário político nacional tendo sua atuação política potencializada a partir daí.

1.1 Dos objetivos à relevância da pesquisa

É um dos objetivos desta pesquisa analisar se essa parcela da população negra formou quadros na luta contra a ditadura, denunciou o racismo, lutou pela redemocratização do país e se alguns deles chegaram às universidades, atuando em prol da instituição de uma sociedade democrática.

O problema a que essa pesquisa quer dar respostas pode ser assim expresso: houve presença e participação de negros intelectuais orgânicos, no sentido que lhe confere Gramsci, no processo de redemocratização das relações sociais e étnico-raciais neste período histórico? Se assim o foi, qual o legado da atuação política desses intelectuais para o movimento negro contemporâneo e para a educação brasileira? Para responder a esse problema construí as seguintes questões de estudos:

⁷Lei nº. 8.159 de 8 de janeiro de 1991.

- a) Houve uma militância de resistência de uma juventude acadêmica negra nos anos pós-64 e até o final dos anos 1980?
- b) Quem eram esses intelectuais negros?
- c) Esses intelectuais se autodeclaravam negros?
- d) Eles se consideravam parte de uma inteligência negra?
- e) Quais as relações existentes entre esses intelectuais militantes e o movimento negro?
- f) O movimento negro reconhece essa intelectualidade negra?
- g) Quais as relações estabelecidas entre esses intelectuais e a educação brasileira?
- h) Quais as demandas e as contribuições que essa intelectualidade negra oferece à educação brasileira?

A justificativa desta pesquisa se prende ao fato de que ela poderá contribuir para o preenchimento, pelo menos em parte, de uma lacuna nos estudos realizados sobre os anos de 1960 e 1970 que é aquela que diz respeito à invisibilização da ação de afro-brasileiros neste período, bem como suas contribuições à sociedade brasileira em geral, ao movimento negro e seu importante papel no combate ao racismo e democratização das relações étnico-raciais. Deixo ainda um destaque para o aporte que deram ao processo da educação, para a participação política e a vida em sociedade.

Ao discorrer sobre a relevância política e estratégica do problema em uma pesquisa, Marshall e Rossman (1989) apontam que: “a significância de um estudo pode ser demonstrada indicando sua contribuição para a construção do conhecimento e sua utilidade para a prática profissional e para a formulação de políticas”. A relevância acadêmica da pesquisa prende-se ao fato de que as pesquisas se mostraram incipientes no que tange à atuação dos negros brasileiros, ou sobre a questão racial no período do regime militar.

O tema é relevante à medida que o conhecimento produzido pode trazer luz nova às relações étnico-raciais no Brasil, ao processo de democratização das relações entre brancos e negros e ainda por “escovar a História a contra pelo”, como afirmou Walter Benjamin⁸, no sentido de visibilizar os papéis que a intelectualidade negra do Rio de Janeiro e a educação desempenharam nos anos da chamada ditadura militar. E ainda, para além da academia, a pesquisa pretende contribuir com o movimento social, em especial, o movimento negro no sentido de dar-lhe subsídios concretos sobre a atuação histórica de afro-brasileiros na luta contra o racismo e pela redemocratização do Brasil.

⁸Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892-1940). Crítico Literário, tradutor, ensaísta, filósofo e sociólogo judeu alemão.

Registrar a luta do povo negro na história do Brasil poderá contribuir para o fortalecimento da identidade étnico-racial de nossos jovens, trazendo-lhes referenciais contemporâneos da resistência negra e, concomitante, colaborando no combate ao racismo institucional – foro da invisibilidade de afro-brasileiros ao longo da História do Brasil.

São muitos os personagens dessa história – os vistos e ouvidos, os desaparecidos, os mortos, os silenciados e os sobreviventes – todos entre ditos e não ditos. A pesquisa atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) nos seus artigos 26 e 79 B (Lei nº. 10.639/04), bem como com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Estas apontam para a necessidade de políticas educacionais e estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade e possibilitem a superação das desigualdades étnico-raciais presentes na educação escolar brasileira e em toda a sociedade. Como princípio, a Lei determina “[...] o estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da História do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento [...]”.⁹

1.2 Percurso metodológico

O universo desta pesquisa compreende a intelectualidade negra no Rio de Janeiro, atuante entre as décadas de 1960 e 1980, período do governo autoritário militar no Brasil, iniciado no ano de 1964 e finalizado nos anos 1980. Esse período da História do Brasil é, certamente, marcado por silêncios e por silenciamentos. Coincide com o período da chamada Guerra Fria – protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Contou com o apoio de setores da Igreja Católica e da elite econômica e foi levado a cabo pelos militares.

O recorte amostral da pesquisa é formado por sete (07) intelectuais negros, entre eles uma (01) intelectual negra, todos universitários naquele momento e militantes do movimento negro brasileiro.

A lógica da construção dessa amostra passou, essencialmente, pelo reconhecimento da importância desses atores políticos por parte do movimento social negro e de outros atores sociais contemporâneos, por encontrarem-se, naquele momento, em suas formações acadêmicas de graduação, pela relativa possibilidade de acesso aos mesmos e, ainda, pelos

⁹Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília - DF, 2005, p.22.

limites temporais desta pesquisa. A importância do relato desses sujeitos se dá em função de sua reconhecida representatividade, uma vez que na análise do discurso (AD):

“representativo” não significa que o/a participante é estatisticamente representativo/a da população considerada, ou que esteja próximo à média em idade, *status* socioeconômico, etc. Ao contrário, significa que o/a participante está atuando *como se* estivesse no “papal” no sentido de que o que é importante sobre essa pessoa em concreto que participa de uma interação não são suas qualidades pessoais e sim o fato de que é membro de um grupo ou coletivo (INIGUEZ, 2004, p.137).

Em relação às técnicas de coleta de dados, foram realizadas pesquisas bibliográficas de fundamentação teórica e análise documental realizada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Consultamos documentos que se referem à ação repressiva dos aparatos militares em relação à atuação dos militantes negros, ou não, investigando as falas e apontamentos que denotem o preconceito e estigmas raciais nos discursos dos agentes institucionais em relação aos negros e negras presos ou investigados.

Foram proferidos também questionários e entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Essas informações coletadas foram interpretadas com recurso aos suportes teóricos desta pesquisa, bem como com o emprego da análise do discurso (AD).

As ideias presentes num discurso são construídas e influenciadas pelo contexto político onde o sujeito que fala está inserido. Portanto, temos claro que, desta forma, trabalhar com a AD é trabalhar com o contexto sociopolítico onde aquele discurso foi produzido. Assim, as falas de nossos sujeitos entrevistados foram analisadas sob o contexto da repressão política vivenciada pela sociedade brasileira entre os anos de 1964 e 1988. É importante aqui a análise crítica do discurso (ACD), uma vez que esta “presume, também, que o discurso não só está determinado pelas instituições e estruturas sociais, mas que é parte constitutiva delas. Ou seja, que o discurso constrói o social” (FAIRCLOUGH & WODAK, 1997).

O objetivo das entrevistas foi buscar, nas falas dos sujeitos, respostas para algumas hipóteses de forma que essas respostas pudessem ajudar-me na sistematização da produção do conhecimento em torno das ações do movimento negro dentro do período estudado. Ao analisar a fala de nossos sujeitos não perdemos de vista que foi feito um roteiro, com pouco mais de uma dezena de questões dentro dos temas que envolvessem diretamente as expectativas da pesquisa, e outras surgidas no decorrer dos diálogos, como sugere Manzini (1990; 1991, p.154).

Todas as entrevistas foram coletadas de forma presencial, registradas em áudio e vídeo e, posteriormente, transcritas para análise dos dados. Todos os encontros ocorreram em

lugares pré-determinados pelos sujeitos, entre agosto de 2014 e janeiro de 2015 – que em sua maioria indicaram que fossem em seus espaços de atuação profissional ou de militância, ocorrendo em clima de simpatia e confiança.

Apesar da importância dada às entrevistas, entendemos que, de acordo com Manzini (1990), as falas apresentadas por nossos sujeitos se constituem de versões, relatos sobre fatos vividos e, portanto, carregadas de silêncios, o que, segundo o autor, dá-nos uma versão dos fatos que ora estudamos.

Contamos com aproximadamente dez horas de gravação, tendo em média uma hora e trinta minutos em cada entrevista – todas com o devido termo de consentimento assinado. A análise das entrevistas foi feita a partir da bibliografia específica e também do acervo constante no Arquivo Nacional. A busca ao Arquivo se dava sempre que surgiam demandas provenientes das falas dos sujeitos. As transcrições foram feitas sem cortes “*Ipsis Litteris*” (integral), o que garantiu total fidelidade na descrição. Iñiguez (2004) assinala que:

[q] uando os materiais têm fontes verbais, como entrevistas, reuniões de grupo ou conversas cotidianas, deve ser transcrito com o maior *detalle* possível para que qualquer interação sutil, incidência ou circunstância possa ser identificada. Nesse sentido, a transcrição deve incluir, além das palavras emitidas, as interrupções, as respirações, as pausas, etc. (IÑIGUEZ, 2004, p.139-140).

1.3 Do interesse pelo tema aos labirintos da pesquisa

A motivação para a pesquisa surgiu ainda no final da graduação de licenciatura em História, em 1995, quando fiz um trabalho sobre o tema “A Ditadura Militar e os movimentos sociais em Nova Iguaçu”. Este trabalho teve como estudo de caso a Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu – MAB, na qual entrevistei a diretora da instituição – uma mulher negra, militante do movimento social (movimento de bairro) que havia sido presa para averiguações e vigiada pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS por sua atuação militante.

A partir deste trabalho, ressurgiu o interesse em estudar o período do governo militar e a luta contra a ditadura que surgira ainda quando cursava o magistério em 1985. Compareci a uma palestra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), acompanhada por uma professora do curso, palestra tal ministrada por um ex-presos político, cujo depoimento me deixou impressionada e interessada no assunto. Atuando nos movimentos sociais (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE) e também no

movimento negro), percebi que nas leituras que fazia sobre esse período, nos debates, palestras, seminários ou congressos que participava, não havia nenhuma referência à militância negra de esquerda e isso me instigava sempre a reflexões sobre o assunto.

No percurso para chegar a esta pesquisa, posso afirmar que o movimento social e a faculdade foram fundamentais nesse processo, pois contribuíram no meu reencontro comigo mesma, no reaver de minha identidade racial – dissimulada durante a infância e adolescência – e, aos poucos, no entender como o preconceito racial operou na minha formação enquanto pessoa, enquanto criança, enquanto menina e mulher negra, inibindo-me a construção da negritude. Uma negritude que foi sendo construída a cada passo, a cada caminho trilhado. Muitas ausências, muitos hiatos que foram sendo superados numa ação coletiva e num debate individual e solitário – fato que acredito ter sido comum na construção da negritude de todos aqueles que conviveram, no seio familiar, com as artimanhas do mito da democracia racial.

Foram fatores de suma importância nessa trajetória: a minha formação política; a inserção no grupo jovem da Igreja Católica (Jufra); o incentivo de meus professores do curso Normal – hoje, Formação de Professores; a militância no movimento sindical e a atuação no SEPE; tudo o que aprendi no trabalho, na troca com os alunos, com os professores e no cotidiano das escolas e a militância no Partido dos Trabalhadores que culminou na minha participação na construção do GESTAR¹⁰ e do COMDEDINE¹¹.

Atuar no GESTAR, no COMDEDINE e, ainda, no Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Rio de Janeiro como espaços do movimento negro deram-me a dimensão da questão racial no Brasil e permitiram-me a compreensão de como o racismo opera na sociedade e, conseqüentemente, na vida de cada um de nós. Além de obter maiores subsídios para as ações pedagógicas (e existenciais) no meu trabalho de combate ao racismo nas escolas. Todos esses espaços tiveram e têm imensa contribuição na minha forma de ver e pensar o mundo enquanto cidadã e mulher negra. São espaços onde pude perceber que muitas vezes o não dito estava posto apesar de silenciado.

Na minha formação político-acadêmica, destaco a parceria que formei com alguns amigos da faculdade e outros companheiros na pós-graduação da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, ainda, a parceria com alguns desses na construção da Associação de Professores Pesquisadores de

¹⁰Grupo de Estudos e Ação Racial, criado em 2005 por militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e acadêmicos, com o objetivo de pesquisar a História e Cultura Africana e afro-brasileira e trabalhar a implementação da Lei 10.639/03 junto às escolas da Baixada Fluminense.

¹¹Conselho Municipal de Defesa do Direito do Negro de Nova Iguaçu, criado pela Lei n 3.725/2006, fruto da luta da militância negra desta cidade.

História da Baixada Fluminense – APPH-CLIO¹², movimentos feitos entre os anos de 1996 e 2004.

Em 2009, associei-me ao grupo de pesquisa com novas companheiras (os) e o ex-bispo de Itaguaí, D. Vital, cujo objetivo era construir a história desta Diocese a partir da atuação político-religiosa do bispo D. Vital. Este grupo, certamente, trouxe-me mais equilíbrio e sensibilidade ao pensar o universo e os sujeitos da pesquisa diante de minhas fragilidades e limitações.

Por fim, o espaço acadêmico contribuiu neste repensar, ver, rever, aprender, apreender e apropriar-me de novas teorias, caminhos e possibilidades de ação e atuação. Nesse sentido, tem sido fundamental a participação no Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais – Gpesurer, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro¹³ e ter concluído a pós-graduação *latu sensu* pelo Laboratório de Estudos afro-brasileiros e indígenas (Leafro) na UFRRJ constituem iniciativas de referência para esta pesquisa.

O espaço acadêmico de trocas e aquisição de saberes trouxe outras leituras e discussões que permitiram novas possibilidades para pesquisa, bem como um novo olhar sobre o fazer da pesquisadora, contribuindo, desta forma, para a transformação daquilo que era uma inquietação da militante na construção deste projeto.

As discussões travadas no Gpesurer possibilitaram-me atualizar e ampliar o meu conhecimento intelectual dando um passo além da militância, mas também trouxeram a angústia da necessidade de ler, pesquisar e estudar com mais afinco e cada vez mais. Essa inquietude foi minha companhia durante toda a pesquisa e creio que não mais me deixará. Durante esse percurso, as leituras e discussões acerca da questão racial, da presença do negro no processo de construção do Brasil, sua luta pela democracia e inserção como cidadão foram ajudando a refletir e pensar os caminhos desta pesquisa.

Se o movimento social e a academia ajudaram na formação e construção da consciência política, nada do exposto acima seria possível se não fossem as bases familiares que me forjaram. Sou fruto de uma família matriarcal, multirracial, onde as mulheres, todas elas, cada uma em seu tempo, assumiram as rédeas de suas vidas. Nenhuma delas se deixou depender de “seus homens” para sobreviver ou para garantir a sobrevivência de seus filhos. Sou filha da mulher mais forte que conheci na vida, empregada doméstica, trabalhou e lutou

¹²APPH-CLIO foi criada por um grupo de professores de História atuantes e moradores da Baixada Fluminense-RJ, cujo objetivo era a pesquisa, o ensino e a divulgação da História da Baixada, bem como a inserção de seus membros nos cursos de pós-graduação das universidades públicas.

¹³Fui aprovada como aluna especial, cursando as disciplinas de Educação das Relações Étnico-Raciais ministradas pelo professor Ahyas Siss e passando a integrar o Gpesurer (Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais)

para criar a mim e a meus irmãos. Éramos cinco até o início desta jornada, hoje seguimos três filhas, muitos netos e bisnetos e ela – minha mãe – ainda nos ensinando a caminhar, a sermos fortes sem perder a alegria e a ternura.

Penso que é importante refazer esse caminho para mostrar que trouxe comigo todos os ingredientes necessários para alcançar meus objetivos e que eu não seria quem sou se não fossem todos esses espaços e pessoas que caminharam, e caminham comigo – uma vez que meu crescimento pessoal nunca foi dissociado de um projeto coletivo que almeja uma sociedade mais justa e que, de fato, garanta oportunidades a todos. E ainda, para que o direito à educação, em especial, para a população pobre e preta, não careça ser uma guerra cujas batalhas precisem ser vencidas com tanta dificuldade e sacrifício como o foi para alguns de minha geração.

Enquanto pesquisadora, não tenho como dissociar-me dessa trajetória, do lugar social que ocupo e que, conseqüentemente, está inserido nas escolhas e na elaboração do objeto de pesquisa. Todas essas forças e energias que me alimentaram e me construíram não permitem falar numa estruturação individual, ainda que o processo de construção e elaboração do texto tenha sido de profunda solidão e muitos labirintos – como acredito que sempre é para quem trilha esse caminho. O resultado aqui exposto só foi possível pela junção dessas forças.

O tema da pesquisa tem a ver com essa atuação política nos movimentos sociais, em especial no movimento negro que, acredito eu, deve ser estudado e pesquisado na academia. Está também intimamente ligado à Educação, uma vez que minha prática pedagógica e minha formação acadêmica são em História, trazendo-me o interesse na consolidação da Lei 10.639/03.

Destaco também o fato de que eu, professora, durante minhas pesquisas para preparar aulas sobre o período militar da República Brasileira, observava que não havia nenhuma referência sobre negros na resistência aos governos militares. Lia sobre Marighella¹⁴ e sua atuação no Araguaia e não via nenhuma informação sobre o fato de ele ser afro-brasileiro, muito menos informações sobre o guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa o “Osvaldão”¹⁵, militante negro do PCdoB, executado em 1974. No que diz respeito à resistência aos governos militares, nenhum livro daquele período mencionava a presença de uma militância negra, o

¹⁴Carlos Marighella (1911-1969) filho de pai imigrante italiano e mãe negra descendente de escravos, foi dirigente do Partido Comunista, deputado federal constituinte e um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN), considerado inimigo nº.1 do regime militar, foi morto pelas forças da repressão.

¹⁵Mineiro de Passa Quatro, morou em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde se formou Técnico de Construção de Máquinas e Motores. Viajou para a antiga Tchecoslováquia, onde cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas em Praga. Ambos os relatos constam na publicação **Direito à Memória e à Verdade** da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

que fez com que eu buscasse referenciais e informações sobre o assunto.

Essa ausência me chamava à atenção e me incomodava. Posteriormente, numa pequena pesquisa para um ensaio sobre João Cândido, o líder negro da Revolta da Chibata de 1910, percebi que, desde a implantação do regime militar até a sua morte em 1969, ele ainda preocupava os militares (Mourel, 1986). No entanto, nos livros didáticos não há nenhuma menção sobre esse fato.

Em outra pesquisa¹⁶, encontrei João do Vale, compositor de Carcará, perseguido e exilado por suas “canções de protesto” durante o governo militar, porém, os livros didáticos nada traziam sobre a presença do negro nesse período.

A questão que se colocava aqui era: como inserir essa discussão junto aos alunos e como mostrar que o povo negro esteve ali, presente na história e atuante na luta contra a ditadura e pela redemocratização do país? A busca por esses atores começou por meio de leituras e, sempre que possível, em seminários e palestras das quais participei “como professora de sala de aula”, nas universidades, ou no movimento social.

A aprovação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contexto Contemporâneo e Demandas Populares da UFRRJ aconteceu, tendo como referência a linha de investigação em “Educação e Diversidade Étnico-Raciais”, harmonizando-se com o interesse desta pesquisa, especificamente, por se tratar da temática que motivou minha atuação profissional, militante e acadêmica.

Durante a pesquisa, experimentei o conflito entre conseguir produzir um texto com o rigor que a academia exige e minhas limitações de pesquisadora e militante da educação e do movimento negro. Outro embate surgiu em torno do tema da pesquisa, mais voltado para a história política, alocada no mestrado em Educação.

No entanto, como pensamos a educação no sentido *lato*, fomos aos poucos resolvendo os conflitos em função das buscas pelas bases históricas da construção daquilo que temos hoje como ações afirmativas, na concepção de Siss (2003), e que tem possibilitado, ainda que não a contento, maior presença de jovens negros nas universidades. Entendemos que a ação política de nossos sujeitos é responsável por todo esse processo, da mesma forma que compreendemos a educação escolarizada, ou não, como ação política.

No decorrer da pesquisa busquei resposta para essa aflição insistente, e esta atitude ajudou, e tem ajudado, a construir-me enquanto pesquisadora. Ao traçar esse caminho,

¹⁶Monografia de Pós-Graduação *Lato Sensu* que apresentei como conclusão do curso na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2003 sob o título **Rosa dos Ventos: Construção da Memória e Identidade de uma Comunidade em Nova Iguaçu**.

procurei apoio em Costa e na afirmação de que o objeto de estudo não preexiste, mas é constituído pela motivação da pesquisa. (COSTA, 2007, p.98).

Outra dúvida a respeito desta pesquisa era se encontraria, entre aqueles sujeitos selecionados, quem de fato tivesse estado ou participado concretamente da luta contra a ditadura e, se não os encontrasse, o que faria para dar prosseguimento à investigação? Desta forma, muitas foram as crises no processo de produção da pesquisa e, embora traga ainda comigo algumas delas, “a pessoa que escreveu as primeiras páginas e a que assina o nome e coloca o ponto final na última página não é, de modo algum, a mesma pessoa” (COSTA, 2007, p.99).

Destarte, ficou explícito que a insatisfação com a invisibilidade da atuação dos personagens negros no período da repressão foi o que motivou meu problema de pesquisa. Como afirma Corazza (2007): “somente nessa condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes é que ousamos tomá-las pelo avesso, e nelas investigar e destacar outras redes de significações.” (CORAZZA, 2007, p.109).

Nesse processo de envolvimento com o problema fiquei intrincada nos labirintos da pesquisa, em função de tantas incertezas na construção da escrita e no encaminhamento a ser dado a ela. Tudo foi sendo questionado, repensado, avaliado, reescrito. Estaria eu vivenciando um “ato de rebeldia e insubmissão” diante do que fora instituído, das verdades tramadas nos lugares onde construímos nosso conhecimento? Ao pensar em “descolonizar o currículo” de História, fazia-se necessário, antes, descolonizar-me, desconstruir minha própria formação, buscando novas lentes para visualizar os problemas que se colocavam na pesquisa. Eis aí um dos grandes *calcanhares de Aquiles*, criado pela Lei 10.639/03 que revela a necessidade de que cada educador, mesmo os mais críticos, revejam, a todo tempo, a sua formação, o que já naturalizamos como verdade, isso como forma de romper com os paradigmas já instituídos. Como afirma Gomes:

Um paradigma que compreende que não há hierarquias entre conhecimentos, saberes e culturas, mas, sim, uma história de dominação, exploração e colonização que deu origem a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos. Processo esse que ainda precisa ser rompido e superado e que se dá em um contexto tenso de choque entre paradigmas no qual algumas culturas e formas de conhecer o mundo se tornaram dominantes em detrimento de outras por meio de formas explícitas e simbólicas de força e violência (GOMES, 2012, p.98-109).

Diante desse desassossego, Costa (*op.cit.* p.116) nos dá seu apoio quando afirma que “o que funciona é exercitar a suspeição sobre a própria formação histórica que nos constitui,

e constitui, interrogá-la sobre se tudo o que dizemos é tudo o que pode ser dito, bem como se aquilo que vemos é tudo o que se pode ver.”.

Seguimos, então, tentando ver esse algo mais em nosso objeto, buscando contribuir com aquilo que já foi dito e indo ao encontro de outros atores e formas de ver e dizer, uma vez que, como afirma Gomes (2012), descolonizar os currículos implica em confronto e negociação do poder e do saber já construídos, sem perder de vista que no campo da produção intelectual, segundo Costa, não existe produção de saber fora dos jogos de poder.

Vários autores, como Andrews (1998), Nascimento (2003), Abdias Nascimento (1981), Siss (2003) apontam em seus estudos que, ao longo do século XX, devido à exclusão socioeconômica da população negra, ocorreram diversas iniciativas dessa população no sentido de lutar por sua inserção socioeconômica, cultural e cidadã. Apesar das adversidades, alguns negros forjaram condições para a construção da leitura e escrita, através das quais puderam de alguma forma, inserir-se socialmente, como aponta Hasenbalg (1979).

A necessidade e a importância da escolarização dos afro-brasileiros eram apontadas na imprensa negra, ao longo do século XX, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul¹⁷. A existência desses periódicos já demonstrava a presença de um grupo letrado de afro-brasileiros por todas as regiões do Brasil. Pela ação deles, foi possível que homens e mulheres denunciasses o racismo imposto ao referido grupo, visto que a premissa de uma suposta democracia racial dificultava a inserção dessa camada tão significativa da população brasileira como beneficiários da produção de bens econômicos e culturais. Nesse sentido, Giralda Seyferth explicita que:

O que torna o reconhecimento de uma questão racial tão problemático é a existência de uma ideologia de igualdade racial com base na miscigenação que não encontra respaldo na vida social [...] onde as diferenças raciais não são tomadas como simples diferenças, mas sim como indício de desigualdade e inferioridade (SEYFERTH, 1989, p.30).

A luta pela cidadania levou parte dessa militância negra a aproximar-se dos partidos de oposição aos governos, já que a suposta “democracia racial” dificultava a discussão sobre o racismo no seio da sociedade brasileira. Ianni (2004, p.349) afirma que a partir de 64, sob a ditadura militar, as linhas principais da problemática racial continuaram a ser as mesmas desenvolvidas após a Revolução de 1930: democracia racial, racismo disfarçado, indigenismo, raça e classe.

¹⁷ Jornais como **O Exemplo** (1892-1930), **A Alvorada** (1907-1965), **O Menelick** (1915), **A Voz da Raça**, **O Quilombo** (1946-1950).

Já no final da década dos anos de 70 e ao longo dos anos de 80, essa militância tornou-se uma força significativa na luta por um país melhor, uma vez que no bojo de suas reivindicações perpassavam as lutas de outros segmentos sociais, levando - se a perceber uma reunião de forças entre as organizações negras e sua militância junto a sindicatos, movimentos estudantis e partidos políticos na luta contra a repressão e, mais precisamente, na luta contra a discriminação racial e todas as formas de exclusão da população negra.

Com a implantação do regime militar em 64, amplia-se a criação de dossiês que continham relatórios sobre diversos assuntos pessoais e de segmentos sociais. Era a partir desses dossiês que surgiam as informações para as polícias políticas regionais e nacionais.

Para os militares, cujo projeto político tinha como base a “ordem social”, tudo e todos que gerassem “desordem” eram vistos, automaticamente, como subversivos ou comunistas contrários ao regime. Desta forma, as ações do movimento negro contrariavam a Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969¹⁸ e a questão racial integrava os crimes previstos na legislação militar.

A insegurança e a desconfiança se multiplicavam tanto quanto se multiplicavam os agentes do Serviço Nacional de Informações – o SNI, criado em 1964 e responsável pela delação e prisão de dezenas de pessoas envolvidas, ou não, no processo de resistência. Durante esse período “as paredes tinham ouvidos” e todos se sentiam vigiados – eram os tempos dos “dedos-duros”. Diante do decreto que criou a lei de Segurança Nacional e os demais aparelhos “legais” e de todo o terror que eles trouxeram, Ianni observa que:

Ficou bem mais difícil falar em democracia racial em um país no qual o povo em formação foi jogado de novo ao nível de simples população de trabalhadores. Esse processo disfarçou-se sob a tese de que as pessoas, os grupos, as associações, os movimentos sociais, os partidos políticos, as ideias podiam ser suspeitos, perigosos, nocivos à segurança do Estado (IANNI, 2004, p.349).

Todos aqueles considerados comunistas, estudantes, sindicalistas, religiosos, políticos entre outros eram alvo do regime militar. Em cada um desses segmentos, obviamente, militantes negros podiam ser encontrados. Portanto, a militância negra, filiada, ou não, aos partidos de esquerda, era considerada inimiga do regime político vigente e deveria, assim, ser vigiada de perto.

Abdias Nascimento, expoente da militância negra no Brasil, foi perseguido pelos

¹⁸ O Decreto-Lei Nº 898, DE 29 de setembro de 1969, define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social. Esta Lei de Segurança Nacional previa como Crime Incitar Ao ódio ou a discriminação racial, tendo como pena a reclusão, de 10 a 20 anos.

militares e obrigado a deixar o país em função do endurecimento do regime militar e da repressão imposta pelo AI-5. Ele ressalta que:

A questão racial virou assunto de segurança nacional, a sua discussão era proibida. Fui incluído em diversos inquéritos policiais militares, sob a estranha acusação de que seria encarregado de fazer a ligação entre o movimento negro e a esquerda comunista (SEMOG, 2006, p.96).

Para os militares o movimento negro era um objeto de manipulação dos comunistas que o utilizavam para “reavivar e agravar tensões sociais e no caso do movimento negro, valendo-se da questão racial.” (FICO, 2001, p.188). Karin Kössling, em sua dissertação de mestrado,¹⁹ aponta, que ao longo do século XX, o movimento negro esteve sob vigilância e repressão, sobretudo, entre os anos de 1964-1983. Segundo Kössling: “desde a década de 1940” o movimento negro foi, sistematicamente, vigiado e reprimido pelo DEOPS, uma vez que a polícia política entendia esses movimentos como subversivos e que poderiam levar a uma desestabilização da “democracia racial brasileira”.

Tais conflitos ficaram mais visíveis a partir da inserção socioeconômica de uma pequena parcela da população afrodescendente que, com a ampliação do mercado de trabalho gerado pelo “Milagre Brasileiro”, durante o governo dos militares, pôde vivenciar certa mobilidade social, principalmente devido a sua entrada nas universidades, possibilitada pela reforma no ensino superior ocorrida nesse período. Como nos informa Pereira (2008, p.99).

A partir da leitura atenta do material divulgado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pela SEPPIR, o catálogo: **Direito à Memória e à Verdade**²⁰, percebi que dos 40 militantes de esquerda, negros e negras, que participaram da luta armada, onde alguns foram mortos durante o regime militar, dezoito deles eram estudantes universitários ou profissionais com ensino superior. Como exemplo, podemos citar negros como Joel Rufino dos Santos – sobrevivente do regime, hoje professor universitário aposentado, que após o golpe militar de 1964 foi exilado e, em seu retorno, estabeleceu-se em São Paulo associando-se à ALN (Aliança Libertadora Nacional). Perseguido pelo DOI-COD, foi preso e condenado a quatro anos de prisão. Conforme depoimento dado a Haroldo Costa:

Estava na mira da Operação Bandeirante, DOI-COD e fiquei três dias preso no Carandiru, de triste memória. Quando fui condenado a quatro anos de reclusão, transferiram-me para o presídio do hipódromo. Lá passei a ser a

¹⁹KÖSSLING, Karin Sant’Anna. **As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP**. São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado em História Social USP.

²⁰Programa do Governo Federal **Direito à Memória e à Verdade**. Lançado no Palácio do Planalto, em Brasília, 2007. Em 2010, foram produzidas em parceria com a SEPPIR, cartilhas com a história de 200 negros e negras desaparecidos durante a Ditadura.

ligação entre o comando constituído por presos políticos e os presos comuns, o que também não foi fácil. Tinha um preso, cujo apelido era Pelezinho, que não entendia como eu, sendo negro, estava com os que ele chamava de terroristas e que acreditava ter algumas regalias e não com ele e os outros, negros e mulatos, que eram o povão [...] (COSTA, 2009, p.29).

Neste período, havia uma vigilância cerrada às universidades, sendo de conhecimento da polícia política toda rotina acadêmica: cursos, debates, shows, seminários, circulação de panfletos, cartazes e atuação de professores e alunos.

Institucionalizado, o racismo brasileiro incorporou práticas cotidianas no âmbito da sociedade e de todo sistema educacional e acadêmico que determinavam o “lugar do negro”. Assim posto, quando algum deste conseguia furar o cerco e chegar aos lugares destinados aos brancos, havia um estranhamento em relação a sua presença, e suas ações eram silenciadas ou desvalorizadas. Munanga (2003), no prefácio do livro **Afro-brasileiros, cotas e ações afirmativas**, diz que “a educação é apontada como umbigo de todos os mecanismos que explicariam a invisibilidade do negro.” (SISS, 2003, p.10).

Segundo Siss (2003), a população negra, através de suas organizações, vem pressionando o Estado brasileiro para o estabelecimento de políticas que garantam o direito à educação a todos os afro-brasileiros desde o início do século XX. Aponta também para a eclosão e a importância da conquista de espaço e das mudanças nas relações entre a sociedade civil e o Estado – papel desempenhado pelos diversos movimentos sociais, entre os quais está o movimento negro que, a partir da década de 1970, sob o regime militar, reemergiu, fortalecendo as ações junto a outros segmentos sociais na luta pela redemocratização do país. Forjaram, a partir dos anos 70, a entrada de negros e negras nas universidades brasileiras (SISS, 2011). Assim sendo, Siss (2003) nos mostra que a inserção do negro no meio acadêmico é parte da luta do movimento negro contra o racismo, pelo direito à educação.

Ainda na década de 70, com o desenvolvimento econômico, foi possível a constituição de uma incipiente classe média negra, o que favoreceu a entrada destes nas universidades, ainda que em pequeno número. Sobre esse tema, Pereira (2008) assinala que:

O chamado “milagre brasileiro” ampliava enormemente o mercado de trabalho, trazendo a segunda onda de emprego para a população negra. [...] modificações no sistema educacional [...] mais verbas e mais vagas nas universidades públicas; incentivos e apoios para o ensino superior privado (PEREIRA, 2008, p.99).

Tal fato, certamente, não minimizou o preconceito racial, ao contrário, estudos

apontam que a entrada do negro na classe média evidencia o racismo brasileiro, como nos mostram as pesquisas feitas por Hasenbalg (1979). Este autor, com análise comparativa das relações raciais no Brasil no pós-abolição, denuncia as “práticas discriminatórias sutis e informais” como causas da atual subordinação social do negro.

Andrews (1998), em sua pesquisa a respeito das relações entre negros e brancos, em São Paulo, analisa os problemas de ordem política e institucional vivenciada pela população afrodescendente no Brasil. Para Andrews, quanto maior a escolaridade do negro maior a discriminação sofrida, uma vez que, ao sair do seu “lugar”, acaba por alterar o *status quo* e entra na disputa do mercado com o branco.

A intelectualidade e a militância negra no período do regime militar, por todo Brasil, criou diversas estratégias de luta contra o racismo e de busca pela cidadania plena dos afro-brasileiros, tais como, a fundação de instituições, organização de encontros, seminários, congressos e atividades culturais com o intuito de discutir e buscar alternativas para a democratização do país e para a luta contra o racismo institucionalizado na sociedade brasileira. Nesse momento da história, a forte repressão política obrigava parte dessa militância à clandestinidade ou ao recolhimento, como nos informa Yedo Ferreira em seu depoimento:

Praticamente a minha vida foi de militância política. Por várias razões. A passagem para o movimento negro se dá justamente em 1968, depois do Ato Institucional Nº 5 porque o Partido Comunista via um caso de perigo, conforme estava o país, uma ditadura forte [...] Então se viu que havia a necessidade de se resguardar, da seguinte forma: desativando todos os quadros que eles consideravam queimados, [...] como era o meu caso, estes ficavam desativados (CONTINS, 2003, p.88).

Esse fato imputou maior responsabilidade aos novos militantes na organização do movimento negro, como informa Pereira (2008). Entretanto, eles ainda se viam, de alguma forma, “vigiados” pela polícia política, uma vez que o ano de 1971 fora a data da criação de algumas organizações negras e, coincidente, com o ápice da repressão que deu início a um período de extermínio físico sistemático, prisão e tortura dos militantes de esquerda e de todos aqueles que se colocavam contra o governo militar. Uma mostra da ação repressiva dos militares sobre o movimento negro e seus representantes está presente nas circunstâncias do falecimento do filho de Solano Trindade, morto em situação suspeita num quartel da Vila Militar no Rio de Janeiro.²¹

²¹Segundo pesquisa de GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade**: Raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960) Anexo 9 - Síntese das Entrevistas, p.138-143. Francisco Solano Trindade Filho foi morto em situação suspeita, aos dezoito anos, num quartel da Vila Militar no Rio de Janeiro,

Nota-se, no discurso da militância negra sistemática, ou não, que sua ação nos partidos de esquerda se deu pelo fato de entenderem que o racismo é também um elemento do capitalismo, e a superação do racismo, pela qual lutavam, só seria alcançada com a implantação do socialismo no Brasil. Diante dessa perspectiva alguns militantes negros se aproximaram da Convergência Socialista passando a atuar também no movimento estudantil ou no Partido Comunista.

A Lei de Segurança Nacional de 1969 considerava crime incitar o ódio ou a discriminação racial, sendo assim, o movimento negro era visto como subversivo e desagregador da sociedade brasileira. Carlos Fico (1997) aponta como “não adaptados” aqueles que se opunham ao regime militar. Segundo ele, os militares identificavam os ‘inimigos’ não como alguém que tinha outros planos para seu país, mas como um ‘desajustado’, incapaz de perceber os benefícios da nova era. (FICO, 1997, p.125).

Constata-se então que, onde quer que esteja atuando, a militância negra atravessaria as fronteiras étnicas impostas pela sociedade racista, seja a partir de sua entrada nas universidades ou com sua atuação política – o que não impediu a invisibilização desses atores na produção historiográfica pertinente ao período do governo militar no Brasil. Tal fato pode ser explicado a partir da seguinte afirmativa:

As fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias individuais, estas distinções são mantidas. (BARTH, 2000, p.26).

Aquilo que não está dito na memória oficial, muitas vezes está presente nas lembranças individuais de quem as viveu, seja no seio familiar ou em outros grupos políticos/afetivos. Essa “memória subterrânea” aguarda um momento para manifestar-se, ainda que de forma não premeditada. As circunstâncias do presente se encarregam de trazer essas lembranças, de expô-las, mesmo que sob um determinado olhar.

O problema que se coloca em longo prazo, para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam

cuja morte foi considerada acidental, quando servia ao Exército em 1965. O rapaz, segundo a irmã Godiva, não tinha envolvimento político apesar de constar na lista dos onze de Leonel Brizola, junto com outros membros da família. A explicação dada pelas Forças militares não foi satisfatória para a família que costuma considerar como suspeita a justificativa de acidente. Soma-se a isso o fato de que, certamente, os militares não se esqueceram da atuação e filiação política de Solano ao PCB o que o levou à prisão durante a ditadura de Vargas. Esse acontecimento marcou a vida de Solano e de sua família, uma vez que, quase 40 anos depois, família e amigos são marcados por certo silêncio em torno do episódio.

aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e à reivindicação (POLLAK, 1989, p.9).

Quanto à reestruturação do movimento negro, a partir da década de 1970, Gonzalez (1982, p. 34) afirma que este movimento, no Rio de Janeiro, foi composto por dois grupos de jovens intelectuais do final dos anos sessenta e setenta – um grupo mais ligado às questões culturais a partir do conhecimento das ações do movimento negro norte americano, e outro que, dentro das universidades, articulava estudos, encontros e congressos.

Essa juventude, na década de 70, em conjunto, organizou as semanas afro-brasileiras com estudos, seminários, palestras e exposição de sua arte dentro das universidades, favorecendo a formação de grupos de estudos e, conseqüentemente, diversas instituições que buscavam discutir o racismo e a discriminação racial, as questões de gênero dentro do movimento e as questões internacionais, em especial, as raciais nos EUA e na África. A partir desses grupos, surgiram importantes instituições como a SINBA, o IPCN cuja sede se transformou no ponto de encontro e desencontro das demais instituições, o Centro de Estudos Brasil África, o Grupo de Trabalho André Rebouças (que organizou a semana de estudos: O negro na Formação Social Brasileira na UFF), entre outras entidades que lançaram as bases do movimento negro no Rio de Janeiro.

1.4 Apresentação dos capítulos

Esta pesquisa está assim estruturada: o primeiro capítulo traz a “Introdução”, na qual apresento as razões da pesquisa, os problemas propostos e a escolha pela abordagem metodológica.

No segundo capítulo, intitulado “A questão racial e a dialética raça e classe sob o olhar da esquerda e da direita”, foi feita uma incursão nas tendências políticas classificadas, ideologicamente, como campos políticos de direita e de esquerda, como se organizavam e de que forma atuavam em território brasileiro entre 1964 e 1985. Efetuamos, ainda, uma breve discussão acerca das análises que esses grupos, inclusive os militares, faziam da questão racial no Brasil, identificando os elementos que compactuavam dessa ideologia e como eles abordavam esse tema, apontando a relação entre o movimento negro e a esquerda brasileira; entre raça e classe. O capítulo apresenta uma breve análise de como os governos militares trataram as discussões raciais no Brasil.

Para abordagem do posicionamento ideológico dos grupos políticos em disputa no

período em que se dá a pesquisa, o diálogo acontece com o trabalho do filósofo e político italiano Norberto Bobbio (2001), especificamente suas análises expostas no livro **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política, onde Bobbio sustenta a ideia de que, ainda hoje, prevalece a divisão básica das posturas ideológicas entre direita e esquerda

O enfoque de Bobbio sobre a dicotomia direita e esquerda foi aqui considerado porque os critérios por ele propostos ajudam-nos a identificar o quanto as questões ideológicas são determinantes para a análise dos discursos e das ações que partiram de uma ou outra das orientações dessa díade. Além disso, essa dualidade, enquanto posição política é bem antiga e justificada historicamente, já estando presente nos campos político, social, religioso, educacional, e esses são os espaços onde se insere nossa pesquisa.

Seguindo a linha de reflexão de Bobbio, Emir Sader (1995) nos ajudou a refletir como se constrói essa polarização entre esquerda e direita no Brasil. Através da análise dessas categorias políticas, situamos os grupos que ajudaram na construção da esquerda brasileira. O autor, ao esmiuçar a esquerda, nos apresenta também a forma de organização da direita e como essas categorias disputaram entre si, apoiadas nas ideologias que as embasam, os destinos políticos da nação brasileira.

Para melhor compreensão acerca do pensamento conservador no Brasil, tomamos a pesquisa do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002), quando descreve sobre o anticomunismo no Brasil, enquanto elemento ideológico significativo para a implantação dos regimes autoritários. Ele esclarece como o sentimento e a propaganda anticomunista contribuiu para a ruptura institucional de 1964, uma vez que as ameaças imputadas ao comunismo forneceram o principal argumento contra os movimentos favoráveis a transformações sociais liderados pela Juventude Universitária.

As análises de Mercadante (1972) foram-nos muito úteis também, quando este discorre sobre a construção do pensamento da elite conservadora no Brasil, mostrando as peculiaridades e a distinção entre a mentalidade conservadora nacional em relação ao pensamento conservador na Europa. O autor mostra que uma das características principais, que fazem deste um pensamento tão singular, é sua face conciliatória, uma vez que, a *intelligentsia* brasileira ao ser tomada pelos idealismos europeus, buscou enquadrá-los e ajustá-los à realidade brasileira, dando nova face ao mercantilismo e ao liberalismo econômico.

Para análise do pensamento dos militares acerca da questão racial, toma-se como base a pesquisa de Karin Sant'Anna Kössling (2007) que nos traz os estigmas e estereótipos empregados nos discursos sobre os negros pelos militares, mostrando como se dava a

repressão e a vigilância dos militares sobre o movimento negro nesse período.

Para o entendimento da questão raça, classe e análise das discussões que os grupos políticos faziam da questão racial no Brasil, tomaremos como referência os trabalhos de Florestan Fernandes (1972, 1989, 2008), Carlos Hasenbalg (1979), Octavio Ianni. (2004), Carlos Moore (2010).

Florestan (1972, 2008) nos ajudou a pensar a situação real do negro na sociedade brasileira e os mecanismos de segregação do negro no pós-abolição. Com o trabalho de Fernandes, foi possível pensar as relações raciais brasileiras a partir da conjugação de forças sociais que se deram em função da abolição e que vão se refletir nas relações raciais e nas desigualdades sociais características da sociedade brasileira, nos ajudando a pensar sobre o papel do negro na sociedade capitalista. Florestan nos traz a dimensão política da questão étnica e a relevância da questão racial para a construção da democracia no Brasil.

Carlos Hasenbalg (1979), com sua análise sobre a história das desigualdades raciais no Brasil e as razões da marginalização social da população negra, ajudou-nos a compreender como os instrumentos ideológicos da elite brasileira, embasados na ideia de “democracia racial”, permitiram o controle social da população negra e sua dificuldade de acesso aos direitos sociais em função da discriminação racial. Hasenbalg nos fez pensar o papel da raça, na construção da desigualdade social no Brasil, diante de uma perspectiva da sociedade capitalista.

Com as análises de Octavio Ianni (2004), foi possível compreender o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do Brasil e como o preconceito de classe e o preconceito racial operam na sociedade brasileira a partir da ação das forças sociais que direcionam o país. O autor nos fez refletir sobre como a educação no Brasil estrutura-se segundo os interesses políticos ideológicos daqueles que detêm o poder e como ele opera na reprodução das desigualdades. O autor possibilitou a reflexão a respeito de como a questão racial foi pensada na lógica de construção da nação brasileira.

Carlos Moore (2010) nos traz uma análise detalhada do pensamento de Marx e Engels em relação ao racismo, mostrando como o pensamento marxista percorreu e influenciou os diversos movimentos sociais em todo o mundo, dentre eles o movimento negro brasileiro. O autor nos apresenta as contradições deste pensamento em torno da luta antirracista, suas consequências e limitações no trato com as questões raciais.

Os autores com quem dialogo trazem em suas análises discussões acerca de como os grupos políticos tratavam as questões da igualdade e desigualdades sociais. Essa discussão sempre presente nas falas do movimento negro percorre os capítulos desta pesquisa, cuja

compreensão se deu através dos estudos de Carvalho (2013) acerca da luta pelos direitos para a construção da cidadania. O historiador discorre sobre como se constituiu o Estado brasileiro e como a forma peculiar dessa construção determinou a constituição da cidadania no Brasil.

Os estudos desses autores, com seus pontos de divergências e convergências, ajudaram na construção da análise que os diferentes grupos políticos faziam da questão racial no Brasil.

No terceiro capítulo, “A negritude em movimento no contexto da ditadura e a pluralidade do movimento negro”, trataremos das resistências nos anos de chumbo, da luta do movimento social negro através do conceito de movimentos sociais, situando esses grupos e seu surgimento ao longo das décadas de 70 e 80, mostrando como se constituíram alguns deles e como se deu a participação da juventude negra nesses espaços políticos. Aponto suas ações nas universidades, nos movimentos culturais, na Igreja Católica e nos demais levantes de reação aos militares pela redemocratização do país.

As novas formas de organização do movimento negro estavam em consonância com a emergência de outros grupos sociais que se constituíam naquele período no esforço pela redemocratização do país. Neste capítulo, analisaremos o processo de construção da cidadania da população afro-brasileira e para isso, utilizaremos os conceitos de ‘direito’ e ‘cidadania’, apontados por Carvalho (2013), uma vez que estes guiaram as linhas de ação dos movimentos sociais negros, em especial, no que se refere à luta pela educação, entendida pelo autor como fundamental para a consolidação da cidadania em todas as suas dimensões.

O capítulo foi pensado a partir da leitura de textos historiográficos sobre o período militar em questão, que remetera à indagação a respeito da militância afro-brasileira, visto que parte considerável deste grupo era composta por jovens universitários e que estes estavam presentes, não só nas universidades, mas também nos sindicatos e agrupamentos sociais. Pensado ainda em como se processavam as relações étnico-raciais nessas universidades, nos movimentos de luta contra o governo autoritário e como se deu a formação de intelectuais negros a partir da década de 1970, uma vez que foi através dessa mobilização que o movimento retomou ou recriou diversas formas de inserção e legitimação da presença de afro-brasileiros nos meios acadêmicos.

Buscamos os trabalhos de Carlos Fico (1997, 2001, 2004), Daniel Aarão Reis (2005), Zuenir Ventura (1988) e Gorender (2005) que escreveram sobre o golpe militar e a reação dos diversos setores sociais durante o regime ditatorial. Com os autores citados, foi possível perceber quem eram os atores sociais e onde estes estavam representados, bem como entender as razões de um determinado protagonismo nesse período.

Para a análise acerca dos movimentos sociais, os trabalhos de Maria da Glória Gohn

(1992, 2010) e Alain Touraine (1989) possibilitaram a compreensão dos conceitos de movimentos sociais e suas categorias de análise, bem como o conceito de classe social.

Para compreender a formação dos grupos do movimento negro dentro da Igreja Católica, os estudos de Geraldo Rocha (1998) sobre os agentes de Pastoral Negros foram de grande valia, bem como os estudos de Andrews (1998) para a compreensão dos mecanismos que favoreceram a formação de uma pequena classe média negra.

Para análise das ações desses grupos, no decorrer dos anos 70 e 80 do século XX, fundamentamo-nos das análises de Andrews (1998), Pereira (2008, 2009) e Siss (1994 2003). Pereira nos possibilita percorrer as histórias do movimento negro, dos novos agentes políticos e de sua luta contra o racismo e pela cidadania e justiça social. Ajudando-nos a perceber o legado das lutas travadas pelo movimento negro desde a década de 70, sempre embasadas nas lutas históricas desse povo no início do século.

A partir de meados da década 70, assiste-se à ascensão dos movimentos sociais que potencializam suas ações políticas após o período de isolamento imposto pelo regime militar. Essa década foi também o marco da reconstrução do movimento negro contemporâneo, bem como o palco da luta dos diversos levantes sociais em prol da redemocratização do país.

O movimento negro contemporâneo trouxe, para o cenário da luta pela redemocratização do Brasil, a bandeira de combate ao racismo, às desigualdades socioeconômicas, de garantia aos negros de exercer os direitos à cidadania. O protagonismo desses atores se dá para reconstrução de um país, onde a superação das diferenças étnicas suplantem as diferenças sociais.

Diversos foram os grupos e instituições que surgiram com o objetivo de combater o racismo, conscientizar pessoas e auxiliar na construção da identidade racial do povo negro. Em 1978, inúmeras organizações da militância negra vão contribuir para a formação do MNU, de outras organizações e frentes de luta que acabaram por fortalecer o movimento negro como um todo.

À frente dessa luta estão diversas ações visando à inserção de crianças e jovens afro-brasileiros nas escolas e universidades e, ainda, buscando a inclusão do estudo de história da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares por todo o país. Considera-se o legado de lutas das instituições negras das décadas de 30, 40 e 50, reforçadas com a constituição do movimento negro contemporâneo que, a partir da década de 70, protagonizou as principais ações em favor da democratização da educação no país.

Historicamente, as lutas do movimento negro apontam que a educação tem sido fundamental para a reprodução do sistema de poder e de valores em nossa sociedade visto que

aquela não considera a questão racial como elemento importante para efetivar a justiça social e a democracia, acabando por reproduzir, dentro e fora das escolas e universidades, o poder simbólico dos brancos sobre a população negra, dificultando a esta o acesso à cidadania.

As ações do movimento negro em defesa da educação se deram em bases concretas que foram se firmando com o processo de redemocratização. Desta forma, o movimento negro, por meio dessas lutas, tem buscado mostrar para a sociedade brasileira que, com uma educação racialmente diferenciada, é possível deixar ouvir esses atores silenciados e a cultura afro-brasileira – há muito subalternizados – em sua inserção nos materiais didáticos e nas produções acadêmicas.

Andrews (1998) nos ajudou a refletir em como se deu a formação da classe média negra e como a ação e atuação política da comunidade negra estavam diretamente ligadas às crises e inseguranças vividas pelo país. Por suas análises foi possível compreender as razões das escolhas do grupo político ideológico, feito pela classe média negra, que se refletiram em suas organizações políticas e, ainda, nas diversas formas de luta dos negros para sua inserção na vida política do Brasil. Ademais, Andrews nos ajuda a perceber como se processou o acesso desses homens e mulheres nos sistemas de ensino, em especial nas universidades.

Siss (2003) nos trouxe a discussão em torno das políticas afirmativas. Sob a perspectiva desse autor, discutimos o legado do movimento negro para a educação, visto que o sociólogo destaca a importância da ação desses grupos sociais em influenciar o Estado a buscar de ações que promovam a educação para as relações étnico-raciais, através das cotas e da alteração da LDB, com a introdução da Lei 10.639/03 que inclui o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do ensino fundamental às instituições de ensino superior.

Andrews (1998), em suas pesquisas sobre o movimento negro em São Paulo, corrobora para nossa compreensão acerca dos padrões básicos da desigualdade racial que têm existido no Brasil desde a abolição até 1988 demonstrando como e por que esses padrões têm-se desenvolvido no transcorrer dos anos.

No quarto capítulo “Qual legado? O que dizem os sujeitos?”, trago as falas dos sujeitos e, através delas, é possível perceber o caminho trilhado por aquela intelectualidade negra e militante, como agiram coletivamente na construção de um movimento de base dentro de um momento político conturbado e ditatorial, onde os direitos políticos foram restringidos, as ações políticas eram vigiadas em nome da “segurança nacional” e como o racismo e suas mazelas, impostos à população negra, eram recobertas sob a bandeira da democracia racial.

Para a discussão acerca da formação de uma intelectualidade dentro do movimento

negro contemporâneo, tomamos aqui os conceitos sobre intelectual e intelectual orgânico trazidos por Antônio Gramsci. Este nos ajuda a compreender o papel desses intelectuais na sociedade e como cada grupo social cria seus próprios elementos intelectualizados.

O conceito de intelectual orgânico de Gramsci permite relacioná-lo como alguém capaz de contribuir para o exame dos mecanismos da ação dos intelectuais negros e negras que lutaram em diversas frentes pela democracia política e pela paridade racial no Brasil. Para Gramsci, esse intelectual é um agente social, encarregado pela elaboração e pela difusão das novas ideologias, ou seja, das novas visões de mundo. Eles seriam os responsáveis pela elaboração de novas ideias e, também, o elo entre estrutura e superestrutura.

Gramsci chama de intelectual orgânico aquele que trabalha em conjunto com aqueles aos quais representa, não está separado, movimentam-se organicamente – é o caráter orgânico que define o intelectual (Portelli, 1977, p.84). Portanto, a relação orgânica entre estrutura e superestrutura são os intelectuais. Gramsci privilegiou o vínculo orgânico do intelectual em detrimento da classe social que representa, no entanto, o intelectual e sua produção têm que estar vinculados a uma classe social, rejeitando, portanto, a ideia de intelectual desvinculado de um grupo social (PORTELLI, 1977, p. 86).

Assim, os intelectuais, apesar de não constituírem uma classe social, são grupos com vínculos a esta ou aquela classe social. Assim, cada classe social possui ou cria seus próprios intelectuais, configurando o vínculo orgânico.

Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que, assim como os organizadores ou os militantes do movimento negro, o intelectual negro agiu e reagiu no combate ao racismo, fomentando ações e discussões a respeito do racismo no Brasil e suas consequências para a sociedade. De acordo com Gramsci, o intelectual moderno é técnico, toma parte, constrói, organiza seu grupo social. Nas camadas médias intelectuais, tal como realmente ocorre em todas as sociedades modernas, segundo Gramsci:

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, "produzem" intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território "econômico" e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual. Assim, na Itália, a burguesia rural produz notadamente funcionários estatais e profissionais liberais, ao passo que se deve notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. (GRAMSCI, 1982, p. 10)

Cabe lembrar que na leitura de Gramsci (1982), intelectual não quer dizer uma formação acadêmica específica, mas uma de ação social, certo tipo de agente capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infraestrutura, independente de sua escolaridade específica, mas relacionada diretamente com o “lugar” que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social.

É importante ressaltar que desde o século XIX, quiçá antes, o povo negro no Brasil, vem criando seus intelectuais engajados na luta pela libertação e pela cidadania. No entanto, é a partir do final da década de 1960 que intelectuais negros de formação acadêmica despontaram num movimento de discussão e luta contra o racismo. Este já apontado por diversas pesquisas como um dos fatores de desigualdades socioeconômicas no Brasil.

A ação da militância das décadas de 70/80 procurou intervir na sociedade brasileira possibilitando várias ações que se fizeram, e se fazem, em diversos espaços sociais, em especial, no campo acadêmico e educacional. Pressupõe-se que seria essa a função dos intelectuais, segundo Gramsci, ou seja, “exercer a função ideológica e política de um sistema social, homogeneizar a classe que ele representa.” (Portelli, 1977, pág.88).

Ao analisar a ação da militância do movimento negro, em especial, sua intelectualidade, percebe-se que foi através de sua ação que esse grupo acabou por dar “direção” à luta de combate ao racismo, bem como a luta pela consciência racial na sociedade brasileira.

Para análise do discurso dos sujeitos entrevistados para a pesquisa foi utilizada como ferramenta teórico-metodológica a Análise do Discurso (AD) e a Análise Crítica do Discurso (ACD), tomando como referência Rojo & Whitaker (1998):

ACD constitui uma estratégia para abordar os discursos segundo a qual a teoria não pré-configura nem determina a maneira de enforçar as análises, nem delimita o campo da indagação e da exploração. Ao contrário, a teoria é utilizada como uma caixa de ferramentas que permite formar e abrir novas visões e novos enfoques e onde o/a analista se converte em artífice graças a seu envolvimento com aquilo que estuda (IÑIGUEZ, 2004, p.118).

Nas nossas considerações finais apresentamos respostas, ainda que provisórias ao problema fundante desta pesquisa.

CAPITULO 2

A QUESTÃO RACIAL E A DIALÉTICA RAÇA E CLASSE SOB O OLHAR DA DIREITA E DA ESQUERDA

*Tudo à direita
 Serve à esquerda
 Vice-versa
 Basta não ser negro.
 Explorado e explorador
 Falam com a mesma cor
 E tudo à esquerda
 Serve à direita
 Até os negros,
 Embora sós.
 Veja ao seu lado:
 Romper a ordem
 Deixar de ser coisa
 Já não é bom negócio
 Para os ideais do conjunto.
 Para comprovar
 Tente ser negro e ser tudo.*

Por todo mundo as posições ideológicas determinaram as lutas políticas no Brasil e ajudaram a construir a visão da sociedade brasileira. Os campos políticos de direita e esquerda e suas abordagens estiveram presentes nas discussões em torno das noções de raça e classe social no Brasil.

2.1 As concepções políticas “esquerda” e “direita”: breve histórico

Sabe-se que os franceses levavam a consequências extremas as contendas políticas em torno da sociedade europeia no século XVIII. Discutiam as questões sociais e econômicas porque estas perpassavam os países europeus, em especial a França, no campesinato, industrialização, operariado, trabalho e capital.

As interpretações, as análises e as divergências de pontos de vista sobre os diversos temas daquele contexto social, levavam a discussões que acabavam por gerar posições políticas antagônicas, que caracterizavam um conjunto de princípios ideológicos, destacando-se dois grupos socioeconômicos distintos e opostos que protagonizaram o processo da Revolução Francesa.

Os grupos ou agrupamentos políticos que se formaram durante a Revolução Francesa estavam literalmente representados – de um lado, à direita, por aqueles que primavam pela economia de mercado, pela liberdade econômica e individual, pela personificação da autoridade e buscavam a igualdade com base no mérito e na posição social. Eram partidários do sistema monárquico e defensores do sistema capitalista; do outro lado, à esquerda, situavam-se aqueles que valorizavam a igualdade de direitos, o controle da economia tornando-a mais aberta ao trabalho em detrimento do mercado pela redução da jornada de trabalho. Os partidários da República objetivavam superar o capitalismo e as diferenças de classes sociais, defensores do socialismo-comunismo. Os revolucionários de 89, os que ocupavam assentos à direita e à esquerda nas assembleias não imaginavam o legado político-social que deixariam para o mundo contemporâneo.

Na abordagem sobre o período revolucionário francês, Sader aponta a publicação do Manifesto Comunista como construto do comunismo, ideologia das classes trabalhadoras, sendo esta “[...] a teoria mais importante da esquerda, aquela que busca a superação do capitalismo pelo socialismo para chegar a uma sociedade sem classes, sem exploração, sem Estado: a sociedade comunista.” E, ao se referir à burguesia, indica que “esta, classe minoritária, governava para a perpetuação das elites no poder e pela preservação dos privilégios de classe e, por isso, lançava mão de estruturas de dominação das minorias sobre as majorias. Este era o Estado capitalista”. (SADER, 1995, p.26-27).

Assim posto, a direita era representada pelos conservadores que buscavam a manutenção e a preservação da propriedade privada e a reprodução do *status quo*. Eram contrários ao controle da economia pelo Estado, mas defensores do estado de direito tendo, portanto, o liberalismo como sustentação ideológica. Esses posicionamentos relacionados à direita e à esquerda dominaram o cenário político durante a Revolução Francesa, no decorrer dos séculos XIX e XX, se espalharam por todos os continentes e, ainda hoje, na maioria dos países, tais alinhamentos são usados para designar o pensar e o agir políticos.

No fervor do debate teórico acerca de tais distinções desses campos políticos na contemporaneidade, o filósofo Norberto Bobbio (2001, p. 30), ao travar uma longa discussão com filósofos e historiadores, aponta para o fato de que direita e esquerda “ainda hoje são empregadas para se referir a propósitos políticos, de partidos, de movimentos, de alinhamentos, de jornais, de programas políticos, de disposições legislativas”. Assim, na medida em que essas nomenclaturas continuam, apesar das mudanças históricas, sendo empregadas para distinguir posicionamentos políticos, significa que elas não deixaram de existir.

Para Bobbio (2001, p. 51), “esquerda e direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade.” A distinção entre direita e esquerda, segundo o autor, tem como base a relação destas com a igualdade e a desigualdade. Tal distinção vai além da contraposição capitalismo/comunismo como ela se mostra no cotidiano. Para ele, a distinção entre direita e esquerda não estaria na natureza ou na essência, mas na ação. (*op. Cit.* p.30).

As lutas para alcançar a igualdade embasaram os acontecimentos políticos nos países europeus e ainda moldaram as disputas político-ideológicas tanto na Europa, quanto na América Latina. Elas determinaram a ação política dos grupos de direita e dos grupos de esquerda, travando disputas nas quais o que estava em jogo era o caminho a ser percorrido pelos países para o desenvolvimento socioeconômico.

Se a Europa acenou com a URSS – que seria o espelho da revolução contra o capitalismo, a América Latina teve em Cuba a principal referência revolucionária, uma vez que esta rompeu com a dominação imperialista dos EUA, tornando-se o primeiro país da região a ser considerado um modelo de Estado socialista.

No Brasil – país tradicionalmente conservador – o ideário da esquerda (anarquismo, socialismo e comunismo), que embasava a luta dos operários na Europa, foi reproduzido entre o final do século XIX e início do século XX, com a chegada dos imigrantes europeus, cuja maioria foi trabalhar nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, alocando-se na recente indústria brasileira.

O movimento operário organizado aos moldes europeus, a partir do início do século XX, traz para si as experiências de organização e negociação ganhas com as lutas anteriores, patrocinadas pelos trabalhadores escravizados e livres. Na análise de Mattos (2009), isso foi possível:

A partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século 19, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação de classe (MATTOS, 2009, p.30).

Ainda no início do século XX, com a criação do Partido Comunista em 1922, era lançada a base da organização da esquerda no Brasil, representada pelos intelectuais, estudantes, parcela dos militares e trabalhadores urbanos. Estes atores se apropriaram das ideias socialistas de Marx e da Revolução Russa de 1917, que chegavam ao país, buscando

para o Brasil uma revolução ao modelo soviético. Essas seriam as ideias que permeariam os grupos brasileiros de esquerda desde início do século XX até a década de 1960, quando o regime socialista cubano também se tornaria referência para a esquerda.

Em contrapartida, o grupo de direita no Brasil, representado fortemente pelas oligarquias rurais exportadoras, apropriou-se do liberalismo econômico e amparou-se nos princípios do *laissez-faire*, buscando garantir a importação e exportação de sua produção agrícola.

No Brasil, os liberais eram conservadores e alheios às ideias de justiça social pela qual lutavam os partidários da esquerda. Esses liberais, a partir de meados da década de 40, acataram as determinações econômicas emanadas pelo capitalismo norte-americano.

Ao analisar a dinâmica do pensamento da elite conservadora no Brasil, Mercadante (1972) afirma que ela é “parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados” e sem inquietações quanto aos problemas sociais, uma vez que eles acreditam “numa ordem natural das coisas”. Para o autor, os conservadores acreditam no poder da tradição, visto que sua classe era formada de proprietários rurais ou por uma burguesia urbana oriunda desse grupo.

Para Mercadante (1972), “a forma de pensamento adotada pela *intelligentsia* brasileira realmente repousaria no espírito da restauração”. E quando esse pensar visa à formação da nacionalidade brasileira, ele relaciona a construção da nação diretamente com seus interesses de classe, cuja ideologia parte do liberalismo econômico que teve repercussão no Brasil a partir do século XVIII. No entanto, tais ideias foram devidamente adaptadas e ajustadas aos interesses da elite conservadora e às condições do Brasil (op. Cit.p.219-226). O autor, ao analisar o pensamento de vários políticos e intelectuais conservadores, aponta que a ideia conservadora está na base da constituição das instituições; seus ideólogos não trabalham com a possibilidade de grandes reformas institucionais, a não ser que essas sejam de seu interesse e, que o sendo, seriam conduzidas sem grandes rompimentos através do movimento de conciliação dos mesmos.

No que diz respeito à esquerda, Sader (1995, p. 64-65) afirma que o Brasil, ao longo do século XX, produziu três gerações diferentes nesse segmento – na primeira década, a primeira geração dos comunistas, anarquistas e socialistas; na segunda geração, entre os anos sessenta e setenta, aloca os movimentos ligados à luta armada, como estudantes, alguns militares, intelectuais, sindicalistas e outros segmentos sociais; e, finalmente, na última geração, estariam aqueles que foram gerados nos movimentos de resistência à ditadura, entre os quais estão inclusos diversos segmentos de movimentos sociais, entre eles o movimento

negro e as pastorais religiosas. A maior parte dessa esquerda foi formada a partir das ideias do Partido Comunista, cuja orientação ideológica prevaleceu até a década de 60, influenciando a formação de outros partidos esquerdistas nas décadas que se seguiram. Segundo Motta (2002), o Partido Comunista e sua doutrina norteadora da esquerda brasileira, desde a sua formação e nos momentos de conturbação política, nas décadas de 30 e 60, foram os catalisadores da ‘ameaça comunista’ “argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes, bem como para convencer a sociedade (ou parte dela) das necessidades de medidas repressivas contra a esquerda.” (MOTTA, 2002, p. XXII).

A partir de 1930, a assimilação das propagandas de anticomunismo pelas elites brasileiras impulsionou uma maior organização dos grupos de direita, uma vez elas circulavam nas esferas da política internacional, possibilitando a articulação de ações de combate à esquerda brasileira, vista de forma generalizada como comunista.

Na década de 30, a criação da Ação Integralista Brasileira, partido da direita, canalizou as reações contra o comunismo; na década de 60, a ascensão de João Goulart, levado ao poder pelo PTB e tendo se aliado do Partido Comunista, fez com que a direita – representada pelas forças armadas, políticos conservadores, setores da Igreja Católica e da imprensa – pudesse organizar diversas frentes para combater a chamada “ameaça comunista”.

Ainda na década de 30 alguns grupos de direita, que ora arregimentavam um número maior, noutra um número menor de adeptos, organizaram entidades que tinham, explicitamente, em suas bandeiras a luta contra a esquerda e o comunismo como sua razão de existir. Assim, segundo Motta (2002, p. 238-239) surgiu a Liga Feminina Anticomunista, o Centro Cívico do Brasil, a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a Liga da Defesa Nacional (LDN), o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), entre outros.

Parte desses grupos era ligada a setores conservadores da Igreja Católica, a classe média e alta, além dos partidos políticos: UDN, PSD que representavam os setores empresariais e os grupos mais tradicionais do Brasil. Somam-se a eles algumas organizações femininas que surgem a partir das questões político-ideológicas, que mais tarde são reforçadas no governo de João Goulart. Essas entidades civis, militares e religiosas compunham o quadro da direita neste período.

Nas décadas seguintes, em especial a década de 1960, as organizações de esquerda vão se ampliando muito em função das mudanças internacionais e das questões nacionais em torno das reformas sociais. Assim o país vê surgir diversas organizações que articulam intelectuais, sindicalistas, estudantes, trabalhadores, setores das forças armadas representados

na Ação Popular (AP), nas Ligas Camponesas e Política Operária (POLOP), no Centro Popular de Cultura (CPC) no próprio PCB, no PTB representado pelo então presidente João Goulart.

Somando-se à luta por reformas sociais, surge, no seio da Igreja Católica, uma “esquerda” com tendências renovadoras que vão aglutinar estudantes religiosos e leigos em torno de algumas organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) que vão, posteriormente, unificar-se em torno da Ação Popular (AP) que se tornará a organização mais importante do movimento estudantil na luta contra o governo militar.

No que diz respeito às agências de pesquisa que norteariam a política ideológica nas décadas de 50 e 60, foram criados institutos destinados à pesquisa e aos estudos acerca dos rumos da política nacional. O primeiro destes a se constituir foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado durante o governo do presidente Café Filho (1954-55), no seio do Ministério da Educação, destinado ao ensino e à divulgação das Ciências Sociais, integrado por intelectuais de orientação comunistas e nacionalistas, cujas discussões e estudos giravam em torno das ideias a respeito da política nacional-desenvolvimentista e das reformas sociais e culturais. Aqui, cabe uma ressalva, visto que no chamado “terceiro mundo” no qual o Brasil foi incluído durante o século XX, o nacionalismo foi assumido tanto pela direita quanto pela esquerda, “com diferentes matizes que vão do tradicionalismo ufanista à luta de libertação nacional contra o imperialismo”. Por isso, o pensamento nacionalista não pôde ser considerado como monopólio da direita (CRUZ; FILHO, 2013, p.16)²².

Esses intelectuais objetivavam divulgar as ciências sociais a partir do estudo e do ensino, buscando a compreensão e a análise da realidade brasileira. No período em que a instituição foi coordenada pelo grupo nacionalista, buscou-se ampliar suas ações trazendo estudantes, sindicalistas, entre outros grupos, visando maior mobilização política, aliando-se à luta em defesa do capital nacional e das reformas de base pleiteadas por amplos seguimentos sociais.

A contraposição ideológica dos grupos de direita – em relação à luta das esquerdas pelas reformas sociais, contrapondo-se ao ISEB e destinados a defender a ordem capitalista –

²²CRUZ, Gisele Reis; FILHO, Jerônimo Marques de Jesus. “Práticas autoritárias no Brasil contemporâneo. A “nova” direita e a concepção ideal/ orgânica de democracia: o grupo Guararapes”. In: **Revista Eletrônica tempo presente**. Disponível em: <http://tempopresente.org/index.php?apcion=comcontentevivew=articleid=s833:praticas-autorita-e-aconcepção-idealorgania-de-democracia-o-grupo-quararapesecatid=90:edição-domes-de-dezembro2013eitimid=224>. Acesso em: jan. 2015.

foi a criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – criação esta feita por um grupo de empresários ligados ao capitalismo “internacional”, por militares do grupo da Escola Superior de Guerra, por altos funcionários do Estado e por representantes do alto clero católico.

O IPES foi o responsável pelo financiamento de cursos, seminários, conferências públicas, publicação, distribuição de livros e outros materiais, buscando combater o comunismo e a mobilização em torno das reformas de base. Sua ação político-ideológica infiltrou-se, conferindo adeptos entre os quais políticos, empresários, jornalistas, intelectuais, donas-de-casa, estudantes e até trabalhadores. Somam-se a estes algumas organizações femininas, que surgem a partir das questões político-ideológicas evidenciadas no campo da esquerda no governo de João Goulart.

Gorender, ao analisar as diversas organizações que compuseram a esquerda, chama-nos a atenção para a pluralidade na composição desse grupo político no Brasil. O autor define a esquerda como um “[m]ovimento de ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” (GORENDER, 2014, p.11).

Aarão Reis (2005) também reconhece essa pluralidade na esquerda brasileira e propõe que reconheçamos que não se pode falar nesse conceito, pois “as esquerdas são múltiplas” seja no Brasil, na América Latina ou em qualquer parte do mundo. Não há uma homogeneidade na esquerda, visto que ela se compõe de “um conjunto de tradições diversificadas”. Assim, ele aponta para a tradição da esquerda comunista (PCB ou PC do B), as variadas vertentes do movimento trotskista; a esquerda católica e suas vertentes (popular, revolucionária e social); a esquerda anarquista; a esquerda social democrata; a esquerda nacional-estatista e o populismo, também para ele, tem sua vertente de esquerda (REIS, 2005, p.173-174).

Diante do quadro de pluralidade, a Igreja Católica não pôde se furtar à polarização esquerda-direita em que vivia a América Latina e o Brasil. Assim posto, viu seus quadros religiosos divididos entre reformistas e conservadores, o que fez a instituição viver conflitos internos.

Na II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, realizada em Medellín, em 1968, a Igreja buscou a reformulação político religiosa, porém, no Brasil, estava marcada de um lado pela ação dos conservadores, a chamada “direita” católica formada por religiosos tradicionalistas, que eram fiéis à antiga concepção de fé e que apoiavam os

militares; e do outro, por aqueles que defendiam mudanças no clero, na prática religiosa, que pregavam uma igreja mais próxima do povo, mais próxima das reformas propostas em Medellín – as quais foram chamados de “esquerda” católica porque lutavam contra as injustiças sociais.

Com a intensificação da repressão, a partir de meados da década de 70, a ala progressista da Igreja Católica e várias entidades civis iniciaram diversas manifestações contrárias às mortes e torturas. A própria Igreja, cujos setores conservadores apoiaram o golpe, teve, na ala progressista, um braço de luta contra o governo militar. Muitos dos seus foram atingidos pela repressão e a Instituição Católica passou a abrigar os movimentos de resistência aos militares.

O clero progressista passou a denunciar as ações dos militares, apesar da ala conservadora ter apoiado o golpe. Assim, muitos religiosos da ala progressista acabaram por se associar àqueles que lutavam contra o regime, o que fez com que muitos de seus religiosos e fiéis fossem atingidos pela repressão.

Aliados à Teologia da Libertação (TL), o clero – representante da esquerda – defendia um novo olhar sobre a sociedade, caracterizado pela “opção pelos pobres” e lutava pelos direitos humanos, denunciando as injustiças sociais. Os instrumentos de ação desta “nova” Igreja eram as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que favoreceram a reorganização dos movimentos populares, incentivando e apoiando sua luta por melhores condições de vida.

Essa “íntima” relação entre a Igreja e o povo fez com que esta passasse a organizar e lutar juntamente com os movimentos sociais, de ideologia de esquerda para defender os direitos humanos, denunciando as injustiças e as barbaridades cometidas pelo regime militar, levantando-se contra a repressão.

Tomando como referência essas análises, trato a esquerda, no correr do trabalho, a partir dessa pluralidade que lhe é característica.

2.2 Visões da “esquerda” e “direita” quanto à questão racial

Antes de pensarmos como a díade direita/ esquerda abordava a questão racial, utilizarei como referência, no decorrer desta pesquisa, o conceito de raça trazido por Munanga (2004) quando afirma que “raça é uma construção social, política e cultural produzida ao longo do processo histórico, cujo conceito foi utilizado pelas ciências naturais para designar a descendência de um grupo humano com ancestral comum e que, conseqüentemente, traz as

características físicas de sua ascendência”. E ainda, a análise de Siss (2003), que a entende como um “mecanismo de estratificação social fundamentado na percepção da diversidade fenotípica”, ou seja, das características físicas visíveis nos indivíduos: tipo de cabelo, formato e cor dos olhos, formato do nariz, cor da pele, espessura dos lábios, entre outros.

No final do século XIX, as elites brasileiras e os intelectuais representantes dessa elite passaram a se preocupar com a questão racial no Brasil. Tendo em vista a abolição, trataram de pensar mecanismos de acentuação ou valorização do branqueamento através da mestiçagem e da marginalização da população negra.

As discussões em torno da construção de uma nacionalidade tiveram como base a discussão sobre as relações raciais no país e os alicerces sobre os quais a nação brasileira foi pensada, fazendo do racismo um elemento estruturador das relações socioeconômicas e políticas.

Com o final da escravidão, inicia-se o discurso da racialização da sociedade brasileira, onde o conceito de raça, importado das ciências europeias²³, passa a ser utilizado para inferiorizar os indivíduos de ascendência africana e indígena. Siss acrescenta que em função disso, “a raça se constitui como um mecanismo importante e poderosíssimo na medida em que opera enquanto determinante de distinção social, ou seja, da alocação dos indivíduos na estrutura social” (SISS, 2003, p.21).

Os estudos mais recentes das ciências biológicas apontam para o fato de que o conceito de raça não existe, no entanto, no que diz respeito à inserção do conceito no campo social e, conseqüentemente, nas relações de poder, o conceito persiste. Neste sentido, Munanga (2000) afirma que:

O conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2000, p.22-23).

Para Guimarães:

Se a ideia de raças humanas não tem realidade empírica, ou seja, se as raças não existem na natureza, mas continuam a habitar o imaginário de muitas sociedades humanas, é porque, longe de serem simples superstições exorcizáveis pelo esclarecimento, são construções sociais, que têm função e realidades sociais. (GUIMARÃES, 2008, p.35).

²³ A esse respeito ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Se pensarmos num conceito social mais amplo, o conceito de raça estaria relacionado à noção de parentesco, de uma origem comum de ancestralidade. No entanto, apesar da negação das ciências biológicas sobre o conceito de raça, Nascimento (2003) afirma que:

O que sobressai ao contemplarmos o conceito de raça como categoria socialmente construída é sua plasticidade, mutabilidade e diversidade de expressão e configuração entre um contexto social e outro, ao longo do tempo e diante das transformações sociopolíticas, culturais e econômicas ocorridas no decorrer da história (NASCIMENTO, 2003, p.45).

O conceito de raça traz em seu bojo o racismo – ideologia que se fortaleceu no Brasil em decorrência da dominação colonial. O racismo como produto social, segundo Santos (1994), “é um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros, mas uma vez que o que se denomina raça são apenas características fenotípicas, o racismo assenta-se numa falsidade científica.” (SANTOS 1994, p.11-13).

No campo político, Guimarães (2008) diz que o racismo surge no Brasil como doutrina científica no momento em que o processo da abolição da escravidão reage às discussões em torno da igualdade política e formal dos brasileiros. O autor afirma que o racismo brasileiro foi o modo como as elites do nordeste reagiram às diferenças e desigualdades regionais que se fizeram entre esta região e o sudeste. Tal fato se deu em decorrência de que, enquanto o norte vivenciava a queda na produção açucareira e, conseqüentemente, sua decadência econômica e política; o sul regozijava-se com o avanço na produção cafeeira, ocasionando a mudança do poder político para essa região.

Soma-se a essa decadência econômica, o fato da população do norte ser, majoritariamente, marcada por um povo mestiço, onde boa parte da população liberta manteve-se na região sendo absorvida pelo trabalho agrícola e de serviço; enquanto o sul tinha sua população ‘embranquecida’ em função da imigração europeia, o que para as elites também contribuiu para o não desenvolvimento da região norte (GUIMARÃES, 2008, p.65).

Giralda Seyferth (1989), ao discutir a gênese da questão racial no Brasil aponta que esta é anterior ao desenvolvimento das Ciências Sociais e que foi transformada em “problema” por parlamentares, ensaístas, técnicos e representantes da elite imperial, visto que todos apontavam a imigração europeia como saída para a escravidão. Segundo a autora, o discurso explicitamente racista inicia-se a partir do século XIX, associado aos projetos de imigração onde o branqueamento da população se daria com a “infusão” do sangue branco europeu, dando-se a purificação étnica do povo brasileiro. Desta forma, o projeto nacionalista no Brasil assentou-se sobre as bases do liberalismo econômico, cujo discurso civilizador buscava embranquecer a população para que essa fosse assimilada ao projeto de nação.

A questão do negro torna-se uma “questão racial”. As teorias sobre o branqueamento vão inspirar as Ciências Sociais no Brasil, e aqui essas ideias já nascem vinculadas ao positivismo. As teorias racistas europeias do determinismo, do darwinismo social e o evolucionismo, são trazidas, assim, para a realidade brasileira.

Os cientistas europeus do século XIX criaram as hierarquias raciais e a visão negativa da miscigenação. Desta forma, os “cientistas” da nascente ciência no Brasil, vão elaborar suas teses através de um processo de mestiçagem que culminaria com o embranquecimento da população. A questão racial para estes, dava-se na crença da inferioridade das raças não brancas (índios e negros), cuja solução seria o processo de assimilação do branco sobre o negro, física e culturalmente, onde a miscigenação seria o meio para atingir o objetivo de uma nação branca aos moldes europeus.

Foi através do que Seyferth chamou de “utopia do branqueamento”, que se pensou a formação da nação brasileira. Os fundamentos racistas desta utopia, tendo como produto a miscigenação, dominaram as cabeças pensantes do Brasil republicano desde o final do século XIX até o início de século XX. Como diz Santos (1994), “cada época, cada classe social, cada potência faz a ciência que lhe interessa”, portanto, os “cientistas brasileiros criaram uma forma de racializar a sociedade a partir das teorias racistas que davam sustentáculos às diferenças e inferiorizavam negros e indígenas.” Na análise de Guimarães, “[o] que as teorias raciais faziam (e ainda fazem) [...] era reproduzir preconceitos vulgares ou refiná-los, buscando uma justificação pseudo científica para a dominação política, a exploração econômica e os sentimentos etnocentristas e classistas dos poderosos” (GUIMARÃES, 2008, p.21).

Com o embranquecimento da população, a intelectualidade brasileira acreditava que em apenas um século as raças inferiores (indígenas e negros) desapareceriam, acabando com os males da mestiçagem, o que tornaria o Brasil uma nação próspera. No entanto, antes mesmo de meados do século XX, essa mesma intelectualidade já percebia o fracasso de suas projeções diante daquilo que imaginaram como o que seria o construto da nação brasileira, uma vez que a imigração europeia, tão propagada, não surtiu os efeitos desejados, e a população negra sobreviveu às dificuldades impostas. Com isso, viram frustrada a possibilidade de europeização da população brasileira.

A questão que se fazia da intelectualidade naquele período era: como pensar a nacionalidade brasileira a partir dos elementos populacionais com os quais o país contava, ou seja, uma população negra, mestiça e indígena?

Na década de 1930, no Brasil, as discussões em torno da identidade nacional ganham fôlego. Nesse momento, a identidade nacional passa a ser uma discussão política ainda com o viés da cultura. A ideia dos intelectuais da época era a de construção de um Estado homogêneo, cuja identidade mestiça unisse o território nacional com a afirmação de uma cultura brasileira comum a todos. Os aparelhos do estado foram sendo criados para garantir a divulgação da chamada alta cultura com base na cultura branca europeia, que cada vez mais se firmava junto à elite brasileira em detrimento da cultura indígena e da cultura negra.

A construção e a valorização de uma identidade mestiça para os brasileiros se fortalece a partir dos estudos do sociólogo Gilberto Freyre (1933). A partir daí, a mestiçagem, como característica do povo brasileiro, ao invés de ser combatida com qualquer possibilidade de sobreposição do elemento branco, passa a ser valorizada, visto que, segundo Freyre, apresentava-se como uma solução para o racismo tão propagado e discutido nas sociedades europeias e norte-americanas daquele período.

É nesse momento que o mestiço ganha importância no cenário nacional e se torna um dos elementos da cultura e da representação simbólica desta mestiçagem. A busca pelo elemento nacional e a construção de uma nação homogênea presente nas ideias de Freyre, encontraram solo fértil junto à elite intelectual e política que buscava um modelo nacional que identificasse a nação.

A partir da tese de Freyre, foram pensadas as bases da democracia racial, imaginadas e construídas, trazendo uma suposta harmonia racial que escondia sob sua égide os conflitos raciais decorrente da marginalização imposta à população negra, em especial, com a instalação da República. A nação brasileira como “comunidade política imaginada” formou-se, como descreve Anderson (2008, p.34), “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como profunda camaradagem horizontal”.

Tal camaradagem foi largamente explorada pela intelectualidade brasileira de forma que, a ideia de democracia racial permeou as relações raciais no país, uma vez que se fez o mito como se fosse expressão da realidade brasileira. Em referência a essa ideia, Ianni alerta para o fato de que “os mitos dominantes de uma sociedade são sempre os mitos convenientes à preservação da estrutura presente de interesses materiais e conveniências sociais” (IANNI, 2004, p. 291).

A tese da democracia racial nega a existência do racismo, do preconceito racial ou qualquer conflito desta natureza no Brasil. De acordo com essa ideologia, a sociedade brasileira construiu-se a partir de um sistema escravocrata, onde as relações

senhor/escravizado se dava de forma acolhedora e amena, e pelo fato de que tendo sido formada por três raças distintas, o processo de miscigenação, gerado desse encontro, garantiu perfeita harmonia no seio da sociedade brasileira. Assim, a mestiçagem anula o preconceito racial, restringindo a discriminação a uma questão de classe social.

Para a intelectualidade dessa época, ao se comparar a dinâmica do Brasil com as relações raciais em outros países, o racismo era um problema das nações estrangeiras. A ideologia da democracia racial pensada por Freyre foi responsável por mascarar a histórica divisão da sociedade brasileira em brancos e negros, favorecida pelo fato da branquidade estar associada ao prestígio social, econômico e político dos primeiros. Outra questão em torno da ideologia da democracia racial é a valorização do elemento mestiço em detrimento do elemento negro.

Florestan Fernandes (1972), em sua pesquisa sobre a situação do negro na sociedade brasileira, analisa a ideologia da democracia racial difundida por Freyre. Segundo o sociólogo, “a propalada ‘democracia racial’ não passa, infelizmente de um mito social. É um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria” (FERNANDES, 1972, p.41).

Fernandes (2008), ao avaliar as implicações do “mito” da democracia racial, alerta que ele está diretamente ligado aos interesses das classes dominantes, funcionando como um mecanismo de perpetuação do poder dos brancos. O mito, segundo Fernandes, não opera como força construtiva de forma a garantir os direitos democráticos da população negra – o que faz, na verdade, é generalizar uma falsa imagem acerca das relações raciais no Brasil. Esse mito é prejudicial tanto para o branco, quanto para o negro – este, uma vez que lhe é negada a consciência política de sua situação social; aquele, pois deixa de buscar uma sociedade democrática de fato.

Para o sociólogo, o mito da democracia racial promoveu o etnocentrismo das elites brancas, ao difundir a ideia de que o negro no Brasil não teria problemas, estando satisfeito com sua condição e com o lugar que lhe era reservado na sociedade. Sendo assim, as elites isentavam-se das responsabilidades geradas pelo processo da abolição, ou seja, deixava de ser responsabilidade do Estado, a obrigação de integrar o negro na sociedade de classes. Florestan diz que:

O mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve assim uma parte ativa na protelação das prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam e mantinham a distância social existente entre os vários níveis da sociedade.

[...] Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana (FERNANDES, 2008, p.319-320).

Na análise de Giralda Seyferth (1989), a elite intelectual brasileira, tanto da direita quanto da esquerda, repudiavam a ideia de haver racismo no Brasil. Insistiam na inexistência do preconceito graças à miscigenação. Essa intelectualidade valorizava o predomínio do branco, ainda que apenas no fenótipo, o que nos remete a uma preocupação fundamental com a aparência física do povo, o que para eles se traduzia na única forma de mostrar o Brasil ao mundo como uma “civilização brasileira branca” (SEYFERT, 1989, p.21).

Hasenbalg (1979) diz que “o mito da democracia racial como instrumento ideológico de controle social tem como função, legitimar a estrutura vigente de desigualdades raciais e impedir que a situação real se transforme numa questão pública”. Isto porque as relações raciais no Brasil se dão através da hipocrisia, uma vez que a discriminação racial e o racismo acontecem no campo individual, coletivo e institucional. No entanto, esse racismo é desaprovado e negado por toda sociedade quando esta postura se dá publicamente. Hasenbalg (1982, p.84) entende a democracia racial como uma arma ideológica contra o negro, fazendo subentender a ausência de preconceitos e discriminação racial; forjando a existência de oportunidades econômicas iguais para negros e brancos. Segundo o sociólogo, o racismo é a negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos e é utilizado pelos brancos como justificativa para o domínio dos povos de cor.

A partir da década de 1930, o “ideal freyreano” esteve presente nas elites, fossem elas de direita ou esquerda, pois foram estes que pensaram a nação a partir dos ideais da política do embranquecimento e da miscigenação. Com isso, buscaram preservar as estruturas do poder que, conseqüentemente, privilegiaram aqueles que podiam se identificar como brancos.

Dentro da lógica da democracia racial, os benefícios da miscigenação traduziam-se nas relações harmoniosas entre negros e brancos, que se tornaram a base das relações raciais na sociedade brasileira, em conjunto com a valorização do mestiço como representante da harmonia racial e como o elemento que representaria o povo brasileiro.

Ao compreendermos a natureza ideológica da democracia racial, percebe-se o porquê da negritude no Brasil ser medida pela cor da pele e pelo fenótipo. Esta é uma questão que dificulta a construção de uma consciência racial na sociedade – na medida em que o Estado tentou europeizar a população através do embranquecimento do povo com a política de imigração, fortalecendo o racismo na sociedade brasileira.

Na “lógica” de superar o conceito de raça e a existência do conflito entre brancos e negros no Brasil, muitos intelectuais passaram a utilizar o termo étnico para identificar as diferenças culturais (uma vez que as raciais, no sentido biológico, não existiam) presente em nossa sociedade – diferenças estas que compõem o mosaico de cores da população brasileira. Uma vez negada a ideia de raça, passa-se a pensar as diferenças humanas dentro do contexto histórico, cultural e político, dessa forma, o conceito de etnia passa a ser usado por estudiosos das ciências sociais para identificar a diversidade cultural presente em todos os povos, por todo o mundo.

A partir desse conceito, Barth (2000) define os grupos étnicos como categorias de atribuição e identificação, apontando que as fronteiras criadas por estes grupos delimitam suas posições nas diversas relações, independente de haver, ou não, interação ou aceitação por parte da sociedade em que estão inseridos. O antropólogo afirma que esses grupos compartilham diversas características, no entanto, em sua organização social, acabam por definir o “eu” e o “outro” presente nessas relações, advertindo que a identidade étnica não é estática, visto que se transforma, seja de forma coletiva ou individual, diante do contexto em que essas relações se apresentem.

Assim, Barth afirma que a identidade étnica, muitas vezes atribuída faz com que o elemento étnico seja sempre visto no outro. Pensando em como se constrói o conceito de etnia, Siss afirma que

[e]m sentido amplo permite identificar diferentes grupos sociais com tradições, cultura, língua e signos comuns, que a tornam manifesta. A presença dessas características possibilita, aos membros de um grupo étnico, a construção de subjetividades diferenciadas, permitindo-lhes identificarem-se a si próprios e, em um movimento inverso, a serem também identificados pelos membros de outros grupos sociais como singulares nesses aspectos. Nessa perspectiva, a existência, ou não, de uma comunidade de sangue, não é fator determinante (SISS, 2003, p.21).

Munanga diz, em seus estudos, que diante da diversidade dos povos que construíram a nação brasileira – fruto da diversidade cultural que marca o país – raça e etnia estão intimamente relacionadas, visto que, no que diz respeito à população negra (e também indígena) no Brasil, urge se pensar tanto na dimensão cultural, quanto na dimensão racial que, consideradas em conjunto, buscam compreender a complexidade do que representa a construção das identidades étnicas dentro do contexto de nossa sociedade. Para Munanga, a questão do negro insere-se num contexto amplo de construção das diferenças presentes nos campos político, econômico, histórico e cultural que são formadores da diversidade cultural e

que, portanto, no Brasil, essa questão está localizada no centro deste amplo e complexo campo (MUNANGA, 2004, p. 178).

A questão racial para muitos, sejam de direita ou de esquerda, não pode ser vista se não pelo viés de classe; e assim, no que diz respeito ao conceito de classes sociais, Ridenti (2001) afirma que: “não há unanimidade entre os marxistas sobre o conceito de classes sociais”, uma vez que Marx nunca tratou explicitamente da questão, utilizando o termo classe com sentido diverso, dependendo do contexto em que fosse utilizado.

Ridenti, em seus estudos acerca do termo classe na obra de Marx, avalia:

Num sentido amplo, o termo classe identifica os grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir o próprio sustento, criando relações de dominação para apropriarem-se do excedente gerado além do mínimo necessário à subsistência. Assim, as “classes” estariam presentes tanto nas sociedades estruturadas em castas ou estamentos, quanto nas sociedades de classes modernas (RIDENTI, 2001, p.13).

Para o sociólogo, foi nesse contexto que Marx formulou o pensamento de que “a história de todas as sociedades até os nossos dias tem sido a história da luta de classes”. Pressupomos, a partir dessa ideia trazida pelos estudos de Marx, que a elite intelectual brasileira observa a questão racial no Brasil pelo viés da luta de classes.

Ianni (2005) afirma que “raça e classe são constituídas simultaneamente e reciprocamente, na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais.”. A esse respeito, em sua pesquisa sobre a Imprensa Alternativa Negra (IAN), Siss (1994) aponta que o **Jornal Clarim da Alvorada** já trazia em suas páginas, no início da década de 20, críticas ao modo de produção capitalista associando raça e classe. Analisando artigos desse periódico, Siss enfatiza que:

Fundamentando-se em uma análise de conjuntura histórica tipicamente marxista, a variável raça aparecerá nessa análise como que subsumida à questão da luta de classes. Há uma conclamação geral feita aos membros do grupo racial não branco no sentido de que esqueçam-se de sua cor e que combatam os exploradores privilegiados da classe trabalhadora, sejam esses exploradores partícipes dos grupos raciais branco ou não-branco (SISS, 1994, p. 47).

Hasenbalg (1979) analisa que a subordinação dos negros e o fato destes estarem na base da pirâmide social são situações causadas pelo racismo e pela discriminação racial acentuados na sociedade brasileira após a abolição. Na perspectiva do sociólogo:

A sociedade de classes confere uma nova função ao preconceito e a discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar os não brancos da competição pelas

posições mais almeçadas que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes (HASENBALG, 1979, p.77).

O pensamento da direita, em relação à questão racial, sempre girou em torno do escravismo e de como manter os privilégios da elite apesar da abolição. Para Mercadante, a mentalidade conservadora brasileira “defendia, por todo o longo percurso de sua preeminência política, o instituto da escravatura e o liberalismo econômico, procurando ajustá-los à realidade política de um país novo e composto de diferentes regiões.” (MERCADANTE, 1972, p.221).

Para tanto, segundo o sociólogo, a elite conservadora por muito tempo “fechou os olhos” para a escravidão, deixando clara a posição contrária à abolição e portando-se de acordo com as ideias liberais importadas da Europa – desde que estas não se remetessem à escravidão. Chegado o momento em que essa elite já não pôde mais manter-se contra a luta dos próprios escravizados e do movimento abolicionista, aquela promoveu a extinção destes de forma a acomodá-los de acordo com seus interesses, sem “ofensa ao direito à propriedade”.

A partir dessa premissa, a direita construiu seu pensamento em relação à raça. As questões relacionadas ao racismo não poderiam interferir no direcionamento que a elite queria dar à sociedade, ou na construção daquela que eles entendiam como nação brasileira. Esta nação, inventada e particularizada (Anderson, 2008) pelas elites, foi construída sob a ideologia da democracia racial que possibilitou ocultar o terror da desigualdade social, pois que os privilégios sociais foram designados à elite, e as fronteiras entre o “eu” e o “outro”²⁴ claramente estabelecidas.

Na análise de Nascimento (2003), a primeira contradição social vivenciada pelo negro, numa sociedade multirracial como a brasileira, está relacionada com a raça e não com a classe, portanto, a luta da comunidade negra deve se dar, mormente, naquilo que fere a sua dignidade humana. A ideologia do branco garante a este as vantagens do poder da ‘branquidade’, ou seja, o racismo e, posteriormente, a luta contra a opressão econômica, que determina sua posição na sociedade brasileira. Segundo a pesquisadora, no que tange à luta do negro em torno da questão racial, tanto a esquerda quanto a direita hostilizaram qualquer identificação do negro enquanto grupo social.

Abdias Nascimento (2002), em sua persistente atuação política em prol da inclusão do negro, acabou por lidar com ambos os segmentos políticos citados anteriormente. Nas discussões em torno de raça e classe, fez a seguinte análise:

²⁴BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. RJ. Contra Capa. 2000.

O fato de haver tanta coincidência e tanto cruzamento entre linhas de raça e classe não deve obscurecer a clareza solar de que em nosso mundo capitalista, racialmente heterogêneo, o fator da condição racial é primordial na formação da estrutura econômico- sócio- psico-cultural da sociedade. No caso brasileiro, a questão racial como contradição primária da estrutura socioeconômica e psico-cultural é um fato tão óbvio que deveria dispensar maiores argumentos. Entretanto, de um lado temos somados reacionários convictos, os liberais e os “progressistas” negando esta realidade concreta com os mesmos argumentos utilizados pela esquerda e os marxistas tradicionais: trata-se de um problema de pobres e ricos, um problema de classes e não de raça. Um argumento fantasioso, de meia verdade. [...] O embranquecimento do povo brasileiro, pregado pelo uso da mentira da “integração”, é de uma hipocrisia sem limites. E os intelectuais brasileiros de todas as tendências e colorações políticas têm colaborado nesse engodo ideológico fantasiado às vezes de “ciência” (NASCIMENTO, 2002, p.154-155).

Em seu livro **O Quilombismo**, Abdias diz que a relação do negro, tanto com a direita, quanto com a esquerda, é prejudicial para a sua luta e para a uma tomada de consciência. Esse prejuízo é proveniente da negação do racismo em nossa sociedade, da identificação de uma e outra tendência política com o mito da democracia racial, do intento das elites de branquear e homogeneizar a população brasileira e da perspectiva de reduzir a causa racial a uma questão de classe. Para Abdias, a questão econômica é, sem dúvida, o fator de maior influência negativa na vida do negro, uma vez que sua exclusão econômica acaba por mantê-lo na linha de pobreza e de marginalização social que se reflete na falta de acesso à cidadania. Abdias Nascimento (2002) chama a atenção para a reação da esquerda brasileira, quando nas décadas de 1950 e 1960 ampliava-se o debate sobre o movimento da Negritude, e os intelectuais de esquerda teciam críticas acusando esses movimentos de racismo às avessas.

A questão racial sempre esteve na pauta política tomando acento tanto no discurso conservador, quanto no discurso progressista. Em todos os períodos da história do Brasil discutiu-se essa questão seja em torno da escravidão, da abolição, da pós-abolição ou da República. A elite intelectual e política sempre incluiu a pauta de discussão nas polêmicas em torno da mestiçagem, da cultura ou da integração do negro na sociedade brasileira.

No Brasil, esquerda e direita aderiram à crença na democracia racial e partilharam das ideias que a determinava. Hasenbalg (1979, p.242) chama a atenção para o fato de que a confiança na democracia racial criou os mandamentos que embasavam o pensamento daqueles que viam na democracia racial o diferencial positivo da sociedade brasileira. Assim, para a elite intelectual branca de ambos os grupos políticos, que compartilhavam da ideologia dessa democracia racial, tornou-se preceito fundamental não assumir a existência de

preconceito racial no Brasil e taxar, como divisor da nação, aqueles que insistissem em tal afirmativa.

Uma vez que a democracia racial e seus corolários – inexistência de preconceito e discriminação racial – são tomados como um dado, as manifestações de preconceito contra os negros são atribuídos a diferenças de classe antes que de raça. Assim, quaisquer que possam ser as desigualdades entre brancos e negros, elas não são o resultado de considerações raciais, mas advêm da classe e da baixa posição social dos negros.

Para Hasenbalg, a adesão da intelectualidade a este preceito trouxe consequências sérias às relações raciais no Brasil, pois:

[i] implica um padrão duplo em que concepções preconceituosas sobre os negros e práticas discriminatórias disfarçadas coexistem com uma polida etiqueta racial, pela qual as manifestações públicas de preconceito e as formas abertas de discriminação incorrem numa severa desaprovação (HASENBALG, 1979, p.243).

2.3 A esquerda e a questão racial: algumas considerações

Motta (2002) resume assim as razões para o engajamento de jovens intelectuais e outros seguimentos da população nos partidos de esquerda no Brasil:

O clima político pós- Revolução de 1930 contribuiu para que um número cada vez maior de pessoas, especialmente jovens e intelectualizadas, enxergasse no comunismo uma saída para as dificuldades brasileiras. O momento era de reformas, de encontrar caminhos alternativos em relação ao antigo modelo liberal, considerado falido, e a proposta dos seguidores de Lênin trazia a marca do novo e da esperança (MOTTA, 2002, p. 9).

A esquerda brasileira tinha no pensamento marxista suas diretrizes que gravitavam em torno da questão racial. Para os marxistas, a luta de classes, com a vitória do proletariado, eliminaria as diferenças sociais e, conseqüentemente, as diferenças raciais também seriam eliminadas, garantindo a plena igualdade social. Assim, apesar de admitirem que houvesse um problema racial no Brasil, entendiam-no como uma questão social. Era a sociedade de classes que precisava ser eliminada, com isto o racismo e todo tipo de preconceito também seriam erradicados, dando lugar à verdadeira democracia, como afirma Florestan Fernandes:

A sociedade que precisa ser transformada é a sociedade de classes, que absorveu funções racistas e discriminatórias que já poderiam ter sido eliminadas historicamente. O negro precisa organizar seu protesto nesta escala, para combinar todo potencial racial de protesto negro ao conteúdo de classe que ele precisa adquirir para que se torne revolucionário numa amplitude universal (FERNANDES, 1979, p.49).

Os intelectuais de esquerda, ao analisar a sociedade pelo viés marxista, tendiam a pensar as questões raciais no país no contexto de luta mais ampla, ou seja, na luta entre burguesia e o proletariado. Para os marxistas, a luta de classes com a vitória do proletariado eliminaria as diferenças sociais e, conseqüentemente, as diferenças raciais também seriam eliminadas, garantindo a plena igualdade social. A partir das ideias marxistas, não havia sentido na luta particularizada do movimento negro, visto que as diferenças sociais só seriam extintas com o fim da sociedade burguesa.

Roediger (2004), ao analisar os textos marxistas nos EUA, afirma que os pensadores marxistas ortodoxos sempre viram a classe, tanto em termos políticos quanto em termos de análise histórica, como mais importante que a raça, visto que para eles são as relações econômicas que estabelecem as relações raciais. Tal visão levou os pensadores de esquerda a desenvolver a lógica marxista de que a questão racial – o racismo – seria resolvida a partir da revolução social, o que justificaria que a ação da comunidade negra ocorresse em torno das questões de classe e da luta pelos interesses dos trabalhadores.

O autor afirma, em seus estudos, que “situar a raça nas formações sociais é absolutamente necessário, mas reduzir a raça à classe é nocivo” (ROEDIGER, 2004, p.45-48). Para ele, a esquerda ao se deter nesta análise simplificada da questão racial, acaba por não se diferenciar dos neoliberais e conservadores, uma vez que estes fazem essa mesma análise da questão racial, porém, ao invés de apontarem a revolução como solução para a questão, assinalaram que o crescimento econômico dentro da sociedade capitalista resolveria os problemas de raça.

Hasenbalg (1979) em seus estudos rompe com a ideia marxista de submissão da raça a classe. Em sua análise, esmiuçou as bases do funcionamento do racismo, que a partir do pós-abolição, uma vez intensificado, tornou-se o elemento primordial na construção das desigualdades raciais no Brasil. A partir de suas pesquisas, o sociólogo afirma que, o privilégio racial garantido aos brancos na sociedade brasileira reserva melhores condições, em qualquer dimensão da estratificação social, inclusive no que diz respeito à honra e ao reconhecimento social do elemento branco. Para o autor, a raça na sociedade brasileira “age como um dos critérios mais relevantes na regulação dos mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes.” (HASENBALG, 1979, p.192).

Segundo Hasenblag (1982), na leitura marxista das relações raciais – o racismo, o preconceito e a discriminação racial, são subprodutos que sustentam o capitalismo e que são implementados e manipulados pela classe dominante, objetivando manter a exploração sobre a força de trabalho que é constituída em sua maioria pelos racialmente dominados. Objetiva

também criar divisões no seio da classe trabalhadora (negros pobres *versus* brancos pobres), como forma de diminuir o conflito de classes. Assim, a exploração e o preconceito racial nasceram junto com o capitalismo e o nacionalismo europeu.

O preconceito racial é a justificativa e a atitude social necessária (ou atitude prática da classe dominante) à exploração de uma raça (HASENBALG, 1982, p.76-77). Portanto, se o outro é entendido como inferior, logo, pode ser explorado. Isto faz do racismo a máquina importante para a manutenção da dominação de classe. Indaga-se, pois, se não seria esta a premissa que justifica o comportamento da esquerda na sua avaliação do movimento negro.

Baseado nessa premissa infere-se que o negro é tão somente um segmento dessa camada social operária, explorado ou superexplorado, confirmando-se a afirmativa marxista de que o corte racial gera divisão entre os elementos formadores da sociedade. No entanto, o sociólogo entende que o negro sofre com a exploração como todo trabalhador – sofrimento que se estende à opressão racial imposta pelos brancos. Logo, o negro trava duas frentes de batalha: a luta de classes contra o sistema capitalista e a luta contra a opressão racial imposta pelos brancos capitalistas ou não (HASENBALG, 1982, p.78-79).

A partir da compreensão dessa diferença – que nem sempre se apresenta com posicionamento oposto ao da elite branca –, tomemos algumas análises acerca do pensamento das esquerdas brasileiras em torno dessa questão, pois será sua identificação com esta ideologia que o movimento negro ressurgirá ainda durante o regime ditatorial.

O marxismo foi a ideologia que permeou o pensamento das esquerdas durante o século XX. As explicações desse segmento político, sobre a luta de classes e os mecanismos coletivos de luta contra a exploração capitalista, foram o combustível da ação dos movimentos sociais e da luta dos ativistas para a construção de uma sociedade igualitária. Neste contexto, parte considerável das lideranças negras viu nos ideais marxistas a possibilidade de superação das desigualdades socioeconômicas que serviam de fosso entre negros e brancos na sociedade brasileira.

O racismo era um dos elementos desconsiderado por esse regime e pelas esquerdas, cabendo-lhe apenas integrar a estrutura do capitalismo e que, portanto, era o capitalismo que deveria ser combatido. Essa negativa dos marxistas acabou por pormenorizar suas consequências junto à população negra. Contudo, a “sensibilidade” dos ideais marxistas diante da exploração da classe trabalhadora e suas propostas de superação fez com que as lideranças negras se identificassem com sua a ideologia.

Uma de seus líderes ideológicos, o poeta Solano Trindade e fundador do Teatro Popular Brasileiro²⁵, foi membro do PCB na década de 40. O poeta, ator, pintor, teatrólogo, militante da política e do movimento negro absorveu a ideologia de esquerda. Segundo Gregório (2005, p.38), Solano acreditava que “a solução para a situação vivida pelos negros só viria, na sociedade comunista, com a abolição da propriedade privada e com o fim da exploração do homem pelo homem.” Tal crença seria registrada em suas poesias e em sua ação como militante. A atuação de Solano apontava para uma luta mais ampla que buscava a mudança nas estruturas da sociedade, com a superação do capitalismo.

Gregório (2005, p.83) afirma que “Solano Trindade identificou, na derrubada das estruturas hierárquicas e no fim das ideologias excludentes, a possibilidade de rompimento com a marginalização e exclusão social do negro e a sua plena integração, com base nos valores da sociedade comunista.” De acordo com os ideais marxistas, para Solano não havia sentido na luta particularizada do movimento negro, pois as diferenças sociais só seriam extintas com o fim da sociedade burguesa, ou seja, a derrubada desta culminaria no fim do racismo.

Carlos Moore (2010), apontando a exclusão dos negros no regime comunista de Cuba, mostra que, apesar da revolução socialista, o racismo ainda estava presente na sociedade cubana. Afirma não haver distinção nas atitudes de capitalistas e socialistas, de liberais e conservadores nem de esquerda e direita. Moore assinala também que o problema do marxismo em relação a essa discussão, nas sociedades pós-coloniais, encontra-se na base de seus fundamentos, visto que seus ideólogos, Marx e Engels, constituíram-nos a partir de uma visão eurocêntrica do mundo permeada pela supremacia branca sobre os outros povos. Para Moore,

[c]omo homens brancos, impregnados com o senso de sua suposta superioridade racial, Marx e Engels foram firmes adeptos da notória dicotomia racista que segmenta a humanidade em sociedades ‘civilizadas’ e ‘não civilizadas’, ‘povos progressistas’ e ‘retrógrados’, ‘raças ‘desenvolvidas e ‘atrasadas’, homens ‘superiores e ‘inferiores’ (MOORE, 2010, p.95).

²⁵O TPB foi criado em 1950, no Rio de Janeiro, por Solano Trindade, Édison Carneiro e Margarida Trindade. Segundo Gregório, era um teatro folclórico, entendido por Solano Trindade como um espaço de valorização da arte popular e que buscava revitalizar a cultura negra como parte da cultura popular. O TPB, com suas ações, institucionalizou os “estudos folclóricos”.

Ao analisar as pesquisas e publicações de Marx e Engels – ambos nascidos no século XIX – relacionadas ao racismo e à escravidão –, Moore²⁶ assinala que a visão desses sociólogos sobre a história é uma visão de homens brancos ocidentais livres, formados nos ideais do determinismo evolucionista que justificaria a supremacia branca. Portanto, para Moore fica a afirmação de que o marxismo é uma ideologia que incorpora os princípios racistas daquele século; e o questionamento se esse pensamento, com bases nestes princípios, seria capaz de auxiliar na peleja contra o racismo.

O que está apresentado aqui é uma pequena mostra das discussões em torno da questão racial no Brasil, deixando claro que a esquerda brasileira, absorvida pela ideia da democracia racial (o que justifica sua incapacidade ou dificuldade de compreender a luta do movimento negro contra o racismo), não foi capaz de conceber um discurso, ou ações, que atendessem as demandas da comunidade negra. Isso expõe sua dificuldade de compreender os efeitos do racismo estrutural na vida de cada indivíduo afro-brasileiro que compõe uma parcela significativa da população brasileira.

2.4 O regime militar e a questão racial: o interdito

As décadas de 60 e 70 do século XX apresentam-se como grandes agitações políticas e acontecimentos importantes que tiveram como elemento estruturador a reação ideológica da direita conservadora, que buscava atravancar os avanços das ideias marxistas que permeavam os governos do Brasil e da América Latina.

A tomada do poder pelos militares no Brasil está intimamente ligada aos interesses da direita, representada por uma burguesia reacionária, elitista, conservadora, nacionalista e branca, que via nas ações dos militares a única forma de defesa dos seus interesses, diretamente relacionados ao capitalismo internacional e representados pelos Estados Unidos – estes em disputa direta com os ideais socialistas da União Soviética e, posteriormente, de Cuba.

Para essa elite, um governo militar seria a única forma de assegurar a paz, a ordem e o progresso no Brasil, bem como seus interesses econômicos – ainda que em detrimento das liberdades democráticas. Esses pressupostos garantiram o apoio à instalação de governos autoritários.

²⁶MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. BH: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010. (Coleção Repensando África, vol. 5).

O Brasil, como as demais nações Latino-Americanas que se associaram ao bloco capitalista, compartilhava o modelo econômico estabelecido pelos Estados Unidos da América. Estes tiveram participação em outros governos ditatoriais interferindo na consolidação do capitalismo em seus territórios e auxiliando na perseguição aos opositores da esquerda socialista.

Com o intuito de buscar legitimidade, o governo militar brasileiro, através de propagandas e discursos, disseminou que o ato de tomada do governo seria um ato em defesa da democracia e contra a tirania dos comunistas. No entanto, logo que assumiram o poder, impuseram a censura aos meios de comunicação e às artes em geral e, com a implantação dos Atos Institucionais – AI-5, a censura tornou-se ainda mais severa, levando artistas, jornalistas e escritores à prisão e ao exílio, os impedindo de se apresentarem em público.

A censura imposta pelos militares impedia a publicação e divulgação de quaisquer manifestações artísticas, jornalísticas, publicitárias ou políticas que denunciasse o autoritarismo vigente, uma vez que essas propalações comprometiam a imagem do governo. Em função disso, a censura vigiava a todos quantos possíveis – estudantes, professores, funcionários públicos, religiosos, profissionais liberais e até mesmo alguns grupos de militares.

Uma vez assumido o poder em 1964, os militares puderam cassar mandatos e suspender os direitos políticos e constitucionais daqueles que tentassem fazer oposição ao governo. Limitavam o direito de greve, ao mesmo tempo em que reduziam os salários dos trabalhadores e reprimiam a ação dos sindicatos; perseguiram funcionários públicos e militares – sendo muitos cassados ou afastados de seus cargos, transferidos, demitidos ou aposentados. Neste período foi baixado o Decreto-lei nº. 477/1969 que permitia a demissão de professores e expulsão de alunos das universidades.

A ação devastadora do governo militar atingiu operários, sindicalistas e estudantes os quais foram perseguidos e presos; artistas tiveram censurado seu poder de criação, assim como intelectuais foram buscados e expulsos do país. Todas essas ações, promovidas pelos militares no poder, só eram possíveis porque eles governavam com o “auxílio” dos AI’s (Atos institucionais)²⁷. Com estes foi possível extinguir a UNE (União Nacional dos Estudantes), intervir nos sindicatos, proibir as greves, fechar associações civis, dissolver partidos políticos, decretar Estado de Sítio, decretar recesso no Congresso – quando isso lhe

²⁷ Decretos instituídos entre 1964 a 1969, editados pelo Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, respaldado pelo Conselho de Segurança Nacional.

fosse favorável – e cercear os direitos individuais, mormente através do Sistema de Informações que garantia à população uma “paz vigiada”.

O AI-5, decretado em 1968, trazia em seu texto um conjunto de determinações que caracterizou o período de maior repressão durante o governo militar, conhecido como “anos de chumbo.” Este ato só foi revogado em 1979, na fase da abertura política e fortalecimento dos movimentos sociais, dentre os quais estava inserido o movimento negro.

Textos, letras de música, poesias, peças teatrais eram submetidas à avaliação e, se fossem consideradas nocivas, subversivas, ofensivas à “moral e aos bons costumes” eram censuradas, e seus autores submetidos à vigilância (FICO, 2001, p.168). Esta era uma das formas de silenciar aqueles que se opunham ao regime. Muitos destes foram artistas que tiveram suas obras censuradas, dentre eles está o compositor João do Vale que – após ter sua música Carcará cantada no show ‘Opinião’, na voz de Maria Bethânia – passou a ser perseguido pelos militares. A repressão militar marcaria a vida desse artista, uma vez que, com a implantação do AI-5, numa das fases mais violentas da ditadura, foi preso pelo DOPS e levado para averiguação e obrigado a cumprir prisão domiciliar, em Pedreiras (Maranhão). O cantor passou a ser vigiado e impedido de fazer shows ou apresentações em público, o que o afastou de seu meio de trabalho e de sobrevivência²⁸.

Motta (2002), ao falar sobre o pensamento dos militares em relação à esquerda comunista enfatiza que:

[a] atuação política dos comunistas era execrada, pois eles incentivavam a divisão ao enfatizarem as lutas opondo os grupos sociais. A nação na concepção organicista dos conservadores deveria ser preservada em sua integridade. Afinal, já que a entidade nacional era um corpo orgânico, a divisão levaria à morte. E o comunista seria o agente dessa agressão: ele era o inimigo, o estrangeiro, o “outro” que ameaçava a unidade do corpo nacional. [...] Os comunistas seriam assim, agentes de uma potência estrangeira, a URSS, sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil. [...] os comunistas foram acusados tanto de trair a pátria, em algumas versões, como de vendê-la em troca do outro de Moscou (MOTTA, 2002, p.30-31).

Nesse contexto político, os militares tomaram como incontestável a ideia da democracia racial. O governo militar negava veementemente o problema racial no país, divulgando ao exterior a ideia de um país sem conflitos dessa ordem, onde a “paz das cores” formalizava a igualdade entre as raças. Assim, a crença na ideologia da democracia racial

²⁸ **Jesus. Marize Conceição.Rosa dos Ventos:** Construção da Memória e Identidade de uma Comunidade em Nova Iguaçu. Trabalho final do Curso de Pós Graduação *latu sensu* em Historia Social do Brasil. Universidade Federal Fluminense, 2003.

imperou em todo o Brasil, fortalecendo a política do branqueamento, encobrindo as desigualdades socioeconômicas presentes entre negros e brancos.

Para Motta, “a existência de fortes vínculos unindo nacionalismo (patriotismo) e anticomunismo pôde ser observada nas políticas adotadas pelos regimes originados das duas mais importantes ofensivas anticomunistas: Estado Novo e Regime Militar”. Segundo o autor, os dois regimes ditatoriais imbuíram-se em combater as convicções comunistas no Brasil, forçando a imagem de uma nação plena, onde os ideais cívicos e patrióticos estariam acima de qualquer interesse social ou econômico. Para tanto, “estimularam o culto aos símbolos, datas e heróis nacionais, lançando mão de reformas educacionais e construção de monumentos, entre outras estratégias” (MOTTA, 2002, p.36).

Como exemplo dessas ações, em 1965 temos a aprovação, pelo governo militar, da lei que tornou Tiradentes o patrono da nação brasileira; em 1969, a criação do protocolo para as comemorações do Dia da Pátria; em 1971, foi a vez da instituição dos símbolos nacionais. Todos criados para incentivo do patriotismo.

O convencimento popular sobre as boas ações do governo ficava sob a responsabilidade da propaganda, vinculada aos meios de comunicação de massa, nos quais o patriotismo dos governantes era exaltado e o povo era conclamado a exercê-lo. Os militares difundiam “o risco” imputado ao comunismo e seus adeptos e a difícil missão de combatê-los, cabendo aos militares a defesa da “democracia” para ter garantida a unidade da nação, a ordem e o progresso do país.

Fechar os olhos e negar a questão racial no Brasil é uma prática histórica tanto da direita conservadora quanto dos militares. Representantes destas classes não permitiriam que questões raciais viessem interferir na suposta unidade nacional. Para os militares estes problemas não existiam no país, e falar sobre racismo era considerada uma tentativa de criar antagonismos no seio da sociedade. Aqueles que contestavam a democracia racial eram vistos como subversivos e separatistas.

Segundo Santos (1994), durante o governo do presidente Médici (1969-1974), um dos presidentes militares mais “linha dura”, cujo período foi o de maior repressão àqueles que combatiam a ditadura, “nenhum jornal, grande ou pequeno, podia publicar nada sobre índios, esquadrão da morte, movimento negro e guerrilha – era como se, por decreto, tais problemas não existissem”. (SANTOS, 1994, p.47-48). Cabe ressaltar que o autor aponta vários atos racistas ocorridos durante esse período.

Semog afirma que

[o] contexto era por demais adverso para quaisquer ideias estranhas às normas da ditadura, principalmente aquelas que ousassem refletir sobre, ou questionar, o equilíbrio das relações raciais proporcionado pela democracia racial, um dos maiores orgulhos do Estado brasileiro e de seus governos (SEMOG, 2006, p.161).

Instalada a ditadura, a questão racial era entendida como “inexpressiva e secundária”, visto que os militares não viam nela nenhum perigo para seu projeto político. Subestimavam o potencial crítico da intelectualidade negra, por isso, naquele momento, não foi combatida abertamente. O racismo, arraigado nos órgãos de repressão e em sua intelectualidade branca, não permitia enxergar as ações de resistência política no movimento negro daqueles primeiros tempos.

Para os órgãos de repressão, as reações ao racismo por parte da comunidade negra, apresentavam focos pequenos que deveriam ser vigiados, no entanto, sem alarde, para não incentivar discussões em torno do “problema do negro”. Num primeiro momento, aquela movimentação não chegava a ser vista como “ameaça política”, uma vez que a ideologia da democracia racial era sempre propagada. Contudo, qualquer possibilidade de reação coletiva do negro era vista como ameaça ao governo e à sociedade, porque os militares acreditavam haver “infiltração comunista” dentro daquela organização.

A partir de 1968, com a instituição do AI-5, a questão racial passou a configurar na Lei de Segurança Nacional como ato subversivo, e o racismo foi tratado como invenção da esquerda incentivada por órgãos internacionais. Desta forma, manifestações culturais, ações políticas de contestação ao regime e organizações dos movimentos sociais que discutissem a ordem vigente poderiam ser considerados subversivos e seriam vigiados pelo aparato militar.

A ideologia da democracia racial esteve presente até mesmo na política externa brasileira durante o governo militar e “marcou também o pensamento diplomático brasileiro”. Os militares, não obstante a política colonialista ser aliada a Portugal, visavam um regime econômico expansionista sobre os países da África – o que fez com que o Brasil fosse um dos primeiros países a reconhecer a independência de Angola, apesar de sua proximidade com as ideias socialistas. Os diplomatas enviados pelo Itamaraty, com o intuito de amenizar as relações com esses países e “reduzir as distâncias e as desconfianças dos africanos, passaram a ressaltar o nosso exemplo de harmonia racial e o orgulho da nossa herança africana”. Os laços culturais e históricos tornaram-se peças obrigatórias dos pronunciamentos nos contatos oficiais.²⁹

²⁹ A esse respeito ver <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/JUVENAL-DE-CARVALHO.pdf>> e

O governo brasileiro, com intenção de mostrar ao mundo que o Brasil era um exemplo de democracia racial, ratificou junto a ONU, em 1969, o documento da Convenção Internacional sobre a Eliminação do Racismo e de Todas as Formas de Discriminação Racial. Entretanto, segundo Abdias (2002, p.208) o Itamaraty manteve absoluto sigilo em relação às restrições constantes nos termos.³⁰

O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) organizou, na cidade do Rio de Janeiro, o Seminário Internacional sobre Cultura Africana, cuja participação da comunidade negra foi vetada, bem como qualquer intelectual negro impedido de apresentar seus trabalhos. O Itamaraty convocara para falar sobre esse tema somente especialistas brancos, mostrando para a intelectualidade negra a face racista da ditadura. Importa destacar a atuação de Abdias Nascimento e sua liderança negra – esta já marcada pelos militares em retaliação a sua atuação e discursos de denúncia ao racismo no Brasil – o veto do governo à participação de intelectuais negros naquele seminário foi exemplo disso.

O professor Abdias e sua amiga Marietta Campos, do Teatro Experimental do Negro (TEN), conversaram com o poeta Aimé Césaire, da Martinica – um dos criadores do movimento da *Négritude*, e que viera para o seminário –, sobre a discriminação do governo brasileiro contra os próprios negros brasileiros. Aimé Césaire tratou de efetuar a denúncia durante uma das reuniões do seminário, o que de certo causou enorme constrangimento aos organizadores (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p.162).

Os militares e líderes da nação afirmavam, com exaltação, em seus pronunciamentos no exterior, que o Brasil representava para as demais nações o modelo de democracia racial. Exemplo disso foi a mensagem que o presidente Geisel enviou ao secretário geral da ONU, em 1977 – lida em sessão solene em razão das comemorações pelo dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. A carta condenava todas as nações onde persistiam os problemas raciais e seu texto foi publicado no jornal **O Estado de São Paulo**, em matéria sob o título “Geisel: quem discrimina raça viola direitos”, publicada em 22 de março de 1977³¹.

A partir dos anos de 1970, a questão racial tornou-se motivo de atenção especial dos militares, pois estavam preocupados com o olhar das nações estrangeiras e, em função disso, o IBGE retirou o item sobre a raça de seus formulários no censo demográfico de 1970.

Enquanto os militares faziam “sala” para o exterior, apresentando o Brasil como o paraíso racial, a política interna perseguia as lideranças e as organizações negras acusando-as

<<https://aclessa.files.wordpress.com/2008/11/045.pdf>> .

³⁰ Para maior compreensão acerca da política externa do Brasil quanto à questão racial ver **O Quilombismo**, de Abdias Nascimento.

³¹ Vide anexo.

de subversivas e divisionistas. Exemplo dessa política foi a cassação do mandato do recém-eleito prefeito da cidade de Santos, em São Paulo, o advogado negro Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, eleito pelo MDB em 1968. Em que pese aos depoimentos de alguns companheiros, afirmando que Tarquínio não era “corrupto e nem subversivo, daí não haver motivo para tal procedimento por parte do governo federal.”³², ele não pôde assumir o cargo.

Após ser eleito, em entrevista ao jornal Cidade de Santos³³, Tarquínio é interpelado sobre acreditar sofrer alguma reação negativa a sua eleição por ser um homem de cor. Ao que ele responde:

Tenho certeza de que ela já está existindo. Embora numa faixa minoritária da sociedade, numericamente pouco expressiva, mas econômica e socialmente poderosa. Como, porém, este país vive proclamando ao mundo sua alegada condição de democracia racial única, espero poder ajudar o Brasil a confirmar a alegação (Jornal Folha de Santos, 18 de novembro de 1968).

O prefeito eleito, Tarquínio, foi mais um caso de confirmação do racismo operante nas estruturas e instituições militares. Ele foi mais um interdito e silenciado pelo governo – este já tão denunciado pelo movimento negro por suas atrocidades, perseguição política e prisões efetuadas. Estas atitudes governamentais tornaram-se regras e não exceções.

A partir dos anos de 1970, os militares passaram a vigiar de perto as ações do movimento negro, que se alastravam pelo país. Fazia-se necessário vigiar as ações subversivas desses grupos para não dar chance aos intentos do “inimigo interno” e por isso deveriam ser combatidos. Segundo Kössling,

[o]s militares entendiam que dentre as estratégias para a “comunização” da sociedade brasileira realizada pelos ativistas “comunistas”, uma delas era chamar a atenção para os “antagonismos sociais” do Brasil. Dessa maneira entendiam que os militantes afro-descendentes eram cooptados pelos comunistas, e classificavam a sua ação própria dos “comunistas” (KÖSSLING, 2007, p.41).

Rocha (1998, p.45), ao abordar o movimento negro de base católica, afirma que, nos anos 1970, “o regime militar, proibia e dificultava a organização dos movimentos sociais, além de perseguir os já existentes.” Em função desta perseguição, ao longo dos anos 70, várias instituições de grupos negros surgiram no cenário nacional como entidades voltadas

³²Esmeraldo Tarquínio, político reeleito deputado em 1966, pelo MDB e em 1968 consegue, finalmente, ser prefeito de Santos, com 45.210 votos. Já diplomado, a apenas 48 horas de sua posse, foi cassado. O racismo foi uma das razões pela qual não o aceitaram como prefeito – além de negro, era adepto dos ideais socialistas. 21/01/2015. Ver: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0285y04.htm>>.

³³ Ver anexo.

para a cultura, uma vez que, sob a fachada do entretenimento, era possível este tipo de agrupamento. “Assim, a respeito dessa ação dos militares, o autor diz que, para serem “acobertadas”, muitas organizações nasceram sob “as asas da Igreja” ou “ocultadas nas temáticas de pesquisa e cultura”.” Ainda que as manifestações culturais que não atendessem as regras impostas passavam a ser consideradas subversivas e como tal era reprimida e vigiada pelos órgãos de repressão.

A partir da análise dos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), Kössling (2007) avalia que “os movimentos negros eram entendidos como ‘fatores adversos’, ao impedir que a ‘harmonia racial’, um dos objetivos nacionais, fossem ‘preservados’.” Para a ESG, o movimento negro não foi considerado um movimento subversivo de “pressão” suficiente para uma ação repressiva mais contundente. Por isso, a repressão se deu por vias indiretas sem prisões e processos, mas por meio de vigilância constante.

A ESG foi o órgão responsável pela ideologia que permeou as ações dos militares no poder. Foi criada em 1935 durante o governo de Vargas, mas seu corpo ideológico só será utilizado de forma sistemática durante o regime militar instalado em 1964 – ela era a instituição responsável pela formação política dos oficiais militares. Foi nessa instituição que se pensou a Doutrina de Segurança Nacional, cujos objetivos eram garantir:

[a] integridade territorial, ligada à preservação territorial da nação; integridade nacional, na expectativa de consolidar a comunidade nacional em torno do espírito de solidariedade e preservação de valores “que caracterizam a personalidade cultural brasileira, tradicionalmente cristã [p. 51]; preservação da democracia como regime político; a conquista do progresso, na expectativa de alcançar níveis de vida compatíveis com os “melhores modelos existentes no mundo” [p.51]; a manutenção da paz social, fundamentando um sistema de vida harmônico e solidário, onde os conflitos são resolvidos “sob a égide do Direito, da Justiça Social, dos valores morais e espirituais” [p.52]; e a garantia da soberania, assegurando a capacidade de autodeterminação e coexistência da nação em relação às demais nações (BUENO, p.51-52).³⁴

Para os militares da ESG, a nação era pensada como “um todo homogêneo sem dissensos.” (KÖSSLING, 2007) e para combater essas discordâncias sociais estimulados pelo comunismo, era necessário controlar as ações de todos os indivíduos. Segundo Fico (2001), a ESG criou o Serviço Nacional de Informações (SNI) que “constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes”, cuja organização se deu nos moldes do Serviço de Informações dos EUA.

³⁴Disponível em:< <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3311/3482>>.

Na Lei de criação do SNI, no Art. 2º, consta que “[o] Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.” E quanto aos colaboradores, aqueles que seriam informantes do governo, eram recrutados conforme o “§ 2º - O Chefe do SNI poderá promover a colaboração, gratuita ou gratificada, de civis ou militares, servidores públicos ou não, em condições de participar de atividades específicas”.

A vigilância exercida pelos aparatos da repressão sobre a ação do movimento negro se dava pelo SNI por documentos de caráter confidencial³⁵ e relatos de seus agentes infiltrados nos encontros e reuniões. Em função disto, os documentos encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, através dos quais foram analisadas as falas dos militantes entrevistados na pesquisa, todos trazem o carimbo de “confidencial”.

A questão racial entremeou todo o período do governo militar, fosse no discurso que ressaltava as relações harmônicas e cordiais do povo brasileiro – o que enaltecia o mito da democracia racial; fosse por meio de suas políticas públicas – que, em sua maioria, estavam relacionadas à política habitacional, à política agrária e à política educacional.

As políticas econômica e educacional permitiram a ascensão socioeconômica, ainda que pequena, de uma pequena parcela da população negra. No entanto, o sacrifício imposto pela recessão, atingiu em demasia a maioria deste grupo, expondo-os ainda mais à pobreza e à marginalização – fruto das desigualdades sociorraciais do país.

A relação direta entre racismo e exploração econômica (raça e classe) ficou indisfarçável durante o regime militar uma vez que a população pobre, explorada e não convidada a participar dos lucros produzidos pelo “milagre econômico”, foi obrigada a pagar a conta do governo – no caso, a dívida externa contraída pelo modelo econômico adotado. A maioria dos trabalhadores eram negros, fossem nas áreas rurais ou urbanas, e isso evidenciava de forma, incontestável, a cor determinante da pobreza.

Para Gonzalez (1982), o golpe militar de 1964 veio fazer cessar as lideranças opositoras do governo, em especial, desarticular a intelectualidade negra que se formou a partir da década de 1930. Ela aponta que “a repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade isolada das organizações propriamente

³⁵ Para o Ministério da Justiça, os documentos da Divisão de Segurança e Informações obedecem a um critério de classificação visto que são tidos como sigilosos uma vez que considerados indispensáveis à segurança da sociedade e do Estado. Assim, os documentos com carimbo de “confidencial” indicam aqueles cujo conhecimento e divulgação podem ser prejudiciais aos interesses do país. Para maior compreensão cf. Fico 2001, p.26-27.

clandestinas”. Para a antropóloga, foi pequeno o número de negros que participaram destas organizações, em especial aquelas que estavam diretamente ligadas ao movimento negro (GONZALEZ, 1982, p.30). No entanto, ela afirma que foram os contatos de Abdias Nascimento com outros exilados de esquerda, que fez com que estes, ao retornarem ao Brasil, se sensibilizassem com a questão racial.

Diante das questões colocadas, é possível afirmar que as organizações negras e sua militância durante o regime militar ficavam à margem da clandestinidade – eram os clandestinos dos clandestinos.

Mesmo em número reduzido, os negros na luta armada somavam 10%³⁶ do contingente de presos, torturados e mortos políticos apresentados pela **Comissão da Verdade**. Muitos outros intelectuais, estudantes e trabalhadores negros sofreram perseguição política por parte da repressão, cuja maioria estava ligada aos ideais de esquerda.

O que se percebe é que os militares não só subestimaram o potencial crítico da intelectualidade negra, mas também seu poder de articulação. Além disso, faziam uma análise superficial acerca da esquerda e de seus seguidores, na medida em que nomeavam toda e qualquer oposição como comunista. Esse fato se reflete nos documentos encontrados no Arquivo Nacional onde os militares acusam Abdias Nascimento de esquerdista e comunista – postura ideológica que jamais fez parte das concepções políticas de Abdias. Fica exposto, também, na fala de Medeiros ao afirmar na entrevista que, apesar de o Exército tê-lo afastado sob a acusação de ser ele comunista, ele também jamais o foi.

³⁶A comissão apresenta pouco mais de 400 pessoas, destas, 42 eram negros.

CAPÍTULO 3

A NEGRITUDE EM MOVIMENTO NO CONTEXTO DA DITADURA E A PLURALIDADE DO MOVIMENTO NEGRO

*Desculpe camarada
 Mas não podemos esperar
 Pelo homem universal, o da luta mais ampla,
 Para resolver pequenos problemas
 De ordem e direitos negros.
 Nosso passado é floreado
 De promessas e igualdades
 E tudo que nos resta nesse passo
 E um futuro agonizante
 Pelas entradas de serviço,
 Ou continuarmos pingentes da bondade
 Nos estribos perigosos
 Desse caos verde-amarelo.
 Esse sem cor, incolor
 Personagem da grande ficção
 Trago-o como relíquia
 Para os colóquios engarrafados
 Dos barões das teorias.
 Estamos sim, como negros,
 trabalhando duro para fazer e ser
 Um novo homem
 Pois quando saio às ruas,
 Pés no chão, carapinha sob esse teto urbano
 Sou um negro singular
 Pluriescraivizado, revoltado com seu lugar
 E por tudo a fim de ocupar
 Todos os espaços disponíveis.*

No período que corresponde os anos de 1969 a 1973, o Brasil viveu o chamado “milagre econômico, entretanto, em meados da década de 70 o país passou por um período marcado por recessão econômica e repressão política. Estes eventos atingiram os segmentos sociais mais populares da nação, os quais foram afetados diretamente, uma vez que a concentração de renda foi imposta por aquilo que chamavam de “milagre”³⁷. Isso tornou imperativa a ação dessa classe menos favorecida e, agora, não somente entre os operários, mas também em setores cujo descontentamento trouxe como resultado a necessidade de se organizarem politicamente. Esse mesmo período foi marcado pela rearticulação de vários movimentos surgidos a partir das inconformidades sociais, e em função da repressão política

³⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária: do golpe militar a redemocratização 1964/1984. p. 373.

imposta pelo regime militar, mas também, devido às dificuldades econômicas – resultantes do modelo de desenvolvimento vigente, característico deste sistema político – e à exclusão socioeconômica imposta à maioria da população. Esse contexto, situado entre os anos 70 e 80, possibilitou a articulação de diversos grupos sociais (com suas especificidades e identidades) – trabalhadores rurais, estudantes, intelectuais, mulheres, religiosos os quais se opunham ao regime de exceção – e o surgimento de diferentes bandeiras de luta, favorecendo, inclusive, a retomada das ações sindicais e a busca pela anistia política. Tais segmentos se uniram na procura pelos direitos humanos e pelo retorno à democracia no Brasil.

Sader (1995), ao se referir ao momento de debilidade do governo militar, aponta para as transformações do ponto de vista social, uma vez que as contradições geradas pelo capitalismo possibilitaram a multiplicidade de movimentos nos mais diversos setores da sociedade:

Por outro lado, as minorias políticas – assim chamadas não por serem necessariamente minoritárias, mas por não serem respeitadas em sua cidadania – entre elas e em particular as mulheres, os negros, os homossexuais, despertaram para a reivindicação de seus direitos. A sociedade civil, em seu conjunto, oprimida pelo totalitarismo da ditadura militar, reagiu dando ensejo ao florescimento de múltiplas formas de reivindicações de cidadania (SADER, 1995, p.136-137).

Impulsionados pela participação popular, os anos 80 foram marcados pela anistia política e pelas “Diretas Já”³⁸. Era a retomada da democracia e, ainda que para os militares essa se fizesse lenta, gradual e restrita, para os movimentos sociais era o momento de fazer acontecer seus direitos. No que tange à ação pela redemocratização na década de 80, Touraine (1989) nos fala que:

A ideia de democracia, nos anos oitenta, surge, pois, em oposição tanto ao poder das ditaduras quanto à esperança depositada nas revoluções. A democracia encontra-se então, diante de duas tarefas conjugadas: acabar com os regimes anti-populares e ampliar a capacidade de resposta do sistema político as demandas sociais (TOURAINÉ, 1989, p.476).

O ano de 1985 marcou o fim do regime militar no Brasil, a retomada das eleições diretas e a aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que tentou abolir os vestígios da ditadura. Neste momento, o movimento popular, amplamente articulado, buscou soluções para as demandas sociais agravadas pelos problemas econômicos, em especial a recessão econômica – legado deixado por décadas de governo militar.

³⁸Movimento em prol das primeiras eleições livres após duas décadas de regime militar.

Além de se rearticularem, os movimentos sociais participaram ativamente das discussões em torno da Constituição Federal de 1988, na qual foi garantido, nos termos constitucionais, o acesso à cidadania. A nova constituição primou pelos direitos humanos, sociais e políticos e pela ampla participação popular. Considerou-se, em seus termos, a diversidade sexual, racial, geracional e o combate a qualquer forma de discriminação. Destaca-se, portanto, a importância da atuação do povo, das articulações entre os diversos setores sociais e grupos políticos, cuja atuação foi decisiva, na garantia do caráter democrático desta Constituição.

É neste contexto que ressurge o movimento social negro, somando-se à luta pela redemocratização do país, expondo as mazelas impostas a uma parcela da população, na qual se situava os mais penalizados pela política socioeconômica do regime autoritário.

3.1 O movimento negro no contexto dos movimentos sociais

Para Melucci (1989), há uma dificuldade em se conceituar os movimentos em função de suas várias abordagens. No entanto, enquanto ação política, “os movimentos produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma.” (MELUCCI, 1989, p.62).

Assim, ao conceituar os movimentos sociais, Melucci (1989) os define analiticamente “como uma forma de ação coletiva, baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Segundo o autor, o que “costumeiramente chamamos de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma ação coletiva.” (MELUCCI, 1989, p.57).

A partir de Touraine, é possível pensar o conceito de movimentos sociais como “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estas da ordem do conhecimento, da economia ou da ética.” Porém, o autor alerta para o fato de que os movimentos, de alguma forma, sempre acabarão por sofrer intervenções políticas, em, especificamente, no que diz respeito à ação do Estado (TOURAINÉ, 1989, p.182-183).

Em relação ao contexto político em que ressurgem esses grupos na década de 70, o autor aponta que “a queda das ditaduras e a instalação de regimes democráticos foram acompanhadas de mobilizações sociais, particularmente das categorias urbanas, mas também entre as mulheres, os estudantes e outros grupos sociais.” (TOURAINÉ, 1989, p.279).

É importante salientar que os movimentos sociais, neste período, se mobilizaram em torno da defesa da cidadania, da garantia dos direitos políticos e civis, uma vez que estes foram duramente atingidos no período da repressão.

Na perspectiva de Maria da Glória Gohn (2000), o conceito de movimentos sociais é definido como

[ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p.13).

Gohn (2010, p.41) afirma que “a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e reflexos”. A autora ressalta que é importante reconhecer que os movimentos sociais são os responsáveis por impulsionar as mudanças sociais, uma vez que, dada a importância do caráter educativo dos movimentos sociais, eles contribuem para a organização e conscientização do papel dos sujeitos na sociedade (GOHN, 2010, p.16).³⁹

A década de 70, marcada pelo empenho dos diversos segmentos sociais em prol de cidadania plena, será também palco para a ação de afro-brasileiros na busca de soluções para os problemas deste grupo social. A comunidade negra, em sua maioria inserida na classe trabalhadora, esteve presente em diversos movimentos sociais que e, trazia em seu bojo o combate contra as desigualdades socioeconômicas, decorrentes do racismo, especificidades inerentes à população negra.

Desta forma, é possível afirmar que eram múltiplas as questões que mobilizavam a comunidade negra por todo país. No entender de Melucci (1989, p.63),

[a] luta por direitos está intrínseca no movimento social, no entanto, o objetivo do movimento não é apenas a igualdade de direitos, mas mais o direito de ser diferente. A luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento das diferenças acaba por criar uma rede de mobilização de diversos grupos.

Ao estudar o movimento social negro, Siss o compreende como:

³⁹ Apesar de reconhecer aqui a importância dos estudos de Maria Da Gloria Gohn no campo dos movimentos sociais, aponto como um dos limites de sua abordagem a ausência do movimento negro como movimento social.

[o] conjunto de iniciativas de natureza política, educacional, cultural, de denúncia e combate ao preconceito racial e às práticas racistas, de reivindicação, de mobilização e de pressão política na luta pela implementação de uma cidadania plena aos brasileiros em geral e aos afro-brasileiros em particular, atuando, portanto, em prol da igualdade e da valorização de seres humanos. [...] integrado por diferentes grupos de ativistas, que em certos momentos, podem inclusive assumir posições ideológicas divergentes. [...] sujeito histórico coletivo (SISS, 2003 p.22).

A partir destas análises, podemos afirmar que não podemos compreender o movimento negro fora da pluralidade da qual foi constituído. E, como afirma Santos (1985), é preciso compreendê-lo antes de tudo, como aquilo que seus protagonistas dizem que ele é. Então, pode-se afirmar que o movimento negro foi formado por jovens intelectuais e militantes, que foram forjando seu conceito a partir da luta empreendida pelos direitos dos afro-brasileiros, sendo estes compreendidos como “cidadãos descendentes de africanos nascidos no Brasil e remete a um movimento de identificação étnica dos nascidos na diáspora africana em outros lugares”. Deve ser compreendido, ainda, no sentido que lhe dá o Movimento Negro Nacional (SISS, 2003, p.21). Ainda de acordo com Santos (1985), o movimento social negro compreende

[t]odas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1985, p.303).

A definição de Santos vem ao encontro da perspectiva de Pereira, que conceitua o movimento negro surgido na década de 1970, como “[g]rupos, entidades e militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando, através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida para a população brasileira.” (PEREIRA, 2008, p.26). Assim, Santos (1985) e Pereira (2008) apontam a pluralidade e as imensas possibilidades de constituição desse movimento.

Concomitantemente ao contexto da década de 70 e até o final dos anos 80, diversos foram os grupos e instituições que surgiram com o objetivo de combater o racismo, conscientizar e auxiliar na construção da identidade racial do povo negro. Cada grupo e organização negra traziam suas especificidades e estratégias de enfrentamento que, no campo político, somavam-se na denúncia do “mito da democracia racial”.

Diante da diversidade de composição do movimento negro, a antropóloga Lélia Gonzalez (1982) chama a atenção para o fato de que, o que diferencia o movimento negro dos outros movimentos sociais é a sua especificidade, ou seja, o significante negro, que se entende estar representado em todo indivíduo de ancestralidade africana. Gonzalez afirma que o movimento negro é marcado por divergências quanto à forma de articulação em torno do próprio negro. Para a antropóloga, são as diferentes formas em como encaminhar a luta que faz do movimento negro tão plural que torna impossível falarmos em movimento negro, mas sim, em movimentos negros, dada a sua diversidade de ações.

Além de representar a cor deste indivíduo, o termo ‘negro’ demarca uma postura identitária, política e ideológica, como afirma Munanga (2004, p.52), mas, também, pode designar o conjunto de brasileiros pretos e pardos em suas manifestações culturais⁴⁰, como afirmam Florestan Fernandes (1972) e Octávio Ianni (2004). O termo é, ainda, utilizado pelo IBGE nos censos, demográficos. De acordo com Munanga (2004), quando a autodenominação da etnia ‘negro’ em seu sentido político, permite que, além de definir uma ancestralidade, o autorreconhecimento étnico-racial contribua na denúncia do racismo, mostrando o nível de desigualdades socioeconômicas a que este segmento está exposto.

Guimarães (2008, p.30) afirma que a palavra ‘negro’ passou por um processo evolutivo que vai do século XIX ao XX, decorrente dos movimentos identitários da comunidade negra em escala mundial que, se apropriando dos termos raça e cultura, acabaram por ressignificá-lo, passando a utilizá-lo para se referir a si mesma.

Para o movimento negro no Brasil, o conceito de negro foi forjado em plena ditadura militar. De acordo com a política ideológica da democracia racial da qual os militares eram adeptos, buscando mascarar a realidade racial do país, retiraram o quesito ‘cor’ do censo de 1970. Somente no censo de 1980, devido às argumentações de pesquisadores e militantes do movimento negro junto ao Congresso, a categoria ‘cor’ retorna ao censo. Guimarães (2008) cita o relato de Nobles sobre o encontro de pesquisadores e militantes negros junto ao presidente do IBGE:

Em 8 de novembro de 1979, Montello, o presidente do IBGE, encontrou-se oficialmente com representantes da academia e de organizações negras. Os acadêmicos enfatizaram que sem tal questão, os pesquisadores e técnicos governamentais não tinham outra fonte além do censo de 1950. Os representantes das organizações negras argumentaram que a inclusão do quesito cor asseguraria o registro da composição atual da população por cor e proveria dados para mais análises estatísticas. Depois do encontro,

⁴⁰ARAÚJO, Tereza Cristina Nascimento; OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria. **O lugar do negro na força de trabalho**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

Montello anunciou que o IBGE reestabeleceria a questão, ainda que ele, pessoalmente, a considerasse inconstitucional (NOBLES, 2000, p.117 *apud* GUIMARÃES, 2008, p.40).

Neste contexto, PEREIRA (2008) afirma que o termo “movimento negro” foi construído, ou forjado, no processo de mobilização das ações das entidades e grupos de negros e negras a partir da década de 70. O processo possibilitou a tomada de consciência “de si”, permitindo a construção de uma identidade racial dos afro-brasileiros. De acordo com Pereira (2008), este movimento, ao longo do século XX, foi impulsionado por militantes e intelectuais⁴¹ negros que, no processo de construção contra o racismo, foram, aos poucos, ressignificando a palavra negro. Por conseguinte, para o movimento negro, a luta contra o racismo está para além dos interesses econômicos das lutas de classe.

O protagonismo desses atores, ao se opor aos interesses das forças conservadoras, se dá pela construção de um país, de uma nação, onde as diferenças étnicas não sejam motivo de desigualdades sociais. Para Touraine (1989, p.287), “[o]s movimentos históricos populares dão a este campo de disputa comum, a existência como nação, uma interpretação oposta. Os marginais ou excluídos fazem apelo à unidade da sociedade contra o dualismo, as desigualdades ou a segregação de que são vítimas” (TOURAINÉ, 1989, p.287).

Parte da militância negra, neste período, está dentro das universidades. No entanto, mesmo os que estão fora delas, fomentam discussões, ampliam o debate e amadurecem posições. De acordo com Gramsci, cada grupo social produz seus próprios intelectuais que lhes darão homogeneidade e consciência de sua função, tanto no plano econômico, quanto no plano social e político. (GRAMSCI, 1982, p. 3)

O embate político-ideológico, travado pelo movimento negro na denúncia contra o mito da democracia racial, tem na ação desses militantes e intelectuais a garantia do caráter revolucionário da luta em prol da cidadania deste contingente significativo da população brasileira.

Mas quem é ou como se forma esse militante? Retomando Santos (1985), tomemos o significado do termo “antes de tudo, como aquilo que seus protagonistas dizem que ele é”:

Para Astrogildo Esteves,

[s]er militante e eu posso dizer por mim [...] é você acreditar numa causa e lutar por ela [...]”. Ou seja, a luta contra o racismo pra mim... entendeu? É causa! Eu não abro mão disso. Não consigo abrir mão disso. [...] Deixei de ter oportunidades por isso. Lutar valia a pena, entendeu?

Na definição de Asfilófilo de Oliveira Filho, conhecido como Dom Filó,

⁴¹ Utilizo o conceito de intelectual no sentido que lhe confere Gramsci.

[s]er militante pra mim é nascer negro, se conscientizar muitas vezes por meio da dor proporcionada pelo racismo, encontrar sua trincheira para o duro combate, e lutar individualmente e coletivamente em prol da sua raça.

Pode-se afirmar que a “militância também pressupõe um trabalho de longo prazo onde o militante verdadeiramente comprometido vê-se obrigado a reorganizar sua própria vida, abrir mão de muita coisa, enfim transformar sua própria vida em prática militante.”⁴²

Pereira (2008), ao reconstituir a trajetória do movimento negro no século XX, o organiza em três fases distintas, o que certamente, diante da complexidade dos fatos e dos sujeitos envolvidos em cada fase favorece a compreensão da história do movimento negro no Brasil. A primeira fase compreende as décadas de 1920 e 1930; a segunda vai da década de 1940 a 1970 e a terceira fase segue entre as décadas de 1970 a 1980, exato período entre a ditadura civil militar e a luta pela redemocratização do país.

É através das fases citadas que o autor refaz a trajetória do movimento negro, utilizando como ponto de partida a herança da escravidão africana, porém apontando a religiosidade e a cultura como formas de resistência e meio de sobrevivência daquele contingente populacional, que buscava, mesmo com dificuldades, a sua integração na nascente república brasileira.

Esses movimentos de resistência, em busca da igualdade de direito, foram a força impulsionadora da ação de homens negros e mulheres negra ao longo de toda a história do Brasil, mostrando que esses sujeitos nunca se vestiram de passividade ou conformismo, ao contrário, sua resistência, enquanto sujeitos históricos, foi marcada por um conjunto de ações individuais e coletivas que, através da “negociação e do conflito”, demarcaram seu lugar na história. Se muitos sucumbiram diante da violência do sistema, muitos outros reagiram, lutaram e transmitiram sua força guerreira a sua descendência.

Negociar ou romper com o opressor foram estratégias inerentes à vida dos negros desde a escravidão, dos primeiros anos da República, perpassando por toda trajetória do movimento negro no Brasil. Como exemplo dessas lutas, o Quilombo de Palmares, o movimento pela abolição da escravidão, os protestos dos trabalhadores escravos e libertos desde o século XIX e a Revolta da Chibata para ilustrarmos somente alguns entre os mais destacados pela historiografia.

⁴² O texto completo está disponível em: <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/luta-libertaria-militancia-e-ativismo>>. Acesso em: 13 mar.2015.

Para os historiadores Eduardo Silva e João José Reis (1989),

os negros parecem atentos e, por toda parte, agem nos momentos mais oportunos, quando a sociedade está dividida, seja por guerra de invasão, seja por dissensões internas, seja ainda nas ocasiões festivas [...] Muitos, por toda parte e em todos os períodos aproveitaram-se das desarrumações da casa (SILVA; REIS, 1989, p.74).

A década de 20 teve as relações sociorraciais ainda marcadas pelo preconceito e pela discriminação racial, resquícios da escravidão. A sociedade vivenciava as consequências da substituição da mão de obra negra pela do imigrante europeu, o que favoreceu a marginalização da população negra. Essa década assistiu à formação de uma classe média constituída a partir do processo de industrialização e de urbanização das cidades.

Além disso, os anos 20 viram nascer o Partido Comunista e a Semana de Arte Moderna e passaram por uma forte crise econômica decorrente da crise internacional. O campo político caracterizava-se pela disputa entre progressistas e conservadores que vai assinalar a crise da República Velha.

A sociedade estava fortemente influenciada pela ideologia do branqueamento e pelos ideais da mestiçagem que atingiam a todas as camadas sociais: da elite intelectual e econômica à população negra, o que fazia com que a sociedade estivesse hierarquicamente organizada, de forma que o contingente negro compunha a base da pirâmide social. É neste contexto que surge a Imprensa Alternativa Negra (IAN) que, segundo Siss (1994), é caracterizada por “jornais elaborados por pessoas negras e mestiças”.

A maioria dos jornais da IAN foi criada no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, mas foi em São Paulo que a IAN teve seus mais importantes veículos de comunicação. Desde o início do século XX, surgiram no Rio de Janeiro: Clube 13 de maio dos Homens Pretos (1902); Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915); entre outros. E em São Paulo: O Menelick (1915); A Rua (1916); O Alfinete (1918); Liberdade (1919); A Sentinela (1920); O Getulinho (1924) e o Clarim d' Alvorada (1924).

Em seus artigos, os jornais citados traziam as reivindicações acerca da igualdade de oportunidades entre negros e brancos, denunciavam a exclusão dos negros das oportunidades de trabalho, emprego, moradia, saúde, entre outros assuntos e chamavam a comunidade negra para educar-se.

Sem incentivos do governo e por meio da ajuda mútua, essas instituições procuravam sanar essa lacuna, oferecendo educação escolarizada para a população negra uma vez que entendiam ser a falta de educação um dos entraves para o desenvolvimento do negro na

sociedade brasileira. Além de todos esses aspectos, o debate principal travado por esses veículos relacionava-se ao combate à discriminação racial.

A IAN, já na década de 20, chamava a atenção da população para a importância dada à educação pelos Estados Unidos da América (EUA), mostrando a diferença em relação ao que ocorria no Brasil. O que mostra que o movimento negro, desde o início do século passado, acompanhava como se dava o debate da questão racial para os norte-americanos.

A questão de raça e classe, tratadas no capítulo anterior, já se fazia presente nas denúncias da IAN. A esse respeito, Siss (1994), em sua pesquisa sobre a IAN, analisando artigos desse periódico, aponta que o jornal *Clarim d'Alvorada* trazia em suas páginas, no início da década de 20, uma crítica ao modo de produção capitalista associando raça e classe. Segundo o sociólogo, “há uma conclamação geral feita aos membros do grupo racial não branco no sentido de que esqueçam-se de sua cor e que combatam os exploradores privilegiados da classe trabalhadora, sejam esses exploradores partícipes dos grupos raciais branco ou não-branco” (SISS, 1994, p.47).

Dos jornais surgidos nesse período, Pereira (2008) aponta o **Clarim d'Alvorada** como “o mais combativo” no que diz respeito à discriminação racial e “aos prejuízos do negro”. E como grande liderança negra nesse período, ele aponta José Correia Leite, fundador do referido jornal.

Correia Leite foi “um dos principais ativistas orgânicos do movimento negro que existiu nas primeiras décadas do século XX.”⁴³ Cabe ressaltar que, apesar da infância pobre e de ter se alfabetizado apenas na juventude (como ocorria com a maioria de negros naquele período), Leite ingressou num curso técnico de contabilidade e foi empregado pelo pai em “um emprego estável na prefeitura de São Paulo” (FERREIRA, 2005, p.15-16).

Quanto à característica dessa imprensa negra, Siss (1994) afirma que:

O caráter *assimilacionista* da I.A.N. que aparece nas primeiras décadas do presente século, se faz notar em análises comparativas da situação social dos grupos raciais branco e não-branco elaboradas pelos articulistas dessa imprensa, análises essas que quase sempre apontam na direção do grupo racial *branco* como o privilegiado (SISS, 1994, p.20).

⁴³A esse respeito ver FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)**. Dissertação (Mestrado em de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/4199065/Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais_e_Pr%C3%A1ticas_Pol%C3%ADticas_do_Movimento_Negro_Paulistano_as_trajet%C3%B3rias_de_Correia_Leite_e_Veiga_dos_Santos_1928-1937>.

Avançando nas décadas, os anos 30 foram marcados por uma série de “revoluções”: a Revolução de 30 que levou Getúlio Vargas ao poder, a Revolução Constitucionalista, e a instituição do Estado Novo. No plano econômico, o declínio da política do café com leite, e da elite agrária, o fortalecimento do capitalismo com a ascensão da burguesia industrial e o crescimento do proletariado urbano, na mesma medida, sua luta por melhores condições de vida.

Além dos aspectos citados, a crise agrária também estava em foco e se refletia na luta dos trabalhadores rurais pelo acesso a terra. Nesse contexto, as ideias dos movimentos de esquerda vão embasar a luta dos trabalhadores urbanos e rurais. No que diz respeito à política externa, Vargas, influenciado pelas ideias nazifascistas, vai organizar o Estado brasileiro de acordo com estes princípios político-ideológicos, porém dissimulado como um governo de princípios democráticos.

A política ideológica do governo Vargas vai emergir na disputa entre as forças de esquerda e de direita, culminando com a luta anticomunista protagonizada pelo governo. No campo econômico, a política desenvolvimentista e de imigração de Vargas favoreceu o controle sobre os trabalhadores e seus sindicatos. Em contrapartida, na política trabalhista, esse mesmo Governo garantiu conquistas aos trabalhadores, levando-os a apoiá-lo e defendê-lo.

No que diz respeito à sociedade, a elite intelectual influenciada pelas ideologias racistas europeias, fortalecia o discurso sobre a formação da nação brasileira baseada na política do embranquecimento. Para muitos, a miscigenação era nociva à sociedade, uma vez que impediria o desenvolvimento e o progresso da nação. Outros defendiam a miscigenação, por acreditar que, em algumas décadas, a raça branca prevaleceria e limparia o Brasil da mancha do sangue negro.

Neste momento, o nacionalismo deu sustentação ao governo de Getúlio Vargas, cujo princípio buscava a homogeneidade étnica como forma de construção do elemento nacional que iria representar o Brasil. Assim, a homogeneização do povo brasileiro se daria pela miscigenação e pela assimilação cultural, buscando prevalecer à cultura branca europeia.

Segundo Hasenbalg (1979), a política de imigração, nesse período, favoreceu o processo de proletarização e urbanização dos negros e mulatos. E, ainda que este fator não tenha diminuído a subordinação desses dois grupos, a política econômica acabou por aumentar as oportunidades de emprego e de educação para estes e, em função disso, surge uma incipiente classe média negra. (HASENBALG, 1979, p.23).

Em meio à efervescência política da época, Freyre, através de seus estudos, amplia a dimensão do conceito de democracia racial que vai se tornar a bandeira da classe dominante e a justificativa ideológica para a subordinação dos negros. O mito da democracia racial alienou

a massa da população negra e os setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que possibilitou às elites encobrir a realidade social. Pressuposto, a população negra, encontrava-se diretamente envolvida no contexto turbulento dos anos 30.

Ao mesmo tempo em que a ideologia da democracia racial impelia os negros, cada vez mais, para a pobreza e a marginalidade, mais eles reagiam em busca de sua assimilação naquela sociedade. Em face do mito da democracia racial, segundo Siss, “a ascensão social, ardentemente procurada, somente será obtida se os indivíduos pertencentes ao grupo racial não-branco forem capazes de se tornarem “bons cidadãos” (SISS, 1994, p.21).

De acordo com Siss (1994), foi somente a partir da década de 30 que os jornais da IAN passaram a ser mais combativos e reivindicativos, como foi o caso do jornal A Voz da Raça, veículo de comunicação da Frente Negra Brasileira. Esta instituição, criada em São Paulo, no ano de 1931, entidade de caráter reivindicatório e assimilacionista, se tornou, de fato, uma “frente” de luta em todo o país. A representação da FNB poderia se encontrar em vários estados brasileiros: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e veio a ser considerada a mais importante das organizações da comunidade negra, aglutinando as lideranças negras daquele período, como o criador do Clarim d’Alvorada, José Correia Leite.

A importância da FNB foi tal, que dela se constituiu um partido político formado em sua maioria por negros, cujo lema era a defesa dos direitos dos negros e mestiços. A FNB, apesar de toda sua estrutura político-organizativa, no que diz respeito ao seu conteúdo ideológico, “era avessa ao conflito racial aberto, tendo seus fundamentos assentados nos valores de ascensão social segundo os modelos estabelecidos pelo grupo racial dominante branco, e em compatibilidade com as prédicas da “democracia racial”” (SISS, 1994, p.24). Este modelo político-ideológico era divulgado no Jornal A Voz da Raça, órgão representativo da FNB.

Uma das maiores preocupações da FNB era com a educação de seus membros. Em função disso, constava no seu estatuto: “a criação de cooperativas, de escolas técnicas, de ciências, de artes, bem como a criação de campos destinados a prática de esportes, objetivando estimular a cultura física e o convívio social de seus membros”. Tinha ainda como objetivo: garantir ou proporcionar “a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho de seus integrantes”. (SISS, 1994, p.33-34). O sociólogo aponta que:

Com relação à educação formal, essa organização instalou e manteve, nas dependências de sua sede e sob a responsabilidade de seu Departamento de

Instrução, uma escola primária, que contava com professoras nomeadas pelo Estado e cursos de alfabetização de adultos, ginásial, secundário e comercial (SISS, 1994, p.33-36).

Por compreender que só com a política institucional a população negra teria garantido os direitos civis e sociais, a FNB acabou por se transformar, em 1936, em um partido político “racialmente definido”, com o intuito de abarcar os votos da massa negra. Desta forma, poderiam fazer frente àquela sociedade racista para garantir-lhes seus direitos de cidadãos nacionais. Em função disso, a FNB deu seu apoio à ditadura de Vargas e alguns de seus quadros se tornaram integralistas.

Voltando à discussão raça e classe, para Siss (1994, p.42), “os ativistas da FNB entendiam que o racismo, a discriminação e as desigualdades a que negros e mestiços estavam submetidos, eram de caráter social e não racial”. No entanto, para buscar a concretização do sonho da igualdade, as primeiras associações negras trabalharam no sentido de conscientizar a população negra de suas mazelas e organizá-la política e culturalmente.

Parte dos militantes da FNB discordou da direção político-ideológica imprimida pela direção da instituição, criando, assim, dissidências dentro da FNB. Lideranças, como Correia Leite, afastaram-se e criaram a Frente Negra Socialista e o Clube Negro de Cultura Social que, juntamente com o Clarim d'Alvorada, passaram a ser entidades que vão se contrapor à FNB e ao seu veículo de comunicação, a Voz da Raça. Pode-se afirmar que, já nas primeiras décadas do século XX, a oposição esquerda e direita existia dentro do movimento negro brasileiro, reflexo das divergências entre as elites e nas esferas do governo.

Não adiantou para a FNB sua associação à política do governo de Vargas. Com a implantação do Estado Novo e a caça aos movimentos sociais e políticos, a FNB foi fechada em 1937 e, conseqüentemente, suas atividades sociais paralisadas. No entanto, os negros daquele período, “atentos”, aproveitaram-se daqueles tempos de turbulência política e, através da ação da FNB, criaram e articularam, por todo país, entidades negras pela defesa dos seus interesses no Brasil. Esses fatos tornaram a FNB o maior movimento de massa daquele período, representando o grande marco do movimento negro nacional, uma vez que “elevou o grau de consciência e organização no meio negro”. (PEREIRA, 2008, p.31)

A principal liderança da FNB foi Arlindo Veiga dos Santos. Intelectual, jornalista e professor, formado em Filosofia e Letras na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, hoje, Pontifícia Universidade Católica (PUC). Atuou como professor em várias universidades

em São Paulo⁴⁴, monarquista, vinculado ao integralismo, cujo lema (salvo pela demarcação do quesito raça) estava presente no jornal *A Voz da Raça*: “Deus, Pátria, Raça e Família”.

A década de 40 trouxe o Estado Novo e com ele a busca de uma identidade nacional constituída com elementos nacionais que representassem o povo e a cultura brasileira. A elite assumiu o papel dos pensadores e organizadores daquilo que seria o ideal de composição sociorracial do Brasil – o discurso de que éramos um país onde não havia o preconceito racial e onde imperava a democracia entre as raças – Esse pensamento tomou corpo na sociedade brasileira, ocultando o racismo que imperava nas relações racializadas que regiam a nação.

Ainda que a IAN e suas organizações negras já tecessem críticas à propaganda da democracia racial, era corrente, junto à elite, que a miscigenação garantiria a ascensão social do mulato que, aos poucos, iria se integrar à sociedade brasileira e à cultura nacional, onde o negro e a cultura africana acabariam por desaparecer do cenário nacional, dando lugar ao mestiço como representativo da nação.

No entanto, as ideias de democracia racial já não se sustentavam, em grande parte pela ação de negros que, sob a influência da FNB, criaram novas instituições de combate ao racismo e à discriminação. Organizadas em movimentos culturais e políticos, essas entidades de caráter formativo atendiam a comunidade negra, ao mesmo tempo em que desenvolviam estratégias de intervenção social, uma vez que a ausência de políticas de estado continuava a impor aos negros lugares periféricos na sociedade.

As várias entidades negras e a expansão da IAN por todo país trouxeram um forte aparato organizacional, promovendo discussões acerca da situação desse povo, oferecendo assistência médica e jurídica e, principalmente, proporcionando educação escolarizada para negros e negras, adultos e crianças. Dado o caráter organizativo dessas entidades, elas passaram a ser vistas e cobiçadas por políticos, tanto liberais, quanto conservadores. Das instituições surgidas neste período, destaca-se o Teatro Experimental do Negro (TEN).

Em 1944, Abdias Nascimento, criou o Teatro Experimental do Negro (TEN). O TEN, no contexto de criação desses grupos teatrais, tinha, na sua formação, a participação de intelectuais como Guerreiro Ramos, entre outros.

Segundo Gregório (2005), o Teatro Experimental do Negro “seria uma versão cultural da luta e do debate da questão racial no Rio de Janeiro” e, ainda como instituição, “promoveu uma movimentação cultural que atraiu a elite intelectual branca envolvida no debate racial

⁴⁴Sobre Arlindo Veiga ver **Imprensa Negra e Biografia**. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_imprensa_negra/biografias/arlindo_veiga_santos.html> Acesso em: fev. 2015.

brasileiro, além de intelectuais e lideranças negras para os eventos que organizou e órgãos que criou” (GREGÓRIO, 2005, p.56).

Sobre a criação do TEN, Abdias relata:

Quando em 1944 fundei, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental Negro - TEN, o processo de libertação do negro uma vez mais retomou seu caminho, recuperou suas forças e seu ritmo. O que é o TEN? Em termos dos seus propósitos ele constitui uma organização complexa. Foi concebido fundamentalmente como instrumento de redenção e resgate dos valores negro-africanos, os quais existem oprimidos ou/e relegados a um plano inferior no contexto da chamada cultura brasileira, onde a ênfase está nos elementos de origem branco-europeia. Nosso Teatro seria um laboratório de experimentação cultural e artística, cujo trabalho, ação e produção explícita e claramente enfrentavam a supremacia cultural elitista-arianizante das classes dominantes. O TEN existiu como um desmascaramento sistemático da hipocrisia racial que permeia a nação. Havia e continua vigente uma filosofia de relações raciais nos fundamentos da sociedade brasileira; paradoxalmente, o nome dessa filosofia é “democracia racial”. “Democracia racial” que é um mero disfarce que as classes branco/brancóides utilizam como estratagemas, sob o qual permanecem desfrutando "ad aeternum" o monopólio dos privilégios de toda espécie [...] (NASCIMENTO, 2002, p.78-79).

Dentro de sua complexidade, o TEN, diante do que se propunha Abdias, foi formado somente por negros: empregadas domésticas, operários, funcionários públicos, moradores de favela. Muitos desses integrantes eram desempregados e analfabetos, o que fez com que o TEN desenvolvesse uma proposta de alfabetização e educação integral de seus componentes. Como Abdias foi um dos membros da FNB, alguns projetos do TEN, tinham uma concepção semelhante à da FNB, principalmente, quando visavam integrar a população afro-brasileira na sociedade capitalista. Neste sentido, diversas foram as estratégias do TEN com este intuito, no entanto, todas as estratégias eram embasadas na educação de seus membros e na valorização da cultura negra.

Percebe-se, então, que as estratégias do TEN tinham como objetivo conscientizar e integrar os negros na luta pela cidadania e pela ascensão social. Como parte de suas estratégias políticas, organizou a Convenção Nacional do Negro (1945), a Conferência Nacional do Negro (1949), o Instituto Nacional do Negro (1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro, entre outras ações.

Sobre as atividades extrateatrais do TEN, Gregório (2005) avalia que:

A partir de 1949, as atividades organizadas pelo TEN passaram a ter uma orientação cultural, seguindo os modelos de eventos científicos através de apresentação de “teses” e “pareceres”, em consonância com o projeto elitista de ascensão social construído para os negros. As lideranças do Rio de Janeiro pregavam a valorização do negro dentro dos padrões sociais dos segmentos mais abastados da sociedade (GREGÓRIO, 2005, p.57).

Nascimento (2003) analisa que a ação das lideranças do TEN tinha a ver com

[a] preocupação com uma sociedade mais igualitária e com o “combate à estrutura injusta de distribuição de riqueza, prestígio e poder” conduzia a liderança do TEN a uma postura nacionalista e desenvolvimentista que inseria no contexto da intelectualidade brasileira comprometida com as teses cepalinas e o processo isebiano. [...] Essas teses caracterizavam o trabalho de intelectuais engajados na busca de uma sociedade mais justa e de maiores oportunidades para o povo brasileiro sair de sua situação de miséria e analfabetismo (NASCIMENTO, 2003, p.370).

Para Semog (2006), “essa ação extrateatral do TEN não se resumia apenas aos enfrentamentos explicitamente políticos. Para o TEN, a arte e a estética representavam também um terreno de conteúdos de implicação profundamente transformadora” (SEMOG, 2006, p.150). Na avaliação do escritor:

O TEN foi o primeiro elemento do movimento afro-brasileiro a ligar, na teoria e na prática, o conceito intrinsecamente político da afirmação e do resgate da cultura negro-africana brasileira, com a atuação política ostensiva. Assim, iniciou uma nova fase na luta negra do século, aproximando-a a posição nacionalista (SEMOG, 2006, p.144).

Assim como a FNB, o TEN buscava a integração social do negro e, para tanto, desenvolveram diversas estratégias e propostas de integração dos afro-brasileiros na sociedade emergente. Ambos tentaram criar uma rede de amparo social para garantir ao povo negro direitos que o Estado não garantiu e, tal qual a FNB, o TEN acabou por ganhar visibilidade nacional.

Muitas lideranças negras se relacionaram com TEN. Cada uma delas com suas posições políticas, que se manifestavam supostamente nas oposições direita ou esquerda. Cada um desses intelectuais pleiteava, a partir de sua concepção política de sociedade, combater o mito da democracia racial e a imperante exclusão social do negro brasileiro.

Como José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos, Abdias Nascimento e Solano Trindade tinham posições divergentes quanto à luta pela cidadania do povo negro. Em função disso, “a identidade marxista de Solano Trindade”⁴⁵ o levou a criar o Teatro Popular Brasileiro (TPB), em 1950 no Rio de Janeiro.

⁴⁵GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade: raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

Solano Trindade, ao rejeitar a proposta política do TEN e dentro da ideologia do marxismo-comunismo, buscava “a igualdade coletiva pelo nivelamento social”, que não se daria com a ascensão social do negro dentro da sociedade capitalista, mas através da superação da sociedade de classes.

O TPB tinha como projeto sociocultural, construir uma consciência sociopolítica de seus quadros, através dos estudos e representação da cultura afro-brasileira. A fonte da matéria prima do TPB era a mesma do TEN: aquela gente do povo selecionada nos morros, nas favelas e nos terreiros. Eram operários, estudantes e artistas populares. O intuito do TPB era formar artistas oferecendo cursos de interpretação, dicção e danças, já que para Solano, a cultura popular era o lugar de ação da cultura negra, onde se encontrava a classe trabalhadora.

No início dos anos 50, o olhar da Europa vira-se para o Brasil, buscando trazer pra si, aquilo que eles acreditavam ser um modelo para as nações recém-saídas dos conflitos mundiais, carentes que estavam de uma nova forma de organizar aquelas sociedades cada vez mais multiculturais. Dessa forma, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), instalou no Brasil uma serie de estudos e pesquisas sobre como funcionava a democracia racial. Inaugurando novos estudos acerca das relações raciais no país, culminando com um novo olhar sobre essas relações raciais, uma vez que ficou evidente, nas pesquisas e para o mundo, a falácia do mito da democracia racial.

Como vimos no capítulo anterior, foram as pesquisas de Florestan Fernandes e de jovens pesquisadores, como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, da área das Ciências Sociais, que tornaram públicos os árduos percursos das relações raciais no Brasil, o que já vinha sendo denunciado desde o início do século XX pelas organizações negras. Tais pesquisas possibilitaram novos estudos e outras visões sobre as relações raciais em nossa sociedade que diferiam daquela tão divulgada por Gilberto Freyre e pela elite nacional. Os estudos mostraram que a elite branca,

[n] a ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da “população de cor”, fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. [...] Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna (FERNANDES, 2008, p.309).

As estratégias de ações do TEN, e da intelectualidade que o compunha, em torno da realização de congressos, seminários e outros, acabou por aproximar o movimento negro de setores acadêmicos, que segundo Nascimento (2003), veio respaldar as pesquisas da

UNESCO no Brasil. Esses estudos, nas décadas seguintes, vão se tornar o arcabouço teórico do movimento negro para a denúncia e combate ao racismo na sociedade brasileira. Estes acadêmicos desenvolveram estudos críticos acerca das relações raciais no país, acabando por denunciar a falsa ideia do Brasil como uma democracia racial, expondo ao mundo, as mazelas sociais encobertas pelo mito.

3.2 A reorganização do movimento negro contemporâneo no Rio de Janeiro: se movimentando sob a repressão

Durante o regime autoritário, já no início dos anos 70, ainda sob os “anos de chumbo” – período de intensificação da repressão, legalizada pelo AI-5 – em vários estados brasileiros surgiram organizações negras, para a discussão acerca das relações raciais no Brasil. Um exemplo dessas instituições foi o Grupo Palmares, fundado em 71 por Oliveira Silveira, cujas discussões, já nesse princípio de década, foi a base de luta do MNU em torno do 20 de novembro e de Zumbi dos Palmares.

Em São Paulo, como já era tradicional, ressurgiram organizações negras como o Centro de Cultura e Arte Negra – CECAN, em 1972. E, assim, por todo o país encontram-se relatos de formação de grupos isolados que discutiam a questão racial.

No Rio de Janeiro não foi diferente. Nesse momento, diversos pequenos grupos de estudos se constituíam nas universidades ou a partir delas, uma vez que parte dessa liderança estava nas universidades. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA – é criado no interior da Universidade Candido Mendes, e esse fato influencia a criação de novos grupos.

O primeiro desses grupos a se formar no Rio é a –Sociedade Intercâmbio Brasil-África (SINBA), criada por Yedo Ferreira, em 1974, cujo objetivo era reunir, aglutinar, discutir e informar os negros sobre o problema racial. O ápice da formação desses grupos se dá com a criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1975. O Instituto foi idealizado por dissidentes do SINBA, devido a uma separação ocorrida no interior Sociedade.

Eram pequenas organizações, grupos de estudos, cursos de formação, atividades culturais, nas quais o racismo e as relações raciais eram estudados e debatidos no sentido de construção da identidade e da consciência negra. Assim, as jovens lideranças negras encontravam-se nas ações em torno dessas organizações. Por exemplo, o Grupo de Trabalho André Rebouças (1975), fundado por Beatriz Nascimento na Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição que promoveu uma série de “Semanas de Estudos sobre a

contribuição do negro na formação da sociedade brasileira.” Beatriz Nascimento foi a responsável por instalar, no Rio de Janeiro, o primeiro espaço institucional, para discutir questões de racismo dentro das universidades.

Neste mesmo ano, Lélia Gonzalez organizou um grupo de mulheres negras, para discutir o racismo e o sexismo. Nasce o Grêmio Recreativo de Arte Negra e a Escola de Samba Quilombo, organizada por Candeia. Em 1976, é instituído o Centro de Estudos Brasil-África em São Gonçalo, nascido a partir dos encontros do IPCN. Em 1977, surge o jornal SINBA, órgão de divulgação das atividades da Sociedade Intercâmbio Brasil-África e divulgador das discussões feitas em torno do racismo.

Segundo Pereira (2009), esses grupos constituíam o “embrião da retomada do movimento negro no Rio de Janeiro”. Para o autor, parte desse grupo, era formado por “estudantes universitários e jovens trabalhadores de serviços, gente aspirando à ascensão social, colocações no mercado de trabalho, e atentos ao mundo de ideias e desafios intelectuais e políticos a sua volta” (PEREIRA, 2009, p.213).

Para Gonzalez (1982), o golpe militar de 64 desmobilizou as lideranças negras, em especial com o fim do TEN que, com o exílio de Abdias Nascimento, sofreu uma desarticulação da intelectualidade negra daquele período. Para a antropóloga, a repressão colocou as lideranças negras numa “semiclandestinidad” – uma vez que elas não configuravam como organizações identificadas como clandestinas, uma vez que o silêncio e a vigilância impostos pela repressão obrigavam as antigas lideranças a evitar exposição pessoal em qualquer movimento coletivo de caráter político.

Apesar da desmobilização das organizações negras das décadas anteriores a 64 e do hiato entre aquelas organizações e o movimento negro contemporâneo, surgido pós-70, é possível perceber algumas características comuns nas estratégias de luta desses grupos. Essas formas de enfrentamento foram utilizadas tanto pelo Centro Cívico Palmares, quanto pela FNB e assumidas pelo movimento negro contemporâneo. Vejamos como Pereira (2013) apresenta tais continuidades:

O primeiro seria a busca por uma atuação política e a apresentação de demandas do movimento à sociedade e aos poderes públicos. [...] a valorização da história do quilombo de Palmares como exemplo de luta; [...] a importância dada à educação; [...] e a aglutinação de “negros e mestiços” em torno de assuntos de “interesses raciais” (PEREIRA, 2013, p.118-119).

Quanto à retomada do movimento, para GONZALEZ, (1982) é a “negrada jovem” que quebra este silêncio, atentos que estavam à movimentação dos negros-norte americanos e das

guerras de libertação dos países africanos. As notícias da conjuntura internacional vai fomentar, nesses jovens, a atenção maior para as questões raciais no Brasil.

Ao tomar pelas ações e discursos de Abdias no TEN, é possível afirmar que desde décadas anteriores, o movimento negro busca apoio para sua causa nas “experiências” dos movimentos ocorridos em África. O avanço das lutas de libertação dos países africanos, em especial os países de língua portuguesa; o movimento Negritude, surgido na França; e nos EUA, o movimento pelos direitos civis. Essas influências estão presentes nos relatos das lideranças entrevistadas para esta pesquisa e na historiografia⁴⁶ do movimento negro.

Para a antropóloga Gonzalez, o movimento *soul* será um dos primeiros gritos daqueles jovens negros contra a exclusão social, ou seja, o movimento *Black Rio* foi “um dos berços do movimento negro no Rio de Janeiro”, uma vez que em torno dos bailes *soul*, reunia-se o grupo que articulou o movimento negro no Rio (GONZALEZ, 1982, p.33).

Como identificamos no documento da CISA/RJ –SNI – CENIMAR, informe 0241, intitulado “Núcleo Negro Socialista – Atividades de Carlos Alberto Medeiros”, e outro documento de 1977, “Movimento Nacional dos Black’s – Black Rio e Black São Paulo”, sob o n. 314, no qual há, de forma detalhada, as ações das lideranças daqueles bailes e uma matéria em anexo, do Jornal Última Hora, relatando um debate promovido pelo IPCN com falas de Lélia Gonzalez e do professor Jorge Candido.⁴⁷

Retomemos a importância do IPCN para o movimento negro do Rio de Janeiro. Esta instituição surge no Teatro Opinião, como um espaço importante de organização política da intelectualidade negra no Rio de Janeiro, considerando o momento político, para driblar a vigilância dos órgãos de repressão do governo militar. O IPCN foi criado como um instituto de pesquisa da cultura negra, o que faz dele uma instituição “acadêmica” cultural. O direcionamento desta instituição se dava com o propósito de “organizar, mobilizar e conscientizar a comunidade negra para a luta contra a discriminação racial”.

Além da jovem intelectualidade negra, o IPCN contou também, em sua organização, com a presença de artistas e acabou por tornar-se um instrumento de ação política importante na articulação das organizações negras e um respeitável formador de quadros para o movimento social negro, como é possível perceber nas falas das lideranças, o que veremos mais adiante.

⁴⁶O historiador Amílcar Pereira traz em seu livro **O mundo negro**, um capítulo inteiro dedicado às influências externas no movimento negro.

⁴⁷Jornal Última Hora, 22 de setembro de 1977. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Doc. Arquivo 4510_80 p.12.

Segundo Gonzalez, o movimento negro foi fomentado pela busca em conhecer o movimento negro norte-americano e das relações com a academia, com suas bases nos estudos sobre os países da África, seus movimentos de libertação em comparação com o que ocorria no Brasil e no que diz respeito às relações raciais brasileiras.

Desta forma, é possível afirmar que o movimento negro no Rio de Janeiro nasceu da articulação entre a academia e o movimento cultural negro. Gonzalez relata que foi no ano de 1976, em plena movimentação dos diversos grupos e organizações negras do Rio de Janeiro, que tiveram início os contatos entre as organizações do Rio e São Paulo. Vale lembrar que, ao retomar suas organizações, o movimento negro das décadas de 70 e 80 criou uma rede nacional de relacionamentos e de articulações que possibilitaram intercâmbios de ideias, discussões e estratégias políticas comuns que favoreceram a organização a nível nacional.

Foram nesses encontros que a militância discutiu a possibilidade de criação de um movimento negro de caráter nacional, empenhado na luta comum de combate ao racismo e a discriminação racial. Segundo Pereira (2008), neste encontro, enfatizou-se a importância de divulgação das propostas do movimento, dos valores da cultura negra, de se investir todos os esforços no fortalecimento das entidades negras. Daí em diante, houve intenso intercâmbio de ideias, livros e outras publicações (PEREIRA, 2008, p. 60).

Assim, o MUCDR que viria a ser o MNU, surgido em junho de 1978, durante a realização de ato político nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi resultado do trabalho político dessas jovens lideranças “forjadas sob o regime militar”. A carta convocatória para o ato público encerra os objetivos políticos nascidos das ações dessas organizações a partir do eixo Rio-São Paulo, mas que representava os objetivos das organizações negras dispersas por todo o país.

Para Gonzalez (1982), a criação do MNU foi um marco na convergência de diversas instituições já organizadas no Brasil, ainda que diferindo na prática e nas estratégias de ação, contestavam o racismo operante em todo o país. O MNU nasceu com o intuito de organizar a ação política desses grupos dispersos país a fora, organizá-los nacionalmente para serem instrumento de luta da comunidade negra para denúncia, combate e superação do racismo.

A primeira assembleia nacional ocorreu entre os dias 9 e 11 de setembro de 78, no Rio de Janeiro. Convocada para discutir e votar os documentos básicos de criação da instituição (estatuto, carta de princípios e programa de ação) e para eleger a executiva nacional. A assembleia ocorreu nas dependências do IPCN, contando com 300 pessoas, aproximadamente, de organizações vindas de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A carta aberta à população chamava a comunidade negra para a criação de centros de combate e a promoção de debate, informação, conscientização e organização dessas comunidades, com o intuito de favorecer a participação do negro em todos os setores da vida e da sociedade brasileira. Assim se deu em vários estados brasileiros, criaram-se núcleos do MNU após a II Assembleia Nacional, ocorrida em Salvador – sob a repressão dos órgãos militares, uma vez que a Polícia Federal impediu a realização da assembleia na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, sob o argumento de que a criação do MNU feria a Lei Afonso Arinos (GONZALEZ, 1982, p.56). Após outras tentativas, a assembleia ocorreu em campo neutro, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Foi nessa assembleia que se tirou o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

O MNU surge daquele ato, com a perspectiva de ser um órgão aglutinador e de direção política de todas as entidades e organizações negras. No entanto, dada a pluralidade e complexidade dessas organizações e das forças políticas nela existentes, tal pretensão, ao longo de sua história, como afirma Rocha (1998), “ficou pelo caminho”, fazendo o próprio MNU ser entendido como mais uma das muitas organizações do movimento negro, ainda que tenham se formado núcleos do MNU em todo Brasil.

No movimento negro, existem organizações de caráter local, estadual, regional e nacional, como é o caso do MNU hoje. Todas compõem o grande corpo do movimento social negro. No entanto, há de se ressaltar que a constituição do MNU, em 1978, foi o marco histórico da organização do movimento negro contemporâneo, surgido no centro das lutas sociais de reação à ditadura, envolvendo-se nas frentes de luta pela redemocratização do país e demarcando o caráter popular e democrático desse movimento no Brasil.

Embora seja possível apontar estratégias comuns entre o movimento negro contemporâneo e as organizações negras das décadas anteriores a 64, é possível também perceber características específicas no movimento ressurgido na década de 70. Como mostra Pereira (2013), a oposição e a denúncia à ideologia da democracia racial, a construção de identidades político-culturais negras, a reivindicação da reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Segundo o historiador, essas características constituíram-se como a base de organização e estratégias políticas das diversas organizações negras surgidas no final da década de 70.

Outro ponto de diferença é o caráter assimilacionista de integração “simbólica dos negros na identidade nacional híbrida”, cuja ideologia hegemônica sustenta a opressão racial (PEREIRA, 2013, p.133).

O movimento negro contemporâneo luta pela construção de uma nova sociedade, onde haja de fato igualdade racial, com participação igual de negros em todos os setores da sociedade brasileira, mostrando que o “mundo não era só dos brancos”, mas também de negros, indígenas, mulheres e de todos aqueles que ajudaram na construção dessa brasileira. O movimento negro, através de diversas organizações, desenvolve estratégias de ações para conscientizar a sociedade de que ela vive numa falsa democracia racial – essa consciência passa pela construção da identidade negra, visto que a consciência racial possibilitaria a mudança dos paradigmas sociais.

Não se pode perder de vista que toda a agitação política das organizações negras se dava entre finais dos anos 70 e 80, ainda dentro do governo militar e, apesar de ser uma fase de menor repressão, de abertura lenta e gradual, ela ainda era restrita, o que fazia com que os órgãos de vigilância continuassem atuando. Encontramos nos documentos do SNI, contidos no Arquivo Nacional, relatos das ações do movimento negro até o ano de 89 – pós-período a que se estendeu essa pesquisa. Como diz Carvalho (2013), “chegara ao fim o período de governo dos militares, apesar de permanecerem resíduos do autoritarismo nas leis e nas práticas políticas e sociais” (CARVALHO, 2013, p.177).

Como exemplo desse fato, tomemos a Marcha Contra a Farsa da Abolição, organizada pelo MNU e diversas entidades negras em 1988. A Marcha fora organizada em função das comemorações oficiais do centenário da abolição. As organizações do movimento negro pensaram a marcha em protesto contra a farsa abolicionista – era um ato para denunciar o racismo na sociedade brasileira, escondido sob a égide do mito da democracia racial.

A Marcha ocorreu no mesmo ano em que foi promulgada a Constituição cidadã, cuja participação do movimento negro foi fundamental para definição do racismo como crime inafiançável e imprescritível, bem como o reconhecimento do crime de tortura.

No mesmo ano foi decretado o fim da censura, bem como a aprovação da liberdade de expressão e de imprensa – este é o período de ampliação dos direitos políticos e sociais. Entretanto, a forte repressão à Marcha, que reuniu em torno de cinco mil pessoas, no centro da cidade do Rio de Janeiro mostrou que os militares não reconheciam tais avanços.

Naquele conflito, ficou latente que, enquanto os órgãos oficiais representados no I Comando Militar do Leste⁴⁸ queriam reafirmar a harmonia racial com todos os festejos

⁴⁸O Comando Militar do Leste (CML) é um dos Comandos Militares de Área do Brasil. É o Comando da 1ª Região Militar e da 1ª Divisão de Exército, com sede no Rio de Janeiro (RJ) e da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Exército sediado em Belo Horizonte (MG). Ocupa as instalações do Quartel-General em um dos andares do monumental edifício do Ministério da Guerra, hoje denominado Palácio Duque de Caxias. Uma das

oficiais para aquele centenário, as organizações do movimento negro denunciavam o racismo e a falácia da democracia racial. A resposta do Exército foi o forte aparato militar composto por tanques de guerra, tropas, metralhadoras e barricadas para impedir os manifestantes de passar pelo monumento de Duque de Caxias.

Contida naquele ato de repressão estava a preocupação principal de defender o monumento, símbolo da pátria, diante do que eles chamaram “ameaça a soberania” contra aqueles que eles viam como ameaça a tal integridade. Aquela ação objetivava cumprir a “missão” daquele comando militar, uma vez que estes ainda acreditavam numa sociedade harmônica onde as relações raciais aconteciam de forma democrática.

As organizações negras seguiram denunciando e combatendo o racismo no Brasil, na busca pela construção de uma sociedade democrática de fato e com igualdade racial. A repressão ao ato mostrou que havia muito a ser feito para a democratização do país, e ficava manifesta a importância da ação do movimento negro enquanto movimento social nesse processo.

3.3 O movimento negro e a esquerda

A partir da década de 70, dada a luta pela redemocratização do país e de oposição ao regime autoritário – vários segmentos de grupos de esquerda, que lutavam contra o regime vão se aglutinar em torno do movimento negro. Muitos dos integrantes das diversas organizações negras surgidas na década de 70 foram atuantes em grupos de esquerda e no movimento estudantil – como é possível constatar no depoimento de nossos protagonistas. Nestes depoimentos, percebe-se a alusão não só ao Partido Comunista, como também ao movimento estudantil e a Convergência Socialista. Esta, tendo o jornal *Versus* como órgão divulgador das ações da esquerda naquele momento, contribuiu também para a divulgação de ações de interesse das organizações negras. A Convergência Socialista teve importante participação na construção do MNU, como explica Astrogildo Esteves:

A convergência socialista era um braço, um espaço aberto e legal da organização para aumentar a participação dos simpatizantes e trazer mais setores para atuar como uma frente no movimento social. A organização mantinha parte dos quadros na clandestinidade e outros na legalidade. [...]

suas principais missões era possibilitar ao Exército contribuir para a defesa da Pátria: participar na dissuasão de ameaças aos interesses nacionais; conduzir a campanha militar terrestre para derrotar o inimigo que agredir ou ameaçar a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Comando_Militar_do_Leste>.

No movimento social eu ajudava a criar núcleos socialistas. O núcleo negro socialista é uma extensão da corrente socialista que era criada pela organização [...] quando criou o MNU, o núcleo socialista ficou um pouco com a cara do MNU [...] Então a gente tinha que fazer mobilizações, divulgar o material, panfletos, ia às manifestações, fazia o discurso, etc. Então essa é a forma que a gente atuava.

Segundo a análise do Projeto “Brasil Nunca Mais”, sobre a linha política das organizações que combatiam o regime militar, a Liga Operária, denominada Partido Socialista dos Trabalhadores, em 1978, configurava como um grupo trotskista filiado a Quarta Internacional. Foi atingida pela repressão, em São Paulo, em abril de 1977, quando desenvolvia um trabalho de deslocamento de militantes estudantis para a atuação entre metalúrgicos do ABC. Conhecida nesse período por um ativismo bastante ousado e agressivo, a Liga Operária, que nasceu como agrupamento, por volta de 1975, já em 1978 lançou a constituição de uma ampla fachada legal intitulada Convergência Socialista, que seria registrada como sociedade civil para finalidades legais⁴⁹.

Certamente que o projeto de transformação social – bandeira de luta do movimento negro aproximou as lideranças de esquerda. Essa aproximação vai ser responsável pela perspectiva da luta desse movimento em torno do binômio raça e classe.

Cabe ressaltar que boa parte das discussões dos grupos sobre a questão racial e sobre o racismo no Brasil dava-se nas universidades, como é relatado nos depoimentos de suas lideranças. As reuniões e encontros promovidos pelo CEAA na Universidade Cândido Mendes tiveram grande importância, pois foram nesses locais onde ocorreram as leituras e discussões sobre a conjuntura internacional. Somamos a isso o fato de que seus organizadores, o professor José Maria e o ativista Yedo Ferreira, foram militantes da esquerda: o primeiro foi preso político atingido pelo AI-5; e o segundo foi componente do quadro do PCB até 1964. Esse núcleo de esquerda incentivava as discussões em torno da conjuntura política internacional dentro do movimento negro e foram também os responsáveis pela articulação entre os partidos de esquerda. A Convergência foi uma importante interlocutora entre as diversas lideranças daquele momento.

Quanto à contribuição da esquerda no processo de organização e politização do movimento negro, Pereira (2010) nos faz o seguinte relato:

Além de marcar essa nova dimensão da luta contra o racismo, mais marcadamente política, de denúncia e enfretamento, a criação do MNU também acabou significando contribuição fundamental no que diz respeito à própria formulação teórica, à visão da luta realizada a partir de então pelos

⁴⁹ Projeto **Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos. Mitra Diocesana, São Paulo, 1988. p.77.

ativistas negros brasileiros, que segundo as principais lideranças do MNU, deveria associar os temas raça e classe. Essa conjugação entre raça e classe, ao mesmo tempo em que trazia a especificidade do movimento negro à baila, também situava o movimento numa perspectiva mais de esquerda. (PEREIRA, 2010, p.251).

Amauri Mendes, apesar de ressaltar que o movimento negro renasceu sem tutelas de militantes ou organizações experientes, também afirma que uma das características dos jovens militantes, que os diferenciava da maioria era, além do dinamismo, o fato de que a maioria tinha uma opção política pela esquerda. Segundo ele, isso se dava devido ao fato de que muitos participavam de movimentos sindicais, comunitários e até de partidos (PEREIRA, 2003, p.51). No entanto, aquela militância sempre descartou a possibilidade de construção de um Partido Político Negro, como fizera a Frente Negra.

A relação ou proximidade da militância negra com a Convergência Socialista se deu diferente da relação do movimento com as outras esquerdas. Esta Convergência, diferente de outras correntes políticas, compreendia e se integrava à luta do movimento negro contra o racismo, enquanto as demais, como já vimos anteriormente, acabavam por acusar o movimento de divisionista, fazendo com que a militância não se sentisse representada junto à esquerda. A Convergência Socialista, ligada às ideias trotskistas, diferenciava-se em função de sua compreensão da questão racial e engajamento na luta do movimento negro, em especial do eixo Rio-São Paulo.

Como esses posicionamentos já foram discutidos em capítulo anterior, não há por que nos alongarmos. No entanto, destaca-se que, mesmo que boa parte das lideranças estivessem aliadas à esquerda política, não é possível generalizar essas posições no decorrer das ações do movimento negro, nem minimizar as diferenças de parte destes com a falta de representação junto à esquerda partidária, como veremos nas falas de parte dessa militância. Pereira (2003) faz uma ressalva:

Não há como dizer, inclusive, que uma ou outra tendência política ideológica, naquele momento (anos 80), tenha assimilado melhor a Luta contra o Racismo. Na verdade, o que se podia perceber, tanto à “esquerda”, quanto à “direita”, eram engajamentos pessoais (por motivos íntimos, histórias de vida e outras razões). A maioria dos novos militantes se sentia mais à vontade, mais identificada, entre as esquerdas (PEREIRA, 2003, p.110).

A identificação do movimento negro com a esquerda sempre foi feita pelos militares, cujos órgãos de repressão, como já destacamos, traziam, em seus documentos sigilosos, a certeza de que as lideranças negras haviam sido cooptadas pela esquerda comunista e que

havia a infiltração desses elementos nas organizações negras, deturpando as relações raciais no Brasil.

3.4 Movimentando a Igreja

Durante os anos de repressão, impostos pela ditadura militar, a Igreja Católica, enquanto instituição, foi a única que conseguiu oferecer alguma forma de resistência aos militares devido o seu poder e influência institucional. Apesar de sua ala conservadora, foi um lugar de oposição legal ao regime, inclusive muitos dos quadros da resistência armada, como a AP (Ação Pastoral), foram formados a partir de membros religiosos e leigos da própria Igreja, como foi o caso da JOC (Juventude Operária Católica), da JEC (Juventude Estudantil Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica), todas embaladas pelo “espírito da teologia da libertação”.

A partir de então, a hierarquia da Igreja passou a inserir-se na luta em defesa dos direitos humanos, tornando-se o maior ponto de apoio e referência dos movimentos sociais na resistência contra o regime militar. Como afirma Rocha (1998):

No período do Regime Militar no Brasil, poucas foram as instituições onde se tornou possível organizar as lutas de resistência e cidadania. Neste sentido, a Igreja, por ser uma instituição menos visada pelo sistema repressor acabou se constituindo no espaço privilegiado para o fortalecimento dos movimentos sociais (ROCHA, 1998, p.37).

A Igreja, a partir da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs aproximou-se dos movimentos sociais, em especial das populações das periferias urbanas, dada a aproximação de parte dos teóricos da teologia da libertação com as ideias marxistas. A Igreja acaba também por se aproximar dos movimentos de esquerda presentes nesses movimentos sociais. Foi também através das CEBs que a Igreja se aproximou da população negra – presença majoritária nas populações marginalizadas e periféricas.

Segundo Rocha (1998), as CEBs serão o “chão fértil” para a fomentação da construção da identidade e da consciência crítica do povo negro, que a partir dos problemas e discussões em seu interior, toma consciência do problema das relações raciais na sociedade brasileira. Para Rocha (1998),

[o] crescimento da consciência dos negros a respeito dos processos de exclusão, tanto na Igreja como em qualquer outro setor social, acabou fazendo com que estes descobrissem que existia um agravante chamado

racismo e discriminação que piorava a situação dos negros no meio dos pobres (ROCHA, 1998, p.68).

Conforme o teólogo, as CEBs funcionavam como verdadeiras escolas de formação para a cidadania, muitos grupos se organizaram com o objetivo de transformar a sociedade e buscar readquirir os seus direitos. Esses agentes pastorais, ao identificar os problemas sociais, descortinam o racismo e a discriminação racial na sociedade brasileira, como agravante do processo de marginalização do negro.

Para ele, a constituição da negritude na Igreja é impulsionada pelo trabalho de padres, religiosos e seminaristas negros que direcionam suas ações para a “consciência negra na Igreja”, tanto para o interior do campo religioso, quanto para as CEBs. Sobre o apoio das Igrejas cristãs no processo de formação do movimento negro, Pereira (2003) assinala que:

A partir de 1979, com a criação dos Grupos de União e Consciência Negra, depois dos APN's (Agentes de Pastorais Negros), por católicos, e já no início dos 80, dos Ministérios contra o Racismo, por protestantes, os cristãos lançaram as bases de articulações que alcançariam quase todos os lugares onde chegasse sua Igreja (PEREIRA, 2003, p.65).

De acordo com Rocha (1998), os Agentes de Pastorais Negros – APNs foram as organizações de maior enfoque religioso do movimento negro e se estruturou em quase todos os estados brasileiros. Ainda segundo Rocha (1998, p.42) “o modo como se organizou, a força dos participantes e o empenho pela causa negra fizeram dos Agentes de Pastorais Negros a maior entidade negra do país na década de 80. [...] atingindo seu auge em 1988, com a Campanha da Fraternidade sobre o negro”. E ainda:

Para o teólogo, foi a conferência de Puebla a responsável pelas mudanças na relação da Igreja com a comunidade negra no Brasil. A partir de sua opção pelos pobres, uma vez que a Igreja reproduzia as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Neste sentido, ele mostra que as APN's surgem no contexto do movimento negro, cuja ação e militância são embasadas sobre o tripé: fé, cultura, e política. Quanto aos militantes ele os definiu como: Pessoas engajadas que exercem atividades voltadas para a comunidade negra; que se unem a todas as instituições e movimentos negros que lutam pela mesma causa; cujo trabalho oferece acolhida a todos aqueles que se identifiquem com a luta contra toda forma de racismo, superando as diferenças de cor e religião e que, enquanto organização, não estão vinculadas a nenhuma política partidária (ROCHA, 1998, p.80).

Para Pereira (2003), o apoio econômico e institucional das igrejas foi fundamental para a formação desses militantes e para a articulação dos diversos grupos, e ainda, que essa ação e formação fossem dirigidas ao grupo religioso ou aos leigos ligados diretamente a Igreja, “em pouco tempo estavam integrados ao conjunto do Movimento em formulações e

atividades coletivas. Sua contribuição, desde então, tem sido inestimável.” (PEREIRA, 2003, p.65).

Apesar da não vinculação político-partidária que, de acordo com o autor, diferenciava os agentes da APN, não havia total aceitação das APN's por parte de setores do movimento negro. Este via com desconfiança a luta das APN's no combate ao racismo uma vez que estavam ligados à Igreja, instituição que apoiou e se beneficiou com a escravização do negro por séculos. Por outro lado, as APN's sofriam críticas de setores conservadores da Igreja, que alegavam que a organização dos negros na pastoral iria dividir a Igreja com a discussão sobre racismo e discriminação racial, levando para o interior da instituição o “racismo ao contrário”.

O movimento negro de base católica não se poupou das críticas dos setores conservadores e progressistas tomados pela crença no mito da democracia racial. No entanto, para além das diferenças, as APN's foram de grande importância para a construção de quadros de origem popular para o movimento negro. E, além disso, foi através desses movimentos que surgiram, na década de 90, os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes, cuja organização, em diversas comunidades e bairros, foi responsável pela entrada de muitos jovens nas universidades públicas do Rio de Janeiro.

3.5 Entre a cultura e a política

Com a retomada do movimento negro na década de 70, são criadas novas estratégias para a ação de combate ao racismo na sociedade brasileira. O conceito de estratégia, nesse período, foi tomado da ciência militar de tradição marxista como “um conjunto de procedimentos, passos e normas a serem obedecidos, num contexto abrangente e de longa duração, na caminhada rumo à conscientização dos seus objetivos revolucionários”⁵⁰.

Pode-se dizer que a construção da identidade negra e o combate ao racismo, devido a repressão imposta naquele momento político, deu-se através das diversas ações de grupos que compunham o conjunto das entidades do movimento negro. No campo das estratégias, os debates em torno de ações políticas e culturais se fizeram presente em todo o seu processo de constituição. O impasse sobre como se daria a direção do movimento – se pelo viés da cultura ou da política – foi um dos fatores de disputa e divisão do movimento negro.

Como explica Pereira (2013):

⁵⁰ Projeto Brasil Nunca Mais. **Perfil dos Atingidos**. São Paulo. Mitra Diocesana. p.18.

Havia, principalmente no final da década de 1970 e início dos anos 1980, grupos do movimento que se autodenominavam como grupos estritamente políticos e avessos a muitas práticas chamadas por eles de “culturalistas”. Talvez o melhor exemplo, nesse sentido, seja o Movimento Negro Unificado, que radicalizaria o discurso político no final da década de 1970, muito em função de haver, entre suas principais lideranças, pessoas ligadas às organizações radicais de esquerdas, como a convergência Socialista por exemplo. Da mesma forma, havia também muitos outros grupos que utilizam até os dias de hoje práticas culturais diversas como elementos importantes para a mobilização política de setores da população negra (PEREIRA, 2013, p.222).

Essas disputas se davam em todas as instituições do movimento negro nacionalmente. No entanto, ambas as vertentes foram importantes para a luta de combate ao racismo. Vale destacar que diante da proibição de organizações políticas pelo regime, a criação de grupos culturais, onde além das questões culturais também se discutia ações de combate ao racismo, elevação de autoestima de comunidade negra e demais questões que possibilitassem a consciência étnica racial daquele grupo, por si só já se constituam como estratégias políticas.

Quando o MNU conclama a todos os segmentos para somar forças no combate ao racismo, ele está admitindo, em seu interior, as diversas frentes de lutas: pessoas dos terreiros de candomblé, escolas de samba, igreja, enfim, em “todo lugar onde o negro vive”. São muitos os lugares onde eles estão e cada lugar onde o negro está certamente é um espaço de cultura negra, e lugar de cultura negra sempre foi lugar de resistência política, vide a capoeira, jongo, o candomblé e tantas outras manifestações dessa cultura.

Cada grupo, que se organizava no país, já trazia em suas concepções organizativas estratégias para driblar a repressão e encaminhar a luta a partir de suas especificidades. Cada estratégia de luta, através da articulação dos mais diversos grupos, denunciava o racismo estruturado na sociedade brasileira, apontava caminhos, mostrando que o racismo operante nas relações raciais no Brasil não podia ser ignorado. O negro como sujeito da história já não podia mais ser silenciado.

O embate entre o caráter político ou cultural do movimento negro acabou contribuindo para a diversificação do movimento negro, como informa Pereira:

Num pique vertiginoso, haviam-se multiplicado grupos e entidades negras em todas as partes do país, com o objetivo declarado de lutar contra o racismo. Conseguiram desencadear entusiasmada propaganda a discriminação racial de uma forma inédita. Solenidades e eventos maiores em datas significativas eram realizados coletivamente e com sensível carga emocional. Criou-se um corpo de linguagens e procedimentos próprios a partir das matrizes africanas, com a contribuição também das referências históricas e o acúmulo de experiências “afro-brasileiras” – estes eram os conteúdos fundamentais da construção de uma nova Consciência Negra, que

aos poucos, se irradiaria fortemente sobre toda sociedade (PEREIRA, 2008 p.65, 66).

Rocha (1998), ao analisar as características das diversas organizações que compõem o movimento negro, o faz através no enfoque organizativo de suas estratégias de ações de combate ao racismo e à discriminação racial. Para o autor a organização se caracteriza sob três pontas: o cultural, o religioso e o político. Apesar de estarem unificadas na mesma luta, encaminhavam-se de formas distintas. As organizações de caráter cultural, para o teólogo, atuam de modo implícito no combate ao racismo e à discriminação. Segundo Rocha, essas organizações:

Caracterizam-se por desenvolverem ações e atividades voltadas para o bem da comunidade negra. Todavia, combater o racismo não é seu objetivo primeiro. [...] encontramos neste seguimento os mais variados movimentos populares, que por lutar para a melhoria de vida das camadas desfavorecidas, através do processo de consciência crítica, beneficiam também o fortalecimento e a organização da comunidade negra para perceber as nuances discriminação (ROCHA, 1998, p.28).

Assim, os grupos de afoxé, capoeira, maculelê, jongo, blocos afros e os movimentos musicais negros classificam-se como organizações de caráter cultural.

As organizações de caráter religioso são caracterizadas “como aquelas cuja fé funcionava como elemento motivador das lutas sociais de caráter étnico-racial.” Rocha (1998), aponta o “setor eclesial” ligado aos religiosos da Igreja Católica como “alavanca de sustentação” dessas organizações. No entanto, cabe observar que as comunidades de terreiros são precursoras do movimento negro de base religiosa, dada as suas contribuições históricas para a resistência da identidade cultural do negro.

A outra dimensão dessas organizações seriam aquelas de caráter político, cuja característica é a relevância de suas ações no “trato político” das questões raciais. Nelas também estão presentes as dimensões religiosas e culturais. O teólogo aponta o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) como primeira organização política do Rio de Janeiro da década de 70. Gonzalez (1982) destaca a importância das associações ou entidades de “massa” no sentido de que com o fomento da cultura favoreceu as discussões e ações políticas que alicerçaram o movimento negro com base ideológica.

Cabe destacar a importância da criação, neste período, das instituições de caráter cultural que, apesar de vigiadas e devidamente registradas pelos órgãos repressivos, não causavam maiores preocupações. Segundo eles, por não terem “caráter político”, não trariam ameaças a “harmonia da nação”, por não caracterizarem-se naquilo que eles chamavam de

movimento de “pressão”. No entanto, seus militantes eram considerados “desajustados” e como tal deveriam ser vigiados.

3.6 Classe média negra

A classe média, de acordo com o dicionário de Sociologia, dentro do estudo da estratificação e desigualdade social, é um conceito difícil de ser definido. No entanto, buscase aqui um parâmetro socioeconômico para os sujeitos dessa pesquisa. Em função disso, utilizamos a seguinte definição⁵¹:

Da forma descrita por Karl-Marx e Friedrich Engels, a classe média nos séculos 17 e 18 consistiam de pequenos lojistas e comerciantes, artesão e profissionais liberais – a pequena burguesia – que ocupava o território econômico entre os grandes capitalistas e seus empregados. Atualmente essa “velha” classe média é separada da “nova” classe média que perdeu muito da sua independência econômica e que hoje está associada principalmente ao prestígio inerente a ocupações de colarinhos brancos, tais como trabalhadores burocráticos, chefes de seção de escritórios, funcionários públicos, profissionais liberais e professores. [...] como conceito analítico em termos de renda e riqueza, por exemplo, grande parte do que é considerado classe média está muito mais perto da classe operária do que da classe alta; a maioria das ocupações de classe média implica baixos níveis de autoridade; e ela não exerce mais propriedade real ou controle sobre os meios e processo de produção do que a classe operária.

Andrews (1998), ao estudar o processo de mobilidades de negros em São Paulo, diz que a classe média é formada por profissionais liberais e por pequenos empresários mais ligados ao comércio e ao serviço, além daqueles vinculados ao serviço público. O autor aponta o surgimento de uma pequena classe média negra em São Paulo, a partir da década 20, apesar da falta de oportunidades concedidas ao negro no mercado de trabalho, em especial pela falta de acesso a educação. Para Andrews (1998), o setor público, devido às barreiras da cor, o lugar que possibilitava a mobilidade social do negro era em outros campos de atividades. Segundo ele, para se qualificar alguém como membro da classe média negra “não precisava ser doutor, bastava ser funcionário público ou ter um emprego de caráter fixo”.

O autor revela que os jornais da IAN traziam nas suas publicações a base econômica daquela elite negra paulista e suas ocupações: professores nas escolas públicas, escriturários e funcionários de nível inferior do setor de serviço postal, da coleta de imposto, porteiros e serviços de escritórios, ainda que mal remunerados. O próprio quantitativo de periódicos da imprensa negra daquele período, já denota um pequeno grupo letrado no seio daquela

⁵¹ Johnson, Allan G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

população, que, se comparados à maioria negra, ainda que de forma insipiente, ocupavam um lugar diferenciado naquelas sociedades que, a partir da década 20, vivenciam a expansão das indústrias e das sociedades capitalistas.

A imprensa negra, na sua luta pela integração do negro na sociedade, trazia matérias de incentivo àquela população e ao progresso econômico com o intuito de diminuir as desigualdades em relação ao branco. Acreditavam que o progresso econômico dependia, exclusivamente, de seus esforços, imbuídos que estavam na crença da democracia racial. Assim, a comunidade negra acabava por endossar a ideologia opressora e a se culpar pelo fracasso, quando não conseguiam se auto afirmar naquela sociedade. Na avaliação de Andrews (1998),

[a] doutrina da democracia racial isentava a política de Estado ou o racismo informal de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, e até mesmo colocou esta responsabilidade diretamente nos ombros dos próprios afro-brasileiros. Se os negros fracassaram em sua ascensão na sociedade brasileira, evidentemente isso foi por sua própria culpa, pois essa sociedade não reprimiu nem obstruiu de modo algum o seu progresso (ANDREWS, 1998, p.210).

A urbanização e o desenvolvimento econômico que se seguiram à década de 40, proporcionaram o aumento dos trabalhadores urbanos, em função do êxodo rural e da luta do negro pela a sua inserção social. A luta pela educação se tornou primordial para a ascensão social do negro. No entanto, essa percepção de que a ascensão social do negro dependia de sua escolarização esteve ainda mais presente naquelas famílias negras que se formaram nas décadas de 20 e 30, por isso a ênfase dada aos estudos – como apontam os sujeitos desta pesquisa. Carlos Alberto Medeiros, um dos militantes entrevistados para este trabalho, define a importância da educação em sua vida: “Aquilo era colocado na minha frente, pra ser alguém na vida, eu tinha que estudar e ela me oferecia, me oferecia as condições. E [...] tive a sorte também de ela ter trabalhado, nesse ofício dela, ela ter encontrado pessoas legais. Pessoas que contribuíram.”

Certamente, o reconhecimento daquelas famílias de que “a cor era um peso negativo para o negro” na sociedade branca, levava-os a traçar para os seus filhos o percurso escolar como meio de se sobrepor aos obstáculos impostos pelos limites da cor. Era desejo daquelas famílias que seus filhos sofressem menos as práticas discriminatórias impeditivas da ascensão socioeconômica do negro. Aquelas famílias, das quais boa parte migrou para as cidades, já traziam as marcas do racismo, e estas, certamente, apontavam a busca pela superação através

de sua descendência. Assim, a educação era vista como um meio para a conquista dos direitos sociais.

Meu avô tinha a ideia dele, ele fez que todas as filhas fossem professoras e todos os filhos queriam, tinham que ter uma profissão. Era uma pessoa muito rígida. Então, eles diziam o seguinte, perguntavam: ‘que bobagem, botando filha, já viu professora negra?’. Não, eu quero que minhas filhas sejam professoras, que meus netos serão doutores. Doutor na cabeça dele, naquela época, era uma coisa assim simbólica. Ele não sabia nem o que era ser doutor passava por todos os cursos. Mas, essa era uma proposta dele de vida: minhas filhas todas serão professoras. Todas foram professoras, exceto uma e os filhos, né, os netos deles todos cursaram universidade. Então, eu já vim com compromisso desde a geração anterior aos meus pais, que era uma ideia do meu avô (Benedito Sérgio).

A busca por uma integração social era uma característica do pensamento da comunidade negra naquele período, bem como o fato de que ela se daria a partir do seu esforço individual. “[se] os afrobrasileiros [sic] aceitavam o Brasil como uma terra de igualdade, então o fracasso nessa terra devia ser atribuído apenas as suas próprias deficiências” (ANDREWS,1998, p.211). Contudo, havia aqueles que discordavam dessa premissa por acreditarem que “a igualdade de raças era uma mentira”, mas para ambos o caminho contra o racismo e as desigualdades de classe passava pela educação. Por essa razão, Ianni (2004), em acordo com Andrews (1998), ao analisar o processo de mobilidades social do negro, afirma que:

Uma das preocupações dos negros e mulatos, particularmente os chefes de família e aqueles que estão engessando na classe média desrespeito à luta pela elevação intelectual, como técnica segura de ascensão social e integração em grupos brancos. Para eles, “o elemento cor” somente poderá ter a sua carreira facilitada “impondo-se” pela cultura (IANNI 2004, p.61).

Assim, o acesso à educação facilitaria o ingresso de seus jovens na ordem socioeconômica vigente, onde o “bom emprego”, proporcionado pelos estudos, possibilitaria a ascensão social, embora saibamos que a “qualificação educacional tem um retorno desigual para brancos e negros inseridos na força do trabalho”.

Cabe salientar que pesquisas da década de 80 apontam engenheiros, contadores, advogados, professores universitários, economistas, médicos e dentistas como os profissionais de nível superior predominantes nas categorias sócio-ocupacionais daquele período. Assim, como afirma Hasenbalg (1979), apesar dos mecanismos sociais de obstrução da mobilidade ascendente das pessoas de cor, por toda parte no Brasil urbano, pode se reconhecer um pequeno extrato médio de cor, ainda que seu tamanho relativo esteja aquém da classe média branca.

Segundo Santos (1985), o movimento negro ressurgido na década de 70 é “filho do milagre brasileiro” – uma alusão ao fato de que foi no período chamado “milagre econômico”, que surgiu uma insipiente classe média negra. Ainda que a maioria da população negra tenha ficado a margem desse crescimento, a ascensão econômica de um pequeno grupo de negros se deu nesse momento, principalmente embalada pela reforma universitária representada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971 (LDB 5692/71), que também possibilitou a esse grupo social, ainda que sub-representado, cursar o ensino superior. Na avaliação de Siss,

[o] regime político autoritário dos anos pós-1964, ao efetivar o projeto burguês garantido pelo crescimento econômico se viu obrigado a ampliar o sistema de ensino no Brasil, dada a necessidade de elevar o nível educacional dos jovens de forma a garantir mão de obra qualificada para a indústria e serviços em expansão. A juventude negra deste período inseriu-se neste contexto, buscando formação escolar e universitária com o intuito de serem inseridas no mercado de trabalho (SISS, 1994, p.53).

Amílcar Pereira (2013), em sua pesquisa sobre a trajetória das lideranças negras do movimento negro nacional, faz a seguinte análise: “[...] embora muitas fossem de origem humilde e ainda vivessem em situação de pobreza, a maioria cursava o ensino superior nas décadas de 70 e 80. Fato que as levava a constituir uma ‘elite intelectual’ negra que ‘desempenhou uma função pedagógica’. [...]” (PEREIRA, 2013, p.232).

Diante do exposto pela bibliografia consultada para esta pesquisa, e a partir da fala dos sujeitos, entendemos que é possível alocar o grupo de intelectuais do movimento negro numa incipiente classe média negra como aponta Andrews (1998).

3.7 Movimento negro e a demanda pela educação: breve abordagem

O Estado brasileiro sempre negou ao negro o exercício da cidadania e seus demais direitos, além da liberdade. O direito à educação foi o mais pleiteado pelos afro-brasileiros por reconhecer na educação a base para a obtenção de outros direitos sociais. Para tanto, na ausência do Estado, a comunidade negra buscou mecanismos próprios de acesso à educação.

Do Império à República, a educação jamais foi prioridade para o Estado brasileiro, uma vez que este, ao longo deste percurso, pouco realizou de ações concretas no sentido de construir uma política educacional que garantisse o acesso da maioria do povo brasileiro. Em função disso, com a nascente República, no final do século XIX, a maioria das pessoas era analfabeta e, entre essa maioria, estavam os negros recém-libertos. Esse contingente

populacional teve seus direitos políticos e sociais negados, fatores impeditivos do exercício de sua cidadania.

Ao analisar o processo educacional dos afro-brasileiros, Siss afirmou que estes “consideram a lacuna deixada em sua formação pela educação escolar fator explicativo para sua posição mais baixa na hierarquia social (SISS, 2003, p.38).

Siss (2003) aponta que, já no início do século XX, os afro-brasileiros iniciaram estratégias próprias para garantir educação aos seus. Nesse período, a demanda por educação pelos afro-brasileiros irá constituir-se na principal bandeira de luta deles por sua integração na sociedade brasileira. Nesse sentido, a IAN terá papel primordial, como afirmam Siss (2003) e Nascimento (2003):

Através da IAN que se pode perceber a atuação de várias organizações de ativistas negros e de seus periódicos no campo educacional, principalmente na capital da república e ainda no interior dos estados Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como na capital paulista. [...] Nas duas primeiras décadas do século xx pode-se encontrar nas páginas desses jornais análises sobre o papel da educação enquanto mecanismo de ascensão social dos afro-brasileiros [...]. Nesses veículos e suas organizações, além da ênfase à educação e ao aumento do capital educacional do grupo racial afro, há um forte apelo ao comparecimento dos membros desse grupo à escola como atestam os inúmeros artigos e editoriais encontrados nesse período na IAN (SISS, 2003, p.39).

Em geral, a ação e o discurso dessas organizações e de sua imprensa almejavam alcançar para a coletividade dos ex-escravizados uma participação efetiva na sociedade vigente da qual era excluída. Para isso, a educação destacava-se como o meio por excelência e, portanto, o objetivo maior da prática dessas entidades, muitas das quais abriam escolas noturnas. Além de denunciar o “preconceito” e incentivar a comunidade a se unir para lutar contra ele, os periódicos da imprensa negra se propunham e cumpriam, eles mesmos um papel educativo (NASCIMENTO, 2003, p.22).

As dificuldades de acesso da população negra à educação formal confirmou a importância das organizações negras, ao longo do século XX, na luta por esse direito. Muitas foram as estratégias desenvolvidas por essas organizações, com o intuito de sanar esta lacuna: ação de combate ao analfabetismo com a educação das crianças e incentivos à educação dos adultos, ofertas de cursos profissionalizantes, ações culturais – tudo com o sentido de elevar o capital educacional da população afro-brasileira e tirá-lo da situação de “exclusão e abandono” imposto pelo Estado brasileiro. Essas “entidades ou sociedades negras” buscavam a valorização da “raça”, combatendo a discriminação racial com vistas à integração do negro na sociedade.

Assim posto, as estratégias de mobilidade social das organizações negras passavam pelo acesso à educação. E esta, de acordo com Gonçalves e Silva (2000), em cada período, apresentava-se com um significado: estratégia para equiparar negros e brancos no mercado de trabalho; mecanismo de ascensão e integração social; instrumento de conscientização dos negros.

Segundo os autores, essas organizações davam ênfase ao ensino noturno e profissionalizante, uma vez que, naquele início de século, a escolarização dos homens e mulheres negros se dava somente na idade adulta, pois era comum e necessário que estes começassem a trabalhar quando crianças.

As organizações negras das décadas de 20 e 30 foram fundamentais no processo de construção de uma pesquisa da “elite” letrada entre os afro-brasileiros. As primeiras organizações negras⁵² estavam sediadas em São Paulo. Eram entidades de caráter cultural e associativo, responsável pela organização de eventos, bailes, saraus, apresentações teatrais, entre outros.

Cada uma dessas organizações estava vinculada a um meio de comunicação da Imprensa Negra, e esses traziam artigos que incentivam o estudo, divulgando as iniciativas das instituições nesse sentido. Dentre estas, aquela que aparece com o trabalho mais efetivo foi a Frente Negra Brasileira. A IAN convocava os indivíduos e essas famílias a assumirem suas responsabilidades com a educação dos seus, incentivando inclusive a educação das mulheres. Nesse período, sob a égide liberal, as organizações não viam a educação como obrigação do Estado, mas como obrigação do indivíduo, como mostra o artigo publicado no jornal *Voz da Raça*, em 1933, intitulado “Rumo á escola”, como se observa nos trechos abaixo:

A cultura da nossa inteligência é a instrução intelectualmente falada. O mestre e o seu apregoeiro por excelência incumbem-se de ensinar às crianças. Mas nem sempre principalmente em nossos dias!

Também o adulto vai à escola- A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as ciências, artes musicas, etc. É na escola que encontramos os meios preciosos para nos fazer entendidos pelos nossos irmãos [...].

Oh Paes! Mandae vossos filhos ao templo da instrução intelectual –“a escola” não os deixeis analfabetos como dantes!

Hoje temos tudo, aproveitai as horas noturnas se os trabalhos vos impedem. Ides á escola. Aproveitai o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil. (Editorial. “Rumo á escola”. *A voz da raça*, ano I, nº. 13, junho de 1933, p.3). (SISS, 2003, p.42).

⁵² Além da Frente Negra Brasileira, surgem outras organizações que objetivavam “o elevamento da raça”: Clube Negro da Cultura Social (1932), Frente Negra Socialista (1933), União Negra Brasileira (1938). Todas traziam como ação principal a educação de seus membros.

Silva e Gonçalves apontam, também, que:

O abandono a que foi relegada a população negra motivou os movimentos negros do início do século a chamar para si a tarefa de educar e escolarizar as suas crianças, os seus jovens e, de um modo geral, os adultos. Não há quase referência quanto à educação como um dever do estado e direito das famílias. As entidades invertem a questão. A educação aparece como uma obrigação da família (SILVA; GONÇALVES, 2000, p.195).

Segundo os autores, essas organizações, apesar de não perceberem a educação como dever do Estado, reconheciam as deficiências das escolas no trato com as crianças negras, por isso, em suas instituições, buscavam articular a educação formal e a formação política, com o intuito de que suas crianças não deixassem de conhecer a história do negro na sociedade brasileira, e que era sua também.

Cabe ressaltar que nessas décadas foram comuns, ainda que de maneiras diferenciadas, em todo o país, as iniciativas no campo da educação por parte das organizações afro-brasileiras. Estas comunidades negras atendiam a perspectiva de Fernandes (1972), quando este avalia que, para que as relações raciais urgentes no Brasil se alterassem, fazia-se necessário que “os grupos diretamente afetados deviam tomar consciência de sua realidade social para tentar modificá-la, para isso era preciso mobilização coletiva para a conquista dos objetivos.”

Entende-se que não havia, por parte dos afro-brasileiros, qualquer identificação com o Estado, visto que estes não se viam representados nele. O que mostra que sua luta pela educação estava relacionada também com a conquista dos direitos políticos para a garantia de sua cidadania. De acordo com Carvalho (2013), a construção da cidadania tem haver com a relação das pessoas com o estado e com a nação das quais se tornam cidadãos na medida em que se sentirem representadas como parte desse povo.

Na década de 40, com a criação do Teatro Experimental do Negro, por Abdias Nascimento, a bandeira da educação, erguida pelas organizações negras, é ainda mais reforçada com as estratégias políticas levadas a cabo por seus organizadores, entre estas, a articulação de uma organização negra com a intelectualidade brasileira.

Com o TEN, as reivindicações no campo educacional se expandem visando ir além do ensino “fundamental, o de nível médio e superior”. As estratégias de ação do TEN giravam em torno da cultura e da educação, uma vez que, para Abdias, uma completava a outra, no sentido de proporcionar ao negro a educação para a cidadania plena.

A contribuição do TEN para a educação já estava contida em seu lema: “Congregar, Educar e Orientar”, através do qual ele pautou suas estratégias de ação, uma vez que acreditava que pela educação se encontraria o caminho para a conquista da cidadania.

No campo da ação, o TEN promoveu cursos de alfabetização complementados com aulas de cultura geral realizadas através de encontros, seminários e palestras, além das aulas de formação teatral. A preocupação do TEN com educação da comunidade negra estava também expressa no seu programa publicado no jornal Quilombo, órgão de divulgação dessa instituição. Já no início, o programa diz a que veio: “trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico.” Para atingir seus objetivos no campo educacional, propunha-se à “lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do estados, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares” (NASCIMENTO, 2003, p.317).

O jornal Quilombo, segundo Nascimento (2000), também denunciava o racismo nas escolas e nas instituições, além de divulgar, em todas as suas edições, iniciativas comunitárias de alfabetização e ensino em todos os níveis. De forma mais ampla, o projeto pedagógico do TEN buscava educar a sociedade e seu projeto visava, além de educar o negro, reeducar o branco e a sociedade em geral de forma a conscientizá-lo e adestrá-lo para a convivência democrática com os homens de cor. Para o TEN, o tão propagado “problema do negro” era também um problema do branco e de toda sociedade brasileira.

Cada vez mais próximo da intelectualidade, as ações do TEN ganharam o espaço público, possibilitando outras iniciativas político-pedagógicas, como a realização da Semana do Negro (1955), cujo principal debate girava em torno das relações raciais no ensino. Sobre as estratégias político-pedagógicas do TEN, Siss (2003) faz a seguinte afirmação:

Os intelectuais do TEN, em seu programa de ação, demandam fortemente o direito ao ensino universal e gratuito e a ‘admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário’. Através do teatro negro promoviam-se publicamente os valores da cultura negra. Por um lado, não negligenciavam o significado político que a cultura possui e, por outro, porque era preciso descolonizar o imaginário dos afro-brasileiros para que estes pudessem compreender a si próprios em bases positivas (SISS, 2003, p.51).

O TEN faz ainda intervenção na política nacional com a criação do Comitê Democrático Afro-brasileiro, cuja declaração de princípios trás os objetivos educacionais expressos no seu programa. Na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950,

também contava com os princípios para a democratização das relações raciais, como mostra o trecho abaixo da Declaração Final do I Congresso do Negro Brasileiro. Com o poder de articulação, o TEN conseguiu agregar, no I Congresso do Negro Brasileiro, várias representações sociais, populares, artistas, a nata de intelectuais brancos e negros, atuando inclusive na organização do congresso. Vejamos a Declaração Final do Congresso:

[...] Desta maneira, considera este congresso necessários, a fim de remediar tal situação, o desenvolvimento do espírito associativo da gente de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo, e, em geral, a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual (SISS, 2003, p.60).

O TEN, cujo compromisso pedagógico visava educar a sociedade brasileira para o convívio racial, via a educação como um direito do cidadão e dever do Estado. Esta postura política vai divergir da militância paulista representada pela Frente Negra, uma vez que para estes a educação era dever da família.

O TEN ainda criou o Museu de Artes Negras em 1964, quando a repressão já se fazia sentir e obrigou Nascimento a sair do país, encerrando e silenciando as atividades do TEN. Nos anos que se seguiram, durante o governo militar, as discussões em torno das relações raciais e do racismo no Brasil foram ocultadas pelo Estado e estigmatizadas como fomentadoras do racismo, criando um racismo ao contrário, o que poderia trazer discórdia às harmoniosas relações raciais no Brasil.

Como vimos, com a implantação da ditadura militar, as discussões em torno das relações raciais tiveram que se limitar aos debates intelectuais em torno da cultura negra. Na década de 70 – especialmente com o ressurgimento das organizações negras – as discussões sob o enfoque multicultural da educação têm início, visto que a educação é pensada como caminho para a cidadania e esta deveria ocorrer com base no respeito à diversidade cultural, buscando a superação do preconceito e da discriminação racial.

Nesse momento, a resistência ao regime autoritário, as lutas dos movimentos sociais pela redemocratização passam também pelo reconhecimento de suas identidades, e esta só poderia ocorrer através da valorização das culturas e suas diversidades. Amplia-se a luta contra a cultura hegemônica e pela construção e fortalecimento das identidades. Siss (2003) enfatiza que “[n]esses anos sombrios, essa ação coletiva vai influenciar os processos de construção de novas subjetividades em uma perspectiva negra, que irão informar os processos de construção e de valorização de uma identidade afro-brasileira coletiva.” (SISS, 2003, p.106)

Os movimentos sociais, em sua luta pela redemocratização, trazem a educação como sua bandeira de luta e o movimento social negro a reafirma como lugar determinante para o combate ao racismo e para o empenho contra as desigualdades socioeconômicas. Nos documentos do SNI, encontramos relatos acerca dessa discussão feita pelo movimento negro, alguns deles inclusive trazem estratégias utilizadas pelo movimento para a inclusão da história do negro no Brasil nas agendas políticas nacionais.

Daquelas discussões e apontamentos, é que se buscaram as bases para as políticas de ações afirmativas e outras iniciativas que tomaram o debate público⁵³ nas décadas que se seguiram a promulgação da Constituição de 1988. Ao pensar a caminhada do movimento negro no Brasil, constata-se uma continuidade de suas ações na construção de estratégias antirracistas para a educação brasileira.

As estratégias de ações políticas do movimento negro das décadas de 70 e 80 colocaram nas agendas políticas de governos progressistas, ou não, a emergência em criar políticas públicas com vistas ao reconhecimento da cultura negra, não como influência, mas como formadora da cultura brasileira. Também, o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira com vistas a democratizar o ensino no país. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei 9.394/96), pela lei 10.639/03, veio corroborar com a luta de décadas do movimento negro. Vejamos o texto das Diretrizes Curriculares:

O governo federal, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira.

Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implantação da mesma. A 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.⁵⁴

⁵³Para análise detalhada desse processo ver: SILVA, Luiz Alberto Oliveira e; GONÇALVES, Petronilha Beatriz. “Negro e Educação”. In: **Revista Brasileira de Educação**. [on-line]. 2000, nº 15, p.134-158. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/movimento-negro-e-educ%C3%A7%C3%A3o-petronilha-e-luiz-gon%C3%A7alves.pdf>>.

⁵⁴ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. p.8 .

Durante a pesquisa no Arquivo Nacional, a maior parte dos documentos do SNI sobre a instituição do movimento negro mostrava diversas discussões sobre o tema educação no Brasil. Os debates e falas da militância daquela intelectualidade negra denunciavam o racismo nas escolas e nos livros didáticos e apontavam para a necessidade de se lutar em prol de uma educação que combatesse esse tipo de pensamento e ação discriminadora.

Vale salientar que a LDB, alterada pela Lei 10.639/03, é um marco histórico, não só por simbolizar a luta do movimento negro por uma educação antirracista, mas pelo princípio democrático que estabelece a educação como direito de todos.

CAPÍTULO 4

QUE LEGADO? O QUE DIZEM OS SUJEITOS?

*. . . E quem matasse um tigre,
 Feria a fauna
 Pagava em cadeia
 Três longos anos
 E mais trezentas libras
 Porcas e imundas,
 Como a coroa da prostituta.
 Mas quem matasse um NEGRO
 . . . ora quem matasse um NEGRO
 Pagava uma libra
 Uma libra
 Uma libra
 Uma libra
 Não,
 Não se deve matar
 Tigres,
 Saibam cagados e fedorentos
 Ingleses,
 Não se deve matar tigres . . .
 Quanto aos NEGROS
 Saibam gentlemen imundos
 Que os NEGROS não valem nada
 Pois os NEGROS não tem preço
 . . . que os NEGROS não valem nada
 Pois ser NEGRO
 Já vem de berço.*

Tratar com os sujeitos da pesquisa como pesquisadora não foi uma tarefa muito fácil, já que, por muitas vezes estive nos mesmos espaços que eles como militante do movimento negro e, como tal, reconheço, admiro e respeito a luta que travaram em prol da população negra.

O agendamento das entrevistas foi feito de forma isenta e técnica, sem grandes identificações – impessoal e acadêmica. Entretanto, às vésperas do primeiro encontro com cada um deles, surpreendi-me ansiosa e temerosa em não conseguir fazer a entrevista sem me colocar, sem buscar informações que não fossem pertinentes à pesquisa, ainda que me instigasse saber detalhes das suas atuações em tantos campos políticos.

A primeira observação desses encontros foi o fato de que eles citavam uns aos outros, o que demonstrou, com ideias divergentes, ou não, que pensaram juntos, articularam e buscaram, coletivamente, estratégias de combate ao racismo; e, ao longo da jornada, mostraram que a democracia é aprendida socialmente.

Apesar da boa vontade de todos os sujeitos em contribuir com a pesquisa, parece que se surpreenderam ao perceber que as questões acabavam por levá-los a falar sobre suas atuações nesses períodos específicos – o que deixou transparecer certo incômodo, impaciência e reticência ao associar esse momento com a repressão. Numa percepção humilde, acreditamos que esse sentimento reticente e atordoado seja proveniente do medo e da insegurança infligidos pela ditadura – mesmo que estes sujeitos não tenham sofrido as dores físicas das torturas nas prisões militares. No entanto, de alguma, todos foram marcados, se não no corpo, mas na mente pelas imposições ditatoriais daquele período, o que mostra que o passado, ainda que pareça algo inerte, na realidade, é permanentemente reacendido pelo presente.

Além disso, trouxe-me certa insegurança deparar-me com alguns materiais na internet onde constavam falas desses sujeitos sobre o tema. A dúvida sempre foi: se já está aí, em que este trabalho poderá contribuir? Então busco a resposta em Silveira (2007), quando diz que “todo olhar teórico cria objetos e nos permite novas leituras [...] dos processos em que estamos mergulhados” (SILVEIRA in COSTA, 2007, p.78).

As vozes dos sujeitos, na maior parte do tempo, cruzam-se, complementam-se. São reforçadas e legitimadas pelos arquivos, pelos documentos, “ecoam outras vozes” (SILVEIRA, 2007, p.80) que nos trazem uma nova visão daquele momento, ainda que por vezes, em alguns discursos notei um embaralhar de fatos, certamente pelo tempo já decorrido, ou pela necessidade da importância em demarcar sua presença e atuação, sua voz e de seus companheiros naquele momento da História. Após ouvir tantas vezes seus relatos, nos deparamos com a segunda possibilidade, uma vez que a atuação política de cada um deles, ainda hoje, aponte para uma memória firme e coerente. “Se a memória pode reter e armazenar, pode também selecionar e descartar. A dinâmica social utiliza-se da memória/esquecimento, substituindo-a ou selecionando aquilo que se quer ou não referendar” (MENEZES, 1992, p.16).

Sobre a importância da escuta das vozes na Educação, Silveira (2007, p.65) aponta que a necessidade de se abrir espaço para as vozes se traduziria simplesmente na abertura de uma possibilidade de cada indivíduo tomar o turno numa esfera pública do discurso.

É importante sublinhar a consciência coletiva de cada um deles – todos falam a partir de suas experiências pessoais. Estavam juntos e, de alguma forma, acabam por citar outros companheiros, oferecendo e indicando-nos alternativas para a pesquisa. São relatos orais, onde os sujeitos trazem suas memórias acerca daqueles tempos de luta e silêncio e sobre a verdade histórica de cada sujeito. Ressalto que cada narrativa, longe de confirmar os

pressupostos da pesquisa, acabou por trazer outros elementos que desvelaram novos problemas, indicativos para outras análises.

Então, para negar nossa invenção do outro, preferimos afirmar que estamos de frente com um novo sujeito. Desta forma, o que se encontra aqui são relatos destes que, com suas histórias de vida e militância, trouxeram novas possibilidades de olhar e avaliar o objeto de pesquisa.

O discurso constrói memórias, e essa “memória subterrânea”⁵⁵ aguarda o momento para manifestar-se, ainda que de forma não premeditada. As circunstâncias do presente se encarregam de trazer essas lembranças, de expô-las, mesmo que sob um determinado olhar.

A memória dos sujeitos foi buscada enquanto possibilidade de construção de uma história coletiva, enquanto possibilidade de ver nossa história sob o olhar de outros personagens que também ajudaram a construí-la. Com estas memórias, é possível fazer uma releitura do passado, à luz das memórias dos indivíduos, dos agentes históricos que viveram, participaram – direta ou indiretamente – da história nacional. Halbwachs (1968) fala que nossas lembranças, ainda que individuais, são sempre coletivas, uma vez que nelas estão inseridas outras lembranças que não só as nossas.

Diante dos impasses, tensões e dissensões que o movimento negro vive na atualidade, com a consciência racial se ampliando entre nossa juventude negra, é preciso que esta não se perca, como diz Benjamin, “o olhar primordial sobre os começos”, pois, esse olhar para trás nos apresenta elementos que certamente fortalecerão a luta de combate ao racismo do ‘velho’ e do novo movimento negro – tendo consciência de que “nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a História” (BENJAMIN, 2013, p.10).

Os sujeitos da pesquisa por eles mesmos:

É... meu nome é Benedito Sérgio de Almeida Alves, eu estou com 64 anos, ... minha profissão, última, Engenheiro cartógrafo, fui professor, depois Engenheiro cartógrafo, hoje sou aposentado do IBGE⁵⁶. Metade da minha família é baiana, são de Ituberaba, interior da Bahia, o resto, a maioria tá em Salvador. Fui professor da rede pública estadual em Caxias, fui sindicalista, fui Cutista⁵⁷, fui tudo isso. Agora, eu já não sou mais. Ah, e eu não sou carioca, eu sou de Campos, estado do Rio. Sou mais ou menos revoltado igual ao Xavantes que falava, assim: “religião e história não precisa ensinar pra gente”, eu gosto muito do Xavantes. Sou uma pessoa insatisfeita com as relações humanas com o que se preconiza como futuro da humanidade sou totalmente é [...] contra isso, acho que nós não estamos caminhando pra um bom caminho.

⁵⁵POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 3, 1989.

⁵⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵⁷ Filiado à CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos. Nasci em 20 de dezembro de 1941... Sou Jornalista, advogado... Preto. [...] até o último ano de, de Direito, da faculdade de Direito... eu estudava... lá na Bahia... até o último ano. Veio o Golpe de Estado, o Golpe Militar, eu dei no pé. Corri. Corri pra não ser preso. Era pacífica minha aceitação como negro?” Não! Mas considerava-se como algo, de certa forma, natural. Porque veja bem... eu me recordo, eu sempre me recordo disso, não sei porquê, sempre quando se trata do tema, do tema “raça”. Eu estava no colégio, eu estava no curso de admissão... e, um dia, eu me revoltei lá, joguei mercurocromo nas fantasias religiosas. [Ruídos]. Mercurocromo. Agora por quê? Depois deu-se a explicação a minha mãe. “Seu filho ficou maluco. Por que ele faz isso? Procura saber Martinha, o que é que houve?”. Minha mãe veio, com muito jeito, ela tinha muito jeito, era uma senhora diplomata. “Meu filho como é que você faz isso, você joga mercurocromo nas fantasias? Por que é que você fez isso? Me diga, porque antes de falar com seu pai eu quero ouvir a sua explicação”. Ali estava formado um grande rolo, né, falar com meu pai sobre isso. Meu pai era bravo! No dia seguinte, ela voltou a conversar comigo “Meu filho porque você fez isso?”. Minha mãe, a senhora quer saber por que é que eu fiz? Eu fiz o seguinte, por uma razão muito simples, toda vez que eles queriam que alguém faça o diabo, escolhiam a mim. Eu era o diabo. Sabe de uma coisa, eu gosto mesmo é de ser Deus!

Carlos Alberto Medeiros. [...] minha formação, eu tenho graduação em Comunicação e Editoração pela UFRJ⁵⁸ e trabalhei muito tempo nessa área de Comunicação. Seja na área de jornalismo empresarial, seja também na área de Editoração. Pelo IBGE eu seria preto, me considero negro. Estudante de Comunicação da UFRJ. Entrei em 69, terminei em 72. E depois fiz, muito tempo depois, eu fiz o mestrado na Fluminense em... Sociologia e Direito. Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais e o resultado da minha dissertação é esse livro Na lei e na raça. Bom, minha primeira identidade é essa de militante. Sou Militante do Movimento Negro que tem uma atuação na área intelectual. Eu sou otimista. Em primeiro lugar, eu sou otimista. Eu me considero um cara feliz, de sorte, por poder participar dessas coisas todas, e me considero missionário dessa causa. “Quando você faz isso, você nunca está sozinho”. É um negócio forte.

Yedo Ferreira, né. Com Y. É bom que se diga isso, né. Porque se é antes de 40, né, então [...] Eu sou funcionário público federal do Ministério da Educação, aposentado. Que?! Cor ou raça?! [?] Negro. Bom... é muito difícil a gente falar de nós mesmos. Eu pelo menos tenho essa dificuldade. Falar de mim mesmo [...] isso, aí, eu sou um cara como outro qualquer. (Risos). A única coisa que eu posso descrever de mim é isso.

Bom, olha, deixa eu dizer o seguinte... é, não é questão de ícone. A questão é... de idade. Ah, quer queira quer não, os negros ainda mantêm uma tradição com respeito à idade e tal.

Porque mulher continua mulher desde que nasce, até que morre. E como eu... [...] Porque eu era uma professora que tinha uma formação absolutamente quadrada, mas pela história dos meus pais e pela minha participação política, eu tinha uma outra cabeça, que não era a mesma das minhas parceiras, e que eu acreditava na educação como um elemento transformador da sociedade, que a escola deveria dar a oportunidade para que o cidadão saísse com as

⁵⁸ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

suas habilidades desenvolvidas, e com segurança pra transformar e criar o país em algo melhor. E em relação à comunidade afrodescendente e indígena, que eram as minhas duas bases familiares [...] eu via o negro sendo visto como preguiçoso, como lambão, e... o negro, o índio como preguiçoso, como escapista, e o negro como o espertalhão, o molenga que só quer ganhar fácil e ser jogador de futebol ou ser cantor. E aí eu queria mudar isso, né... E é a luta do que eu tenho até hoje. Então eu tive uma participação assim (Helena Theodoro).

Meu nome é Asfilófilo de Oliveira Filho. Mais conhecido como Filó, determinada fase da minha vida, Dom Filó, hoje Filó Filho. Antes de tudo, Filozinho [risos]. Porque meu pai também chamava-se Asfilófilo, embora tivesse o apelido de Sereno, e... por ser calmo e tranquilo. [...] Sou formado em duas especialidades: Engenharia Civil e Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. Eu sou do samba, não esse samba que tá aí, eu sou do samba. [...] Então, eu fui criado no meio de carros, dentro de carros, né. [...] O meu sonho era eu me tornar um engenheiro de voo, mecânico de vôo, na época, mecânico. Daí era um passo pra ser engenheiro de voo. Ah... Mas, infelizmente, (risos) claro, circunstâncias da época, questões... raciais plenas, os negros não tinha, esse privilégio de fazer o curso, de se candidatarem a candidato de mecânico de voo.[...] Enquanto eu tiver essa força vital, porque espiritualmente não adianta, eu vou seguir levando isso mesmo, do outro lado eu vou tá fazendo a mesma coisa, provavelmente, mas enquanto eu tiver a força vital, eu vou tá desenvolvendo a luta contra o racismo.

Astrogildo Bernardino Esteves Filho, sou bacharel em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo e jornalista desde que saí da universidade trabalho na área jornalística em todos os segmentos de imprensa em nível sindical, movimentos sociais, na imprensa chamada imprensa independente. Então eu não sou exceção! Eu não quero ser exceção, eu luto pra não ser exceção!

Boa pergunta [...] O que é ser militante? [...] Eu acho que é um... pra mim [...] ser militante e eu posso dizer por mim [...] é você acreditar numa causa e lutar por ela [...] Ou seja, a luta contra o racismo pra mim... entendeu? É causa! Eu não abro mão disso. Não consigo abrir mão disso. As... deixei de ter oportunidades por isso. Lutar valia a pena, entendeu? Ver a opressão, ver a exploração, isso sempre me marcou muito. Então o que eu tento é sobreviver e viver bem, mas tendo claro que essa é uma barreira.

4.1 Relação com a ditadura militar

Muitas foram as estratégias de resistência diante de um sistema repressor. No caso da sociedade brasileira do pós-64, a resistência de certa forma passou a ser sinônimo de embate físico, de luta armada. No entanto, várias são as formas de resistência contra o opressor. Se o uso da força da guerra, do combate, por vezes se faz necessário, não menos necessárias são as outras múltiplas estratégias que um indivíduo ou uma coletividade constrói para resistir àquele que o oprime. Assim como o opressor também constrói suas estratégias, seja pelo uso da força das armas, seja pela força das ideologias.

As faces da resistência foram muitas: movimento estudantil, movimento dos trabalhadores urbanos e rurais, imprensa alternativa, luta armada, ação e mobilização dos movimentos sociais. Segundo Skliar (2003), “toda pergunta pode ser também um abandono, um nevoeiro ou um cruel convite a sinceridade”, então, ao nos perguntamos sobre essa militância e sua participação na resistência contra a ditadura, foi preciso, de fato, abandonarmos algumas verdades que construímos em torno dos nossos sujeitos.

No desenvolver desta pesquisa, buscamos, por parte dos entrevistados, alguma relação com a ação da luta armada, ainda que se soubesse do caráter restrito da mesma. Ao indagar os sujeitos, reforçou-se a ideia de que a ação ou as estratégias desses indivíduos se deram de forma coletiva no movimento negro ressurgido na década de 1970, e que a maioria sequer conhecia o Osvaldão – líder da guerrilha do Araguaia. Porém, eles conheciam Mariguella, dada a sua repercussão na historiografia.

Diante do que foi relatado, apesar de encontrar o aparato repressivo sobre as ações do movimento negro, passamos a compreender que esses sujeitos travaram outra forma de luta dentro do campo democrático, outro viés incluso no mesmo contexto de resistência. De tal modo os relatos trazidos por nossos entrevistados nos remetem à articulação entre o conhecimento histórico e a ação cultural e política.

Foi possível perceber que alguns deles, envolvidos ou não com o movimento negro, ou mesmo antes, sentiram o “peso do braço repressivo”, como relatam o ex-deputado e militante do movimento negro, Carlos Alberto Caó e Astrogildo Esteves Filho, ex-militante da Convergência Socialista:

Esse momento [...] eu fiquei preso [...] durante sete meses [...] no forte de Santo Antônio, na Bahia [...] Agora, o que ocorre é que nós fomos, nós fomos apanhados um pouco de surpresa. Não esperávamos esse desfecho... *Tava* certo que nos apresentaríamos na sexta-feira, na 6ª Região Militar, todos aqueles rituais militares seriam cumpridos e nós seríamos, estaríamos livres numa segun [...], no domingo, na segunda-feira. Mas acontece que chegou lá [...] tinham se passado acontecimentos que não eram do nosso conhecimento. Tinha havido um assalto a um banco em Salvador e, aí, nós pagamos o pato. “Cana” pra todo mundo. Eu, por exemplo, fui condenado a dois anos de prisão. [...], sob a alegação de ter feito agitação estudantil. [...]. Todo mundo *tava* na expectativa de que nós ficaríamos apenas três ou quatro dias, final de semana e passam sete meses, aí a coisa fica meio braba. Porque a essa época os que foram a, compareceram ao julgamento (Carlos Alberto Caó).

[...] em [...] setenta e sete, a [...] direção da organização cai, é presa [...] uma parte, uma parte dela, é a partir de uma manifestação, uma panfletagem que fiz no ABC, pro movimento operário [...] eles [...] são presos [...] contra o primeiro de maio [...] e [...] isso [...] acabou chegando até a mim porque eu, eu [...] é [...] tinha uma situação de [...] comprometimento com essa, com

essas [...] pessoas que foram presas [...] não é? Então elas poderiam me incriminar [...] porque a [...] tortura [...] a gente não podia brincar com isso, não é? Não era nem brincar, não podia facilitar com isso! Então, quando acontece a prisão desse setor, no movimento operário do ABC, eu sou informado.[...] e aí eu tenho que [...] [...] Então eu estava mais ou menos preparado tal, daí eu recebo lá onde eu morava [...] Então aconteceu isso eu começo a organizar, limpar a casa [...] Aquelas coisas que [...] procedimento normal. A partir daí eu entro na clandestinidade. Em maio de setenta e sete [...] em maio de clandestinidade [...] e aí foi um sufoco né, aquelas processo de [...] afastamento, tal. [...] Então nossos contatos com as famílias foram interrompido, com familiares, maridos, mulher, essas coisas todas foram interrompidas [...] Elas ficavam [...] tinham notícias de maneira [...] através de parentes etc, mas [...] a presença física era impossível... [...] (Astrogildo Esteves Filho).

De acordo com seu relato, Astrogildo foi para a clandestinidade, porém, a partir daí, já no Rio de Janeiro, intensificou sua atuação na luta de combate ao racismo. Segundo pesquisa no documento do CISA⁵⁹, não havia registro dele nos arquivos. No entanto, no informe nº. 1307/116/1979, página 7, deste mesmo órgão, todos os seus dados pessoais estão citados, bem como seus codinomes. Astrogildo Esteves aparece nos documentos como colaborador do jornal Versus.

Eu entro na organização em setenta e quatro, setenta e cinco, por aí não me lembro agora. Não era a luta armada, a gente não concordava com a luta armada, né? E [...] mas era uma organização política que tinha riscos, sabiam os riscos. Todo mundo sabia os riscos. E [...] então, uma opção feita conscientemente, politicamente. Então, quando acontece isso eu era uma pessoa, que a minha prisão implicaria em outras pessoas mais serem presas, então eu tinha que ser tirado de circulação. Aí eu entro na clandestinidade por causa disso. E aí eu passo a viver dentro da organização, passei a conviver com a organização e aí eu não podia ficar mais exposto em São Paulo, aí me tiraram de lá e me colocaram onde as pessoas não me conheciam. E aonde não me conheciam? No Rio de Janeiro! E aí é por isso que eu vim pro Rio. Aí eu fico o tempo todo no Rio, e aí [...] as minhas ações internas, é [...] comando ação junto ao movimento social, no movimento negro, tal tudo politicamente. O pessoal do movimento negro no Rio não sabia que eu era clandestino [...] mas como não sabiam da minha existência, não é? E as pessoas me conheciam do movimento de São Paulo, não sabiam dessa minha atividade porque não saiu meu [...] nome nos jornais como procurado, não é? Foi também uma sorte porque se tivesse saído meu nome como procurado, aí [...] isso vazaria e eu acabaria sendo identificado. Então por eu não ter sido identificado eu conseguia ter trânsito no movimento negro no Rio de Janeiro, no movimento social, sindical tal, não é? [...] No movimento sindical eu tinha ficar um pouco a distância porque era onde tinha mais repressão.

⁵⁹ CISA- Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Os documentos referidos todos trazem o carimbo de confidencial que são aqueles cujo conhecimento e divulgação passam a ser prejudiciais aos interesses do país. Ver Fico, 2001.

O braço armado da repressão presente no SNI não poupou os seus quadros, ao contrário, em função das divergências ideológicas nas Forças Armadas, muitos militares contrários ao golpe foram excluídos, bem como aqueles que fossem acusados de qualquer relação com as ideias comunistas. Muitos foram ‘condenados’ com “o afastamento do serviço ativo da Força em questão, independente de processo e julgamento” (FICO, 2001, p.91).

Eu tinha sido excluído da Aeronáutica quando era cadete na Escola de Aeronáutica, em 1968 [...] Aí, cheguei ao prédio do comando da Escola, fui levado lá e havia, tava lá o, o então tenente Malan [...] Enfim... E ele me recebe e diz o seguinte: “Foi descoberta uma célula comunista nessa Escola e você está seriamente implicado”. As palavras foram exatamente essas e meu mundo desabou.[...] Agora, alguém me dizer, não é que eu fosse comunista, pior, eu tinha uma célula comunista e eu estava infiltrado dentro da escola de Aeronáutica. Isso pra mim foi [...] E eu sabia também que era algo... se ele pensava assim, eu não ia conseguir provar o contrário. Tinha certeza que ali eu ia estar excluído. E, curiosamente, é [...] essa coisa atingiu a mim e mais dois.[...] Eu me lembro que fui interrogado. É [...] perguntas assim: “O que você achou da invasão da Tchecoslováquia pela Rússia?” Eu achei aquilo um crime [...] Achei que foi um crime, né. Tinha uma frase da época contra o, o direito de autodeterminação dos povos. “Ah, quer dizer que você ficou frustrado”. Quer dizer, se eu dissesse que gostei, dançava. Como eu dizia, como eu não gostei, também. Eles já tinham uma, uma história na cabeça e... qualquer resposta que eu desse, confirmava, de alguma forma, aquela história. No final do interrogatório, perguntas desse tipo, no final do interrogatório, o tenente-coronel Guarani [...] No caso de vocês, nós não temos certeza, mas nós não podemos ter dúvida”. Então, na dúvida, nós fomos desligados.[...] E mais um terceiro que já tinha sido desligado nesse processo. Esse tinha um crime maior porque ele tinha fotos de aviões russos dentro do armário...[...] Claro, é... os três eram pessoas que tinham uma tendência mais à esquerda. Mas não como outros lá que ficaram, é, lá dentro. Nós não estávamos fazendo trabalho nenhum, não vivíamos falando de política. Não... Não. Pelo contrário, isso me deu um certo medo da política, da política daquela época. [...] Então, havia um alto índice de paranoia relativa do ar. E eu não tinha envolvimento político. (Carlos Alberto Medeiros)

Medeiros, quando cadete, foi excluído da Academia da Força Aérea sob o “crime” de criar um “Clube do Livro” e organizar um grupo de estudos (GE) de teses marxistas com o objetivo de aliciar outros cadetes para o comunismo.⁶⁰ Ele e outros jovens cadetes são acusados de “praticar técnicas comunistas de persuasão, em particular pelo empréstimo de livros que conduziriam futuros adeptos à ideologia comunista; tentaram ainda provocar sessões de estudo.” O documento⁶¹ ainda faz alerta para as escolas de formação sobre o fato. No entanto, segundo relato do próprio:

Havia um grupo [...] de colegas que tinham mais interesse por cultura. Nós nos interessávamos por cultura. Era basicamente isso. Então, nós criamos um

⁶⁰ De acordo com o informe nº. 0670/CISA RJ de 14 de dezembro de 1976. Doc. Arquivo. VAZ 68 A. 0168.

⁶¹ Informação nº. 153/QG-4 de 11 de novembro de 1968. Doc. Arquivo VAZ 008_098.

cineclube, e até fomos ousados com essa história do cineclube. Eu me lembro que passamos alguns filmes, né, mas era, era o... eles estavam interessados pelo que estava, ao redor. Não era um cineclube pra passar filmes de ação, já que ali tinha, aliás, havia um cinema grande lá dentro. E, uma vez por semana passava um filme, pra todo mundo, que era um filme, normalmente, um filme de ação e a gente queria filmes de arte como Fellini, coisas desse tipo que a gente lutava pra passar lá. Mas o cineclube não deu é, problema nenhum porque, havia um oficial que era encarregado do cineclube. Até porque eles usavam uma instalação da escola e tudo mais. O que acontece? Havia um grupo, esse mesmo grupo, que as pessoas gostavam de ler e trocavam livros. Emprestavam os livros uma as outras, tal. Até que alguém teve a ideia, quando chegava o final do mês, quando a gente recebia o soldo, que era, né, o salário, a gente pega um Cruzeiro, o que é que significa isso hoje, de cada um... e, não sei se era um sorteio. Cada mês um pega aquele dinheiro e compra o que ele quiser de livros. Esses livros ficam pertencendo a todos, circulam, no final, quando a gente terminar o curso a gente vê que finalidade, que fim a gente dá a esses livros. E... tudo bem. Aí, começamos e alguém teve a ideia, não lembro se fui eu, que uma vez por, por mês, acho que era uma vez por mês, a gente não se reúne e o cara que leu o livro é... faz uma exposição sobre aquele livro? Qualquer que tenha sido. Ele escolhe. E isso aconteceu uma vez, duas, três vezes, parece. E morreu de inanição. Sabe aquela história, assim, ninguém mais fala do negócio. Mudamos, fomos pra outra coisa. (Carlos Alberto Medeiros)

Além desses documentos citados, há vários outros que mostram a vigilância em torno das ações de Medeiros na década de 70 a 80, inclusive apontando sua participação no Núcleo Negro Socialista.⁶²

O relato desses dois casos mostra como parcela da população negra foi atingida pela repressão. Outros casos como o do professor e historiador Joel Rufino dos Santos, do geógrafo Milton Santos, de Abdias Nascimento, do prefeito de Santos, Esmeraldo Tarquínio, do pesquisador Clóvis Moura, entre outros, apesar de não configurarem como sujeitos da pesquisa, podem ser citados neste contexto.

As repartições públicas também sofreram varreduras, muitas foram as comissões de investigação que buscavam comunistas e subversivos em todos os setores, das universidades às fabricas. O SNI buscava, rastreava e, em função da vigilância constante, muitos funcionários públicos foram demitidos, transferidos ou afastados, como relata Yedo Ferreira:

[...] logo que foi instaurada a ditadura, quatro meses depois, foi em abril... ah, eu, saí a minha transferência e mais alguns companheiros, pra vários lugares.[...], depois, fui colocado em disponibilidade. Que era o que eles colocavam, né. Depois disso, eu passei mais de dez anos em disponibilidade. [...] Só voltei é quando foi feita a Anistia, aí, eu voltei. Já não tinha mais [?], não tinha mais porcarias nenhuma. Então, aí, eu fui pro Ministério da Educação. [...] era funcionário, quer dizer, funcionário público. Estava afastado. Eles me afastaram, né. [...] No período da ditadura as pessoas eram afastadas e eu fui afastado pela ditadura. Era um período, era o sistema

⁶² Doc. n°. 138/19/ac/78 página 3.

político que vigorava naquela época. [...]o meu afastamento já vinha desde 61. Por quê? Porque pela ocorrência do Telégrafo nacional eu já era visto como um sujeito [?] de esquerda, contra tudo. Contra tudo, não! Com posições radicais. Então, em 61, por ocasião da, da renúncia de Jânio Quadros, eles já me afastaram do serviço, mas depois com... superando aquilo, eles voltaram, mas quando chegou em 64 eles não só me afastaram como, também, me transferiram pra fora daqui do Rio de Janeiro. [...] eu transferido, né, seis locais diferentes, né, pra... quer dizer, levando em conta o que a ditadura fazia com relação ao funcionário público e todas as pessoas mais. [...] 64, quando veio o Golpe Militar e o golpe atingiu todos os comunistas, inclusive eu.

Cada um desses depoentes tinha muito claro a força da repressão, por isso é recorrente nos depoimentos a alusão a figuras da repressão infiltradas nos encontros, reuniões e atividades do movimento negro, fossem como observadores, fossem como participantes. Os órgãos de repressão se faziam presente nos encontros, nas reuniões, nos bailes, por meio de informantes, ou da ação policial, mas tudo de forma a não dar destaque aquela movimentação que se fazia em torno das discussões sobre o “problema do negro”. Assim, a repressão busca formas alternativas de interferir e inviabilizar todo aquele movimento das discotecas. Através de sua organização administrativa e financeira, como aponta Mendes em depoimento, ou de acordo com o próprio Asfilófilo de Oliveira Filho no documentário “A questão racial – da ditadura à democracia”.

Paralelo a isso tudo tinha uma ditadura que era, eminentemente, é [...] articulada. Ela era articulada. Então, eu comecei a ser perseguido a partir do momento que me formei e fui para receber o diploma no Maracanãzinho, aí lá, e [...] ao usar uma beca, né. Então, repetindo, eu me formei e [...] naquela oportunidade a gente tinha [...]. As universidades se reuniam, todos os, todos os cursos, né, é [...] os alunos recebiam os diplomas no Maracanãzinho, nome por, nome a nome, etc. E, na minha hora eu tirei a beca, usei meu terno branco, meu chapéu branco, punho *black panthers*, aquilo me marcou. Foi ali que acabou, pra mim, qualquer aspiração, né, profissional, é[...] facilitada, vamos dizer assim. Ou seja, ah! Os órgãos me reconheceram, eu era uma liderança, eu era um cara perigoso, um cara que era contra o sistema. Então, olho nesse cara. Já que é assim, então, eu falei, já que é vou cair dentro e vamos trabalhar por isso, por essa questão (Asfilófilo de Oliveira Filho).

O aparato militar com o seu serviço de informações, vigiava de perto todas as organizações do movimento negro. Nos documentos com carimbos de “sigilosos” encontram-se atas das reuniões – são relatórios detalhistas de tudo o que se passava naqueles encontros, as pessoas descritas e marcadas, as falas demarcadas com comentários dos agentes, tudo muito bem registrado. Nos documentos que pesquisei as discussões e reivindicações contra a discriminação racial e o racismo eram tratados como o “problema do negro”, ou como “o racismo negro”. Muitas vezes eram desqualificados e pormenorizados por seus relatores, cuja

presença nos encontros era percebida pela militância, como relata Benedito Sérgio:

Tiveram vários militares envolvidos com a gente, assim. Então, ali já não era convencimento, ali já era contenção. [...] identificamos vários deles no CENIMAR⁶³ que frequentavam o IPCN mais no aspecto de contenção e, aí, eu acho que havia o aspecto de destruição, que eram negros. [...]Tinham bom discurso, eram bem formados. Eu tinha uma boa formação podia discutir com eles, mas a maioria, ainda, não tinha entendimento do que a gente estava fazendo. Então, eles faziam muita dissensão, eles trabalhavam mais no negócio de desagregar, né. Então, havia muito isso. Até hoje eu não falo muito.

No acervo do Arquivo Nacional, encontramos uma série de documentos com carimbo de sigiloso que mostram a ação de vigilância sobre o movimento negro. Os órgãos de repressão os viam como subversivos e, por isso, os vigiavam. Para os militares, aquela militância negra e as discussões que faziam, estavam embasadas e influenciadas pelas ideias comunistas. Logo, era um grupo de esquerda manobrado pelos comunistas. Parece que a crença na democracia racial e, portanto, o fato acreditarem que no Brasil não havia problemas raciais, levava os órgãos de repressão a perceber o movimento negro como tutelado pelos comunistas, mostrando que os novos estudos sobre as relações raciais não atingiam a mentalidade dos conservadores no poder. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional tratava-se de uma “guerra psicológica adversa” impetrada pelos comunistas.

Segundo Kössling (2007),

[o] movimento negro não chegou a ser caracterizado como “pressão (fator esguiano de classificação de movimentos subversivos), uma vez que a ação repressiva aos movimentos negros esteve mais ligada a uma vigilância e repressão indiretas, do que propriamente ligada a prisões e processos na Justiça Militar. Diferente de outros movimentos sociais, os movimentos negros forma alvo de poucas prisões, contando muito mais com uma “repressão preventiva”, por meio de uma vigilância constante, do que propriamente judiciária, não sofrendo a ação policial repressiva a ponto de haver abertura de processos judiciais (KÖSSLING, 2007, p.44).

O relato dos informantes sobre os encontros e reuniões do movimento negro no Rio de Janeiro vinha sempre acompanhado do número de participantes, com algumas observações, o que mostra que uma das coisas que levava os militares a desqualificar aquelas instâncias era o fato de os encontros congregarem pequenos grupos. No entanto, mostrava preocupação com a reação coletiva do negro, o que sempre era vista como ameaça.

É importante observar o caráter nacional do movimento negro, uma vez que os órgãos de repressão vigiavam a todos, sempre atentos a suas finalidades e nível de atuação. Como

⁶³Centro de Informações da Marinha – órgão da Marinha do Brasil que tinha o objetivo de obter informações de interesse para o Estado durante a Ditadura Militar.

exemplo, um dos documentos pesquisados trazia a relação de “órgãos” do movimento negro cuja área correspondente ao Rio de Janeiro e Espírito Santo: “existe elevado número de entidades e associações voltadas para o problema do negro na sociedade brasileira; para a manutenção e difusão das culturas, costumes e religiões negras e afro-brasileiras; e para a defesa dos direitos dos negros.”

O documento⁶⁴ aponta que os órgãos são criados com “finalidades culturais, tinham pequenos números de adeptos, sem estrutura, sem sede e sem estatutos”. Fatores que fazem os militares minimizarem e desqualificarem o potencial político organizativo desses grupos, e o caráter “cultural” favorecia a mobilidade do movimento negro diante dos órgãos repressivos.

Apesar de minimizar a atuação dos grupos, o documento os mostra organizados de acordo com seu “nível de atuação” que variam entre muito reduzido, reduzido e mediano. No documento estão relacionados 27 grupos no Rio de Janeiro e 02 no Espírito Santo. Dentre estes cabe destacar o grupo “Afro-20” ou “Afro Cultural 20 de Novembro” de Nova Iguaçu e ainda o “Movimento Negro da Baixada Fluminense”, ambos sediados em Nova Iguaçu.

Outra preocupação era com os periódicos da IAN, pois enquanto a grande imprensa estampava os pronunciamentos do governo e suas declarações exaltando para o mundo o “modelo” de democracia racial que o era Brasil, a Imprensa Alternativa e a IAN vislumbravam outro discurso, um discurso de enfrentamento que apontava a realidade das relações raciais no Brasil.

Eu cuidava da parte da comunicação, dos boletins, rodando a parte gráfica. Toda a parte que eu tinha de experiência jornalística, essas coisas todas lá no movimento estudantil, foi tudo pra dentro, entendeu? Aí esse processo de [...] ajudava nos seminários, eles chamam de formação de grupos, de formação de pessoal e tal, ia nas reuniões, dirigia as reuniões da organização, setorizados, né. Então meu papel era esse. E atuava no movimento negro [...] Atuava no movimento negro, escrevia para o jornal Versus, que foi um jornal que a [...] num desses processos, é [...] a direção do movimento, da organização ganhou politicamente a direção da revista Versus, então a revista Versus abriu um espaço pra discussão política, com a linha da organização lá e a gente colaborava também com a revista. Foi isso, esse é o processo, a minha clandestinidade se dá dessa maneira (Astrogildo Esteves).

Segundo informação do SNI o jornal **Versus** publicava uma coluna intitulada “AFRO-LATINO-AMÉRICA”, “dedicada à conscientização e mobilização do negro na luta de classes”. Era uma revista de caráter socialista que tinha como foco as lutas negras da América Latina e de outras regiões do mundo. De acordo com o documento⁶⁵, a matéria a que se refere

⁶⁴Documento Arquivo Nacional 13532_86.

⁶⁵CI/DPF – ASP/SNI –II EX = IV COMAR – 2º C /SP DEOPS E CIOP/SSP/SP = PEMESP. Doc. Arquivo Público do Rio de Janeiro 4510_80 p. 14.

o relato ocupava 05 páginas do jornal. Está relacionado no documento o nome de toda a diretoria das instituições bem como seus respectivos endereços. Nele também estão relacionados os “órgãos de comunicação” que divulgavam as atividades do movimento negro: **SINBA, Jornegro, Tição e Emancipador**. Um documento do SNI (para fins de registro) traz informações sobre a composição editorial do jornal **SINBA**.

Durante os governos militares, continuava sendo vendida a imagem do Brasil como uma democracia racial. A denúncia do racismo no Brasil era um ato de coragem. A militância rompeu o silêncio em torno do racismo a partir de meados de década de 60, com sua ação nas organizações de luta de combate ao racismo e de busca pela cidadania plena dos afrodescendentes.

4.2 A *intelligentsia* negra

De acordo com Gramsci, o grupo dos intelectuais é dos mais importantes dentro da sociedade civil. Para ele, os intelectuais têm em suas mãos o "poder", ou o "privilégio", ou a "força de direção" dentro de um determinado grupo social, sendo capazes de conduzir a sociedade. Assim, “a função dos intelectuais é de fundamental importância para a análise estrutural de qualquer situação política” (PORTELLI, 1977, p.16). Para Gramsci, “não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la”. (PORTELLI, 1977, p.85)

Essa assertiva está presente no movimento negro, visto que, ao longo de seu percurso, tem formado seus próprios intelectuais que, com suas ações, vem, aos poucos, ajudando a construir uma consciência coletiva para o grupo social que representam. Foram eles, por meio da organização cultural e política, que organizaram e direcionaram a luta do movimento de combate ao racismo denunciando o mito da democracia racial. Esses intelectuais, procurando representar a comunidade negra, buscaram romper com o pensamento hegemônico da sociedade brasileira, que via as relações sociais sob o viés de uma ideologia que determina o lugar social dos indivíduos, em especial dos indivíduos negros.

Essa intelectualidade não só denunciou o racismo como estruturante das relações sociais no Brasil, como também, através de diversas ações, vem buscando uma nova forma de organização social que garanta a cidadania plena para este segmento marginalizado e excluído ao longo da história do Brasil. Há que se considerar o caráter educativo do movimento negro, cujas estratégias de ação vêm, junto à comunidade negra, afirmando os valores de sua identidade étnico-racial.

Medeiros (2004), ao analisar os desdobramentos da pressão que o movimento negro vem exercendo sobre o poder constituído, aponta a *intelligentsia* negra, avalizada pelo corpo social do movimento negro contemporâneo, como um dos atores responsáveis pela incorporação da questão racial à agenda política brasileira. Essa intelectualidade atua, diretamente, nas lutas sociais e no espaço acadêmico, tendo como motivador de suas pesquisas acadêmicas as desigualdades nas relações raciais no Brasil. Segundo o autor, “a nova *intelligentsia*” afro-brasileira é formada por indivíduos qualificados do ponto de vista acadêmico, com uma grande concentração em Ciências Sociais e um voraz apetite pelo tema das relações de raça/etnia” (MEDEIROS, 2004, p.166).

É correto afirmar que boa parte dessa intelectualidade foi forjada nos espaços de discussão política dos movimentos negro. A formação adquirida nos debates, encontros, seminários, congressos e nos eventos culturais foram dando direção ao pensamento e as ações dessa militância que, com sua mobilização, foi criando e recriando diversas formas de inserção e legitimação da presença de afro-brasileiros nos meios acadêmicos.

Para toda a intelectualidade negra representada na pesquisa, o IPCN funcionou como lugar dessa intelectualidade. Foi um espaço de formação dos quadros do movimento negro e um importante instrumento de ação política.

O IPCN que faz a ligação nossa com o movimento sindical, é um dado importante, com o movimento da juventude, do jovem de modo geral e com os estudantes. É através do IPCN que nós participamos, e isso aí houve com bastante agitação, com bastante mobilização política, de todos os atos contra a discriminação racial (Carlos Alberto de Oliveira).

IPCN tem um papel importante por quê? Porque é um ponto de encontro, de aglutinação, de reflexão sobre a situação do negro na vida brasileira, mas ele precisava de apoio. E de apoio, somos muito poucos. [...] Ele foi inclusive um aglutinador de pessoas, foi um ponto de referência. O IPCN foi um grande ponto de referência para fotógrafos, para historiadores, para religiosos, para pesquisadores de cultura negra de maneira geral, que dava oportunidade para as pessoas terem um espaço de encontro (Helena Theodoro).

O IPCN era um espaço coletivo de todas as organizações [...] para fazer reunião, pra fazer qualquer ação passava pelo IPCN como um espaço democrático de convivência. Isso tem que se reconhecer que qualquer diretoria que lá esteja nesse período, sempre teve essa postura. Mas as divergências a gente tinha. Tinha divergências homéricas, mas, no entanto, a gente tinha o espaço o MNU pode fazer reunião aqui. O [...] núcleo socialista [...] Então essas coisas existiam (Astrogildo Esteves).

[...] Todo mundo tinha muita visão. Então, era um contato quase que natural onde eu me aproximava àquela história que eu falei antes, procurar os iguais que é muito difícil você encontrar os iguais, poder conversar, saber [...] o IPCN, nós temos um lugar que marca a nossa presença. É um lugar que os

negros, genuinamente, pensam o seu futuro, a sua política, o seu progresso e tal (Benedito Sérgio).

A ação dessa intelectualidade negra contra o racismo operante na sociedade brasileira, bem como sua ação nas causas sociais, resultou na construção de uma consciência racial, mas não é só. A ação dessa juventude no movimento negro intencionava educá-los e engajá-los na luta por transformação da sociedade, na busca pela cidadania plena e mudança no *status quo*.

É imperativa a observação, nos relatos desses sujeitos, de que o percurso de entrada na universidade seguiu um percurso natural visto que a formação escolar era um valor caro as suas famílias.

Então, é uma família que, preocupada com a educação dos filhos, desde o meu avô. [...] E com a ideia dele que ele fez que todas as filhas fossem professoras e todos os filhos queria, tinham que ter uma profissão. [...] – eu quero que minhas filhas sejam professoras, que meus netos serão doutores. Doutor na cabeça dele, naquela época, era uma coisa assim simbólica ele não sabia nem o que era ser doutor passava por todos os cursos. Mas, essa era uma proposta dele de vida: minhas filhas todas serão, todas foram professoras, exceto uma e os filhos, né, os netos deles todos cursaram universidade. Então, eu já vim com compromisso desde a geração anterior aos meus pais, que era uma ideia do meu avô. Então, o socioeconômico é isso. Sempre estudei em colégio público (Benedito Sérgio).

A universidade representava um valor importante pra família. Foi [...], normalmente. Vou dizer, quase que automaticamente, porque eu estudava num colégio de padres jesuítas (Carlos Alberto de Oliveira).

Então tinha essa diferenciação é que a gente estudava, o tempo todo era estimulado pra estudar (Astrogildo Esteves Filho).

Minha mãe era uma pessoa [...] fantástica, aquela, aquela, aquela mulher é [...] guerreira, se diria que [...] fez tudo o possível pra eu estudar, pra eu ter o melhor, o melhor que ela podia me proporcionar. Então, a coisa do estudo foi sempre um foco. E ela embora com, com, semianalfabeta, era uma pessoa muito inteligente e ela soube sempre procurar as melhores escolas que ela podia é [...] houve até algumas, pelo menos duas situações, em que foram escolas pagas, escolas particulares e boas escolas públicas. E eu também dava o retorno porque era como se fosse um caminho [...] inevitável, tinha que ir por aquele caminho (Carlos Alberto Medeiros).

A maioria desses intelectuais fez seu percurso acadêmico nas escolas e universidades públicas do Rio de Janeiro, iniciaram e concluíram seus cursos universitários entre 1968 e 1975, ou seja, quando da retomada do movimento negro, eles já haviam concluído, ou estavam concluindo o curso universitário. Cabe ressaltar que outros militantes do movimento negro desse período, construíram sua vida acadêmica concomitante a construção do movimento negro nas décadas de 70 e 80, ou já eram acadêmicos e foram se construindo

como militantes a partir dos encontros e discussões coletivas.

Entre jornalistas, professores, engenheiros e advogados, a formação acadêmica desses sujeitos varia entre Humanas e Exatas. Entretanto, direcionam suas ações políticas para educação e formação da população negra. Esses sujeitos tinham uma ação e atuação política, eram militantes da causa negra, mas eram também trabalhadores, cada qual com sua profissão.

Naquele período, ao se declararem classe média, apontavam para uma perspectiva distinta da classe média branca, uma vez que eram negros cujo capital social provinha de pais empregados, com salários fixos, o que os diferenciava da massa dos negros na sociedade brasileira.

Minha família era de classe, classe média. Classe média, B, C, por aí, assim. Muito[...] a universidade representava um valor importante (Carlos Alberto Caó).

Então, meu perfil socioeconômico era uma família humilde, vamos dizer, assim, pobre, de uma mãe professora. Por sinal, é, me parece, a primeira professora negra do estado do Rio de Janeiro, e um pai alfaiate. Quer dizer, um pai alfaiate, numa cidade do interior. Porque ele era quando ele conheceu minha mãe, ele era do Rio de Janeiro. Era uma grande profissão, alfaiate no Rio de Janeiro, [...] nós tínhamos é, morávamos em casa própria (Benedito Sérgio).

Veja só, era funcionário, quer dizer, funcionário público. Estava afastado. Eles me afastaram, né. E ganhava aquela “merrequinha” que não dá pra nada, que era o que eles pagavam pra quem *tava [sic]* afastado. Pronto. Morava ali em Laranjeiras (Yedo Ferreira).

Meu pai era economista minha mãe era professora de inglês, intérprete de inglês, mulher negra de classe média (Helena Theodoro).

Eu tive uma vida bem tranquila, do ponto de vista da [...] da minha formação de família sólida. Minha mãe empregada doméstica, meu pai um [...] mecânico de polícia. [...] nós não tínhamos essa identidade porque eu nasci numa casa de cômodos. [...] Eu vivi em casa, nasci em casa de cômodo em Botafogo naquelas casas que tinham, né, que eram os casarões que os negros ocupavam os casarões. [...] a minha família, eu acho que foi uma das primeiras, eu posso dizer assim, que saiu da casa de cômodo para uma casa de vila, conseqüentemente, frequentar um clube social, conseqüentemente ter carro. [...] Então nossa, a facilidade de circulação fazia com que o nego fosse classe média, porque ele podia circular (Asfilófilo de Oliveira Filho).

Minha mãe empregada doméstica, quer dizer, eu tava na, na base, na base da pirâmide. [...] Eu dentro de uma situação ruim, eu tive todas as boas condições pra poder é, é, é... estudar (Carlos Alberto Medeiros).

Eu sou de uma família que meu pai era funcionário público e [...] a minha mãe dona de casa. Não diria pelos valores, mas pelas condições econômicas sim. Lá a gente tinha uma casa, uma casa própria, não é? E [...] um [...] pai com emprego, não é? Um funcionário público, então a gente nunca teve que passar necessidades, teve esse padrão básico (Astrogildo Esteves).

4.3 Uns poucos negros nas universidades

Nas universidades em que estudavam, não acontecia nenhuma discussão em torno das relações raciais. A questão racial era invisibilizada tanto quanto os poucos negros que frequentavam o espaço acadêmico, uma vez que a universidade é o lugar onde o “visível e o invisível estão racialmente codificados” (NUTTAL, 2004, p.186).

Na universidade, quer dizer, desde o ginásio, a gente percebia o seguinte: tinham poucos iguais, né, eu me aproximava sempre muito porque eu estava procurando um igual, aproximava muito [...] Na universidade, na minha turma só tinha eu e outro. Mas que é, vamos dizer assim, mas que, também, não fazia muita questão, o outro, né (Benedito Sérgio).

Era só ver que, por exemplo, na minha turma de 120 alunos, só tinha cinco negros e negras, né. Eram duas mulheres e três homens. Os quatro, comigo cinco, né. Os quatro não estavam voltados pra questão racial (Yedo Ferreira).

Nós tínhamos uma escola té... uma escola, na verdade não era universidade, era uma faculdade, Faculdade Souza Marques, em que os donos eram, os proprietários, eram uma família negra. Mas isso não quer dizer que os negros tinham, né, o seu espaço. (Risos). Não. Na minha turma de 47, 4 negros, 43 brancos. Dentre esses três negros, esses quatro negro, três eram militares e eu era o desgarrado (Asfilófilo de Oliveira Filho).

Na turma diria-se nenhum. Depois, houve um grupo que entrou direto no 3º ano, aí havia um senhor [...] e havia uma menina negra, numa outra turma, né. E, talvez, hoje eu visse mais alguns mulatos, talvez não enxergasse assim naquela época. Mas eram, muito poucos (Carlos Alberto Medeiros).

Ihhh, essa é que era a questão... Na minha faculdade, quando eu entrei, eu era o segundo negro: um, Edvaldo Brito e o outro era eu. Negro [...] havia lá o corte. Ihhh, essa é que era a questão [...] Na minha faculdade, quando eu entrei, eu era o segundo negro: um, Edvaldo Brito e o outro era eu. Negro [...] havia lá o corte. [...] Na universidade, a situação era mais ou menos a do colégio da Bahia. Eu era, tinham dois negros e por paradoxal que pareça, eram os dois negros da época em que eu cursava lá o, o ginásio. Era um negro, era Caó, me chamavam de Betinho, na época e Edvaldo Brito que depois veio até a ser prefeito da cidade de Salvador (Carlos Alberto Caó).

Na universidade, eu tinha poucos colegas negros, né [...] eu vou encontrar o Nei Lopes, que veio a ser o meu marido, ele era de uma turma anterior a minha e [...] fui encontrar Demóstenes Garcia, virou juiz [...] mas eram muito poucos (Helena Theodoro).

Na minha turma de Ciências Sociais tinham três negros comigo... um rapaz e uma garota. Então [...] E na universidade a tarde não tinham mais negros estudantes [...]. [...] descobri isso quando andava, ia pro refeitório, aí você olhava em volta era como se estivesse na Escandinávia. [...] tinha mais dois negros que estavam no movimento estudantil da PUC. [...] era a noite que você encontrava os negros. De manhã e de tarde [...] essa merrequinha. E [...] de manhã tinha mais, mas o pessoal que estudava de manhã saía direto pro trabalho (Astrogildo Esteves).

Esses relatos mostram que o mito da democracia racial encobre o conflito de classes existentes no Brasil. Assim, o fato de não haver conflito racial aberto acaba por desmobilizar a ação política dos negros, impedindo a construção de uma identidade coletiva à contestação do racismo e dos privilégios dos brancos, uma vez que o silêncio em torno da palavra racismo normatiza o poder simbólico do mesmo.

Percebemos que, nesse período as universidades formaram uns poucos negros que não estavam envolvidos com os movimentos raciais. Esta pesquisa não deu conta de saber se em algum momento, alguns desses se juntaram a essas fileiras. De qualquer forma, fica uma questão para novas pesquisas.

É possível perceber, que apesar da invisibilidade institucional, a rede de relações da militância vai se consolidando também no âmbito das universidades, o que fez com que esses militantes formassem um pequeno gueto no meio acadêmico. Esse é um dos fatores, além do político, do reconhecimento que cada um tem no meio intelectual negro, eles se reconhecem uns aos outros, citam-se durante as entrevistas, indicando aqueles que poderiam contribuir ainda mais com este trabalho.

Todos trazem em suas memórias as lutas travadas coletivamente, são memórias compartilhadas a partir de questões comuns: viveram em uma mesma época, pertenciam a um mesmo grupo social, levantaram a bandeira de combate ao racismo juntos. Por isso, a memória de cada indivíduo é um ponto de referência da memória do grupo.

A memória individual, não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio.¹⁰

Lá eu já encontro um grupo que era formado por Amauri Mendes, né, que tinha só vinte e poucos anos. É o que eu tô [sic] dizendo, eu era mais velho que todos eles. E, aí, fazia um grupo que sentava na hora do Bandeirão e ficava conversando e tal, aquele negócio todo do movimento negro [...] a nossa preocupação e isso [?] muito bem, a gente ficava preocupado com o racismo que a gente sofria. E o racismo que a gente sofria era muita coisa pra gente discutir. Já não se tinha tempo. Como reagir à discriminação racial, aquele negócio todo. E fora disso daí, nós íamos discutir o quê, do ponto de vista da esquerda não tinha que discutir nada de esquerda. Tinha que discutir como nos organizar pra isso, como criar entidade nossa, grupo. Era isso (Yedo Ferreira).

Esses sujeitos estavam nas universidades justamente no período dos “anos de chumbo”

¹⁰ HALBWACHS, Maurice. op. cit. p. 54.

(1968-1974), e apesar da efervescência do movimento estudantil, nos anos iniciais da ditadura, naquele momento, a repressão voltava seus olhos e armas para as universidades, obrigando uma retração na ação daqueles jovens. Naqueles anos entrara em vigor o artigo 477⁶⁶ de 26 de fevereiro de 1969, que reprimia ainda mais as ações de alunos e professores.

Que tinha uma questão muito séria, que logo de cara eu percebi que toda vez que eu me aproximava pra convencer os estudantes negros pra participar do movimento estudantil, eu era rechaçado, não tão por uma questão... pela chamado da questão ideológica e também por uma questão de medo. Porque nós vivíamos uma ditadura [...] e [...] os negros que conseguiam entrar pra universidade, aquilo era uma grande conquista [...] não é? [...] Todo mundo sabia o esforço daquilo lá. E você vivia num momento que é [...] você corria o risco de ser expulso da universidade pelo chamado 477. Que era [...] quando o Ato 5 é institucionalizado em 68, logo em seguida em 69, eles baixam um artigo 477, que tornava é [...] se você fizesse política dentro da universidade, tanto professor como aluno podia ser expulso da universidade por não sei quanto tempo [...] Então as pessoas me rechaçavam por uma questão, primeiro pelo conservadorismo delas, porque elas não queriam que nada ameaçasse a conquista que ela tinha, que era tá universidade, não é? Então, isso marcava também, era um delimitador (Astrogildo Esteves).

4.4 Outros poucos no movimento estudantil

A atuação no movimento estudantil foi uma constante nos relatos dos entrevistados. No entanto, no que se tratava de representação na UNE, a participação deles se restringia mais ao movimento secundarista, pois lhes parecia mais democrático do que a organização nacional.

Não. Não tive relação com a UNE. Eu tinha com os centros. Aliás, eu tô voltando mais a questão lá do meu ginásial, e o meu científico, no Liceu de Humanidades de Campos. Lá eu fazia parte do diretório acadêmico, era uma turma muito animada, quando aumentava um centavo. Isso tudo que acontece agora, [...] Tinha um centro acadêmico, é... eu queria lembrar o nome... se chamava LAS que era não sei o quê do Liceu Associação não sei o quê e era muito ativo politicamente. Minha irmã que, inclusive, é poeta, médica, tem livro lançado, ela fazia jograis, fazia muito trabalho lá naquele centro [...] Era uma universidade estadual, uma universidade pequena, hoje é uma grande universidade, na época era espalhada em vários lugares, não havia essa concentração, (Benedito Sérgio)

Eu fui diretor da UNE... Eu fui... primeiro, na OEE, na UEE, aqui na Bahia. Lá na Bahia. Eu já no início, já assim, antes de entrar na universidade, já participava do movimento estudantil secundarista. (Carlos Alberto Caó)

Uma coisa interessante é pensar nos anos 60 e 70, porque eu venho de uma militância estudantil. Eu fui do Jornal Metropolitano, da União

⁶⁶O texto da lei encontra-se no final da dissertação nos anexos. Também disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaoriginal-1-pe.html>>.

Metropolitana dos Estudantes, participei do Tangará [...] [...]. Quando eu passei para a universidade, eu estava integrada no movimento estudantil, na UNE (Helena Theodoro).

A UNE era de brancos. Eu só tive espaço na escola técnica. Porque ali estava o maior número de negros. A escola técnica era democrática. Ali também estava a classe média branca. Porque ali tinham cursos interessantes. [...]. E lá, eu participei do grêmio etc. (Asfilófilo de Oliveira Filho).

Eu acabei junto logo ao pessoal do movimento estudantil... Eu passei a ser visto de uma outra forma...[...] No final do primeiro ano de universidade, eu consigo... eu começo a entrar no movimento estudantil (Astrogildo Esteves).

A UNE, dentro do contexto político ideológico, também via qualquer discussão racial como “racismo negro”, uma forma de dividir a luta da classe trabalhadora. A questão racial era invisibilizada na UNE, salvo nos momentos de disputa, como opera o preconceito racial no Brasil, do contrário, o geógrafo Milton Santos não teria sido “convencido” a não concorrer a direção da UNE, sob a alegação de que estudantes não votariam no negro. Esse fato ilustra como a branquitude garante privilégios na estrutura social. É interessante perceber como o privilégio racial posto aos brancos na sociedade brasileira garante-lhes melhores condições em qualquer dimensão da estratificação social.

Não, tinha não. [...] Ou entrava como militante ou não entrava e eu sempre entrei como militante. E aí você olhava em volta e via a estrutura do poder. É elitista, ela é branca [...]. [...] E então, não houve, não vi de maneira alguma a ação da UNE na questão racial, nunca vi, entendeu? No período que eu era universitário (Astrogildo Esteves).

Lógico que a gente percebia um racismo muito grande, um racismo muito grande... mas a gente era ativista do movimento, então [...] A questão racial no movimento estudantil não era discutida (Helena Theodoro).

A UNE era de brancos! (Asfilófilo de Oliveira Filho).

O movimento estudantil, o movimento estudantil, ele era tão plural que ele dava possibilidade de participação igualmente plural (Carlos Alberto Caó).

As relações raciais nas universidades também não eram discutidas, no entanto, essa militância não se furtou em organizar grupos de discussão, seminários e congressos para debates em torno do assunto em espaços acadêmicos. As Semanas Afro-Brasileiras marcaram época para o movimento negro, como relata Gonzalez (1982):

A partir das Semanas, a “tiurma” entrou em contato com o Afro-asiático, e passou a se reunir em suas dependências. Durante o decorrer da semana, encontravam-se duas vezes para preparar dois tipos de textos: um, com o noticiário a respeito de atos de discriminação e, outro, relativo ao período pré-colonial na África. Aos sábados, reunião geral para discutir os textos, na base da dinâmica de grupo (GONZALEZ, 1982, p.34).

O olhar para si em relação ao outro, naquele contexto social, mostra a necessidade de afirmação do negro dentro do espaço reservado ao branco. Era preciso se afirmar para ser reconhecido e sobreviver no “mundo branco”.

Eu sempre [...] me colocava nesses espaços achando o seguinte... sou privilegiado nessa história e [...] as pessoas ficavam um pouco com dificuldade de tratar. Até que quebrava o gelo e as relações se davam normalmente, não é? É [...] mas tinha um pouco a ver com essa minha relação é [...] de ação política, Não é? Que como eu acabei junto logo ao pessoal do movimento estudantil [...] eu passei a ter uma [...] Eu passei a ser visto de uma outra forma... Então eu não tive problema com a questão racial dentro da universidade (Astrogildo Esteves).

[...] a cor, o elemento cor... era encoberto pelas manifestações políticas . (Carlos Alberto Caó).

[...] eu era um preto arrumado. Andava bem arrumado (Carlos Alberto Medeiros).

[...] a gente era ativista do movimento, então... Isso fazia uma diferença muito grande. Primeiro, porque eu dentro do CACO e, depois, dentro do CEFEPEN [?], eu era Helena Theodoro, tinha sido estudante do ano, escrevia no Metropolitano (HelenaTheodoro).

Eu estava ali porque eu pagava, como os outros pagavam aquela universidade. Mas só que eu era fera. Eu era fera, no ponto de vista de estudo eu não dava mole (Asfilófilo de Oliveira Filho).

4.5 Consciência racial

Quando a consciência étnico-racial do indivíduo não é desenvolvida na instituição primária, ele pode vir a construí-la na inter-relação e interação com outras instituições sociais onde atua. A afirmação étnico-racial dessa militância tem a ver com uma consciência racial adquirida no contexto familiar, em consonância com a comunidade sociorracial onde cresceram e construíram seus valores culturais, tendo na família a base para sua ascensão social. Percebemos isso na fala de Benedito Sérgio: “Minha mãe é negra, meu avô é negro, minha família toda é negra. Eu sou o que, então, né? Então, era uma coisa natural.”

Minha mãe era do Rio Grande do Sul. E [...] de vez em quando a gente ia pro Rio Grande do Sul [...] E se falava do racismo. E no Rio Grande do Sul eu aprendi [...] Então, eu descobri que havia essa, esse agasalho dado pela comunidade. Essa coisa do pertencimento, embora localizado. Era algo com que eu, com que eu travava contato no Rio Grande do Sul. [...] (Carlos Alberto Medeiros).

Minha mãe, meu pai estavam muito preocupados com uma identidade negra (Helena Theodoro).

Ela surge a partir do momento em que eu nasci. Meu nome já... eu já sou discriminado na hora em que é feita minha certidão. [...] Na hora que eu é... vou pra, pra escola pública, né, na escola pública, ah, eu tenho essa consciência, né. Começa a ser o neguinho, o neguinho, aquela coisa do pretinho (Asfilófilo de Oliveira Filho).

O relato de Yedo Ferreira e Astrogildo Esteves sobre o “lugar” onde formularam suas identidades raciais, afirmam a raça como uma construção política histórica, social e ideológica, o que dá a dimensão da importância desse processo coletivo.

[...] então eu começo a ter uma consciência muito mais efetiva na universidade. Apesar que antes... eu sabia muito bem que eu era negro... isso nunca teve dúvida. [...] Essas questões conversava em casa por causa da relação com meu pai. Meu pai sofria isso diariamente, entendeu? Então, ... agora a consciência racial política, uma coisa é você saber que é negro e o outro é branco. Há uma diferença nisso, né? Mas não se dá... aí não tá colocada a questão da inferioridade ... quando você tem consciência política você percebe a questão que o fato de você ser negro você é inferior, considerado pelo outro [...] Então eu faço uma diferença racial nesse processo quando eu tomo consciência racial política na universidade, porque aí fica evidente que a questão racial ela tem um elemento da inferioridade posta.[...] então a universidade foi isso. Foi lá que eu tive, começando a ler, não é? Tive a compreensão política do racismo nesse país, não é? De como a gente sofria isso e como é que você pode ou não enfrentar e de que maneira você faz para poder passar por isso... e chegar aos seus objetivos (Astrogildo Esteves).

Eu não tinha me tocado, comecei a me interessar, comecei a conversar com outros negros. Tá tudo bem, vou lá. E, aí, comecei a conversar a partir de 70 [...] Eu estava por causa do relacionamento que mantinha aqui fora, desde 68, 69 e, também, com o grupo de negros que se reunia lá na universidade, naquela época (Yedo Ferreira).

4.6 O movimento negro e a questão cultural

No contexto mundial, por todo o globo, o ano de 1968 foi marcado por revoluções sociais que mobilizaram, influenciaram e estimularam a ação dos jovens brasileiros no campo político. Cuba e URSS faziam a cabeça das esquerdas; no campo cultural, a luta pelos direitos civis nos EUA concomitante ao movimento Black Power faziam a cabeça da juventude negra. A elite e a classe média branca importavam ideias políticas, costumes europeus e estadunidenses; a juventude negra trazia para si, como forma de parâmetro, as ideias da cultura negra afro-americana.

A entrada da cultura norte-americana, em especial a chegada maciça do cinema e da música produzidos nos EUA, gerou no Brasil uma efervescência cultural em todos os campos da arte. É neste período que o país é marcado por profundas mudanças socioeconômicas, com

o fomento processo de industrialização e de modernização, com a importação em grande escala de produtos estrangeiros (em especial dos EUA). Era o Brasil aderindo ao modelo de consumo imposto pelo capitalismo capitaneado pelos EUA.

O AI-5, além das cassações e outras arbitrariedades, estabelecia também a “proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”, a “liberdade vigiada”, a “proibição de frequentar determinados lugares” e a obrigatoriedade de “domicílio determinado.” Certamente que estas determinações atingiram diretamente todos os movimentos sociais e seus militantes que, apesar da imposição do silêncio sobre as arbitrariedades dos militares, sabiam de sua existência, uma vez que circulavam muitas informações sobre as ações do aparelho repressivo do Estado.

A ação política de um lado, e a ação cultural do outro foram capazes de aglutinar forças (ainda que por vezes de formas divergentes) em torno da construção de uma consciência negra. Para muitos, a arma contra a opressão racial e social era a cultura. Havia na juventude negra um anseio por uma identidade e consciência racial. Segundo Siss,

[e]ssas organizações de ativistas vão conceder especial relevância à revalorização da estética e da cultura do grupo racial não-branco objetivando dessa forma, reconfigurar e redefinir a identidade cultural do grupo racial não-branco em bases positivas sob as influências do movimento black-power norte-americano em um primeiro momento e da cultura de matriz africana, posteriormente (SISS, 1994, p.63-64).

A análise que Santos (2005) faz sobre o embate político-teórico que o movimento negro travava naqueles tempos de efervescência cultural e política no Brasil e sua visão sobre a conjuntura política racial do que se passava nos EUA e na África contribui para compreensão daquele momento:

A efervescência cultural revelava a identidade racial reprimida pelo padrão sociorracial vigente e encontrava ressonância política e organizativa na experiência de organização da luta de negros norte-americanos pelos direitos civis e nas guerras de libertação dos povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau (SANTOS, 2005, p.30-31).

Então, a juventude negra, como nós teríamos, assim, nos Estados Unidos, talvez seja a referência, né, que havia uma juventude que ia pra rua, [...] Quer dizer, eu sempre defendi as ideias sem uma relação. Eu tinha uma referência muito da África. A questão é, do socialismo africano que era uma outra ideia do que seria um socialismo (Benedito Sérgio).

À época havia o *apartheid*, lá na África do Sul. Nós realizávamos passeatas, com alguma participação, é verdade, contra o racismo na África. Nós realizávamos até atos em frente à Embaixada da África do Sul (Carlos Alberto Caó).

A primeira grande diferença que eu descobri quando eu entro pra

organização, é que a organização fazia uma análise de conjuntura... o movimento negro não fazia análise de conjuntura... o movimento estudantil fazia, começou fazendo análise de conjuntura, mas o movimento negro não. Então quando eu vou pro movimento negro a primeira coisa que eu faço é propor uma análise de conjuntura [...] que é isso assim, como é que está o mundo hoje? Como é que tá o movimento na África, como é que tá a luta de libertação da colônia portuguesa na África? Como é que tá a Europa? Como é que é isso [...] (Astrogildo Esteves).

O movimento Black-Rio se configurou como um lugar de construção de uma consciência racial e de valorização da beleza negra. Muitos jovens “tornaram-se negros” a partir das vivências nesses bailes. Jovens negros comuns das periferias, armados com seus pentes garfo e de seus cabelos *blacks*, buscavam afirmar seu lugar naquela sociedade a partir de sua identidade racial.

Nós nos interessávamos por cultura. Era basicamente isso. [...] foi ali no soul, nesse momento foi com a coisa dessa influência vinda de fora, que eu aprendi, que eu aprendi que valorizando a mulher negra, eu tava me valorizando [...] o *soul* um movimento de resistência política? Não, é... no sentido, no sentido política partidária, política não no sentido tradicional. [...] se não havia política, no sentido tradicional, havia uma coisa que veio a ser chamada de política de identidade. Então, ali era exatamente essa coisa de manifestação de uma política identitária.[...] (Carlos Alberto Medeiros).

Toda luta, toda luta política, ela começa sempre com a minoria, ela não começa com a totalidade. Quando eu falei para você que o que nós estávamos fazendo na década de 70 era uma revolução cultural, e era tal, uma revolução com a nossa juventude [...] O que ocorreu foi, efetivamente, uma revolução cultural, embora a maioria das pessoas não entendem, não perceberem que isso era uma revolução, inclusive. Uma revolução cultural por quê? De valores, valores de dominação então, era uma revolução cultural. Era pela valorização das tradições e da cultura de matriz africana. Então, era, efetivamente, uma revolução cultural que estava se construindo (Yedo Ferreira).

A construção da identidade racial daquela juventude passava, antes de tudo, por uma nova estética negra, como relatada pelos documentos do CISA:

Aproximadamente 15.000 jovens lotavam completamente o Ginásio, em sua quase totalidade negros, vestidos à moda “BLACK” – cabelos cheios, calças “boquinhas”, camisas extravagantes, sapatos de solas, saltos altos e em cores berrantes, turbantes indianos – e, cumprimentando-se com punhos cerrados, fazendo a saudação idêntica à do negro norte americano.⁶⁷

O apelo educativo do movimento *black* está presente nos relatos do SNI. Num desses relatos⁶⁸ sobre os bailes, há uma referência a fala do cantor Toni Tornado na abertura de um show onde ele diz: – “Os ‘blacks’ necessitam se situar nesse país, mais que isso precisam

⁶⁷Doc. SNI- CENIMAR – CIE Informação 314/ D6/CISA BR/77. Documento Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro: 4510_80 p.2,3.

⁶⁸Documento Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro, n. 314/CISA/77 p.4.

estudar mais, procurando atingir uma situação superior à atual”. Em outro documento há o relato sobre as projeções audiovisuais que durante o baile projetavam “flashes da guerra do Vietnam, da seca do nordeste brasileiro, das favelas, da prostituição entre outros” cujo objetivo, segundo o SNI, era “motivar os jovens”. Conforme o documento, o movimento *black* buscava propagar entre os jovens negros “o preconceito racial, a discórdia e o desentendimento nocivo à comunidade brasileira”. Para a repressão, o movimento *black* importava para o Brasil o racismo norte-americano.

As matérias que saíam nos jornais sobre os bailes eram devidamente anexadas aos relatórios⁶⁹. O jornal **Última Hora**, de 22 de outubro de 1977, na matéria intitulada “Toneladas de som nos duelos das equipes” aponta que havia uma indefinição quanto ao caráter político ou cultural do movimento *black* e que essa indefinição ficava a cargo de instituições como o IPCN, e o CEBA que “incentivavam as massas menos favorecidas a assumir posição crítica diante de sua situação, indicando como solução a pesquisa, o estudo e a universidade.” O artigo traz, também, a mensagem de que essas instituições passavam sobre “a necessidade do negro, principalmente os do Terceiro mundo, de estudar, chegar a universidade e reivindicar seus direitos na sociedade em que vive”. Segundo a matéria, era esse o discurso de Lélia Gonzalez, no debate promovido pelo IPCN para o público dos bailes.

Parafraseando Santos (1985), o movimento *black*, para além das interpretações, deve ser tomado de acordo com o que seus protagonistas dizem que ele é. Segundo Asfilófilo de Oliveira Filho, um dos ícones desse movimento, no Rio de Janeiro:

[...] eu era o desgarrado: o cara que tinha o cabelo *black power* [...], na minha cabeça eu *tava* fazendo um movimento porque eu *tava*, paralelamente, aqui no Renascença Clube, nesse espaço, fazendo um trabalho social, um trabalho cultural, trazendo a comunidade negra, através da música *black*, através da *black music*, através das “Noites do Shaft”. Aqui nesse espaço a gente conscientizou milhares de jovens. Isso se estendeu até os anos 80. [...] Só que tinha uma gama de influências cruzadas pela comunicação da música, pela vestimenta, pelo visual, pelas mensagens dos slides, né, que nós colocávamos durante o baile e por aí vai. Então, isso fez com que o Movimento Negro viesse pra esse espaço, aceitasse... Tinham duas tendências. Uma tendência, era (*sic*) os movimentos... os movimentos é... direitos civis, Martin Luther King, Malcom X, Panteras Negras etc. No outro lado você tinha a galera ligada aos povos de matrizes africanas. Você tinha lá, movimento de Angola, Agostinho Neto, Samora Machel, etc. etc. Então você tinha duas tendências [...] sabe. Eu militava nas duas. Mas o que eu usava como plataforma contra a discriminação racial e conscientização de massa era o movimento do [...] afro-americano, que deu o resultado que deu [...] Aí, de repente você começa a descobrir a *black music*, a Motown, James Brown, etc. Aí, você: ‘Opa, que som é esse?’ Aí, você... vê as capas de

⁶⁹O jornal está anexado aos relatórios sobre o movimento *black*. O documento consta no Arquivo Nacional. Documento Arquivo 4510_80. Arquivo do CISA p.12.

discos, você se, você vê nas capas de discos, cabelo *black*, tal, tudo era a cultura americana chegando devagar aqui.

Segundo Lélia Gonzalez:

O *soul* foi um dos berços do movimento negro no Rio, uma vez que a moçada que ia aos bailes não era apenas constituída de trabalhadores, mas de estudantes secundários e universitários também. O fato é que a negra jovem da Zona Norte e da Zona Sul começou a se cruzar nesses bailes, que reuniam milhares de pessoas, todas negras (GONZALEZ, 1982, p.32-33).

Para Lélia, o movimento *soul* reunia uma galera jovem que, diferente do que alardeava a intelectualidade progressista, não tinha nada de alienada. Todos sabiam o que era vivenciar o racismo na sociedade brasileira, visto que a repressão aos bailes não permitia que se esquecessem.

Aqueles bailes que se espalhavam por todo Rio de Janeiro, não só nas zonas norte e sul, mas nas outras periferias do Rio, como na Baixada Fluminense, contagiavam jovens negros com suas calças boca-de-sino e cabelos *black* ao estilo de Mickael Jackson. Nesse momento, a *black music* se alastrou pelo eixo Rio-São Paulo. Eram jovens negros das duas capitais brasileiras, mostrando que aquela juventude “desajustada” e marginalizada buscava seu lugar na sociedade, ao mesmo tempo em que expunha o conflito latente nas relações raciais no Brasil, como observa Touraine (1989, p.14), “[a]s comunidades de jovens que se multiplicaram durante um certo tempo são características da ambiguidade destes “marginais”; são locais de contestação global, mas também locais de retiro voluntário e dependente”.

Para o SNI, os ‘movimentos *black’s*’ Rio e São Paulo eram coordenados pelo “Núcleo Negro Socialista”, cujos elementos tinham aula de marxismo, movimento comunista e de política internacional⁷⁰. Desta forma, aqueles que eles identificavam como lideranças tinham sua ficha levantada pelo órgão. Outro dado interessante é o relato minucioso dos bailes, dos artistas e de suas falas para a plateia.

Nos EUA, o soul rompeu a barreira da cor, acolhendo negros e brancos e, segundo *Les Back* (2004), o *soul* foi definido como “a glorificação da negritude em todas as suas manifestações”. O movimento Black como catalisador da ideologia *Black Power* e do *Black is beautiful*, proporcionou uma revisão da estética negra e, como afirma Medeiros (2004), esse movimento provocou “uma valorização da pele escura e – ao menos por algum tempo – do cabelo crespo entre os afro-americanos”.

Aí, de repente você começa a descobrir a blackmusic, a Motown, James Brown, etc. Aí, você: Opa, que som é esse? Aí, você... as capas de discos,

⁷⁰ Informe 0241 / CISA- RJ. Documento Arquivo Nacional: BR_AN_BSB_VAZ_124ª_0153

você se, você vê nas capas de discos, cabelo black tal, tudo era a cultura americana chegando devagar aqui.[...] Tinham duas tendências, né. Uma tendência, né, era os movimentos [...] os movimentos é [...] direitos, direitos civis, Martin Luther King, Malcom X, Panteras Negras etc. No outro lado cê tinha a galera ligada aos povos é, de matrizes africanas, né. Você tinha lá, movimento de Angola, Agostinho Neto, Samora Machel, etc. etc. Então você tinha duas tendências [...] sabe. Eu militava nas duas. Mas o que eu usava como plataforma pra, contra a discriminação racial e conscientização de massa era o movimento do [...] ah [...] do afro-americano, que deu o resultado que deu (Asfilófilo de Oliveira Filho).

A juventude dos anos 70, conforme Ventura (1988, p.60) afirma,

estava formando uma cultura, com linguagem, ideologia, ritos, hierarquia e objetivos próprios”; pressupõe-se que a juventude negra também o fazia, a diferença é que os jovens brancos foram carinhosamente chamados de “rebeldes” e os nossos eram “racistas ao contrario, alienados e separatistas.

Para o autor, aquela geração, da classe média branca, era movida por uma paixão revolucionária e tinha como ídolos Chico, Gal, Gil e Beatles e no cinema Glauber Rocha. Liam, Marx, Mao, Guevara, Gramsci, entre outros (VENTURA, 1988, p.60).

A leitura de Herbert Marcuse que marcou boa parte dessa geração, talvez ajude a justificar também a proximidade de parte dessa esquerda com as “minorias”. Leram Marx na fonte e diante das posturas de Marx analisadas por Moore (2010), fica fácil entender porque acreditavam que a questão racial era exclusivamente um problema de classe.

Para a sociedade brasileira, cuja estrutura tem como padrão e norma a cultura branca europeia, certamente era difícil engolir aquela estética negra. Era difícil para aquela sociedade conservadora admitir que a juventude negra também queria fazer sua revolução. O chamado “poder jovem” estava presente naquela militância negra que, igual à juventude branca, também perseguia sua utopia. A juventude negra naquele período, igualmente, fez leituras que os ajudou a pensar aquela sociedade, também leu Marx, porém buscou outras referências para análise da sociedade brasileira. Asfilófilo resume o leque de autores e obras que fez a cabeça daquela militância:

Entre os livros técnicos na minha formação de Técnico de Máquinas e Motores [Ex- Escola Técnica Nacional] e Engenheira (Faculdade Souza Marques), alguns livros me marcaram dentro da ótica racial. Cito Frantz Fanon, autor que entrou no rol dos autores de referência obrigatória para o estudos, incluindo o racismo e que serviu de base para muitos pensadores [militantes] negros brasileiros. Jean Paul Sartre com o prefácio de *Os Condenados da Terra* onde militantes negros muito ativos buscaram referências para a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial [mais tarde o MNU – Movimento Negro Unificado]. Mas, prefiro o “que fala de vós, para vós”, daí mergulhar nos livros: *Alma no Exílio* (*Soul on Ice*, 1968), de Eldridge Cleaver [ex-Panteras Negras], *Numa terra estranha* [*Another Country*, 1962] de James Baldwin, publicado no Brasil em 1965, e cópias do *Poder Negro* [*Black Power*] de Stokely

Carmichael [um dos líderes dos Panteras Negras]. Estas publicações foram fundamentais para o meu entendimento a favor da nossa luta. Na época, nós militantes do Movimento Negro, líamos alguns livros timidamente e outros mais intensamente sobre por lideranças negras como Stockley Carmichael, Malcom X, Eldridge Cleaver, Martin Luther King [envolvidos na luta pelos direitos civis americanos] e Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Patrice Lumumba [na luta de libertação dos povos africanos] e Kwame N’Krumah [na luta pelo Pan-Africanismo] que teve em Abdias Nascimento como um dos seus fiéis divulgadores nessa luta (Asfilófilo de Oliveira Filho).

As ações de combate ao racismo da jovem militância negra também estiveram inflamadas de paixão revolucionária, também compunha uma intelectualidade que acreditou e agiu em prol de mudanças na sociedade brasileira, porém, no caso do movimento negro, a revolução foi cultural (no sentido de mudança da cultura racista), a luta foi de combate a mentalidade que via as relações socioeconômicas e raciais pelo viés do mito da democracia racial. Podemos dizer que essa militância, jovem e intelectual, formava um grupo de negros “fora do lugar”. cuja consciência racial foi sendo construída na continuidade de encontros, estudos, discussão, relatos de experiências pessoais, da articulação entre os grupos país a fora e, também, pelo viés da música e da religiosidade afro-brasileira.

O Movimento Negro nos aceitou. Nos aceitou, mas isso não quer dizer que... é... a maioria tivesse paixão pelo nosso Movimento. Hoje, não. Hoje eles reconhecem e batem palma pro Movimento *black*, mas naquela época eles nos viam diferentes [...] Agora, na minha cabeça, era o seguinte, na minha cabeça eu estava fazendo um movimento porque eu estava, paralelamente, aqui no Renascença Clube, nesse espaço, fazendo um trabalho social, um trabalho cultural, trazendo a comunidade negra, através da música *black*, através da *black music*, através das “Noites do Shaft” [...] O Movimento Negro foi localizado pra’ aquelas cabeças, com todo respeito ao Movimento Negro, que eu participei, mas o Movimento *black* é que deu o tom, é o que fez a diferença. Porque ele chegou na mídia, brigou com a mídia, brigou com TV Globo, brigou com jornal, Jornal do Brasil, brigou com todos eles, até a televisão [...] a gente brigou. Ao ponto de eles se unirem enquanto ditadura e criarem um outro movimento para derrubar o nosso movimento que foi o disco funk, né. Surgiu a novela *Dancing days*, né. Surgiu a moda, né, das Cocotas, né, das gravadoras. E por aí foi. [...] E o Movimento Negro estava lá. SINBA tinha um projeto que você vê. Aqui no Renascença tinha Quilombo, IPCN, SINBA, todos representados em termos de, de movimento de massa, certo?! Porque era muito difícil a discussão política. Primeiro, porque era difícil atrair... uma discussão. Só mesmo aqueles que estavam, tinham aquela veia da discussão acadêmica, etc. Asfilófilo de Oliveira Filho).

Para além dos antagonismos criados entre política e cultura em função das estratégias de luta de combate ao racismo, as duas formas de intervenção social romperam os paradigmas do mito da democracia racial, criando mecanismos para a superação das desigualdades impostas. Dentro do viés da cultura, há que se destacar o papel primordial da literatura negra

de combate a esse pensamento racista, protagonizada por escritores afro-brasileiros que desenvolveram, no campo da cultura política, uma nova abordagem para seu combate e superação.

Desta forma, na segunda metade da década de 70, a literatura de combate ao racismo surge num momento de retomada do movimento negro, aliando suas estratégias nessa luta, como uma ação intencional, pois, alguns escritores já tratavam da questão racial. Mas com a organicidade desse movimento, autores do todo o Brasil começaram a se conhecer, a traçar ideias sobre literatura negra e a destacar a importância do engajamento desta na luta por igualdade.

Alguns desses escritores eram vinculados a partidos, aos movimentos sociais, ou a organizações; porém, em princípio, não se tem conhecimento de escritores negros que tenham vivenciado a repressão do regime militar por conta da literatura de combate ao racismo. Esses escritores negros buscaram formas próprias, por meio da literatura e da poesia, para combater o racismo, para sobreviver e se auto afirmar como escritores. Dentre suas ações estavam a realização de recitais em favelas, universidades, bares, associação de moradores e escolas; faziam a circulação de livros entre os vários estados e cidades brasileiras onde atuavam, além de frequentarem a encontros, colóquios e congressos levando a bandeira da literatura negra de combate ao racismo.

4.7 Esquerda volver?

APELO
Já não aguento mais
Os pára-operários
Os históricos revisores
Os vendedores de trabalho,
Tão bem nutridos de salário,
Com essa sentimental teoria
De cristodemocracia.
Se afastem de mim, burgo-vermelhos
Pois eu só quero
Florir a minha indolência,
Dar um beijo na vida
E beber o meu chope em paz.

Da década de 70 ao final da década de 80, período compreendido entre os anos de chumbo e os anos de abertura política no Brasil, os movimentos sociais de combate à ditadura foram aos poucos se aliando às forças políticas de esquerda, uma vez que estas foram aglutinando-se às insatisfações de determinados setores sociais, em especial os setores

populares. Como foi descrito, qualquer força de oposição, naquele momento, era, imediatamente, ligada à esquerda e àquelas lideranças do movimento negro. Neste período, todas as oposições eram consideradas, pelos órgãos de repressão, como braço político dos comunistas.

Na universidade eu não estava filiado, não a nenhum partido político. E eu achava interessante porque sempre me filiaram a algum partido político. Quer dizer, na faculdade, no trabalho, diziam: “ah porque ele é comunista; ele é isso”. Quer dizer, eu sempre defendi as ideias sem uma relação. Eu tinha uma referência muito da África. A questão é, do socialismo africano que era uma outra ideia do que seria um socialismo,[...] nunca me filiei a nenhum partido político.[...] Sempre das ideias de esquerda. Não tem como eu ter qualquer relação com a direita. [...] é que o negro é a grande força que pode impulsionar a esquerda no Brasil. Essa é a grande verdade da esquerda brasileira. Mas eles não veem, assim [...] Porque eu acho que a visão do negro, dificilmente, será uma visão que não seja de esquerda, que não seja de socialismo, que não seja de compartilhamento porque assim sempre foi a história do negro brasileiro (Benedito Sérgio).

Porque pela ocorrência do Telégrafo nacional eu já era visto como um sujeito de esquerda, contra tudo. Contra tudo não! Com posições radicais. De 53 a 64 eu tinha atividade do partido Comunista, tinha uma atividade boa dentro do movimento dos trabalhadores, aquele negócio todo. [...] O Partido Comunista na década de 50, 60 era como se fosse o PT hoje. Todo mundo era, todo mundo hoje é do PT (Yedo Ferreira).

E ele me recebe e diz o seguinte: ‘Foi descoberta uma célula comunista nessa Escola e você está seriamente implicado’. As palavras foram exatamente essas e meu mundo desabou. [...] Claro, é [...] os três eram pessoas que tinham uma tendência mais à esquerda. [...] é claro que havia uma postura de oposição, uma postura de esquerda, mas um pessoal [da faculdade] de muita leitura. [...] Não. Nenhum partido [...] eu não era filiado a nenhum grupo político (Carlos Alberto Medeiros).

No entanto, essa ligação direta do movimento negro com as esquerdas nunca foi consenso dentro do movimento e nem historicamente. O movimento negro contemporâneo não inaugurou as divergências ideológicas nos espaços de luta contra o racismo e, na medida em que a militância foi amadurecendo, o movimento antirracista e outras questões que foram surgindo sobre o fato das esquerdas brasileiras entenderam o significado dessa luta; e se a militância, no correr do tempo, de fato se sentiu representada pelas esquerdas. Porém, é certo que a esquerda socialista esteve presente desde a reorganização do movimento negro, da década de 70 em especial, na constituição do MNUCDR e posteriormente do MNU.

Olha, eu comecei a me envolver com os comunistas... Isso eu já estava... Já estava com um pé na universidade. Tinha afinidade política, aí, com o partido comunista. [...] Porque tinha mais afinidade comigo. O tipo de atividade política que eu desenvolvia se transava com a ação do, dos comunistas. [...] O partido não dava, não dava muita chance de discutir. O

partido tinha uma posição que era, claramente, reacionária. Agora, por quê? Porque o partido tinha a tese, defendia a tese de que não há melhor maneira de se tentar dividir a classe, a classe, a classe estudantil do que envolvendo uma discussão sobre questão de raça. Era a tese da época. Que inclusive ainda tem hoje, hein. Ou não tem? Inclusive, nós contribuimos para acabar com essa, essa visão errada que discutir raça é tentar dividir a classe operária. [...] (Carlos Alberto Caó).

[...] aí a gente cria a convergência socialista... A convergência socialista, era um chamado braço, do espaço aberto da organização [...]. Cuidava da parte da comunicação, dos boletins, rodando a parte gráfica. Toda a parte que eu tinha de experiência jornalística, essas coisas todas lá no movimento estudantil, foi tudo pra dentro, entendeu? Aí esse processo de [...] ajudava nos seminários, eles chamam de formação de grupos, de formação de pessoal e tal, ia nas reuniões, dirigia as reuniões da organização, setorizados, né. Então meu papel era esse. [...] porque nós já estávamos caracterizados como grupo de esquerda do movimento negro. E era o movimento socialista. [...] Mas quando criou o MNU, o núcleo socialista ficou um pouco com a cara do MNU... Então a gente tinha que fazer mobilizações, divulgar o material, panfletos, ia nas manifestações, fazia o discurso, etc. e tal, então era assim. Então essa é a forma que [...] a gente atuava (Astrogildo Esteves).

É sempre importante ressaltar a força do Núcleo Negro Socialista nesse processo e também as forças que se opunham a ele, cujo embate teórico metodológico constitui, ainda hoje, fator de desagregação e conflito dentro do movimento. Aliar-se ou romper com as forças políticas no percurso do encaminhamento da luta antirracista esteve sempre ligado ao questionamento sobre em que momento, ou até que momento essas forças, de fato, representavam, e/ou como representavam os interesses da comunidade negra.

A ditadura estava mais enfronhada lá (na organização). No movimento negro até que não. Pelo menos aparentemente não. Então eu tinha um bom trânsito no movimento negro no Rio [...] Dentro do movimento negro a gente criou um núcleo socialista. O núcleo negro socialista é uma extensão da corrente socialista que era criada pela organização. E as pessoas não sabiam que existia essa ligação [...] Todos! Todos estavam ali dentro [MNCDR] Todos, todos, todas aquelas organizações, mesmo as culturais [...] tudo dentro. As festas, tal, todo mundo pra lá. Porque identificavam, né naquele, naquela luta, naquelas denúncias, em algumas daquelas várias, é [...] propostas de denúncia se encontravam, não é? Então, pra denunciar a violência policial se identificava, pra denunciar a coisa da discriminação no emprego se identificava, pra denunciar a questão dos nossos valores de treze de maio [...] outros não. [...] Aí cria-se o MNU que vem com um programa de ação, que vem com uma organização interna ... era uma organização política! Me lembra um pouco a ANC do falecido Mandela, uma organização negra, com todos os seus predicados e é um negócio fantástico. A história do movimento negro deve ser estudada porque ela conseguiu galvanizar as lutas que até então estavam esparsamente distribuídas pelo país inteiro ali (Astrogildo Esteves).

Pra direita eu era comunista, pra esquerda eu era imperialista [...], eu era a favor do imperialismo. Por quê? Porque o fato de ter é uma [...] predileção

pelos Panteras Negras, ou seja, os americanos, os afro-americanos, fazia com que eles me vissem como um imperialista. O cara entendeu esse cara aí é pô, esse cara aí é de direita. Eu sou de direita nada. Não sou de direita nada, não sou nem de direita nem esquerda, eu sou negro, como diz a Sueli Carneiro. Antes de direita e esquerda, eu sou negro. Eu sou negro! Eu sou negro discriminado. Porque a esquerda me discriminava e a direita, também, me discriminava. Então, não tem essa comigo. Eu era negro! E eu tinha um problema: era lutar contra a discriminação racial. Não me representava, nem esquerda, nem direita. A direita, repito, porque me achava comunista, né. A esquerda, porque me achava um imperialista. Um cara que ia buscar exemplo no imperialismo americano. Quer dizer, se o imperialismo americano conseguiu dar consciência racial aos negros americanos porque que eu não vou usar aqui no Brasil, já que essa esquerda não foi competente de me convencer?! [...] aonde é que eu vou me posicionar? Então, hoje eu vou dizer a você, não sou de direita, não sou não dá pra ser, mas também essa esquerda aí, não me representa. *Tô [sic]* falando a esquerda partidária [...] [...]. [...] a esquerda, do ponto de vista político, essa eu me identifico. Mas, também, não me diga onde ela está porque eu não consigo ver. Você tá entendendo? Então, eu me posiciono dessa forma. Eu me posiciono assim. Eu me vejo assim! (Asfilófilo de Oliveira Filho).

Não. Na universidade eu não estava filiado, não a nenhum partido político. E eu achava interessante porque sempre me filiaram a algum partido político. Quer dizer, na faculdade, no trabalho, diziam: “ah porque ele é comunista; ele é isso”. Quer dizer, eu sempre defendi as ideias sem uma relação. Eu tinha uma referência muito da África. A questão é, do socialismo africano que era uma outra ideia do que seria um socialismo, [...] nunca me filiei a nenhum partido político.[...] Sempre das ideias de esquerda. Não tem como eu ter qualquer relação com a direita. [...] é que o negro é a grande força que pode impulsionar a esquerda no Brasil. Essa é a grande verdade da esquerda brasileira. Mas eles não veem, assim [...] Porque eu acho que a visão do negro, dificilmente, será uma visão que não seja de esquerda, que não seja de socialismo, que não seja de compartilhamento porque assim sempre foi a história do negro brasileiro (Benedito Sérgio).

As ideologias que caracterizavam o movimento negro se distinguem, principalmente, pelo fato de uns optarem pelo progresso individual, resultante do esforço e mérito pessoal; e outros grupos, pelo crescimento coletivo. A questão racial foi mal compreendida pelas forças políticas do ponto de vista ideológico (direita e esquerda), que muitos negros acabaram por se afastar da fidelidade de suas organizações para se dedicarem, especificamente, à luta de combate ao racismo, na qual se sentiam representados.

O que se expõe é que o que importa para a luta de combate ao racismo não é a orientação ideológica dos partidos políticos, uma vez que alguns já trazem em seus programas indicativos de possibilidade de ação na luta antirracista. O combate ao racismo empreendido pelo movimento negro, em suas várias dimensões, diz respeito a bandeiras mais amplas de um projeto de sociedade que demanda a inclusão social e cidadania plena, que se reflete em políticas públicas nos campos da educação, trabalho, saúde e previdência social, cultura e

justiça.

4.8 O legado da luta do movimento negro

A partir da década de 70, a ação dos movimentos sociais foi fundamental na luta contra a ditadura civil militar e para o processo de redemocratização do país. As diversas formas e estratégias de resistência, buscadas pelos movimentos sociais, trouxeram para a sociedade brasileira inúmeras conquistas que avançaram sobre o Estado autoritário e as violações dos direitos dos cidadãos.

Da retomada dos direitos civis e políticos, as lutas por ampliação dos direitos sociais, os movimentos sociais dos anos 70 e 80 seguiram na luta pela igualdade de direitos, pela redução das desigualdades sociais e econômicas que atingiam a maioria da população, pelo reconhecimento e respeito à diversidade presente na sociedade brasileira.

A luta que implicou abertura política veio acompanhada de demandas sociais: habitação, reforma agrária, saúde, previdência social, emprego e educação – entendidos como mola propulsora para a construção da cidadania plena. A educação foi vista pelos movimentos sociais como meio para combater as desigualdades sociais, bem como o caminho para a organização coletiva em prol de seus direitos. Pressuposto, as lutas do movimento negro e suas demandas por cidadania, historicamente, abarcam a luta pelo direito à educação e, conseqüentemente, pela construção de uma nova cultura para as relações raciais no Brasil.

Como vimos anteriormente, a busca dos negros por educação perpassou as estratégias de ação da Frente Negra Brasileira e do TEN, foi alardeada por toda a IAN e constituiu a pauta de reivindicações do MNUCDR e, posteriormente, do MNU, mostrando que, em todas as suas formas e manifestações, o movimento negro não abandonou o compromisso com a construção de uma educação democrática.

Na década de 70, todos os grupos que se organizaram a partir da constituição do MNU e, mesmo antes dele, trouxeram em seus programas de luta pela cidadania a busca por uma educação antirracista.

A militância organizada produziu e discutiu em congressos e seminários. Nos diversos encontros travaram debates e discussões acaloradas acerca da “educação do negro”, como consta nas narrativas dos documentos dos informantes do SNI. Nestes documentos estão expressas as possibilidades para uma educação antirracista que buscasse, não somente, a “educação do negro”, mas mecanismos para educar a sociedade como um todo, sendo este um meio para a construção de outras relações raciais na sociedade brasileira.

Naquele momento, já se discutia que buscar uma nova pedagogia para a educação das relações raciais era mister para brancos e negros, uma vez que o Brasil se constituiu de forma racializada, e o racismo é um dos elementos de sustentação das desigualdades sociais, “mascaradas pelo mito da democracia racial”. O preconceito e a discriminação racial são empecilhos não só para a construção da cidadania dos negros, mas também dos brancos. A educação antirracista passava pela denúncia e combate ao racismo institucionalizado na sociedade brasileira, bem como pela valorização da história do negro no Brasil.

A luta antirracista dessa militância vem educando negros e brancos de todas as classes sociais, visando à construção de uma sociedade livre desse preconceito. Nesse sentido,

[o] movimento negro vem pressionando o Estado e suas agências visando a elaboração e implementação de possíveis políticas públicas que, de modo inequívoco, incorporam a questão racial. Nesta perspectiva, esse movimento social torna-se importante vetor de inovação, de democratização e de modernização política (SISS, 2003, p.109).

A ação da intelectualidade negra em prol de uma educação antirracista está relatada no documento do SNI sob o título: Seminário “Educação e discriminação dos negros”. O documento relata o ocorrido em um encontro em Belo Horizonte que teve como objetivo principal promover debates entre representantes do movimento negro e órgãos públicos do sistema de ensino, sobre a questão da discriminação racial no processo educacional. No documento, estão listadas doze instituições de vários estados que participaram do referido seminário.⁷¹

A pressão sobre o Estado se fez possível, uma vez que o movimento negro foi, segundo Silva e Gonçalves (2000), com suas ações e estratégias, paulatinamente, buscando interferir nas políticas educacionais, de forma a inserir elementos de suas reivindicações por uma educação antirracista nos debates públicos.

Como a articulação entre relações raciais e educação vem de longa data, entende-se que no decorrer desse percurso, o movimento negro contribuiu para o pensamento educacional no Brasil, e esse pensamento refletiu-se na construção das políticas educacionais que ajudaram na construção de uma identidade étnica positiva para a população brasileira.

Gomes (1997) enumera as contribuições do movimento negro para o pensamento educacional brasileiro: a primeira contribuição diz respeito à denúncia de como a instituição escolar reproduz o racismo com práticas discriminatórias que vão das relações estabelecidas no interior das unidades escolares, nos conteúdos dos livros e demais materiais didáticos e,

⁷¹Documento 1446 de 20 de novembro de 1987. Documento Arquivo Nacional: ABH_ACE_13423_87.

especialmente, nos conteúdos curriculares; a segunda contribuição está relacionada à própria resistência negra, no quanto o seu silêncio obrigatório gerou uma imagem negativa do negro e, conseqüentemente, a dificuldade de construção de uma identidade positiva entre crianças e jovens negros; a terceira contribuição refere-se ao reconhecimento e a valorização da cultura negra como elemento propiciador de uma identidade positiva junto aos afro-brasileiros; a quarta contribuição indica a aceitação e o respeito pelas diferentes identidades, o que invalida o discurso homogeneizador, que ignora a pluralidade cultural trazida pelos diferentes sujeitos do espaço escolar; e a última contribuição é o fato de que o movimento negro ajudou a repensar a estrutura excludente da escola, visando reconstruí-la com o objetivo de garantir o direito de acesso à educação e, uma vez garantido esse direito, garantir também a permanência e o êxito escolar das crianças e jovens que trazem diferentes níveis socioeconômicos e diferentes pertencimentos étnico-raciais.

Ao analisar a relevância dos movimentos sociais, seu papel na luta pela inclusão social e os avanços obtidos, Gohn destaca, entre outras, as ações do movimento negro.

E o que é este legado?

O resultado da luta é o melhor caminho que as novas gerações vêm encontrando na luta contra o racismo e desigualdades raciais. Leia-se as conquistas de agora [que podem parecer poucas], foram cunhadas por nós e nossos antecessores. Sendo que a atual geração terão referências deixadas por nós do MN na luta constante ao combate ao racismo e todas as desigualdade (Asfilófilo de Oliveira Filho).

Porque esses espaços começaram a ser abertos naquele momento. O que a gente vê, hoje, o que o pessoal chama alguns, nossos chamam de recrudescimento do racismo, não, é porque agora o negro está mais preparado e em mais lugares. Porque na realidade havia uma divisão quase que natural (Benedito Sérgio).

Sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira nas escolas:

Se a gente não tiver uma visão nítida e clara dentro do movimento educacional do país, de que a lei de diretrizes e bases da educação implica na integração da tradição negra cultural africana e indígena no currículo da escola de todos os níveis. A gente não pode dizer “Não tem material”. Mentira. Porque têm livros didáticos pra “dar com pau.” [...] eu acho importante, ainda, a minha contribuição nesse momento, porque ainda não temos pessoas suficientes para nos substituírem e que possam opinar e mudar determinados posicionamentos. [...]

E, aí, eu vou ter um papel muito interessante na área de educação por fazer uma proposta de currículo pluricultural e por participar do projeto Zumbi, a introdução da cultura negra nas escolas. [...] Isso lá nos anos 70. Aí, eu vou criar, aqui, a divisão de cultura negra na Secretaria Municipal de Cultura, e o projeto Zumbi. Depois eu vou ser assessora [...]. [...] para a Secretaria de Cultura onde a gente faz projetos pra cidade do Rio de Janeiro, antigo estado da Guanabara e, aí, a gente faz [...] uma série de projetos, e que são projetos voltados para animadores culturais, são projetos que pensam a tradição

cultural negra na escola. Isso vai fazer com que haja toda uma projeção com o projeto Zumbi e como aparece o MNU e a Sociedade de Estudos sobre a Cultura Negra Brasileira, a SECNEB, começa a fazer encontros nacionais em Salvador. A gente começa a ter uma militância de norte a sul do país. [...] eu acreditava na educação como um elemento transformador da sociedade, que a escola deveria dar a oportunidade para que o cidadão saísse com as suas habilidades desenvolvidas, e com segurança pra transformar e criar o país em algo melhor. E em relação à comunidade afrodescendente e indígena, que eram as minhas duas bases familiares (Helena Theodoro).

Sobre as políticas de ações afirmativas:

[E]u acho que a gente tem avançado nesse ponto de vista, e acho que [...], principalmente, a partir das políticas de ação afirmativa, eu costumo dizer que o principal efeito das políticas de ação afirmativa foi trazer a questão racial pro primeiro plano. Uma questão que era considerada uma não questão, um não problema [...].

Hoje em dia, embora a academia ainda seja dominada ou tenha uma grande parcela de dominação por gente que pensa dessa outra forma e que não gostaria que esse tema fosse discutido, mas isso tem se enfiado goela abaixo da elite porque as cotas tão aí e tem que discutir isso. Tem que discutir e acabam tendo que discutir não ação afirmativa, ou as cotas, mas o que está por baixo que é questão de raça. [...] o que tem acontecido, a partir dessas políticas, eu creio que tem reforçado bastante o movimento. Agora, eu sei que [...] dadas as características da sociedade brasileira, existe um limite. Isso sempre vai atingir um número é [...] menor, dentro da população negra. Eu creio que [...] da população de origem africana. Essa população que se considera negra. É [...] creio que a gente pode expandir essas fronteiras, pode avançar, mas sempre com um limite (Carlos Alberto Medeiros).

É [...] o negro tem muito pra acrescentar à universidade brasileira, mas tem muito pra acrescentar. O negro brasileiro tem muito pra trazer de visão de mundo, de sobrevivência, de como é, você vence os obstáculos. A universidade não pode ser é, vamos dizer, assim, uma coisa voltada pra um sentido único, sem uma visão ampla. Quer dizer, a participação do negro nas universidades, é muito mais vantajosa, eu não tenho a menor dúvida, pras universidades, tanto como instituição como as pessoas que as frequentam que vão começar a abrir a sua, cabeça, vão conseguir romper os seus preconceitos. [...] eles iam ter mais visão de tudo e melhorariam muito a universidade. Acho que, na realidade, o ganho maior é da universidade do que o negro que tá chegando à universidade (Benedito Sérgio).

Porque nós somos resultado de muita repressão. Quer dizer, toda vez que a gente levanta alguma coisa, e no passado foi assim, é [...] isso é aniquilado. Frente Negra, tudo quanto é movimento a gente acaba por não conseguir que ele passe de uma geração pra outra. Esse movimento atual até que tá durando um pouco mais, conseguindo introdução de gerações futuras, com pessoas mais jovens (Benedito Sérgio).

Era um movimento que contava exatamente com a nossa participação. Como também, aí, já ampliava-se a visão. Defesa do povo angolano [...] contra assassinatos e outras, e outras coisas semelhantes. Estávamos lá (Carlos Alberto Caó).

Sobre a Lei Caó:

A Lei 7.716/89, ou Lei Caó, em alusão ao advogado, deputado e militante do movimento negro, Carlos Alberto Oliveira Caó, autor da lei, regulamentou o artigo da Constituição de 1988, tornando o racismo crime inafiançável e imprescritível. Segundo o próprio Caó, a sociedade brasileira vem, de forma gradual, se apropriando da lei e passando a entender o racismo como crime e com isso, tornando-se menos tolerante com casos de discriminação racial. Nas palavras de Caó, “[a] legislação contra o racismo [...] não se deve subestimar a importância da legislação. Nem se contesta e não se subestima ao se conhecer a história. Esta lei, esta legislação, ela foi um grande soco dado em todos os racistas do país” (CAÓ, 2014). Sobre a auto-estima, Carlos Alberto Medeiros afirma que “[s]ó podia-se ser belo ou negro, ou belo apesar de negro. Mas belo e negro, né. (Risos). Isso é muito importante porque é, é uma base pras [sic] pessoas se colocarem, pessoalmente, de forma positiva. Da mesma forma que a valorização da cultura.”

Sobre a construção da identidade negra:

Se não havia política, no sentido tradicional, havia uma coisa que veio a ser chamada de política de identidade. Ali era exatamente essa coisa de manifestação de uma política identitária [...]. Então, era exatamente essa política de identidade funcionando. Essas festas fizeram isso, que você ainda encontra, de uma forma mais diluída, você encontra isso, ainda, nos bailes charme. Que mantiveram, o charme foi onde se manteve mais esse espírito... da identidade negra, da beleza negra. [...] a gente trabalhava com essa coisa ideológica, também, no baile (Carlos Alberto Medeiros).

O movimento dos anos 70 trouxe esse dado crucial que foi a exaltação da identidade negra, o que passa, entre outras coisas, pelo reconhecimento da importância da cultura africana. E isso gerou a Lei 10.639, com toda a resistência que ela provoca em alguns setores (Carlos Alberto Medeiros).

Sobre a história e a cultura africana:

Foram duas exposições que a gente teve na cinemateca. A outra foi a exibição de um audiovisual que eu fiz sobre civilizações africanas, Passado Africano. Era sobre o reino de Gana, império de Mali, império de Songai, a partir de um material que eu tinha recebido dos Estados Unidos. Hum [...] era um audiovisual falando dessas civilizações, mostrando que a África, antes da chegada dos europeus, teve grandes impérios. E [...] foi também uma, uma, uma, uma sessão no MAM superlotada porque, aí, saiu no Jornal do Brasil (Carlos Alberto Medeiros).

Sobre as políticas de reparação:

A reparação, evidentemente, é uma construção de luta que tem que ser feita. É uma construção de luta porque você vai exigir do estado que o estado sente com os descendentes de escravo, nesse caso os negros, pra negociar de que forma o negro quer essa reparação. [...] essa é uma luta que tem que ser construída, mas tem que ser construída por quem?! Pelos negros. [...] a reparação antes de tudo é negociação. A reparação não é reivindicação,

reivindicação é ação afirmativa. A reparação é um outro estágio mais avançado da negociação. Sentar com o Estado e negociar a partir da exigência daquele que quer ser reparado como deve ser essa reparação.[...] evidente que essa luta tende a sensibilizar a massa da população negra, claro, reparação sensibiliza muito mais porque dá uma perspectiva de que ele vai poder estar incorporado nessa luta pra ser beneficiado. [...] Eu tô tentando trabalhar ao máximo, justamente, a questão da reparação eu estou fazendo as discussões, na medida do que é possível (Yedo Ferreira).

Outras lutas:

As atividades do IPCN eu achei muito importante, muito interessante pros jovens. [...] Eu acho que as conquistas que a gente teve, a discussão sobre cotas, a questão do movimento de programa de igualdade de gênero, o racismo e a... o estatuto da Igualdade Racial, até de conquistas que vem de Cuba pra cá, os nossos jovens acham natural, hoje. Antigamente, nos anos oitenta, quando a gente foi dar uma consulta no instituto de educação, sobre a cultura afro-brasileira, nós éramos uns vinte e poucos doutores, cabíamos dentro de uma kombi. Hoje a gente tem uma Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. [...] (Helena Theodoro).

Mas o que guardamos tá sendo muito relevante. [...] Esse legado que tá aí, foi fruto de que o Movimento Negro plantou. Lélia Gonzalez, Teresa Santos, Joel Rufino e [...] Candeia, é... Abdias e eu tô [sic] aí nesse, nessa pedrinha, aí, nesse meiozinho, aí. É isso. É isso que eu vejo, entendeu. Então, hoje, essa galera que tá aí, é [...] tem mais é que seguir tocando esse barco. Então, enquanto eu tiver essa força vital, porque espiritualmente não adianta, eu vou seguir levando isso mesmo, do outro lado eu vou tá fazendo a mesma coisa, provavelmente, mas enquanto eu tiver a força vital, eu vou tá desenvolvendo. Então, hoje eu me identifico através do legado que é o acervo CULTNE que a gente tem. Eu não preciso te falar mais nada, tá tudo lá. Então, pra isso acontecer, pra estar lá alguém fez um movimento, alguém registrou, alguém defendeu, entendeu (Asfilófilo de Oliveira Filho).

A ação dessa intelectualidade e militância negra contra o racismo operante na sociedade brasileira, bem como sua ação nas causas sociais, resultou na construção de uma consciência racial, mas não só. A contar da reestruturação do movimento negro nas décadas de 70 e 80, o legado de toda essa luta está demarcado. Não são poucas as conquistas, mas como diz o ex-deputado Caó: “É uma luta que nós temos que travar por dezenas e dezenas de milhares de anos. Agora, sem abandonar as grandes conquistas. [...] Tem que forçar a barra. Tem que forçar, tem que forçar, tem que forçar”.

Ao pensar sobre o estado da arte, em termos de avanços sociais e em termos de direitos, e de conquistas políticas, tomando como marco temporal o golpe militar de 64 até a restauração da democracia em nosso país, é possível perceber que, efetivamente, houve uma mudança de *status quo* da população afro-brasileira. Num período de duas a três décadas, a comunidade negra brasileira destacou-se como beneficiária no processo social brasileiro, garantindo e fazendo evoluir uma série de demandas que passaram a constituir a pauta

política, beneficiando-se com um aparato de direitos e oportunidades jamais vistos em outro período histórico do país, conforme os fatos descritos a seguir.

A presença do machismo na sociedade brasileira se reproduzia em igual intensidade no âmbito do movimento negro. Desta forma, as mulheres negras buscaram alternativas em diversas formas de organização, que permitissem enfrentar o racismo, presente no feminismo branco; e o machismo, no movimento negro.

Surgiram diversas organizações de mulheres negras voltadas para a área de saúde, combate a violência doméstica, de proteção de direitos, o que não anulou a participação dessas mulheres nas lutas políticas desencadeadas pelo movimento negro.

O reconhecimento das comunidades quilombolas e a demarcação de suas terras, também constituíam a pauta do movimento negro. A presença de grileiros e invasores nas terras quilombolas não recebiam a mesma atenção do Estado ou a solidariedade internacional, como aconteceu com as comunidades indígenas. Uma das importantes vitórias nesse processo de luta foi a aprovação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Artigo 68, que determina a demarcação das terras quilombolas.

A denúncia do movimento negro sobre a prática de racismo exercida pelo Estado provocou uma reação pró-ativa dos parlamentares constituintes que os obrigou a incluir na letra da Constituição Federal a criminalização do racismo e a intolerância religiosa. Um dos efeitos colaterais dessa assertiva constitucional foi o banimento da famigerada expressão de ‘pessoas de boa aparência’ – os não negros –, nos anúncios e chamadas para empregos oferecidos pelas empresas privadas.

No âmbito da educação, implementou-se, não sem algumas resistências, uma abrangente revisão dos conteúdos dos livros didáticos e paradidáticos que propagavam, de forma direta ou subliminar, o racismo e a discriminação, especialmente em relação àqueles destinados a séries iniciais, quando a criança começa o seu processo de formação.

No que se refere à cultura negra, a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, constituiu-se a primeira ação concreta de tratamento administrativo e sistêmico da questão racial relativa à população negra, na esfera do governo federal.

Como resposta a ação organizada do movimento negro e buscando dar algum fôlego a já combatida democracia racial, em 1995, quando da realização da “Marcha Zumbi 300 anos contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, o governo federal, presidido por Fernando Henrique Cardoso, constituiu por decreto, o Grupo de Trabalho Interministerial para a

Valorização da População Negra (GTI)⁷², coordenado pelo professor Hélio Santos.

O GTI tinha a responsabilidade de proceder a análise de conjuntura e de propor políticas públicas para as seguintes áreas de concentração e interesse da população negra: Trabalho e Emprego, Comunicação, Educação, Relações Internacionais, Terra, Remanescentes dos quilombos, Políticas de Ação Afirmativa, Saúde, Religião, Cultura Negra, Legislação, Estudos e Pesquisas, Esporte, Mulher. Este grupo de trabalho, plantado no seio da República, poderia ter sido o coroamento de todo o esforço de anos e anos de luta, iniciada bem antes do regime militar, mas faltaram sinergia e visão política do movimento negro, que, imbuído das suas fidelidades partidárias não conseguiu sustentar a continuidade daquela conquista política.

⁷²<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes-1/construindo-a-democracia-racial>>.

CONCLUSÃO

Como foi possível ver na introdução deste trabalho, a ideia de pesquisar sobre o protagonismo negro durante a ditadura militar surgiu há algum tempo. Busquei mostrar que, durante esse período, houve a participação dos negros na luta armada contra a ditadura. Parecia que, além de Osvaldão, descoberto por acaso, certamente existiam outros silenciados, aguardando o momento em que seus feitos e seus lugares na história seriam legitimados e suas vozes ouvidas.

Reconhecendo no movimento negro uma força imensa e presente, busquei encontrar – dentre tantos revolucionários – aqueles que, a exemplo de Osvaldão, tentaram combater e enfrentar, com armas em punho, a ditadura militar. As pesquisas me fizeram entender que a luta contra a repressão imposta pelo governo militar, necessariamente, passava pela luta armada. No entanto, já nas primeiras análises desse momento histórico, feitas de forma atenta e minuciosa, pudemos constatar o quão limitado e restrito foi esse movimento de resistência, principalmente, em função das divergências travadas pela esquerda no que tange às estratégias de luta. (GORENDER, 2014)

Embora o Catálogo da Comissão da Verdade, organizado pela SEPPIR, trouxesse novo ânimo, o acesso a outras leituras e a diálogos travados foram, aos poucos, reenquadrando-se no objeto de pesquisa e levando-nos, de forma quase obrigatória, a buscar outros personagens e outras possibilidades que nos mostrassem a ação dos negros dentro desse período. Num dado momento, a busca parecia perder o sentido, porém seguir adiante era necessário, investigando, lendo, relendo, analisando e fazendo os links com as ideias e as verdades que vinham à tona – foi caminhando na pesquisa que encontramos outros caminhos. Para tanto, foi preciso organizar, reorganizar e lapidar as ideias e as possibilidades; rever o que havia processado e, por alguns momentos, parar e me ver, avaliando a pesquisa e a pesquisadora, pois “quem narra exerce o poder sobre o que é narrado, mas como o poder circula, opera em várias direções, acaba que quem narra também é narrado” (COSTA, 2007, p.92).

Buscamos entender a atuação do movimento negro dentro do repressivo período militar e o encontramos se reestruturando, criando meios e estratégias de ação, buscando mobilidade e voz, mesmo num momento de restrições políticas e de silêncio obrigatório. Engajados estavam em levantar a bandeira de combate ao racismo, de buscar mudanças sociais e no reconhecimento do negro como cidadão da nação brasileira.

A pesquisa analisou também se essa parcela da população formou quadros na luta

contra a ditadura, se houve presença e participação de intelectuais negros no processo de redemocratização do país e nos avanços nas relações étnico-raciais a partir desse período.

Notadamente, grande parcela da população negra esteve engajada na luta contra a ditadura. Esse engajamento deu-se com a atuação desses indivíduos dentro dos partidos e organizações de esquerda, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nas universidades e na própria luta armada, como mostra o catálogo da SEPPIR e documentos que constam no Arquivo Nacional.

Esse empenho também esteve presente na participação de intelectuais do movimento negro e da militância na luta pela redemocratização do Brasil, sendo essa atuação importante para a reconstrução do movimento e ainda para trazer à tona discussões em torno do combate ao racismo na sociedade brasileira, fato essencial para a construção de uma nação democrática.

A pesquisa buscou ouvir aqueles que, mais do que vigiados, foram inviabilizados por serem considerados “minorias” – “o outro”. Pessoas que atuaram num dos períodos mais obscuros da história do Brasil; que contribuíram, a partir de sua luta, por um país mais digno; que lutaram por uma democracia, cujos direitos fossem estendidos a todos. No entanto, entende-se que o racismo estruturado em nossa sociedade fez com que a atuação individual ou coletiva dos negros não fosse registrada nos documentos históricos oficiais do período que compreende a ditadura militar no país.

O objetivo da pesquisa não foi somente fazer conhecidos os novos personagens dessa história, mas garantir-lhes a perspectiva de um lugar visível nos conteúdos dos currículos escolares, quiçá dentro da academia e dos diversos espaços de discussão sobre esse tema, “mantendo-os sobre a luz dos refletores”, como nos orienta Bujes (2007)⁷³. Um projeto imbuído neste trabalho foi o de revisitar a trajetória do negro no Brasil, para que possamos trazer outros elementos à luz da história; que pedagogos e professores tenham mais a dizer sobre esses protagonistas tão importantes na formação da nação brasileira; e nossos alunos tenham novos elementos nos quais possam se “projetar” para seguir com essa luta.

Como afirma Hasenbalg (1979), “a autoimagem e confiança dos membros de um grupo são função da posição do grupo na hierarquia social”. Assim, para que os jovens negros e não negros construam e tenham confiança em sua autoimagem, é preciso dar visibilidade a ação dos nossos referenciais individuais e coletivos dentro do processo sócio-histórico e

⁷³In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisar em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

político na construção do país, como determina a LDB, alterada pela Lei 10.639/03.

Contribuir para “preencher a lacuna educacional, formal e não formal existente na formação intelectual de negros e mestiços” (SISS, 1994, p.35), era um dos objetivos da FNB, na década de 30. No entanto, ainda hoje, vemos ações do movimento negro (como por exemplo, os NEABs) criando mecanismos para sanar essa deficiência ainda presente na formação do povo brasileiro, em especial, da população negra. Fez-se necessário “questionar os lugares de poder” (GOMES, 2012 p.100)⁷⁴ instituídos pela historiografia que garante o privilégio do reconhecimento histórico às classes dominantes.

Segundo o Relatório da Comissão da Verdade, do Estado de São Paulo⁷⁵, “não há nos registros uma exatidão quanto ao número total de negros atingidos pela repressão, presos e torturados, e até mesmo mortos ou desaparecidos que não eram conhecidos amplamente por sua militância, mas que morreram em virtude das práticas do Estado”. Segundo esta Comissão, em seu acesso aos documentos do Arquivo Nacional, foram inúmeras as formas de violação pelas quais a população negra passou nesse período. Havia documentos confirmando que vários deles sofreram com a violação dos direitos humanos, no entanto, a limitação de informações impediu que esses cidadãos negros fossem mencionados no relatório da comissão.

Verificou-se que na historiografia sobre o processo de redemocratização, nas décadas de 70 e 80, a importância e a participação dos movimentos sociais foram descritas nos agrupamentos de bairro, nas lutas sindicais, nas pelegas pela terra; mas os embates do movimento negro só aparecem em textos de pesquisadores que se dedicaram especificamente a esse tema. Essa ausência de informações pôde ser conferida no livro **O perfil dos atingidos** (1987), do projeto Brasil Nunca Mais, onde há dados sobre quantidade e qualidade dos réus: gênero, faixa etária, naturalidade, local de residência, instrução, natureza política dos inquiridos; mas nenhum dado sobre cor ou raça daqueles que foram atingidos pelos órgãos de repressão. A falta de registros da participação de negros em todo este contexto histórico dificulta as pesquisas, sendo necessário o levantamento mais intenso de fontes que forneçam dados sobre a participação desse elemento nesse período da história.

Nos documentos pesquisados no Arquivo Nacional, encontramos vários setores da sociedade brasileira que, engajados nos movimentos de esquerda, lutaram contra o regime militar, dentre os quais estavam: a classe média branca, na qual se encontravam operários, trabalhadores do campo, servidores públicos, jovens descendentes de orientais, indígenas,

⁷⁴In: “Currículo sem fronteiras”. v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr. 2012.

⁷⁵<<http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html>>

mulheres e negros. Cada seguimento dava uma dimensão efetiva à luta, neste caso todos eram considerados subversivos aos olhos dos militares. Esta constatação aponta, certamente, para a necessidade de novas pesquisas, na qual essas “minorias” possam falar.

Dentre todos os que aderiram à guerrilha e foram ouvidos, ainda que tardiamente, Osvaldão certamente foi um dos casos mais simbólicos, pois o revolucionário teve sua cabeça decepada e seu corpo amarrado em um helicóptero e exibido ao povo.⁷⁶ Esse padrão de violência foi prática dos governos brasileiros desde o Império. A barbárie se deu com Zumbi – o líder de Palmares, quando teve sua cabeça cortada e o corpo esquartejado; Tiradentes foi executado e esquartejado. Todos esses crimes apontam para abuso promovido pelo estado brasileiro – o que não foi diferente com Osvaldão e outros guerrilheiros do Araguaia, aos quais foram reservadas as mesmas crueldades.

Contraditoriamente, o Estado, ao decepar a cabeça daqueles que entendia como ameaça a seus interesses, acabou por reconhecer, mesmo que de forma velada, aquilo que ele quis negar e combater: a força vital, a inteligência e a capacidade de organização e liderança dos executados e seu poder de resistência e de luta contra a opressão. Percebe-se que a invisibilidade historiográfica desses protagonistas reflete-se numa historiografia eurocêntrica, que busca despojar negros, índios, mulheres e outras minorias de seu lugar de direito e de seu valor como produtores de cultura e sujeitos da história.

Ao ser constatada a presença e a ação desses sujeitos, neste importante período da história do Brasil, não se propõe a construção de novos conteúdos para o currículo de História, mas sim, a inserção desses indivíduos e suas lutas na construção de nossa história, os quais não estão postos e que, apesar de não serem novos, pois sempre estiveram presentes no decorrer desse contexto, são “outros”.

Faz-se necessária a compreensão de que a questão racial no Brasil é um problema da sociedade brasileira e que esta precisa reeducar-se. Este processo só se dará através da educação – não só a escolarizada, mas também a não institucionalizada – que se faz nos movimentos sociais.

Embora o movimento negro contemporâneo tenha denunciado o racismo no Brasil expondo o mito da democracia racial e lutando em prol da uma democracia, de fato, com a vigilância do aparato repressivo sobre a militância, o que encontramos foi outra forma de protesto, outro viés de luta, dentro de um contexto de resistência política contra a ditadura

⁷⁶A prática de cortar a cabeça dos guerrilheiros foi algo comum e pré-determinado pelos militares no combate à guerrilha do Araguaia. JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. SP: Expressão Popular, 2008. p.110.

militar.

Ficou evidenciado, de acordo com as respostas concedidas pelos sujeitos desta pesquisa, que a militância do movimento negro não teve seu empenho na luta armada, ao contrário – dado o silenciamento imposto a eles e a falta de informação e divulgação nos meios de comunicação, o conhecimento das guerrilhas não alcançava a todos. Ao indagar sobre Osvaldão, que foi intelectualidade do movimento que protagonizou esta pesquisa, ou mesmo outros revolucionários negros daquele período, o que se obteve, na maioria dos casos, foram respostas desencontradas, demonstrando que naquele momento havia quase total desconhecimento dessas figuras e suas presenças na guerrilha do Araguaia.

Ficou demonstrado, mediante a análise das falas dos sujeitos e da pesquisa bibliográfica, que a luta do movimento negro como de outros movimentos sociais, surgidos na década de 70, deu-se pelo viés democrático, buscando o reconhecimento de seus esforços através da legalidade.

A luta era pela redemocratização, visto que naquele momento os militares haviam conseguido calar os movimentos de resistência armada, usando de forte repressão. As torturas nas prisões atingiram seu ápice ao afetarem os filhos da classe média, o que aumentou significativamente o número de mortos e desaparecidos – somando-se a isso os primeiros sinais de falência do modelo econômico e o aumento das mazelas sociais.

Coube à sociedade civil organizar os diversos segmentos sociais para erguerem suas bandeiras e irem para as ruas. Os militares davam sinais de desgaste e apontavam para o início de uma flexibilidade política, que viria a ser protelada por quase quinze anos. Os movimentos sociais caminhavam a passos largos e de forma gradual pela estrada aberta pelo governo – foi uma guerra de trincheiras, onde cada palmo de conquista carecia de ampla defesa de todos os atores sociais.

Verificou-se que o movimento negro se engajou e foi em busca da redemocratização e da conquista dos direitos civis e políticos perdidos ao longo do regime militar. Aliado aos movimentos sociais de oposição ao governo, a marcha dos negros ressurgiu com força, entre os anos 70 e 80, com novos atores, novas características que demarcaram suas estratégias, envolvendo-se nas frentes de luta e na busca pela anistia dos presos políticos, da qual Abdias Nascimento foi beneficiário, assim como outros exilados políticos.

O retorno e o empenho de Abdias possibilitaram a reconstrução do movimento junto às lideranças jovens existentes nesse período. A direção dos grupos negros esteve presente também na organização pelas Diretas Já – este era o primeiro passo para a construção da nova constituinte e na conquista pelo reconhecimento dos direitos do cidadão. Ao se tratar de

assuntos como a luta específica do movimento negro, o combate ao racismo e a denúncia do mito da democracia racial, coube à população negra a criminalização do racismo e a demarcação das terras quilombolas na nova Constituição promulgada em 1988.

Na continuidade dos estudos, constatou-se que esse grupo de negros continuou seu combate contra as desigualdades sociais e, em especial, pela desigualdade racial. A luta pela educação se constituiu sua maior bandeira, pois, ao fim do regime militar, a população negra estava fora da escola e o índice de analfabetismo atingia, imensamente, este segmento da sociedade. A luta pelo direito à educação foi pauta do movimento por todo o país que, neste momento – princípio e meados do século XX – retomava a luta das organizações negras, reconhecendo na educação o caminho para o acesso aos seus direitos civis e políticos.

Na autodeclaração de todos os entrevistados, a identidade racial se deu de forma contundente, todos se reconheceram como negros, apontando para uma consciência racial nascida no seio familiar. No entanto, a maioria deles afirma que sua consciência racial foi fortalecida e politizada de forma coletiva no movimento negro.

De acordo com as respostas concedidas, ficou evidente que existe um forte sentimento de pertencimento desses sujeitos a esse movimento. Há um reconhecimento coletivo entre eles e também por parte do movimento negro e da historiografia específica sobre o tema. Esta identificação advém do fato de que seus nomes e suas posições dentro desses grupos aparecem na maioria do material que foi pesquisado, contudo, dos sete entrevistados, apenas dois declararam terem participado diretamente dos partidos de esquerda – o que demonstra, a partir da análise da dicotomia entre a direita e esquerda, que essa intelectualidade negra pode ser caracterizada como progressista, mas não partidária.

Ficou demonstrado, no que diz respeito à construção ideológica do movimento, em especial quanto à esquerda política, que o combate ao racismo não teve base nos ideais esquerdistas, uma vez que os discursos destes não demonstravam nenhuma preocupação com as questões raciais daqueles. O pensamento da esquerda caracterizava-se pelo sentido revolucionário de transformação da sociedade capitalista, porém esta não percebeu esse movimento racial na sua gênese.

A questão racial poucas vezes foi abraçada pela esquerda – e esse foi um argumento recorrente na fala de nossos entrevistados. Os esquerdistas não conseguiram compreender que, no Brasil, uma democracia de fato perpassava pela igualdade racial e que o movimento negro era uma instância necessária à democracia.

Deste fato, surge a compreensão de que, apesar da ligação política ideológica de boa parte desse grupo de negros com a esquerda, parte de seus militantes não se sentia

representada por ela – esta afirmação está presente na fala de nossos entrevistados. Foi possível perceber certo “desgosto” destes sujeitos, quando demonstram não se sentirem representados pela política de esquerda, ou de direita, uma vez que eles esperavam apoio real à causa por parte destes dois segmentos. A esquerda não reforçou a luta conforme a militância e seus quadros afro-brasileiros esperavam. Nossos protagonistas afirmaram que, tanto a esquerda, quanto a direita hostilizavam qualquer possibilidade de identificação do negro como grupo social em busca por seus direitos constitucionais, em especial, pelo direito a uma igualdade real.

O que ficou latente foi o fato de que as esquerdas no Brasil trazem em suas entranhas, assim como toda a sociedade, a crença numa democracia racial e no poder da miscigenação que “tornam todos um”, inviabilizando a consciência de que é necessário reconhecer as diferenças, para possibilitar que todos tenham garantido o acesso ao direito de sua cidadania.

Percebemos, nesta contradição, o quanto é difícil para o branco, ainda que bem intencionado em relação à questão das desigualdades raciais, livrar-se do poder da branquidade que o acomete e, na maioria das vezes, sem nem mesmo o perceber. Muitos dos que lutam, ou se integram aos ideais de justiça dos negros não percebem que o racismo traz como base a injustiça social e proporciona estrutura à desigualdade. Poucos são os que percebem que a política do embranquecimento e a valorização da miscigenação ajudaram a preservar as estruturas de poder, que privilegiaram os que podiam se identificar como brancos e acabaram por fortalecer, ou se alinhar à visão conservadora de manutenção dos privilégios sociais.

No decorrer da pesquisa, busquei compreender como pensava a militância negra de direita – porém, isso foi impossível, uma vez que os sujeitos entrevistados se colocaram ligados à ideologia de esquerda, ainda que não envolvidos diretamente com a política partidária. Durante as entrevistas, um ou outro mencionou figuras ligadas ao movimento negro que podiam ser considerados de direita, indicando-nos duas pessoas. Nas tentativas de contato com estes elementos citados, mesmo após várias tentativas, não conseguimos resultado positivo: um não respondeu ao nosso contato; o outro respondeu, mas não se mostrou disponível. Isso dificultou tecer um contraponto entre os pensamentos de esquerda e direita dentro do movimento negro.

Cabe acrescentar a observação de Astrogildo Esteves, quando este avalia que “enquanto havia a luta pela redemocratização os setores de esquerda e direita do movimento negro se mantinham muito próximos”, participando das principais manifestações, o que foi mudando com o fortalecimento dos partidos políticos. O movimento negro hoje está

segmentado em grupos liberais, conservadores e de esquerda, cujos posicionamentos podem ser observados nos discursos das organizações negras nos diversos encontros e seminários, como na última Conferência de Igualdade Racial no Estado do Rio de Janeiro, realizada em 2013.

A pesquisa não buscou questionar a importância do empenho daquela juventude dos anos 60 e 70 em prol da democratização do país, mas mostrou, intencionalmente, que a busca por esta forma de governo teve como sujeitos não só os jovens brancos da classe média, mas também a presença de outros que viveram, lutaram e sofreram as investidas daquele governo autoritário. Os relatos nos mostraram que aquela intelectualidade, ainda que numericamente minoritária, não deixou de participar das diversas frentes de combate em favor da democracia, empunhando a bandeira da luta pela cidadania plena em favor da parcela afro-brasileira da população, mas sempre num esforço em prol de um país melhor com justiça e equidade para todos.

O que a pesquisa apontou é que não houve um engajamento direto e ostensivo da militância do movimento negro na luta de resistência ao regime militar. Não foi possível saber se aqueles afro-brasileiros que se engajaram nos grupos de resistência tinham consciência da questão racial, se em algum momento de sua ação revolucionária a questão de raça e classe foi posta na pauta de discussão. Ao contrário, o que se pôde perceber, pela leitura e pelos relatos dos entrevistados, é que quando a repressão se abatia sobre esses revolucionários, a reação se dava pela participação destes diretamente nos grupos de luta contra o regime, mas não em função de seu pertencimento racial.

Através da pesquisa, constatamos que o perfil acadêmico de parte das lideranças do movimento, como grupos formados por jovens negros, que tinham em sua base familiar certa estrutura econômica básica – isto porque seus pais, na maioria das vezes, estavam alocados nos setores de serviços que, apesar de não colocá-los no status de elite econômica – permitia que se posicionassem numa pequena classe média negra. Essas famílias, se comparadas à maioria dos outros negros sem formação escolar e alijadas do mercado de trabalho formal, de fato se colocavam num lugar de diferença.

Foi possível perceber que as organizações negras surgiram de forma concomitante e na urgência da formação intelectual dessa militância. Nessa perspectiva, o movimento construiu uma ‘intelligentsia’ própria, uma intelectualidade formada dentro do próprio movimento e edificada para a construção de uma identidade negra. Essa construção intelectual se deu tanto de forma individual, quanto coletiva, uma vez que esses sujeitos, ainda nas universidades, buscaram criar ambientes de discussão e leitura sobre a questão racial, tanto no espaço

acadêmico, quanto dentro de suas organizações.

A pesquisa mostrou que essa relação entre o movimento negro e a academia começou a se estruturar a partir do TEN, que construiu um canal de interlocução com a intelectualidade, no intuito de que esta abandonasse a visão folclórica que produzia em torno da população negra e pudesse ver o grupo como importante na composição do povo brasileiro, cujos problemas vivenciados eram de responsabilidade de toda a sociedade. Assim, o TEN buscou tornar o negro sujeito dos estudos e pesquisas acadêmicas, para que estas se somassem na proposição de políticas de integração para a população negra. Portanto, quando o movimento negro ressurgiu na década de 70, a militância intenta garantir o reconhecimento da sua identidade, bem como o reconhecimento da presença e participação dos afro-brasileiros na construção do Brasil. O combate ao racismo foi fundamental para garantir a esse seguimento da sociedade brasileira o acesso à cidadania.

No que se refere à relação dos sujeitos da pesquisa com a educação, ficou evidenciado que todos eles se engajaram na luta por sua democratização, visto que esta era uma das bandeiras dos movimentos, independente do campo de atuação desses sujeitos.

A partir da década de 80, ocorreu um fortalecimento nas ações diretas sobre a valorização da educação, que vai se estruturar de forma sistêmica nas organizações e no poder público, como o Projeto Zumbi, da prefeitura do Rio de Janeiro, que contou com Heleno Theodoro, na sua organização, e os cursos Sankofa, do IPEAFRO, de Abdias Nascimento e Elisa Larkin entre outras iniciativas surgidas por todo o estado. Estas iniciativas culminaram numa ação que se espalhou, praticamente, por todo o Brasil, na década de 90, dentre as quais citamos os Pré-vestibulares para negros e carentes surgidos nas APNs sobre a liderança de frei Davi, no interior da Igreja Católica. Portanto, uma parte desses sujeitos aliou-se na busca por educação, interferindo nas políticas públicas de acesso à escola e às universidades; outra parte continuou atuando no campo cultural, ampliando suas bases dentro da comunidade negra.

Conforme demonstrado por esta investigação, o fato de o movimento negro não ter sido considerado fator de “pressão” pelo governo militar, não minimizou a ação da repressão sobre eles, e esta ação está presente nos registros e análises dos infiltrados encontrados nos documentos daquele período.

Para concluir, percebo que toda a luta do movimento negro, desde o início do século XX até os dias atuais, não acabou com o racismo no Brasil – nem acredito que isto venha a ocorrer, dado caráter estrutural desse tipo de hierarquia entre raças. Entretanto, o intento do movimento negro da década de 70, ao se expor, fortaleceu esse povo e ampliou nossa luta, que se dá contra o racismo e por um estado de direito que garanta a todos – negros e brancos –

cidadania plena e direitos iguais.

É possível perceber que estamos quebrando as barreiras dessa sociedade racista com nossa insurreição iniciada há 300 anos no quilombo dos Palmares: pouco a pouco; ano a ano; década a década. O muro das diferenças raciais tem sido derrubado com o esforço desse povo emudecido por tanto tempo, seja com a criação da imprensa alternativa negra, seja com a criação de diversos órgãos e instituições de movimento negro ou pelo esforço solitário, porém persistentes, de muitos professores.

Nas últimas três décadas, em especial, avançamos um pouco mais na forma com que vemos retrada a presença afro-brasileira nos livros e na mídia – mesmo que de forma tímida e discreta. Afinal, difícil era ver crianças negras como modelos de catálogos, em painéis, em anúncios de escolas de educação infantil, cursos e universidades. Não se poderia imaginar assistir a jogadores negros reagindo a provocações racistas diante da sociedade mundial. Vibrar com bailarinas, ginastas e atrizes negras sendo protagonistas em suas categorias profissionais. Presenciar jovens e crianças negras assumindo sua negritude em sua gênese – diferente da minha geração e das que me antecederam, cuja conscientização de nosso valor foi forjada a fórceps. Observar professores brancos e negros lotando cursos de pós-graduação e especialização na ânsia de aprenderem a lidar com a questão racial nas escolas, na sociedade e em suas vidas. Negros e negras tornando-se presidentes e fazendo parte da política de seus países.

O movimento negro vem mudando essa sociedade – mudanças ainda incipientes, mas que estão acontecendo. Acredito que estamos em meio a um processo revolucionário, lento e gradual, como queriam as elites no processo da abolição, ou como desejavam os militares em relação à redemocratização.

Esse processo tem se dado na medida em que cada um que se ergue contra o racismo e pela construção de uma sociedade muito mais habitável torna esse percurso mais agradável e menos doloroso para todos. Posso dizer que acredito na utopia de que, uma vez extinguido o racismo, poderemos nos unir – negros, brancos, indígenas e demais forças sociais – para outra revolução, aquela que resolveria todos os problemas sociais.

Mediante a análise dos documentos e dos novos materiais que foram surgindo no decorrer da pesquisa, está posto que o conteúdo aqui apresentado é apenas parte do muito que ainda temos a fazer, a pesquisar, a trazer à tona, a contribuir. Os resultados da pesquisa são verdades incompletas (COSTA, 2007, p.151), mas espero que as “verdades” aqui colocadas suscitem a busca de outras, de outros relatos, de outros projetos e de outros sujeitos. Aqui apresento uma pequena parte daquilo que considero nossa luta e responsabilidade constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

_____. “O planejamento de pesquisas qualitativas em educação”. In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, v.77, p.53-61, maio 1991. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/797.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988**. Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica e apresentação Maria Lígia Coelho Prado. Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Tereza Cristina Nascimento; OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria. **O lugar do negro na força de trabalho**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2000.

BELEI, Renata Aparecida. PASCHOAL, Sandra Regina Gimenez. NASCIMENTO, Edinalva. MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. “O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa”. In: **Cadernos de educação / fal ppge/ufpel/pelotas** [30]: p.187-199 janeiro / junho 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpe.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewfile/1770/1645>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. **A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ªed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significado de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, M.A. (Org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.D.U. de 10/01/2003. Altera a lei n°. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. D.O.U., Poder executivo, Brasília, 23/12/1996. Disponível em: <<http://ptdc.pgr.mpf.gov.br/destaques/educacao/lei-ensinodahistoriadaafrica.pdf>>. Acesso em:

mar. 2015

BRASIL. Ministério da educação, alfabetização e diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

_____. “Catálogo: direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar”. Extraído do livro-relatório: **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BUENO, Bruno Bruziguessi. **Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3311/3482>>. Acesso em: mar. 2015

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. “Descaminhos”. In: COSTA (Org.). Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. p. 13-34.

CARVALHO, José Murílio de. **Cidadania No Brasil: o longo Caminho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO. Juvenal de. “A África na política externa da ditadura militar”. Anais eletrônicos – VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA - 2013. ISSN. 2175-4772. Disponível em: <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/juvenal-DE-CARVALHO.PDF>>. Acesso em: abr. 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. “A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios”. **Revista portuguesa de educação**, ano/vol. 16, n. 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal. p. 221-236. 2003. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.PDF>. Acesso em 14 dez. 2014.

“Comitê pró- Diretas contra o racismo”. In: BENEVIDES, Maria Victoria Benevides. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa**. São Paulo, Ática, 2003, p.123.

CONTINS, Marcia (Org.). “Lideranças dos movimentos negros no Rio de Janeiro”. In: **Caderno de depoimentos: homens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

CORAZZA, Sandra Maria. “Labirintos das pesquisas, diante dos ferrolhos”. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos**. In: **Novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

COSTA, Haroldo (org.). **Fala, crioulo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisar em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.160.

CRUZ, Gisele Reis; FILHO, Jeronimo Marques de Jesus. “Práticas autoritárias no Brasil contemporâneo. A “nova” direita e a concepção ideal/ orgânica de democracia: o grupo Guararapes”. In: **Revista Eletrônica tempo presente**. Disponível em: <<http://tempopresente.org/index.php?apcion=comcontentevivew=articleeid=s833:praticas-autorita-e-aconcepção-idealorgania-de-democracia-o-grupo-quararapesecatid=90:edição-domes-de-dezembro2013itemid=224>>. Acesso em: jan. 2015

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DUPRET, Leila (Org.). **Transdisciplinaridade e afro-brasilidades**. Rio de Janeiro: Outras letras, 2012.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: (o legado da “raça branca”). 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano**: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937). Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005. <https://www.academia.edu/4199065/Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais_e_Pr%C3%A1ticas_Pol%C3%ADticas_do_Movimento_Negro_Paulistano_as_trajet%C3%B3rias_de_Correia_Leite_e_Veiga_dos_Santos_1928-1937>. Acesso em: jan. 2015.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FISHER, Rosa Maria Bueno. “A paixão de trabalhar com Foucault”. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminho investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. *Revista Mediações, Londrina*, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

_____. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.und.br/index.php/ser-social/article/viewfile/1025/685>>. Acesso em: jan. 2015.

GOMES, Nilma Lino Gomes (Org.). **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

_____. “Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos”. In: **Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1. p.98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12I551ARTICLES/gomes.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. *Revista Brasileira de Educação*. [on line]. 2000, nº15, p.134-158.

GONÇALVES, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.). **O pensamento negro em educação no Brasil**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1997.

GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GORENDER, Jacob. “O ciclo do PCB: 1922-1980”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão Filho; GARCIA, Marco Aurélio; FORTES, Alexandre (Orgs.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Chapecó: Argos, 2005.

_____. **Combate nas trevas**. [5. ed.], rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. **Solano Trindade: raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Solano Trindade: o poeta das artes do povo**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

GRUN, Mauro; COSTA, Marisa Vorraber. “A aventura de retomar a conversação: hermenêutica e pesquisa social”. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Caminhos**

investigativos I: novos olhares da pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Paris, França, 1968, p.26.

HALL, Stuart. “A centralidade da cultura: notas sobre as devoluções culturais do nosso tempo”. In: **Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 22, n°. 2 p.15-46, jul. dez. 1997.

_____. **Da diáspora: identidades e medições culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, 2003.

_____. **Da diáspora: identidades culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: graal, 1979.

_____. “Raça, classe e mobilidade”. In: GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicínio. “A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas”. In: _____. **Manual de análise discurso em ciências sociais.** Petrópolis, RJ, Vozes 2004.

_____. **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

JOFFILY, Bernardo. **Oswaldo e a saga do Araguaia.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

KÖSSLING, Karin Sant’ Anna. **As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP – 1964-1983.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e roteiros.** Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MELUCCI, Alberto. “Um objetivo para os movimentos sociais?”. In: **Lua Nova,** Cedec, nº17, jun., 1989. p.49-65.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “A história, cativa da memória: Para um, mapeamento da memória no campo das ciências sociais”. In: **Revista Inst. Est. Brasileiros**. SP. 1992.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: 1972.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro- brasileira**. Brasília MEC/SECAD, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para edição das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.

_____. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Editora Perspectiva, FAPESP, 2002.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Ed. Global. Ação educativa Assessoria, pesquisa e informação, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **História do negro no Brasil: o negro na sociedade Brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: FCP, 2004.

_____. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A.; PEREIRA, Amauri Mendes; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; SILVA, Selma M. (Orgs.). **Histórias culturais e territórios negros na educação: reflexões docentes para uma redução das relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: E – paperd, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/ or editor produtor editor, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan- africanismo na América do Sul: emergência de uma**

rebelião negra. Rio de Janeiro. Vozes, 1981.

_____. **O sortilégio da cor:** identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro Summus, 2003.

NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. **Projeto história.** São Paulo, n. 10, 1993.

NUTTALL, Sarah. “Subjetividades da branquidade”. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade:** identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

_____. SILVA, Joselina da (Org.). **O movimento negro brasileiro:** escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

_____. **Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

_____. **Abdias do Nascimento:** um grande do século XX. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cd/m/arguivos-de-audio-e-video/Amauri>. Acesso: nov. 2014 e mar. 2015.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade:** brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livro, 2004.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil culturas políticas e tradições”. In: FORTES, Alexandre. **História e perspectivas da esquerda.** São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

ROCHA, José Geraldo da. **Teologia & negritude:** um estudo sobre os agentes de Pastoral Negros. Santa Maria-RS: Gráfica Editora Pallotti, 1998.

ROEDIGER, David. “Sobre autobiografia e teoria: uma introdução”. In: WARE, Vron. **Branquidade:** identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SADER, Demerval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 9. ed. Campinas. Editora. Autores associados. 2004. 242 p.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção de ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: EDUC/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. “O movimento negro e a crise brasileira”. In: **Política e Administração**, Vol. 2. Julho – setembro, 1985.

_____. **O que é racismo**. Editora Brasileira: São Paulo, 1994.

SCHWARTZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. **Abdias Nascimento: O griot e as muralhas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SEYFERTH, Giralda. “As ciências sociais no Brasil e a questão racial”. In: **Cativeiro e Liberdade**. Rio de Janeiro, UERJ, 1989.

SISS, Ahyas. **Democracia racial, culturalismo e conflito no imaginário dos não-brancos**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro- IUPERJ. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Afro-brasileiros e ação afirmativa: relações instituintes de práticas político-ético-pedagógicas**. Tese Doutorado em Educação. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Faculdade de Educação. UFF. Niterói, 2001.

_____. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

_____. MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus (Orgs.). **Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações**. Rio de Janeiro: Quartet: Leafro, 2011.

_____. MONTEIRO, Aloísio; DUPRET Leyla. **Educação e debates etnicorraciais**. Rio de Janeiro: Quartet: Leafro, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “10 anos da lei 10.639/03, um olhar crítico reflexivo”. In: **Seminário virtual nacional “História e cultura africana e afro-brasileira na escola”**. Disponível em: <[http://www.funday.gov.br/index.php?Option=com-content &view=article&id=2696&itemid=835](http://www.funday.gov.br/index.php?Option=com-content&view=article&id=2696&itemid=835)>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SILVEIRA, Rosa Maria Hossel. “Olha quem está falando agora”. A escrita das vozes educação. In: COSTA, Maria Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.p. 61-82.

_____. “A entrevista na pesquisa em educação uma arena de significados”. In: COSTA, Maria Varraber (Org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 117-138.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. São Paulo: USCar, 2002.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

TEMPO. Niterói, vol.12, nº. 23, 2007, pp.112-123. Disponível em <<http://www.scillo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes. FILHO, Edmundo Escrivão. “Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa – a ação dos estudos organizacionais”. In: **XXVI ENEGEP** – Fortaleza, CE, BRASIL, 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006TR5403688017.PDF>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

_____. “Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos”. **Lua Nova**, Cedec, nº17, jun., 1989. p.6-18.

TRINDADE, Alzoida Loretto da; SANTOS, Rafael (Orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. “Olhares”. In: COSTA, Maria Vorraber (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WARE, Vron (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WOST, Cornell. **Questão de raça**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ANEXO I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Entrevista:

- Apresentação pessoal;
- Apresentação da pesquisa
- Questões 1 a 16 (comum a todos)

1. Nome; data de nascimento; profissão; cor/raça; universidade e ano em que fez a graduação.
2. Quem é ou como você se descreveria?
3. Qual era o seu perfil socioeconômico quando entrou para a universidade?
4. Como se deu o seu processo de entrada na universidade?
5. Em que implicou ser negro nesse processo?
6. Como você se via dentro do espaço da universidade?
7. Enquanto aluno, você percebia racismo na universidade?
8. Quantos colegas negros você tinha na universidade? Como era a atuação política deles?
9. Você tinha alguma relação com a União Nacional dos Estudantes (UNE) dentro da universidade? Qual?
10. Existia ou você percebia racismo dentro da UNE?
11. Você estava filiado ou ligado a algum partido político? Quais as razões dessa filiação?
12. Você tinha espaço de discussão dentro do partido? Qual?
13. O que significava ser negro nos espaços de luta contra a ditadura?
14. Como você descreveria o papel da juventude negra na resistência contra a ditadura militar? Havia consciência sobre a questão racial?
15. Quais foram os revolucionários negros neste período?
16. Considerações finais e agradecimento.

Roteiro de entrevista para Carlos Alberto Medeiros

No livro **Personalidades negras**, você diz que os militares “descobriram que você gostava de ler”, consideraram-te um elemento perigoso e te afastaram. Você pode contar mais detalhadamente essa passagem?

1. Deste episódio em diante alguma coisa mudou em relação a sua atuação política?
2. E na Escola de Cadetes, você percebia discriminação racial?
3. Nos anos 60 e 70 era mais difícil que hoje, para um jovem negro, afirmar sua negritude ou construí-la?
4. O *soul*, naquele momento, pode ser considerado um movimento de resistência política contra a ditadura militar?
5. Qual a contribuição dessa militância na luta contra a ditadura?
6. Nos anos de ditadura a questão racial no Brasil constava na Lei de Segurança Nacional e como, apesar disso, vocês conseguiram criar o IPCN e até conseguiram apoio de uma fundação norte-americana?

Roteiro de entrevista para Carlos Alberto de Oliveira (Caó)

1. O senhor militou no movimento estudantil. Poderia fazer um relato sobre essa militância?
Como era a participação de estudantes negros?
2. Como a UNE enquanto instituição lidava com a questão racial?
3. Como era ser negro nos espaços de discussão do movimento estudantil?
4. O senhor chegou a ser preso? Pode nos contar esse episódio?
5. A luta pela reforma universitária incluía o acesso de negros?
6. Quando o senhor iniciou sua militância no movimento negro?
7. O senhor foi contemporâneo do Oswaldão?

Roteiro de entrevista para Éle Semog

1. Questões para a literatura de combate ao racismo pelo poeta e escritor Éle Semog.
2. Em que momento dentro da retomada do movimento negro na década de 70 surge a literatura de combate ao racismo?
3. Como e com que estratégias, através da literatura, da poesia, esses escritores negros buscavam combater o racismo?
4. É possível afirmar a literatura negra como estratégia de luta do movimento negro?
5. Qual a tendência política em que esses escritores se colocavam?
6. Além do combate ao racismo esses escritores e poetas se alinharam nas lutas contra a ditadura? Que tipo de ação repressiva vivenciaram?
7. Qual o legado da luta do movimento negro para a contemporaneidade?

Roteiro de entrevista para Yedo Ferreira

1. É possível afirmar que a maioria da militância negra era de esquerda? Por quê? E quem não era?
2. O que tinha de subversivo no Movimento Negro (MN)?
3. Qual a relação entre o MN e os comunistas?
4. Você tinha alguma inserção na luta contra o governo militar?
5. Pode nos falar um pouco sobre os princípios do movimento pela reparação?

ANEXO II – FOTOS

Foto 1 - Medeiros



Foto 2 – Jornal Cidade de Santos


CIDADE DE SANTOS

TERCIA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 1966 R\$ 0,20

TARQUINIO DEIXA MUITA GENTE LOUCA

Os numeros

Sairam os numeros definitivos. E com eles a confirmação da pesquisa que CIDADE DE SANTOS fez logo após a votação. Veja e leia por si mesmo. Depois de cada resultado há duas porcentagens: a primeira do resultado oficial, a segunda de nossa previsão, publicada na primeira pagina da edição de anteontem.

Tarquínio	45.210	34,7%	39,5%
Alfeu	36.378	28,2%	27,5%
Prado	24.768	19,1%	21,0%
Martins	7.377	5,79%	6,0%
Branco e nulos	15.892	12,21%	

Agora é oficial: Tarquínio foi proclamado novo prefeito de Santos. Falharam as esperanças dos que, mesmo depois do início da apuração, confiavam num milagre como ultimo recurso. Falharam tambem os que duvidaram dos bons observadores, aos olhos dos quais os resultados do primeiro dia da contagem foram mais do que expressivos, e para os quais a afirmação da vitória pôde ser feita com absoluta segurança.






Em Corgos de Jaidé, Tarquínio dos servicos publica a CIDADE DE SANTOS. Está na pagina 1 de 1ª edição.

Esmeraldo fala ao CS: exclusivo

Esmeraldo Tarquínio, nosso novo prefeito, está em Corgos de Jaidé, desmanchando da responsabilidade em que gastou uma média de 200 francos, muitos já no prejuizo da sua espremida administração.

Foi seu uma entrevista exclusiva aos jornalistas do COMITÉ DE SANTOS, emitições especialmente aquela cidade. Entre as outras questões abordadas, revelou os pontos principais da sua governo, dedicados a missão de um



Portuguesa salvou o Corinthians

A Portuguesa salvou o Corinthians no jogo de ontem. Conseguir um empate com o Cruzeiro depois de vencer até os 30 minutos do 2º tempo por 2x1. Mas não foi muito difícil a Portuguesa derrotar o Corinthians que tem 15 pontos ganhos a 14 dias jogou. Venceu em São Paulo e Fluminense no Rio. O Corinthians tem 13 pontos ganhos e ainda jogou mais quatro vezes. Não tem de casta. Em pontos perdidos no dia seguinte, o São Paulo disputou no Maracanã a 1ª de 1ª, como que não fosse mais há muito tempo. O Atlético Paranaense




39,30


Foto 3 – Jornal SINBA

SINBA

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DA SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-ÁFRICA

ANO I

RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1977

N.º 1

Depoimento de um líder estudantil de Soweto

(NASHININI)



— A POPULAÇÃO negra sul-africana é constantemente submetida a uma repressão tão grande, que bastam poucas iniciativas para que se alcance certa prática política, passando à luta organizada. Ideologia política seguida pelos negros é na verdade traçada pelas atrocidades a que os brancos nos submetem. Somos capazes de identificar com facilidade todos os elementos da opressão que sofremos, e de escolher os meios de combatê-la. Não temos a necessidade de que nos ditem nossa conduta. Sabemos muito bem o que quer dizer "educação branca", um conceito e uma prática introduzidos pelo regime com a finalidade de ensinar as crianças negras a servirem ao homem branco, assim que elas se tornem membros ativos da força de trabalho. Além disso, nossas escolas foram divididas segundo critérios puramente étnicos, coisa que os estudantes jamais aceitaram. Recentemente, os departamentos de administração e educação branca decidiram que os estudantes negros deveriam aprender a "viver" em duas línguas, inglês e africâans, idioma inventado pelo branco e meio privilegiado de submissão do estudante negro, medida que nos levou a desmatar preves, especialmente nas escolas secundárias, onde essas normas foram aplicadas primeiro. As greves foram de maio a junho. Depois resolvemos partir para uma ação mais concreta e eficiente para denunciar mais essa medida repressiva. Depois de contactarmos várias

escolas secundárias, decidimos organizar uma manifestação pacífica, a 16 de junho, no curso de um dia inteiramente dedicado à revolta contra os africanos: "Não somos Boers", foi o nosso slogan. Havíamos combinado nos encontrar, no fim, em uma escola para um comício, a que se se-

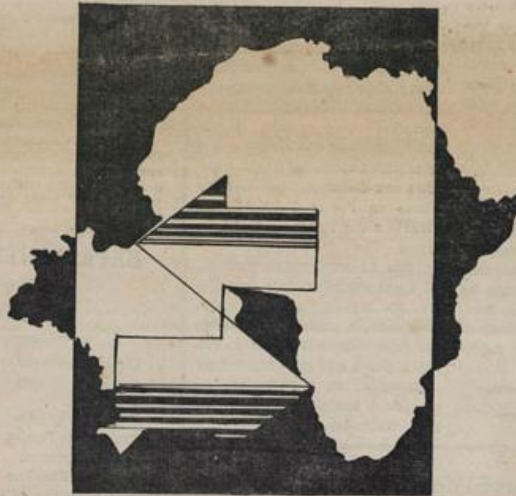
guiria a publicação de um manifesto às autoridades, rejeitando o novo idioma e manifestando nossa intenção de só voltar às aulas quando essa lei fosse revogada. Depois de percorrermos as ruas de Soweto durante a tarde, fomos para o encontro marcado. A polícia havia chegado primeiro

e tentamos parlamentar — mas como única resposta, obtivemos bombas de gás lacrimogêneo. Quando começamos a fugir, a polícia abriu fogo, indistintamente. Muitos de nós morreram. O balanço oficial foi de 177 mortos nos três primeiros dias de rebelião, mas sabemos que só em Soweto e

nos arredores morreram 333. Mais de mil foram presos, enquanto muitos eram rizados como "desaparecidos".

As "forças da ordem" não esperavam esta revolta: ficaram visivelmente surpreendidos com essa primeira grande manifestação estudantil, tremendo desconhecido na África do Sul. Compreendemos imediatamente que a polícia e o regime nos haviam declarado guerra, e que não recuaríamos diante de nada. Também nós ficamos muito chocados com o morticínio do primeiro dia — mas esse choque transformou-se rapidamente em raiva, um ódio profundo que rapidamente se comunicou a toda a população africana de Soweto. A partir desse momento, tudo o que simbolizava o branco e sua repressão foi destruído: sedes de órgãos municipais, bibliotecas, etc. O regime racista declarou, depois, que entre os estudantes, haviam agitadores comunistas cuja intenção era derrubar o governo. Então nós, estudantes, gritamos em resposta que as leis contra os comunistas não na verdade leis discriminatórias que permitem ao regime dedicar uma soma mínima à educação das crianças negras, enquanto quantias colossais são ressertadas aos serviços de segurança ou da defesa.

Diante dessa atitude do governo, depois dos três primeiros dias de protesto, resolvemos continuar nossas manifestações, não só contra a imposição dos africanos, mas também a fim de conseguir a libertação dos companheiros presos.



SOWETO — 16 DE JUNHO DE 1976 — MAIS DE 600 MORTOS

Segundo a UNESCO:

- "São poucos na história os exemplos de uma polícia que dispara sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pode nunca ser estabelecido."
- Este ano continua a repressão cada vez mais brutal. E a luta vai continuar até que o racismo seja completamente vencido pelos negros na África do Sul.

1167.012-1

Foto 5 – Jornal Versus

